



Carta Educativa de



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Ficha Técnica**Nome**

Carta Educativa do Concelho de Estremoz.

Financiamento

Câmara Municipal de Estremoz

Coordenação científica

João Sebastião, Luís Capucha

Coordenação operacional

Eva Gonçalves

Equipa

Ana Rita Capucha, Eva Gonçalves, Sónia Cardoso Pintassilgo

Câmara Municipal – Apoio técnico

Ana Basaloco

Data

maio de 2024

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
Sítio: <http://www.cies.iscte-iul.pt>

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO.....	3
ENQUADRAMENTO POLÍTICO.....	3
ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO.....	4
ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	6
ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	9
PLANO DE TRABALHO REALIZADO.....	11
CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO.....	13
A CARTA EDUCATIVA DE 1ª GERAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO.....	13
O CONCELHO DE ESTREMOZ.....	17
HISTÓRIA.....	17
TERRITÓRIO.....	18
SISTEMA URBANO MUNICIPAL.....	22
DINÂMICAS SOCIAIS.....	26
DINÂMICA POPULACIONAL.....	26
DINÂMICA SOCIOECONÓMICA.....	51
SISTEMA EDUCATIVO CONCELHIO.....	70
ESTABELECIMENTOS ESCOLARES: IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO.....	70
OFERTAS EDUCATIVAS E FORMATIVAS.....	81
POPULAÇÃO ESCOLAR.....	89
DESEMPENHO ESCOLAR.....	101
PROJETOS EDUCATIVOS ESTRUTURANTES.....	115
PERSPETIVAS DOS ATORES LOCAIS.....	118
CONTEXTO TERRITORIAL, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO.....	118
EDIFICADO, INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS.....	119
OFERTAS EDUCATIVAS E FORMATIVAS.....	120
DESEMPENHO EDUCATIVO.....	124
COMUNIDADE, PROJETOS E PARCERIAS.....	125
POSSÍVEIS LINHAS DE AÇÃO PARA FUTURO.....	126
CAPÍTULO 3: INTERVENÇÕES FUTURAS 2024-2034.....	129
PONTOS FORTES E FRACOS, AMEAÇAS E OPORTUNIDADES.....	129
CONTEXTO TERRITORIAL, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO.....	129
ESTABELECIMENTOS, POPULAÇÃO, OFERTAS E DESEMPENHO ESCOLARES.....	132
DINÂMICAS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR.....	134

EDUCAÇÃO – UM DESAFIO PERMANENTE, UM ESFORÇO GRATIFICANTE!.....	137
VISÃO.....	137
MISSÃO.....	137
PRINCÍPIOS.....	137
PRIORIDADES, OBJETIVOS, MEDIDAS, PROCESSOS E RESULTADOS/IMPACTOS ESPERADOS....	137
INTERVENÇÕES FUTURAS: 2024-2034.....	145
EIXO 1 – EDIFICADO, EQUIPAMENTOS E IDENTIDADE.....	146
EIXO 2 – INTEGRAÇÃO.....	148
EIXO 3 – OFERTAS EDUCATIVAS E FORMATIVAS.....	151
EIXO 4 – PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR.....	156
DIVULGAÇÃO DO PROGRESSO DA CARTA EDUCATIVA.....	160
ENQUADRAMENTO DA CARTA EDUCATIVA.....	161
POLÍTICA INTEGRADA DO MUNICÍPIO.....	161
CONVERGÊNCIA COM POLÍTICA REGIONAL.....	163
CONVERGÊNCIA COM POLÍTICA NACIONAL E EUROPEIA.....	164
ANEXOS.....	166
ANEXO A – REQUALIFICAÇÕES A EDIFÍCIOS ESCOLARES.....	166

Índice de tabelas

Tabela 1: População residente nos momentos censitários 1991, 2001, 2011 e 2021, Portugal, Alentejo (NUTII), Alentejo Central (NUTIII), Estremoz (concelho) e Freguesias	26
Tabela 2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, Portugal, Alentejo (NUTSII), Alentejo Central (NUTIII), Estremoz (concelho) e Freguesias	27
Tabela 3: País, grupos de regiões (Alentejo - NUT II e Alentejo Central - NUT III), concelho (Estremoz) e Freguesias (do concelho de Estremoz), em função da dinâmica de crescimento em três décadas (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021)	29
Tabela 4: Proporção de população das freguesias no conjunto da população do concelho de Estremoz (%), 2021	30
Tabela 5: Densidade populacional (Pop./km ²), concelho de Estremoz e freguesias, 2021	31
Tabela 6: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), por freguesias e total do concelho de Estremoz, 2021	34
Tabela 7: Índice de Envelhecimento, Proporção de Jovens, Adultos e Idosos e Relações de Dependência (%), por freguesias e total do concelho de Estremoz, 2021	34
Tabela 8: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2011-2021, por freguesias e total do concelho de Estremoz	37
Tabela 9: População residente em 2011 e 2021, total de nados-vivos e óbitos 2011-2020 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2011-2021, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Total, Tipologia de Crescimento, por freguesias e concelho de Estremoz	39
Tabela 10: Nados-vivos (N), por freguesia e concelho de Estremoz, 2011-2022	42
Tabela 11: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Alentejo Central e respetivos concelhos, 2001, 2009-2022	44
Tabela 12: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), por país, região (NUT II e III) concelho, 2011-2022	46
Tabela 13: População por grupos etários escolares, total de idades escolares e total (n.º), concelho de Estremoz e Alentejo Central, 2021	48
Tabela 14: População por grupos etários escolares (% do total), concelho de Estremoz e Alentejo Central, 2021, Proporção da população total (%) na região do Alentejo Central, 2021	48
Tabela 15: Projeções da População Total para 2021, Portugal e Alentejo, por cenários	48
Tabela 16: Projeção da população por grupos etários escolares (n.º), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033	49
Tabela 17: Projeção da população por grupos etários escolares (% do total), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2031	49
Tabela 18: Variação do resultado da projeção da população por grupos etários escolares em quinquênios (%), cenário baixo, Alentejo, 2021-2023, 2023-2028, 2028-2031	49
Tabela 19: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, Estremoz e Alentejo Central, 2023	49
Tabela 20: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, Estremoz e Alentejo Central, 2028	50
Tabela 21: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, Estremoz e Alentejo Central, 2033	50
Tabela 22: Densidade empresarial e Número médio de empresas não financeiras por cada 100 habitantes, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019, 2020 e 2021	51
Tabela 23: Número de PME's e de Grandes Empresas, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019, 2020 e 2021	52
Tabela 24: Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras (%), no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019, 2020 e 2021	53

<i>Tabela 25: Número de empresas não financeiras, total e por setor de atividade, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2021</i>	54
<i>Tabela 26: Número médio de pessoas ao serviço das empresas não financeiras, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019, 2020 e 2021</i>	56
<i>Tabela 27: Número médio de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2021</i>	57
<i>Tabela 28: Trabalhadores ao serviço das empresas por situação na profissão, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019 (%)</i>	59
<i>Tabela 29: Trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade, nos concelhos, no Alentejo Central e no Continente, 2019 (%)</i>	59
<i>Tabela 30: Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2017, 2018, 2019 (%)</i>	60
<i>Tabela 31: Taxa de desemprego segundo os censos, total e por sexo, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2001, 2011 e 2021</i>	61
<i>Tabela 32: Taxa de desemprego segundo os censos, por grupo etário, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2001, 2011 e 2021</i>	62
<i>Tabela 33: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social e do subsídio de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2019-2021</i>	63
<i>Tabela 34: Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social e do Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2018-2021</i>	64
<i>Tabela 35: Beneficiários de pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, de velhice, de invalidez e de sobrevivência, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2018-2020</i>	64
<i>Tabela 36: População ativa total segundo os censos, no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2001, 2011, 2021</i>	65
<i>Tabela 37: Taxas de atividade segundo os censos (%), no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2001, 2011, 2021</i>	65
<i>Tabela 38: Ganho médio mensal total dos trabalhadores por conta de outrem, no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2017, 2018, 2019 (€)</i>	66
<i>Tabela 39: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, e diferença mulheres-homens, no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2017, 2018, 2019 (€)</i>	66
<i>Tabela 40: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade concluída, no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2019 (€)</i>	67
<i>Tabela 41: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica, no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2019 (€)</i>	67
<i>Tabela 42: Informações gerais sobre estabelecimentos escolares da rede pública</i>	72
<i>Tabela 43: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para atividades letivas, 2023</i>	74
<i>Tabela 44: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para trabalho, 2023</i>	75
<i>Tabela 45: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para outras utilizações, 2023</i>	76
<i>Tabela 46: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços exteriores, 2023</i>	77
<i>Tabela 47: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos equipamentos para várias utilizações, 2023</i>	78
<i>Tabela 48: Avaliação geral do estado dos edifícios, 2023</i>	79
<i>Tabela 49: Irradiação máxima, população base e área de influência dos estabelecimentos escolares, 2023</i>	80
<i>Tabela 50: Número de crianças inscritas em Berçário e Creche, por entidade, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023</i>	81

Tabela 51: Número de crianças inscritas em Pré-Escolar, Rede Pública, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2023	82
Tabela 52: Número de alunos matriculados no 1º ciclo, Agrupamento de Escolas de Estremoz, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2023	83
Tabela 53: Número de alunos matriculados no ensino secundário, por curso e via de ensino, na rede pública e %, 2022/2023	83
Tabela 54: Cursos lecionados e número de formandos integrados no IEFP, por área e por freguesia/união de freguesia, 2022/2023	84
Tabela 55: Número de alunos com medidas seletivas, adicionais e PEI e % sobre o total de alunos, por ciclo de ensino, 2022/2023	86
Tabela 56: Alunos por nível/ciclo de ensino e por estabelecimento escolar/UO, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023	90
Tabela 57: Alunos com medidas seletivas, adicionais, Plano Educativo Individual (PEI), que frequentam os Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA) e que beneficiam do Prolongamento Horário (PH), por Unidade Orgânica, 2022/2023	93
Tabela 58: Docentes por nível/ciclo de ensino e por estabelecimento escolar (N) e Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023	94
Tabela 59: Outros profissionais por tipo (N), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023	97
Tabela 60: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, do 1º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	101
Tabela 61: Alunos transferidos, com anulações de matrícula, retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos) e com absentismo elevado (%), por unidade orgânica da rede pública, no 1º ciclo	103
Tabela 62: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, do 2º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	104
Tabela 63: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula, retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos) e com absentismo elevado (%), por unidade orgânica da rede pública, no 2º ciclo	106
Tabela 64: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, do 3º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	107
Tabela 65: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula, retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos) e com absentismo elevado (%), por unidade orgânica da rede pública, no 3º ciclo	109
Tabela 66: Médias de Classificações externas (CE), Índices (média nacional = 100) e Declives face à média concelhia, dos Cursos Científico-humanísticos, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	110
Tabela 67: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, do Ensino Secundário, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	111
Tabela 68: Taxas de conclusão, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	111
Tabela 69: Taxas de não conclusão de alunos que continuam inscritos no ensino profissional, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	112
Tabela 70: Taxas de não conclusão de alunos inscritos noutras modalidades de ensino, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	112
Tabela 71: Taxas de não conclusão de alunos que não estão inscritos no Ensino Secundário, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021	113
Tabela 72: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula, retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos) e com absentismo elevado, por unidade orgânica da rede pública, no Ensino Secundário	114

<i>Tabela 73: Identificação dos projetos educativos estruturantes</i>	116
<i>Tabela 74: Aspetos positivos e negativos referidos pelos atores locais sobre o contexto territorial, demográfico e socioeconómico</i>	119
<i>Tabela 75: Aspetos positivos e negativos referidos pelos atores locais sobre o edificado, infraestruturas e equipamento</i>	120
<i>Tabela 76: Aspetos positivos e negativos referidos pelos atores locais sobre as ofertas escolares</i>	122
<i>Tabela 77: Aspetos positivos e negativos referidos pelos atores locais sobre a população escolar</i>	124
<i>Tabela 78: Aspetos positivos e negativos referidos pelos atores locais sobre o desempenho educativo</i>	125
<i>Tabela 79: Aspetos positivos e negativos referidos pelos atores locais sobre os projetos e parcerias</i>	126
<i>Tabela 80: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 1 – Edificado, Equipamentos e Identidade</i>	147
<i>Tabela 81: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 2 – Integração (parte 1)</i>	149
<i>Tabela 82: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 2 – Integração (parte 2)</i>	150
<i>Tabela 83: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 3 – Ofertas educativas e formativas (parte 1)</i>	153
<i>Tabela 84: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 3 – Ofertas educativas e formativas (parte 2)</i>	154
<i>Tabela 85: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 3 – Ofertas educativas e formativas (parte 3)</i>	155
<i>Tabela 86: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 4 – Promoção do sucesso escolar (parte 1)</i>	158
<i>Tabela 87: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 4 – Promoção do sucesso escolar (parte 2)</i>	159
<i>Tabela 88: Articulação entre Objetivos Estratégicos da Carta Educativa e política municipal</i>	161
<i>Tabela 89: Articulação entre Objetivos Estratégicos da Carta Educativa e política regional</i>	163
<i>Tabela 90: Articulação entre Objetivos Estratégicos da Carta Educativa e política nacional e europeia</i>	164

Índice de figuras

<i>Figura 1: Modelo de Planeamento Estratégico Participado CIES-IUL</i>	8
<i>Figura 2: Estratégia metodológica “multimétodo”</i>	9
<i>Figura 3: Análise SWOT</i>	11
<i>Figura 4: Inserção territorial do concelho</i>	18
<i>Figura 5: Modelo Territorial do PRTO Alentejo, 2010</i>	19
<i>Figura 6: Rede de transportes escolares, 2023/2024</i>	21
<i>Figura 7: Localização dos estabelecimentos escolares do concelho</i>	70
<i>Figura 8: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no contexto territorial, demográfico e socioeconómico</i>	131
<i>Figura 9: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no cenário dos estabelecimentos, população e ofertas escolares</i>	133
<i>Figura 10: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no quadro das dinâmicas de promoção do sucesso escolar</i>	136
<i>Figura 11: Esquema da teoria do Eixo 1 – Edificado, Equipamentos e Identidade</i>	140
<i>Figura 12: Esquema da teoria do Eixo 2 – Integração</i>	141
<i>Figura 13: Esquema da teoria do Eixo 3 – Ofertas educativas e formativas</i>	142
<i>Figura 14: Esquema da teoria do Eixo 4 – Promoção do sucesso escolar</i>	144

Índice de gráficos

Gráfico 1: Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019-2022.....	22
Gráfico 2: Densidade de alojamentos familiares por km ² , no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019-2021.....	23
Gráfico 3: Número médio de alojamentos familiares por km ² , por freguesia, 2021.....	23
Gráfico 4: Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar, no concelho e por freguesia, 2016-2021.....	24
Gráfico 5: Número de estabelecimentos escolares do ensino não superior, por natureza institucional e por nível de ensino, no concelho, 2016/2017-2021/2022.....	24
Gráfico 6: Transporte utilizado nos movimentos pendulares (%), no concelho, 2011 e 2021.....	25
Gráfico 7: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, Portugal, Alentejo (NUTSII), Alentejo Central (NUTIII), Estremoz (concelho) e Freguesias.....	28
Gráfico 8: Pirâmide etária (%) do concelho de Estremoz, 2021.....	32
Gráfico 9: Pirâmide etária (%) da freguesia de Arcos, 2021.....	32
Gráfico 10: Pirâmide etária (%) da freguesia de Évora Monte (Santa Maria), 2021.....	32
Gráfico 11: Pirâmide etária (%) da freguesia de Glória, 2021.....	32
Gráfico 12: Pirâmide etária (%) da freguesia de São Domingos de Ana Loura, 2021.....	33
Gráfico 13: Pirâmide etária (%) da UF de Estremoz (Santa Maria e Santo André), 2021.....	33
Gráfico 14: Pirâmide etária (%) da UF de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão, 2021.....	33
Gráfico 15: Pirâmide etária (%) da UF de Mamporcão e São Bento de Ana Loura, 2021.....	33
Gráfico 16: Pirâmide etária (%) da UF de Ameixal (Santa Vitória e São Bento, 2021.....	33
Gráfico 17: Pirâmide etária (%) da freguesia de Veiros, 2021.....	33
Gráfico 18: Índice de Envelhecimento (%), por freguesias e total do concelho de Estremoz, 2021.....	35
Gráfico 19: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por freguesias e total do concelho de Estremoz, 2021.....	36
Gráfico 20: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total - TCi (%) no período intercensitário 2011-2021, por freguesias do concelho de Estremoz.....	38
Gráfico 21: Nados-vivos (N), Concelho Estremoz, 2011-2022.....	40
Gráfico 22: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Alentejo Central e respetivos concelhos, 2001, 2009-2022.....	45
Gráfico 23: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), por país, região (NUT II e III) concelho, 2011-2022.....	46
Gráfico 24: Percentagem de empresas por setor de atividade económica, no concelho, 2021.....	55
Gráfico 25: Número médio de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica, no concelho, 2021.....	58
Gráfico 26: Empresas não financeiras com menos de 10 trabalhadores, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2021 (%).....	58
Gráfico 27: Trabalhadores por conta de outrem por regime de duração do trabalho, nos concelhos, no Alentejo Central e no Continente, 2019 (%).....	60
Gráfico 28: Diferença entre a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional, no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2017, 2018 e 2019 (€).....	67
Gráfico 29: População residente com 15 ou mais anos segundo os censos por nível de escolaridade completo mais elevado, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2021.....	68
Gráfico 30: Taxa de analfabetismo segundo os censos, total e por sexo, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2021.....	69
Gráfico 31: Número total de alunos no concelho, por ciclo/nível de ensino, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023.....	89

Gráfico 32: Número de alunos no concelho, por Unidade Orgânica, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023.....	89
Gráfico 33: Alunos por sexo, por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	91
Gráfico 34: Alunos beneficiários da Ação Social Escolar (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	91
Gráfico 35: Escolaridade média dos Encarregados de Educação (anos), por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	92
Gráfico 36: Naturalidade dos alunos, por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	92
Gráfico 37: Naturalidade dos encarregados de educação, por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	93
Gráfico 38: Docentes por sexo (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	94
Gráfico 39: Docentes por grupo etário (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	95
Gráfico 40: Docentes por vínculo contratual (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	95
Gráfico 41: Número médio de alunos por docente (N), por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	96
Gráfico 42: Outros profissionais por sexo (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	98
Gráfico 43: Outros profissionais por grupo etário (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	98
Gráfico 44: Outros profissionais por vínculo contratual (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	99
Gráfico 45: Número médio de alunos por assistente operacional (N), por Unidade Orgânica, 2022/2023.....	99
Gráfico 46: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do 1º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021.....	102
Gráfico 47: Médias de Classificações internas (CI), do 2º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022.....	104
Gráfico 48: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do 2º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021.....	104
Gráfico 49: Médias de Classificações internas (CI), do 3º ciclo, por Unidade Orgânica, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022.....	107
Gráfico 50: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do 3º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021.....	108
Gráfico 51: Médias de Classificações internas (CI) e de Classificações externas (CE), do Ensino Secundário, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022.....	110
Gráfico 52: Progressão dos Índices (média nacional = 100) e Declives face à média regional das médias de classificações externas do Ensino Secundário, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022.....	110
Gráfico 53: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do Ensino Secundário, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021.....	111
Gráfico 54: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de conclusão dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021.....	112
Gráfico 55: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de não conclusão de alunos inscritos noutras modalidades de ensino, nos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021.....	113
Gráfico 56: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de não conclusão de alunos que não estão inscritos no Ensino Secundário, nos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021.....	113

Introdução

A Atualização da Carta Educativa do Concelho de Estremoz resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Estremoz e o Iscte (através do CIES-Iscte). O objetivo é, tal como o nome indica,

atualizar aquele documento, enquanto instrumento de planeamento prospetivo dos estabelecimentos escolares e das ofertas educativas e formativas e, em simultâneo, instrumento de planeamento estratégico de promoção da igualdade de oportunidades e da coesão social.

A presente Carta Educativa posiciona-se como um documento autónomo, produzido a partir das informações recolhidas sobre o concelho de Estremoz em fontes estatísticas, documentais e a partir de auscultações realizadas junto dos atores locais, e regularmente sujeito às validações das entidades locais e às decisões da Câmara Municipal de Estremoz.

O documento foi elaborado de acordo com o sugerido na publicação da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e do Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE), de maio de 2021, intitulada “Carta Educativa. Guião para Elaboração” e, por isso, além de seguir a estrutura proposta, contém todos os conteúdos indicados como necessários. Alguns dos conteúdos, desde análises a sistematizações, foram complementados e melhorados de acordo com a metodologia de trabalho da Equipa CIES-Iscte, e outros tiveram de ser ajustados às informações disponíveis nas entidades locais, quer em termos de quantidade de informação, quer em termos da forma como os dados se encontravam organizados.

A Carta Educativa está organizada em três Capítulos. No Capítulo 1 expõe-se o enquadramento político e legislativo deste documento estratégico municipal e, também, o enquadramento teórico e metodológico que orientou o trabalho de recolha, análise e sistematização por parte da Equipa do CIES-Iscte.

O Capítulo 2 contém o estudo de Diagnóstico do concelho. Começa com a avaliação da Carta Educativa de 1ª geração, apresenta-se depois o concelho em termos históricos e territoriais, analisam-se as dinâmicas sociais, demográficas e socioeconómicas e sistematiza-se o conjunto de informações, o mais completo possível, sobre a rede educativa, pública e privada, do concelho de Estremoz.

No Capítulo 3, surge o resumo do estudo de diagnóstico organizado em pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, identifica-se a visão, missão e princípios políticos que a Câmara Municipal de Estremoz definiu para os próximos 10 anos; descrevem-se os esquemas teóricos de enquadramento dos Objetivos Estratégicos e expõem-se as intervenções futuras, e respetivas metas e indicadores de monitorização, que decorrem do diagnóstico e da visão para a educação no concelho; por fim, analisa-se o enquadramento dos Objetivos Estratégicos definidos para os próximos 10 anos na política municipal, regional e nacional.

Capítulo 1: Enquadramento

Este capítulo começa por apresentar o enquadramento político deste documento, tal como definido pela Câmara Municipal de Estremoz. O plano de trabalho para este estudo foi construído com base numa linha orientadora que inicia num quadro legislativo específico, e que continua num enquadramento teórico e metodológico, que se explicam de seguida.

Enquadramento político

No contexto do processo de descentralização de competências da Administração Central para as autarquias locais, a transferência de competências para os municípios assume um papel fundamental na área de educação, mas também na saúde e na ação social.

A educação, a par da ação social e da saúde, é o maior investimento que podemos deixar para o futuro dos nossos municípios, do nosso país e principalmente para as vidas das nossas crianças e jovens. Estas três áreas que já não “vivem” dissociadas são relevantes para a promoção de cidadãos motivados e preocupados com os grandes temas da sociedade.

No mandato autárquico 2021-2025 o município de Estremoz, a Câmara Municipal de Estremoz assumiu, uma clara aposta na Educação, não apenas por imposição do processo de transferência de competências, nem por se tratar de um dever constitucional, mas sobretudo, por considerarmos que a formação dos mais jovens é um pilar fundamental para o desenvolvimento e para a afirmação de Estremoz como território educativo.

Ao assumirmos um conjunto de novas responsabilidades na área da educação, da saúde e da ação social temos por objetivo a criação de mais e melhores condições para que se promovam aprendizagens de qualidade, que tornem os nossos jovens melhores profissionais, mais exigentes e cidadãos de pleno direito, capazes de intervir e de contribuir para o progresso da nossa comunidade. Outro objetivo que visamos é, ponderando a complexidade e diversidade da sociedade atual, o propósito de não deixar ninguém para trás, com ações de prevenção, apoio, integração e melhoria em cooperação e compromisso com os parceiros do território.

Através da prossecução de políticas educativas inovadoras, iremos consolidar Estremoz como um território de conhecimento, que valoriza a formação ao longo da vida, a inclusão, a identidade cultural e o potencial humano. Queremos que os Estremocenses do futuro estejam seriamente empenhados com o seu concelho, com o seu desenvolvimento e com o progresso e qualidade de vida de todos, e estamos sinceramente convencidos de que este é o caminho certo para construir um Estremoz cada vez melhor.

Temos agora a responsabilidade acrescida de desenvolver um planeamento estratégico municipal com vista à promoção do sucesso escolar, à prevenção do abandono, à concretização da igualdade de oportunidades educativas e à coesão social do nosso território. Para isso é preciso valorizar os principais agentes educativos das escolas. Se por um lado os docentes são os promotores do processo educativo, por outro, o Pessoal Não Docente é quem garante as condições logísticas para que o mesmo, nas suas múltiplas vertentes, possa ser implementado. Destacamos ainda o papel crucial dos pais e encarregados de educação para atingir o pleno de uma educação de qualidade.

Por forma a estruturar a sua ação em prol da Educação e do desenvolvimento do concelho, o município de Estremoz concertou esforços com o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, apostando, através da nova carta educativa municipal, num verdadeiro um Plano Educativo Municipal, que assenta em quatro eixos de intervenção, evidenciando uma estratégia municipal para o nosso território e que espelham a visão estratégica do concelho para a área da educação:

Eixo 1. Edificado e Equipamentos

Eixo 2. Integração

Eixo 3. Ofertas Educativas e Formativas

Eixo 4. Promoção do Sucesso Escolar

Estes eixos têm como principal objetivo a valorização de Estremoz como centro educativo, junto da sua própria comunidade e junto dos concelhos limítrofes, tornando-se essencial incentivar a cooperação das várias entidades locais (escolas, associações, empresas, autarquias) para benefício de todas as crianças e jovens, em primeiro lugar, mas de forma a criar mais-valias para todo o território.

Pretende-se ainda contribuir para o desenvolvimento de cidadãos preparados para o futuro, dotados de conhecimentos e competências necessárias, e diminuir as assimetrias internas entre as freguesias do concelho de Estremoz.

Enquadramento legislativo

As Cartas Educativas são um instrumento municipal de planeamento estratégico para o investimento na área da educação (racionalizar recursos, melhorar e adequar as infraestruturas às prioridades de planeamento urbano e à evolução da procura e da oferta educativa) e de aproximação aos, e de diálogo com os, sistemas educativos locais, pensando no território municipal em si e no seu desenvolvimento, mas também como parte de uma unidade territorial mais alargada.

Em termos legislativos, a Carta Educativa está atualmente enquadrada e definida nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Este diploma concretiza, em parte, a continuidade do movimento de “transferência de competências da Administração direta e indireta do Estado para o poder local democrático, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que “concretiza e desenvolve os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública, plasmados no n.º 1 do artigo 6.º da Constituição da República Portuguesa” (Prólogo: 674). Este movimento de partilha de responsabilidades entre Estado Central e comunidades locais, em particular as Autarquias, tem-se verificado no território nacional, sobretudo nas últimas décadas.

O município de Estremoz assumiu, em 2008, através de contrato execução algumas responsabilidades no domínio da educação, previstas então pelo Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, designadamente, as referentes à gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação Pré-escolar, às atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do Ensino Básico e à gestão do parque escolar no 1.º e 2.º ciclo do ensino Básico.

A juntar a estas responsabilidades, o município já vinha assumir desde a lei de bases do sistema educativo, a ação social escolar, com o fornecimento de refeições e a gestão dos refeitórios escolares no Pré-escolar e 1.º ciclo, assim como a organização e controlo de funcionamento dos transportes escolares.

A partir do dia 1 de março de 2022, o município de Estremoz assumiu novas responsabilidades no planeamento, na gestão e na realização de investimentos em matéria de Educação, com base no Decreto-Lei n.º 21/2019, relativo às transferências de competências.

Sendo a Educação um processo transversal, deve comprometer todos os agentes educativos numa estratégia coesa e acertada, porque sabemos que o trabalho em rede é muito mais profícuo do que quando feito de forma isolada. Foi partindo desta premissa e cumprindo o estipulado nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, que partimos para a elaboração de instrumentos de planeamento, designadamente a elaboração ou atualização de Carta Educativa do concelho de Estremoz.

A Carta Educativa é um documento de planeamento estratégico que tem como objetivo o ordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino, que deverá assentar numa dimensão prospetiva que dê resposta às necessidades de educação num determinado território, pautando-se por critérios de eficácia e eficiência, quer ao nível dos recursos, quer ao nível das ofertas educativas. Inicialmente designada por Carta Escolar, a Carta Educativa, foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, no qual foram tipificados os conteúdos. A Carta Educativa do concelho de Estremoz, que ainda se encontra em vigor teve a sua homologação a 27 de março de 2007.

Fruto das evoluções socioeconómicas ocorridas nos últimos anos e da própria evolução do Sistema Educativo os instrumentos de Planeamento, nos quais a Carta Educativa se inclui necessitam agora de uma revisão e adequação, fruto das alterações no ordenamento da rede educativa e de acordo com a nova legislação em vigor.

A Carta Educativa de 2ª Geração, enquadrada e definida nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, resulta da Carta Educativa, que foi revista e atualizada com novos dados e novas perspetivas contando com o envolvimento de toda a comunidade. A nova Carta Educativa do concelho de Estremoz, considera também a necessidade de reconfigurar, adequar a rede escolar, aos objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo e da legislação, de forma a compatibilizar a oferta e a procura de equipamentos de Educação, assim como a oferta formativa e as várias respostas no âmbito da ação social escolar e saúde.

Na perspetiva de que o desenvolvimento do concelho está diretamente relacionado com a existência de cidadãos cada vez mais esclarecidos e que tal só é possível através da Educação, uma Educação que aposta no enriquecimento de competências e saberes dos seus cidadãos, o município de Estremoz pretende preconizar uma estratégia educativa, consubstanciada na 2ª Geração da Carta Educativa Municipal e na elaboração do Plano Educativo Municipal.

Desta forma de um documento focado na prospeção das necessidades da rede escolar face às projeções demográficas, passa a um documento de planeamento estratégico municipal para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e a coesão social nos diferentes territórios.

O sistema educativo português mantém como característica o centralismo do modelo de governação. No entanto, o aumento das competências transferidas para a alçada dos municípios transformou a essência da Carta Educativa. De um “instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município (n.º 1, art.º 10º do Decreto-Lei n.º 7/2013, de 15 de janeiro)”, ou seja, documento focado na prospeção das necessidades da rede escolar face às projeções demográficas, passa a um documento de planeamento estratégico municipal para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e a coesão social nos diferentes territórios. No atual diploma, o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, surgem expressos como principais objetivos os que em baixo citamos:

“1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente; 2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação; 3 — A carta educativa deve promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis; 4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos; 5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa” (art.º 6, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro) com a política territorial do Município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas.

A elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal e deve conter, pelo menos, a caracterização da rede escolar (edificado e equipamentos), o diagnóstico concelhio territorial, demográfico e socioeconómico, projeções de desenvolvimento demográfico e uma proposta de intervenção ao nível da rede pública. Após a sua elaboração, a Carta Educativa deve ser discutida no Conselho Municipal de Educação, submetida ao “departamento governamental com competência na matéria, que, no prazo de 30 dias, se pronuncia sobre eventuais desconformidades da carta com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos estatuidos no presente decreto-lei, nomeadamente o disposto no artigo 8º, ou com outros instrumentos aplicáveis à elaboração da carta” (n.º 4, art.º 14 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro) e, posteriormente, aprovada em sede de Assembleia Municipal. A Carta Educativa deve ser revista em caso de criação ou encerramento de estabelecimentos escolares (da educação Pré-escolar e do Ensino Básico e Secundário), de desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa e, de forma obrigatória, de dez em dez anos.

Naturalmente, a Carta Educativa deve respeitar os princípios e objetivos estabelecidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pela primeira vez pela Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, pela segunda vez pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, que republica o diploma) e pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 65/2015, de 3 de julho, que, em complemento à LBSE, estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação Pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.

As áreas e ações estratégicas que fiquem inscritas na presente Carta Educativa devem também considerar outros dois documentos estratégicos. Um deles, o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar elaborado no quadro das orientações de política educativa definidas no Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019 e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, assenta sobre três princípios fundamentais: i) os planos estratégicos devem ser elaborados por quem melhor conhece os contextos, limitações e potencialidades dos territórios, ou seja, pelas comunidades locais; ii) a comunidade local, em particular as escolas, desempenha um papel fundamental na promoção do sucesso e da aprendizagem, apesar de todos os fatores, conhecidos e desconhecidos, que os condicionem/potenciem; iii) a missão da escola pública passa por garantir que todos os alunos concluem a aprendizagem de saberes, competências, atitudes e comportamentos necessários para a concretização de projetos de vida bem sucedidos. Outro documento é a Agenda 2030 das Nações Unidas, que apresenta uma lista de 17 objetivos de desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável definidos como uma visão comum para a Humanidade e que encerra “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”, que devem ser promovidas e trabalhadas junto das novas gerações.

O processo de revisão das Cartas Educativas transformou-as numa ferramenta ao serviço de projetos educativos de âmbito concelhio e com carácter estratégico, tendo também como objetivos o combate ao insucesso escolar e a conclusão da etapa do Ensino Secundário pelos alunos. Esta mudança de contexto, bem como os objetivos da Câmara Municipal de Estremoz, obrigam a que os exercícios de revisão da Carta Educativa, sem dispensar os procedimentos técnicos tradicionais de análise das necessidades resultantes do ajustamento da oferta de equipamentos à procura por parte da comunidade, implica também um enfoque no envolvimento dos diversos agentes pertinentes e na construção de uma visão partilhada e prospetiva do que deverá ser a rede de escolas e equipamentos escolares, a rede educativa e formativa e uma estratégia para a promoção do sucesso educativo em articulação com projetos focados no desenvolvimento social e económico do território.

Enquadramento teórico

Na sequência do exposto no enquadramento legislativo, é necessário considerar que se trata de redigir um documento de planeamento estratégico para um período de vigência de 10 anos. Tendo em conta esse objetivo, optou-se pela abordagem do Planeamento Estratégico, na qual se considera que planejar é pensar numa realidade desejada e conceber um plano para a atingir, ou seja, é operar com base na mobilização de conhecimento para identificar as ações necessárias à projecção estruturada e organizada de uma mudança face a uma situação diagnosticada que se pretende alterar dentro de um prazo definido e mobilizando um conjunto determinado de recursos.” (Capucha, 2008: 7).¹

O conceito “estratégico” surgiu no mundo empresarial associado à necessidade de analisar o ambiente e o contexto de uma empresa como forma de projetar o seu futuro, através da reorganização dos seus recursos e tendo em conta o seu meio envolvente (Costa [1997], 2003).² A definição de uma estratégia pressupõe, por isso, um compromisso com um futuro desejado o que, por sua vez, supõe o envolvimento dos vários interessados, e, em simultâneo, identifica o que fazer para o atingir (Idem), enquanto o “planeamento” clarifica quanto ao como fazer (Estêvão, 1998).³ Posiciona-se, então, como um instrumento de gestão que pode ser utilizado para que a organização possa aproveitar as suas oportunidades e reduzir os seus riscos, adequando-se às constantes transformações que ocorrem no cenário local, regional, nacional e mundial.

A gestão estratégica é um modelo cíclico e evolutivo (Caldeira, 2009)⁴ pois percorre cinco fases. A primeira é o estudo ou o diagnóstico da realidade presente da organização. A segunda é o plano de ação em que se define a identidade, ou as linhas orientadoras da ação, e os objetivos a atingir em função do futuro desejado. A esta, segue-se a fase da implementação do plano que deve ser sempre acompanhada de uma quarta fase, a do acompanhamento, de forma a aferir se as metas delineadas para atingir os objetivos definidos estão a ser cumpridas, e para fazer os necessários reajustamentos à ação; e que se pode traduzir na realização de várias fases de monitorização ao longo da implementação. Por último, a fase da prestação de contas que pode acontecer após cada monitorização e que também deve ser realizada terminado o período de vigência do plano de ação.

O planeamento estratégico depressa extrapolou o mundo das empresas, porque a metodologia de trabalho e as vantagens que proporciona torna-o adaptável ao processo de gestão de qualquer organização, projeto, plano, programa, serviço, etc., que se pretenda implementar, avaliar e melhorar (Vasconcelos e Machado, 1979),⁵ envolvendo os diversos atores nos processos. Pela sua natureza e procedimentos é perfeitamente adequável à elaboração de documentos municipais e intermunicipais de planeamento estratégico.

Porém, é preciso contemplar que um plano é igualmente um documento que pressupõe um projeto de mudança que deve ser negociado e acordado entre os vários agentes, através do qual se produz conhecimento sobre a realidade de partida, sobre as diversas perceções dos vários atores sobre a sua realidade, considerando pontos fortes e pontos fracos, e sobre as necessidades de intervenção, e sobre possíveis percursos de mudança mais eficazes e eficientes e, também, flexíveis de forma a promover a mudança desejada da melhor forma (Capucha, 2008).

A chamada para a participação dos diversos atores num processo de mudança, desde a primeira etapa, permite recolher os diversos pontos de vista, incentivar o debate e a reflexão sobre várias questões, identificar pontos comuns e, muito importante, contribui, dessa forma, para a existência de

1 Capucha, L. (2008). Planeamento e Avaliação de Projectos – Guião prático. Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Lisboa.

2 Costa, J.A. ([1997] 2003). O Projecto educativo da escola e as políticas educativas locais – Discursos e práticas. Aveiro: Universidade de Aveiro.

3 Estêvão, C.V. (1998). Gestão Estratégica nas Escolas. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional.

4 Caldeira, J. (2009). Monitorização da Performance Organizacional. Lisboa: Almedina.

5 Vasconcelos, S. F. e Machado, A. M. V. (1979). Planeamento estratégico: formulação, implementação e controle. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

um propósito comum e para a sensação de inclusão num processo que lhes diz diretamente respeito. Assim como, potencia uma melhor participação de todos os atores pertinentes nos processos de mudança efetivos previstos no documento estratégico, uma melhor gestão de recursos e um acompanhamento das ações mais eficaz de forma a alterar os procedimentos quando necessário. O incentivo à participação dos atores é essencial uma vez que a “racionalidade que o planeamento introduz reclama uma atitude crítica e reflexiva que ajude a encontrar em cada momento a decisão mais acertada e concertada” (Capucha, 2008: 15).

Face ao exposto, o processo de elaboração da Carta Educativa de Estremoz assenta na metodologia do Planeamento Estratégico Participado que a mesma equipa de investigadores tem vindo a desenvolver, com base nas teorias expostas anteriormente de forma bastante resumida.

A primeira etapa do processo passa, então, sempre pela realização de um Diagnóstico (ver figura em baixo) que produza conhecimento sobre a realidade existente de forma a identificar quais as fragilidades a resolver e quais as ações a traçar de forma mais realista, mesmo que ambiciosa, da mudança desejada. A metodologia de Planeamento Estratégico Participado prevê que desde a primeira etapa os atores locais sejam incluídos no processo, não apenas como complemento do estudo de diagnóstico, mas também, e talvez seja isto o mais importante, para identificar quais as vantagens e as fragilidades para quem vive, trabalha e/ou estuda na região e nos concelhos, potenciar redes de colaboração futuras e fomentar uma melhor gestão, e partilhada, de recursos (algo importante em territórios em forte depressão demográfica como é o caso do Alentejo Central).

Por isso, a Carta Educativa de Estremoz é um documento que se sustenta em conhecimento produzido por uma equipa de investigadores do CIES-Iscte sobre a área da educação no território com base em informações recolhidas em diversas fontes e que se dividem em dois grandes conjuntos: i) informações concretas sobre as características da população em geral, da população escolar e das escolas da rede pública e privada localizadas no município; ii) perceções de atores locais sobre o seu concelho e respetivas escolas, parceiros, alunos, famílias e profissionais; sobre as prioridades de melhoria para o Agrupamento de Escolas e Escola Não Agrupada, sobre o contexto pandémico que trouxe novos desafios à educação e sobre o novo ator que atualmente desempenha papéis localmente, a Autarquia.

Figura 1: Modelo de Planeamento Estratégico Participado CIES-IUL



Fonte: Construção própria.

O caminho para a mudança inicia-se com a identificação clara dos problemas a resolver e/ou das necessidades a prover numa primeira etapa; passa depois pela identificação dos objetivos a concretizar a longo prazo, objetivos que devem ser definidos de forma rigorosa e com clareza quanto ao que se pretende atingir. Numa terceira etapa há que organizar os objetivos tendo em conta as pré-

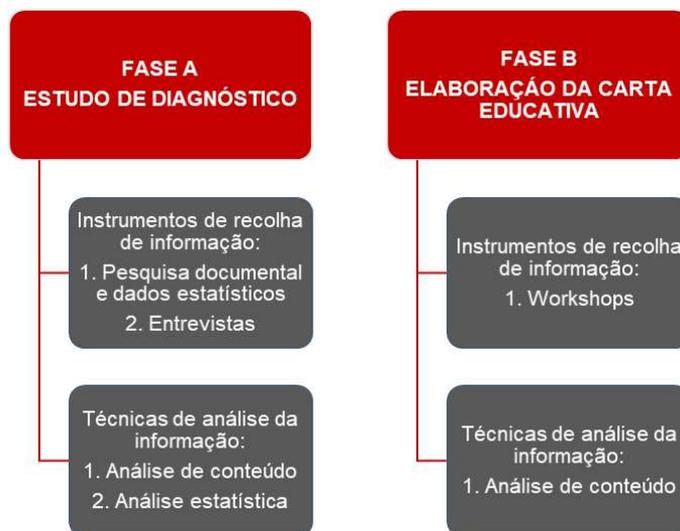
condições necessárias à sua concretização, ou seja, tornar claro o caminho a percorrer para atingir os resultados esperados. E na quarta etapa identificar as intervenções a implementar para concretizar o caminho desenhado.

Enquadramento metodológico

A equipa optou por articular as etapas com base no conhecimento científico que produz na fase de diagnóstico em que aplica uma estratégia metodológica “multimétodo” e em que se recolhem os dados objetivos necessários e as perceções de vários atores locais e que nos dão conta do enquadramento e das missões que os mesmos atribuem aos documentos estratégicos.

O diagnóstico permitiu identificar as prioridades de melhoria, ou seja, a identificar os principais problemas a resolver, e também os mais referenciados pelos vários atores locais, para os quais foram criados objetivos estratégicos de acordo com as tomadas de decisão das entidades locais. Definidos os objetivos estratégicos, procedemos à sua decomposição em várias ações hierarquizadas e, por fim, à calendarização de todas as ações identificando os responsáveis pela sua implementação e monitorização/avaliação, as metas a atingir e os indicadores para as medir.

Figura 2: Estratégia metodológica “multimétodo”



Fonte: Construção própria.

O estudo seguiu uma estratégia metodológica “multimétodo” porque prevê a recolha de informação em várias fontes e com recurso a técnicas qualitativas e quantitativas e a triangulação dos dados obtidos, na nossa ótica, uma forma de minimizar algumas das limitações das estatísticas disponíveis, assim como a sempre existente subjetividade decorrente da maior proximidade que se cria entre investigadores e objeto de estudo ao longo do processo do trabalho de campo, e, também, de aumentar a coerência, a clarificação e a ilustração de resultados. A figura 2 ilustra quais as técnicas de recolha e de análise de informação utilizadas: i) pesquisa e análise de documentos; iii) pesquisa e análise de dados estatísticos sobre o território e sobre as respostas sociais; iv) auscultações, por via de entrevistas individuais e de grupo; e, por último, a v) dinamização de workshops, com vários atores locais, de apresentação e discussão de resultados do estudo de diagnóstico e definição de objetivos para a Carta Educativa.

As entrevistas seguiram o modelo de entrevistas semi-dirigidas respondendo, dessa forma, à necessidade de questionar os atores sobre dimensões de análise geralmente mobilizadas em trabalhos de elaboração de Cartas Educativas. Embora mantendo níveis de liberdade e de autonomia

de resposta por parte dos inquiridos mediante as suas reflexões (Ghiglione e Matalon, 1993),⁶ o guião permite uma necessária normalização de perguntas que potencia uma análise comparada entre agentes (Bardin, 2011)⁷ e retirar conclusões que possam ser mais facilmente sistematizáveis e comparadas com os resultados das outras análises. Considera-se este instrumento, da entrevista semi-dirigida, o mais adequado para recolher opiniões e perceções, em profundidade, dos atores. Os discursos produzidos pelos atores auscultados durante as entrevistas foram posteriormente analisados através da técnica da análise de conteúdo, recorrendo ao programa informático Maxqda que permite uma melhor e mais fácil sistematização dos discursos recolhidos e comparação entre os mesmos. Esta comparação substitui a necessidade de realizar entrevistas até ao ponto de saturação da informação (Guerra, 2006).⁸ A análise de conteúdo é a mais adequada para realizar “inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 1986: 104),⁹ de acordo com as dimensões de análise.

Os workshops orientados para a discussão sobre os resultados do estudo de diagnóstico e sobre as prioridades de melhoria para os dez anos de vigência da Carta Educativa, transformados em objetivos estratégicos, constituiu um passo crucial para concretizar, quer a participação dos atores locais na definição de uma estratégia concelhia, quer para garantir a sua melhor mobilização no processo de concretização daquele documento estratégico. Estes workshops contribuíram igualmente para melhorar o estudo de diagnóstico, encontrar consensos relativamente às prioridades de melhoria e definir objetivos estratégicos e ações de forma concertada entre os vários atores locais como parte da estratégia a implementar.

Na segunda fase do projeto, para a redação da Carta Educativa, ao pretender criar objetivos estratégicos que promovam o desenvolvimento educativo, e conseqüentemente desenvolvimento socioeconómico e cultural do território, capaz de atrair população de outras regiões e países, o plano de trabalho implicou criar um processo de monitorização das ações desenvolvidas, logo, da performance das várias entidades promotoras e das escolas, que se pode designar como uma gestão por objetivos (Caldeira, 2015).¹⁰ Este autor, considera como uma das grandes vantagens deste tipo de gestão o processo de clarificação das prioridades com base no conhecimento científico construído a partir do diagnóstico, e em conjugação com a missão e código deontológico de quem vai agir, ou seja, do promotor do plano de ação.

A análise SWOT, assim designada a partir das palavras que lhe dão origem – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats – descrita pela primeira vez por autores da Escola de Harvard (Helms e Nixon, 2010),¹¹ consolidou-se como uma ferramenta adequada ao planeamento estratégico por facilitar o processo de sistematização do conhecimento produzido na fase do diagnóstico, através da identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos inerentes ao objeto em avaliação; e as oportunidades e ameaças do meio envolvente. A leitura cruzada dos quatro quadrantes (figura em baixo) permite entender como os pontos fortes podem ser mobilizados para aproveitar as oportunidades e como os pontos fracos podem atrasar ou ampliar as ameaças à educação na região e nos concelhos (Idem).

Figura 3: Análise SWOT

6 Ghiglione, R. e Matalon, B. (1993). *O Inquérito – Teoria e Prática*, Oeiras: Celta Editora.

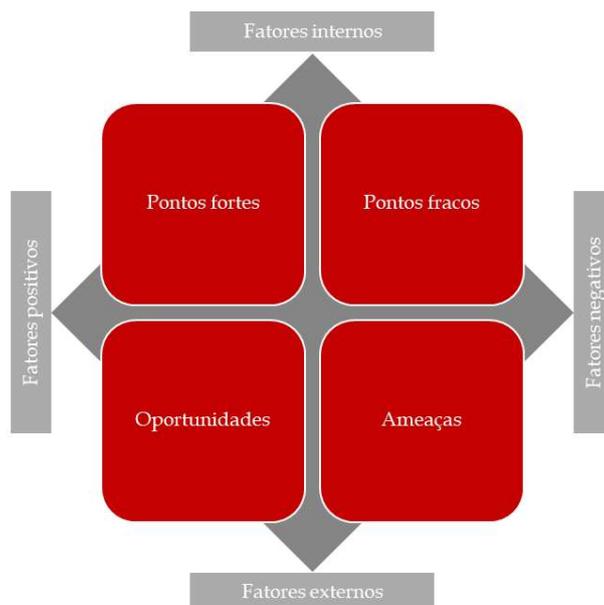
7 Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Coimbra: Edições 70.

8 Guerra, I.C., (2006). *Pesquisa qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipia Editora.

9 Vala, J. (1986). “A Análise de Conteúdo”. Em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, p. 101-128.

10 Caldeira, J. (2015). *Guidelines para a elaboração do plano estratégico – Boas práticas no setor público*, Lisboa; Estratégia Elementar Books.

11 Helms, M.M. e Nixon, J. (2010). “Exploring SWOT analysis – where are we now? A review of academic research from the last decade”. Em *Journal of Strategy and Management*. vol. 3 n. 3, p. 215-251.



Fonte: Helms e Nixon, 2010.

O plano de trabalho foi executado em diálogo permanente com os atores locais. Considera-se importante manter uma lógica participativa, promovendo o envolvimento tão ativo quanto possível de todas as partes interessadas e, em simultâneo, o desenvolvimento de uma componente mais “pericial”, que permitam uma ampla e diversificada recolha de informação e de perspetivas, interesses e posições dos agentes envolvidos, de forma direta e indireta, no sistema de educação e formação de Estremoz.

Plano de trabalho realizado

Exposto o enquadramento teórico e metodológico do projeto, passamos à descrição das tarefas executadas ao longo do projeto de atualização da Carta Educativa.

1. Finalização e validação da estratégia metodológica e do plano de trabalho com a Câmara Municipal de Estremoz.

2. Elaboração do estudo de diagnóstico:

2.1. Recolha, análise e sistematização de dados objetivos para caracterização do território, demográfica (e projeções demográficas) e socioeconómica do concelho recorrendo a bases de dados nacionais (por exemplo, a Pordata e o INE) e a documentos da Câmara Municipal (Plano Diretor Municipal e outros).

2.2. Recolha, análise e sistematização de dados objetivos para caracterização dos edifícios escolares, da rede de ofertas educativas e formativas, da população escolar e do desempenho escolar, através do preenchimento de uma Ficha de Caracterização pelo Agrupamento de Escolas, uma pela Escola Não Agrupada, e por cada um dos estabelecimentos escolares da rede privada, solidária e lucrativa, com oferta para primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar).

2.3. Realização das auscultações para aferir as perceções sobre as necessidades e as prioridades de melhoria da educação no concelho de Estremoz, nomeadamente,

- 6 Entrevistas individuais com:
 - Vice-Presidente da Câmara Municipal de Estremoz (realizada a 10 de fevereiro de 2023),

- Diretor do Agrupamento de Escolas de Estremoz (realizada a 19 de dezembro de 2022),
- Diretor da Escola Secundária Rainha Santa Isabel (realizada a 19 de dezembro de 2022),
- Diretor da Creche S. Francisco de Assis (realizada a 19 de julho de 2023),
- Diretor do Centro Social e Paroquial de Santo André (realizada a 28 de dezembro de 2022),
- Diretor Creche e Jardim de Infância Rainha Santa Isabel (realizada a 20 de dezembro de 2022).
- 7 Entrevistas de grupo com:
 - Docentes (coordenadores de departamento) do Agrupamento de Escolas de Estremoz (realizada a 19 de julho de 2023),
 - Docentes (coordenadores de departamento) da Escola Secundária Rainha Santa Isabel (realizada no dia 07 de março de 2023),
 - Representantes de educadores e de outros profissionais da rede privada (realizada a 19 de julho de 2023),
 - Representantes de alunos, encarregados de educação e outros profissionais do Agrupamento de Escolas de Estremoz e da Escola Secundária Rainha Santa Isabel (realizada no dia 09 de março de 2023),
 - Representantes de encarregados de educação da rede privada (realizada a 20 de julho de 2023),
 - Representantes da Segurança Social, do Setor de Ação Social e setor da educação da CME, do IEFP, da CerciEstremoz, da PSP, da GNR e da CPCJ (realizada no dia 15 de fevereiro de 2023),
 - Presidentes das Juntas de Freguesia de Arcos, de Évora Monte (Santa Maria), de Glória, de São Domingos de Ana Loura, de Veiros, da União das Freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André), da União de Freguesias de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura, da União de Freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão e da União de Freguesias do Ameixial (Santa Vitória e São Bento) (realizada no dia 27 de fevereiro de 2023).

2.4. Redação e entrega do Relatório de Progresso (com resultados do estudo de diagnóstico).

3. Redação da Carta Educativa

3.1. Realização da análise SWOT aos resultados do estudo de diagnóstico.

3.2. Redação de uma proposta de possíveis objetivos estratégicos.

3.3. Realização de dois workshops de apresentação e discussão de resultados do estudo de diagnóstico e definição de objetivos para Carta Educativa com:

- Câmara Municipal,
- Atores e entidades incluídos nos momentos de auscultação anteriores.

4. Redação e entrega do documento final (melhoria do estudo de diagnóstico e proposta de Carta Educativa).

Capítulo 2: Diagnóstico

Neste capítulo apresenta-se o concelho no momento do diagnóstico que antecedeu a implementação da Carta Educativa de Estremoz. Inclui a avaliação da Carta Educativa anterior, a apresentação do concelho de Estremoz considerando a sua história, o seu território e o seu sistema de transportes, a análise das dinâmicas demográficas e socioeconómicas e uma análise profunda à rede educativa pública e privada do concelho: identificação e descrição dos estabelecimentos escolares, da população escolar, do desempenho escolar, dos projetos educativos estruturantes e as dinâmicas dos empregadores e da comunidade na área da educação.

A Carta Educativa de 1ª geração: uma avaliação

A Carta Educativa do Concelho de Estremoz de 1ª geração foi elaborada pelos Serviços de Educação da Câmara Municipal. A equipa que viria a concluir o documento iniciou os trabalhos Janeiro de 2006 terminando-os em 2 de novembro de 2006.

O processo de aprovação/ validação percorreu os diversos órgãos no mês de novembro: Conselho Municipal de Educação em 03/11/2006; Câmara Municipal em 13/11/2006 e a Assembleia Municipal em 24/11/2006. Mereceu parecer favorável conjuntamente do Ministério da Educação, do Gabinete de Informação e Avaliação de Sistemas Educativos, da Direção Regional de Educação do Alentejo e foi homologada pela então Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues, em 27 de março de 2007.

O documento compreende treze capítulos, dez dos quais de enquadramento, identificação e caracterização da realidade territorial, demográfica, socioeconómica e educativa do concelho e os restantes com a definição das propostas de intervenção no parque escolar e de projetos a desenvolver, junto da comunidade educativa.

Em julho de 2007, com vista ao acompanhamento e controlo do processo de intervenção no parque escolar, bem como à identificação de eventuais desvios face ao que foi previsto inicialmente, surge a primeira, e única, monitorização da Carta Educativa.

Nesta fase de elaboração de novo documento impõe-se:

a) Determinar e avaliar o grau de execução territorial das propostas da Carta Educativa de 1.ª geração face ao conjunto de expectativas inicialmente traçadas (monitorização e avaliação das propostas realizadas e não realizadas, bem como dos resultados produzidos na esfera territorial, com particular destaque para a rede e parques escolares);

Partindo do conhecimento reunido na época, o município de Estremoz propôs a seguinte hierarquização de intervenções no Parque Escolar (utilizando-se as designações dos estabelecimentos escolares então em uso):

1. Ampliação e reconversão, com alteração de tipologia da EB2,3 Sebastião da Gama, para EB1,2,3;
2. Ampliação e reconversão das instalações da Escola Secundária/ 3º ciclo Rainha Santa Isabel de Estremoz;
3. Reconversão e requalificação da EB1/JI da Mata – Estremoz;
4. Ampliação e requalificação da EB1 de Veiros;
5. Ampliação, reconversão e alteração da tipologia da EB1 para EB1/JI de Arcos;
6. Ampliação e requalificação da EB1/ JI Evoramonte;
7. Requalificação da EB1 de S. Lourenço de Mamporcão e alteração de tipologia para EB1/JI;

Estremoz

8. Requalificação da EB1/JI de Glória;
9. Reconversão, requalificação e alteração da tipologia da EB1 de S. Bento do Cortiço para EB1/JI;
10. Conservação e requalificação da EB1 S. Domingos de Ana Loura;
11. Requalificação da EB1 de S. Bento do Ameixial;
12. Requalificação da EB1 de Santa Vitória do Ameixial e alteração de tipologia para EB1/JI.

Assumindo o papel transversal que a educação representa na sociedade, a autarquia designou como Projetos Educativos relevantes a desenvolver os seguintes:

- Escola a Tempo Inteiro – Prolongamentos de horário no pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico;
- Criação de Programa de Apoio ao Financiamento de Projetos Educativos (PAPAE);
- Feiras das Escolas;
- Protocolo entre Agrupamento de Escolas, Escola Secundária, Escola Profissional da Região Alentejo, Instituto de Emprego e Formação Profissional e Câmara Municipal, no âmbito da orientação vocacional e ofertas educativas;
- Academia Sénior;
- Projeto Inter-geracional – Estremoz Solidário;
- Produção e distribuição de materiais pedagógicos para as escolas;
- Museu Escolar de Veiros.

As intervenções previstas no parque escolar registaram uma taxa de concretização de 100%, contudo veio a verificar-se a posterior suspensão das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico de S. Lourenço de Mamporcão e de S. Bento do Ameixial, na sequência da Recomendação nº 4/2011 de 26 de abril.

Com as intervenções concluídas ficam reunidas melhores condições físicas, de conforto e higiene, para o sucesso do processo de ensino/aprendizagem dos alunos, tanto no que respeita ao espaço das salas de aula como na reorganização de todos os espaços das escolas.

No que concerne aos Projetos Educativos implementados consideramos, de uma forma geral, uma perceção bastante positiva, uma vez que todos eles registaram uma adesão acima da expectativa.

Numa análise mais pormenorizada podemos afirmar que:

- Escola a Tempo Inteiro – é uma oferta que o município mantém, até aos dias de hoje, enquanto entidade promotora das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), no 1º ciclo e das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), na educação Pré-escolar, numa parceria com a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas. Esta opção veio facilitar bastante as famílias porque alargou o tempo de permanência dos alunos na escola pública, permitindo às famílias desenvolver as suas atividades profissionais num horário mais funcional. Por outro lado, os alunos passaram a poder usufruir de atividades lúdicas em diversas áreas fora do currículo que lhes permitem novas experiências de consolidação dos conhecimentos, como é o caso de: atividade física e desportiva, patinagem, basquetebol, judo, inglês, música, expressões artísticas, barrística, teatro, leituras criativas, ciências, xadrez.

No presente ano letivo, o universo de alunos no 1º ciclo nas escolas do concelho de Estremoz é de 434, dos quais 378 frequentam as AEC. No que respeita à educação Pré-escolar estão inscritas 252 crianças, das quais 237 frequentam as AAAF. As áreas de oferta são bastante diversificadas e estão enquadradas nos domínios científico, linguístico, artístico e desportivo.

Os números de frequência apresentados atestam que as metas deste projeto foram atingidas com sucesso.

- Criação de Programa de Apoio ao Financiamento de Projetos Educativos – O PAPAE foi implementado no sentido de o município apoiar financeiramente os projetos candidatados

Estremoz

pelas escolas, com critérios de atribuição de verbas bem definidos, com vista a igualdade de oportunidades. Foram apresentadas mais de uma centena de candidaturas tendo sido apoiadas 90%, pelo que se considera que a medida foi atingida com sucesso.

O programa foi descontinuado por decisão política do executivo seguinte.

- Feiras das Escolas – Tratou-se de uma iniciativa que foi ganhando forte dimensão consecutivamente. O certame inicialmente tinha por objetivo apresentar os trabalhos, projetos e atividades de todas as escolas do concelho, mas, com o passar dos anos, foi-se alargando aos concelhos vizinhos, ganhou dimensão regional e, nas últimas edições, contou com expositores de todos os níveis de ensino (desde a educação Pré-escolar ao Ensino Superior) e de vários pontos do país.

Neste evento, as comunidades educativas que visitaram o certame, puderam desfrutar de um espaço de exposição, ofertas educativas, seminários, debates, diversão, cultura, partilha de experiências e conhecimentos.

O evento foi descontinuado por decisão política do executivo seguinte.

- Protocolo entre Agrupamento de Escolas, Escola Secundária, Escola Profissional da Região Alentejo, Instituto de Emprego e Formação Profissional e Câmara Municipal, no âmbito da orientação vocacional e ofertas educativas. A primeira finalidade deste documento foi a estreita articulação entre os vários agentes educativos existentes no concelho para uma oferta educativa profissional concertada e orientada as necessidades de mercado.
- Academia Sénior – Este projeto surgiu no sentido de dar resposta a uma franja da população que não estava contemplada. Começou por oferecer a oportunidade aos seniores de terem ocupação para os seus tempos livres e, em simultâneo, adquirirem conhecimentos em áreas específicas do seu interesse. Com o passar dos anos foi-se consolidando e, neste momento, é uma mais valia reconhecida por várias dezenas de pessoas que ali encontram diariamente momentos de “trabalho” útil e de prazer.
- Projeto Intergeracional Estremoz Solidário – Este projeto teve como objetivo o combate ao isolamento social e à solidão de pessoas idosas residentes no concelho; fomentar a intergeracionalidade, contribuir para a construção de uma imagem de idoso como repositório vivo de memória e identidade.

Realizaram-se várias edições no mês de dezembro, com a adesão e o sucesso desejado.

- Produção e distribuição de materiais pedagógicos para as escolas – A autarquia produziu e distribuiu materiais pedagógicos para as escolas, com vista a uma melhor aquisição de competências pelos alunos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento integral e harmonioso. Os materiais referidos abrangiam as áreas de: Proteção Civil; Educação Ambiental, Segurança Rodoviária, Segurança Infantil, Património, Formação Cívica.
- Museu Escolar de Veiros – A recuperação desta antiga escola do 1º ciclo teve como objetivo a criação de um espaço de educação não formal, onde os visitantes teriam a possibilidade de, através de atividades lúdicas, ficar a conhecer melhor a história de Portugal, a partir da primeira República até à atualidade. Seria um espaço intergeracional, com um quiosque de internet e um ponto de informação turística e, em simultâneo, um pólo museológico com um espólio das primeiras salas de aula do estado novo.

Infelizmente este projeto ficou por concluir por constrangimentos exteriores.

A Carta Educativa foi alvo de um único processo de monitorização, que se concluiu em julho de 2007, que não trouxe grandes alterações ao que havia sido proposto no documento inicial.

Da análise da evolução quantitativa da rede educativa do município, avaliando a sua adequabilidade às necessidades presentes, nomeadamente face aos cenários populacionais (presentes e futuros) e respetivos impactos na rede educativa, conclui-se que as condições físicas do

Estremoz

edificado são boas, contudo, revela-se a necessidade de reabertura de uma sala de Jardim de Infância (S. Lourenço de Mamporcão) e também a criação de uma resposta de Creche.

Enquadrando as propostas educativas municipais em função dos objetivos definidos no Programa Governamental para a Educação em vigor, o município está neste momento recetivo às propostas das escolas, no que respeita a medidas a integrar na candidatura ao Programa (Inter)municipal de Promoção do Sucesso Escolar, com vista à redução das saídas precoces do sistema educativo, ao enriquecimento das aprendizagens, aos desafios de integração do número crescente de alunos migrantes, à melhoria geral das condições pessoais e sociais de toda a comunidade educativa.

O concelho de Estremoz

História

Existem vestígios da presença humana no concelho, pelo menos desde o período do Paleolítico. Da época dos Romanos subsistem hoje vestígios arqueológicos de uma villa rústica em Santa Vitória do Ameixial e do “Tanque dos Mouros”, estrutura de armazenamento e abastecimento de águas, junto ao lugar das Mártires. Dos povos germânicos, mais precisamente dos Visigodos, existem os vestígios de uma necrópole na Herdade da Silveirona, na freguesia de Santo Estêvão.

Da presença muçulmana, o vestígio mais relevante será um possível arco em ferradura numa das antigas portas da muralha do Castelo de Veiros.

D. Afonso III outorga foral a Estremoz em 1258 e a Evoramonte em 1271. Por sua vez, de Veiros só se conhece o foral de 1510, concedido por D. Manuel I, mas sabe-se que o seu termo já existia em 1258.

Em 1336 a Rainha Santa Isabel morreu em Estremoz, nos seus aposentos situados no Castelo Medieval, sabendo-se que era seu hábito passar longos períodos nesta povoação.

Nas guerras pela independência, ainda no século XIV, Estremoz foi sempre um centro de primeira importância. Serviu várias vezes de local de aquartelamento das tropas fiéis a Nuno Álvares Pereira, que daqui atacavam os invasores castelhanos. Desta terra partiu o Santo Condestável para a famosa Batalha dos Atoleiros.

Já no decorrer da Guerra da Restauração, a Praça de Estremoz foi ampliada e fortemente protegida por um sistema defensivo abaluartado, que abraça o centro histórico num perímetro com mais de cinco quilómetros, cuja maior parte ainda hoje subsiste. Várias batalhas foram combatidas por corpos militares aqui estacionados, como por exemplo a das Linhas de Elvas, a Batalha do Ameixial e a de Montes Claros.

Por sua vez, durante as Guerras Liberais, em Estremoz ocorreu o chamado “Massacre dos Armazéns”, no qual pereceram, assassinados às mãos da população e parte do Exército, mais de 30 presos liberais. A célebre Convenção de Evoramonte foi assinada nesta localidade do concelho de Estremoz, a 26 de maio de 1834, e pôs termo a esta guerra fratricida.

A 25 de Abril de 1974 as tropas do Regimento de Cavalaria 3 saíram de Estremoz em direção a Lisboa, onde tiveram um papel fundamental para a queda do regime ditatorial. (texto retirado da página da Câmara Municipal de Estremoz).

Território

O concelho de Estremoz integra o Alentejo, NUT II, e o Alentejo Central, a NUTS III, cuja área coincide com o distrito de Évora que integra 14 concelhos. Relativamente aos seus limites administrativos, o concelho faz fronteira a Norte com o Alto Alentejo, a Este com Arraiolos, a Oeste com Borba e a Sul com Redondo.

Encontra-se subdividido em 9 freguesias: Arcos, Évora Monte, Glória, São Domingos de Ana Loura, Veiros, União de Freguesias de Estremoz, União das Freguesias de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura, União de Freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão e União de Freguesias do Ameixial (Santa Vitória e São Bento).

Figura 4: Inserção territorial do concelho



Fonte: construção própria.

A sua posição geográfica traduz-se num forte potencial para criação de sinergias com outros concelhos pertencentes ao Alentejo Central e ao Alto Alentejo e com Espanha. Segundo o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) Alentejo, Estremoz tem como vantagens territoriais uma forte identidade e imagem urbana decorrente dos recursos históricos, culturais e patrimoniais (incluindo a arquitetura e o Centro de Ciência Viva de Estremoz), o sistema aquífero Estremoz-Cano, o eixo de especialização industrial no eixo das rochas ornamentais, a integração no corredor transversal *Lisboa-Vendas Novas-Montemor-o-Novo-Évora-Estremoz-Elvas-Campo Maior-Badajoz*, a consolidar, e no eixo urbano-industrial *Estremoz/Borba/Vila Viçosa e à cidade de Badajoz*.

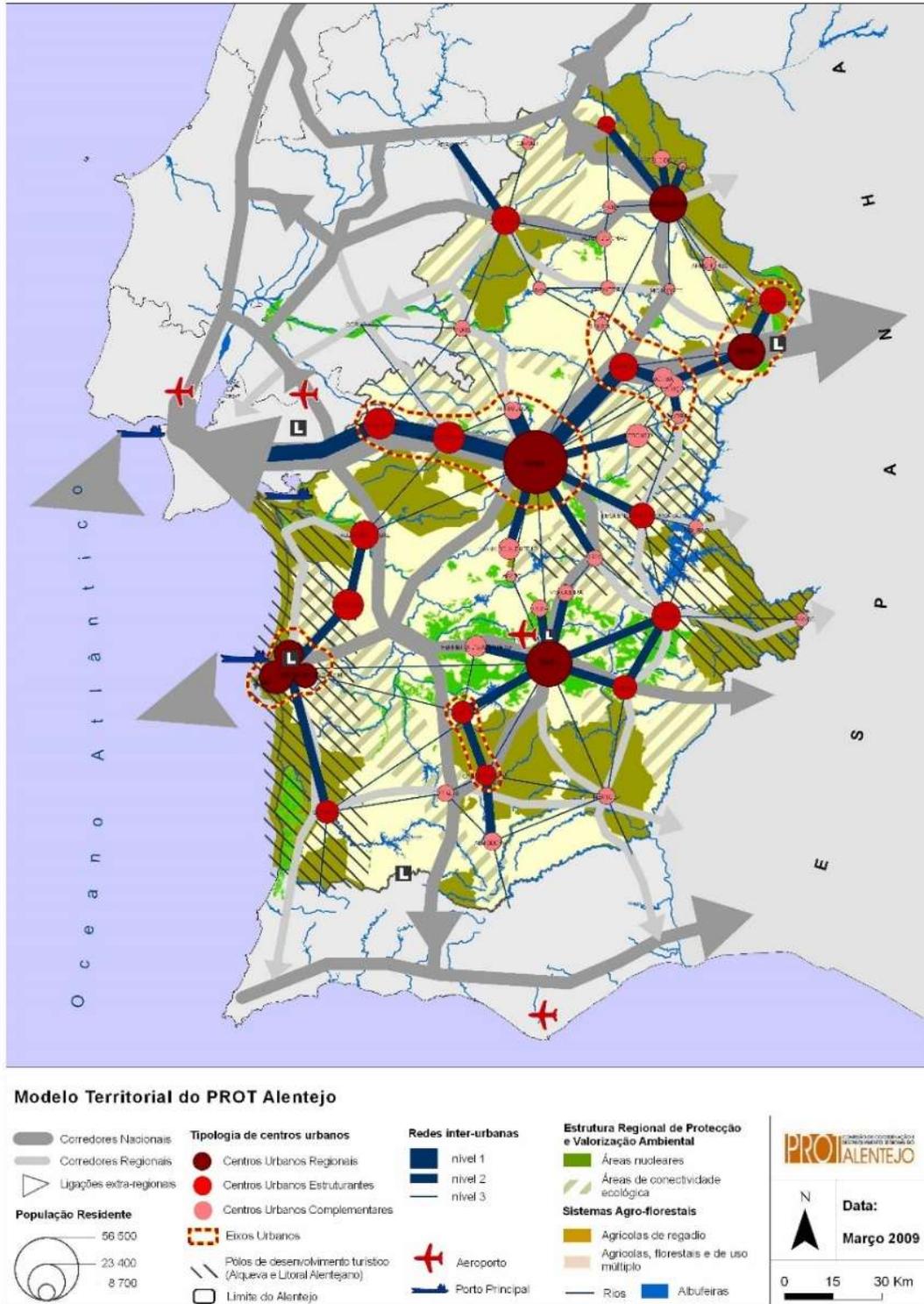
No mesmo documento surge identificado também como um dos Centros Urbanos Estruturantes (CUE) do Alentejo caracterizados por desenvolver um “leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas:

- Afirmar-se enquanto nós estruturantes do sistema urbano regional;
- Desenvolver redes de forte articulação com os centros urbanos regionais e os centros urbanos complementares, consolidando subsistemas urbanos;
- Desempenhar funções de articulação supramunicipal e construir e dinamizar redes urbanas potenciadoras de coesão e competitividade territorial;
- Cooperar na promoção conjunta de um espaço socioeconómico territorialmente articulado e que ofereça uma coesão produtiva e ou sócio-cultural;

Estremoz

- Afirmar redes multifuncionais e redes temáticas, eventualmente em complementaridade com os centros urbanos regionais, em que a proximidade ou a contiguidade urbana não são requisitos necessários;
- Fomentar o inter-relacionamento institucional, com a participação dos diferentes agentes sociais e económicos, públicos e privados.”

Figura 5: Modelo Territorial do PRTO Alentejo, 2010



Fonte: CCDR Alentejo.

Estremoz

O Plano Diretor Municipal de Estremoz foi publicado no Diário da República no ano de 1995, mediante Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/95. Foi, entretanto, alvo de revisões tendo a última entrado em vigor no dia 17 de setembro de 2015, conforme publicação no mesmo meio. A revisão decorre, por um lado, da necessidade de adequação às especificidades do território e o seu enquadramento regional, bem como a análise e avaliação das dinâmicas territoriais, sociais, económicas e institucionais. E, por outro lado, da necessidade de ajustamento à estratégia de desenvolvimento territorial municipal de acordo com as tendências de evolução demográfica, social, económica e de ocupação do território.

Com a revisão, pretende-se a “valorização e na sustentabilidade do território, pretendendo alcançar os seguintes objetivos:

1. Afirmação do Concelho de Estremoz no contexto regional e nacional como área privilegiada de oferta de atividades turísticas, de lazer e económicas, sustentadas no ambiente natural e nos recursos endógenos;
2. Conclusão e manutenção da política de infraestruturização e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais;
3. Desenvolvimento de uma perspetiva holística (transversal na leitura estratégica e na ação sobre o território), envolvendo todos os protagonistas na sua quota-parte de participação.”

Com recurso a vários “instrumentos de gestão territorial:

- UOPG 1 - Estremoz, Quintinhas e Equipamentos;
- UOPG 2 - Estremoz Expansão Sudeste;
- UOPG 3 - Estremoz Expansão Sudeste;
- UOPG 4 - antiga UNOR 1;
- UOPG 5 - Plano de Urbanização da Cidade de Estremoz, incluindo a Área de Edificação em Solo Rural Periurbano de Frandina - Casas Novas - Mamporcão;
- UOPG 6 - PIER ED 1 Ameixial;
- UOPG 7 - PU Mártires, incluindo AESRP;
- UOPG 8 - PU S. Bento do Cortiço, incluindo AESRP;
- UOPG 9 - PU Glória, incluindo AESRP;
- UOPG 10 - PIER ED 2 Glória Sul;
- UOPG 11 - Veiros Expansão Nordeste;
- UOPG 12 - Evoramonte Sul;
- UOPG 13 - Evoramonte Expansão Este;
- UOPG 14 - S. Lourenço de Mamporcão Expansão Oeste;
- UOPG 15 - Montados da Serra d'Ossa (declaração como Paisagem de Interesse Municipal).”

Relativamente às acessibilidades, a principal forma de acesso ao concelho é a Autoestrada A6 que liga Lisboa a Madrid; complementada por um Itinerário Principal (IP), o IP2, que atravessa o concelho no sentido aproximadamente Norte-Sul e faz a ligação entre o Centro e Norte do País e o Algarve.

As restantes infraestruturas rodoviárias, que estabelecem a distribuição interconcelhia e intraconcelhia, incluem várias Estradas Nacionais (EN) – EN4, EN18, EN372, EN245 ou ainda a EN281 –, complementadas por estradas municipais (EM) e caminhos municipais (CM).

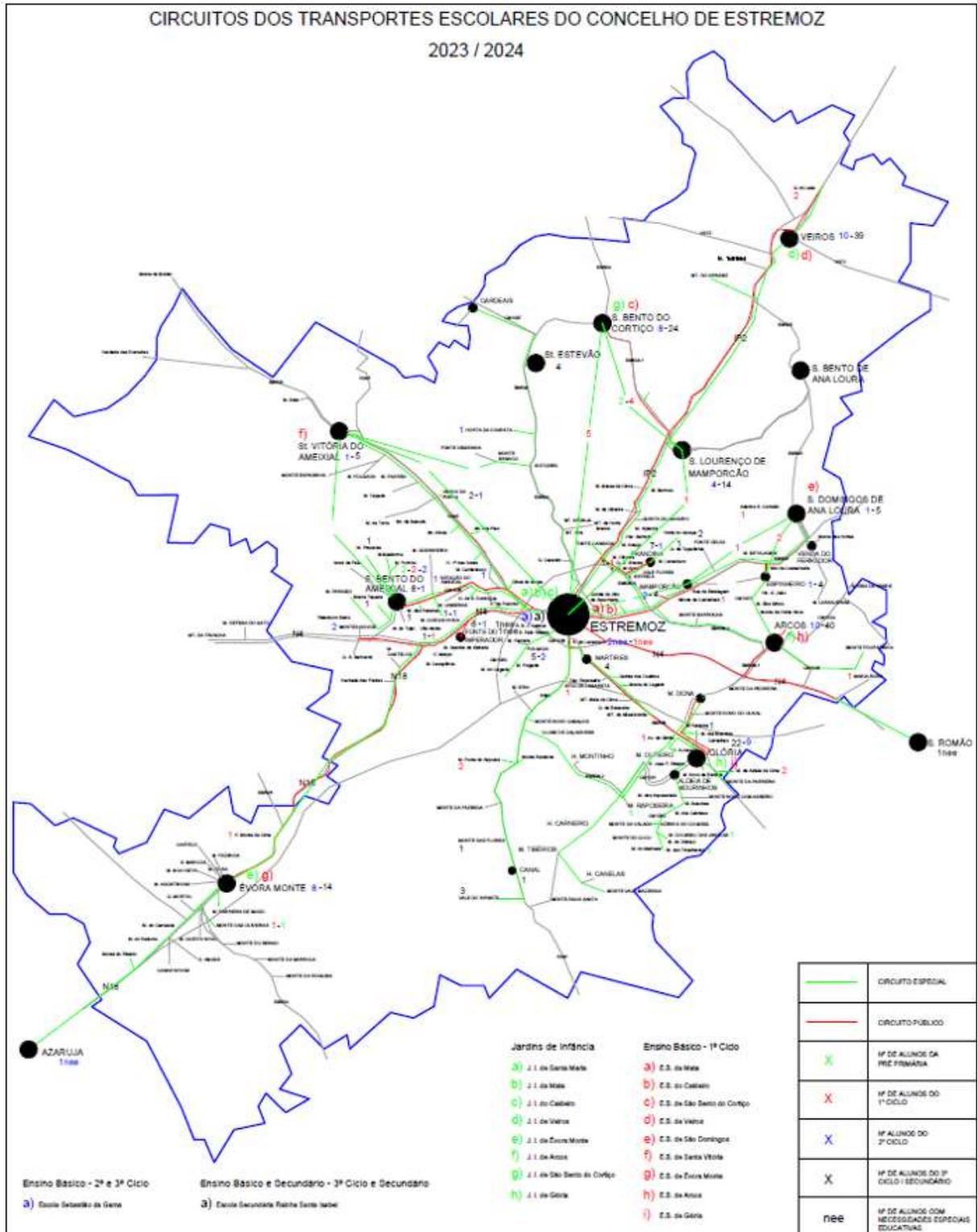
Quanto à rede ferroviária, encontra-se atualmente desativada. A estação mais próxima encontra-se em Évora (a cerca de 50 km) sendo necessário recorrer a um autocarro ou ao serviço de táxis para chegar ao concelho.

Existe uma rede de autocarros assegurada pelas empresas Transportes do Alentejo Central e Rede de Expressos.

Estremoz

O município de Estremoz desenvolveu uma rede de transportes escolares municipal, que asseguram as localidades em que não há cobertura dos transportes públicos, e de transportes adaptados (ver mapa na página seguinte). Esta rede é revista anualmente de acordo com as necessidades manifestadas pelas famílias que beneficiam destes serviços.

Figura 6: Rede de transportes escolares, 2023/2024



Fonte: Câmara Municipal de Estremoz.

Sistema urbano municipal

Estrutura urbana

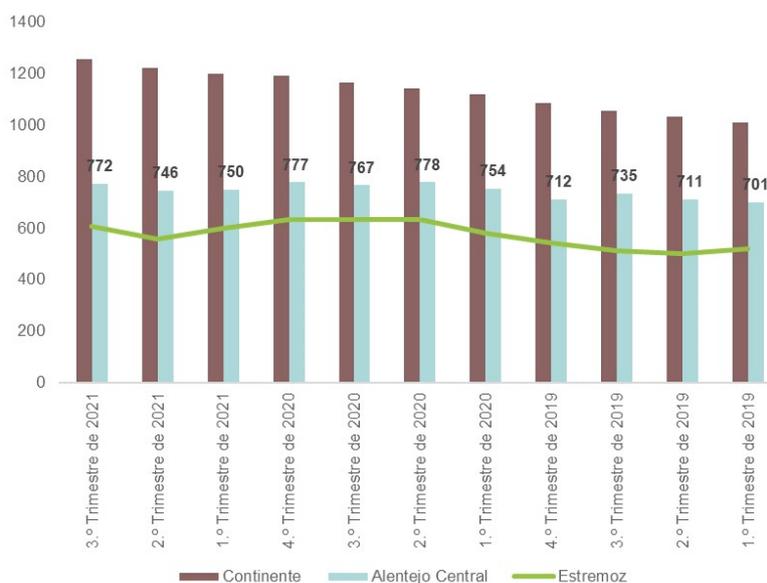
De acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) – aprovado com a Resolução do Conselho de Ministros em 1995, o território municipal é dividido nas seguintes classes de espaços:

- 1) “Cidade Património – centro histórico da cidade, o qual revela uma coerência urbanística ímpar a salvaguardar, a condicionar e a inspirar no sentido de desenvolvimento da cidade.
- 2) Cidade Serviços – área que abrange a cidade contemporânea e o espaço de atividades económicas e na qual prolifera uma série de serviços, equipamentos e estabelecimentos comerciais e industriais que sustentam a dinâmica vida diária da cidade, com os seus fluxos diários de pessoas e bens entre a urbe e os aglomerados rurais e a região.
- 3) Cidade ecológica – zona periurbana da cidade de Estremoz, na qual se desenvolveram pequenos, mas importantes núcleos urbanos de características e vivências rurais, como é o caso das Mártires, da Fonte do Imperador, da Folgada, da Frandina, das Casas Novas e de Mamporcão, várias Quintas de Recreio e Adegas que permitem que o sector vitivinícola seja hoje uma das atividades económicas com maior importância no Concelho.
- 4) Mundo Rural – corresponde, em termos espaciais, ao restante território concelhio e inclui os vários aglomerados urbanos de cada uma das freguesias rurais.”

De agora em diante, a análise centra-se nos alojamentos familiares, fogos licenciados e estabelecimentos escolares.

O valor mediano das vendas do concelho de Estremoz foi sempre inferior à média do Alentejo Central. O preço mediano de venda tem vindo a aumentar consistentemente no país, ao contrário do observado na região e no concelho que se manteve com valores entre os 700€ e os 800€, situação decorrente das condições do interior e interioridade.

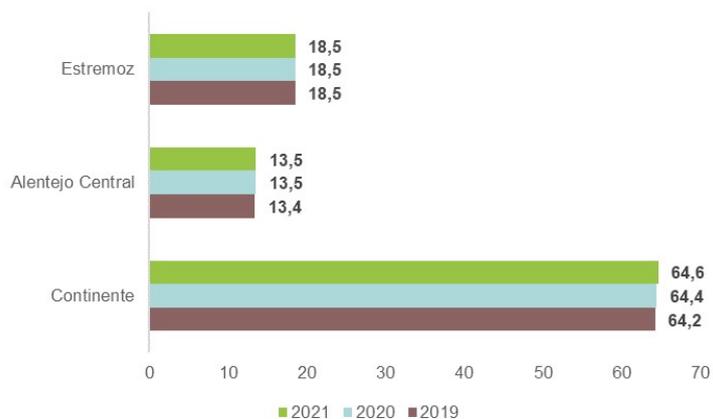
Gráfico 1: Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019-2022



Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local.

O concelho de Estremoz registou, entre 2019 e 2021, percentagens de densidade de alojamentos familiares de cerca de 19 alojamentos por km², acima da média regional (entre 13 e 14 alojamentos por km²), e bastante inferiores à média de Portugal continental (mais de 64 alojamento por km²).

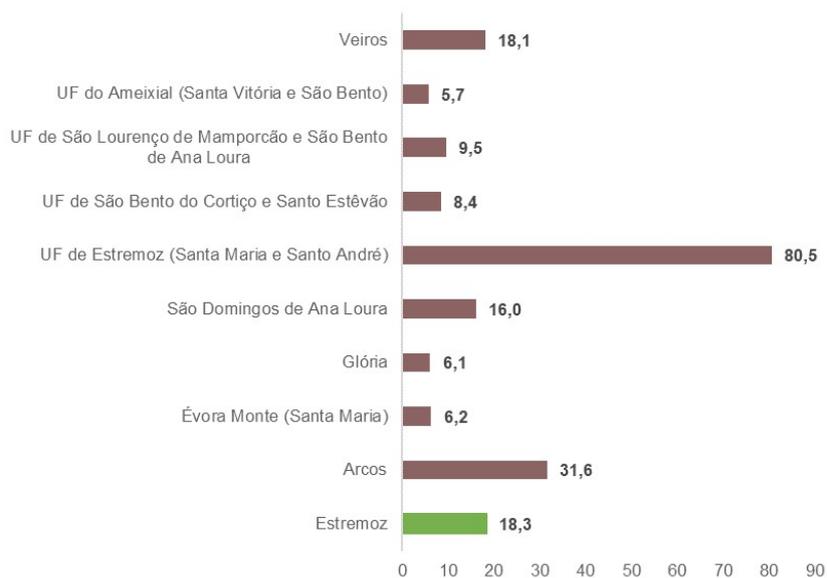
Gráfico 2: Densidade de alojamentos familiares por km², no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019-2021



Fonte: Pordata (INE - Estatísticas das Obras Concluídas).

Aprofundando a análise ao nível das freguesias, no gráfico seguinte, observa-se que, em 2021, a UF de Estremoz (Santa Maria e Santo André) registava o maior número médio de alojamentos familiares por km² – 80,5. Enquanto a UF do Ameixial (Santa Vitória e São Bento) tinha apenas 5,7 de alojamentos deste tipo por Km². A média do concelho era de 18,3.

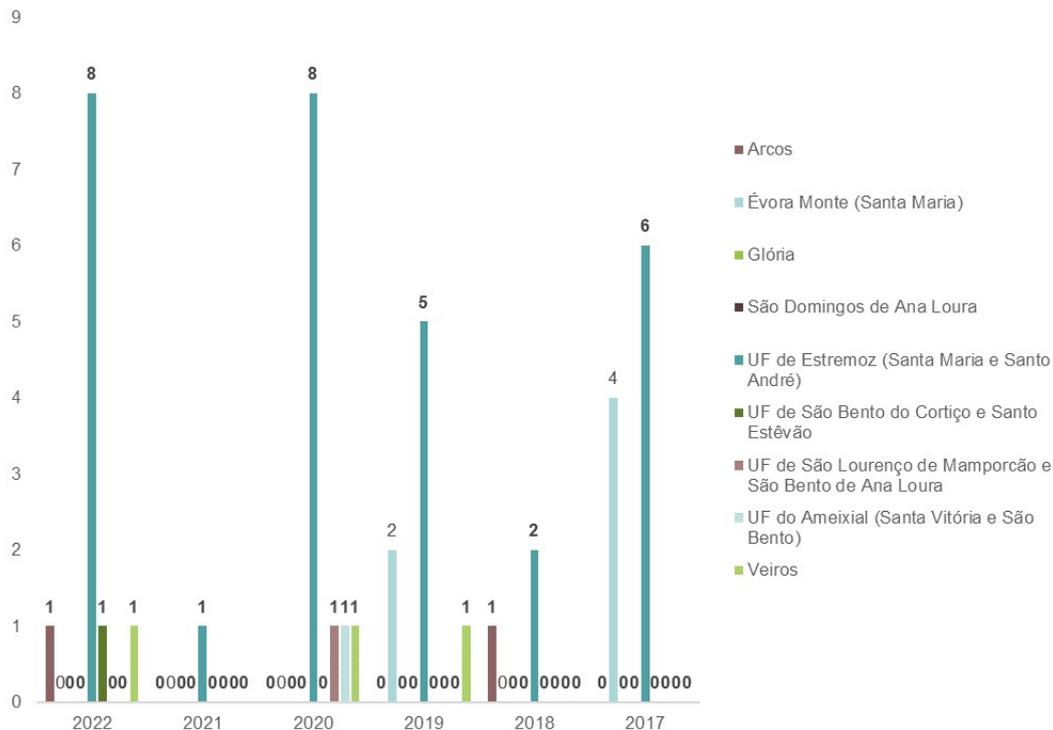
Gráfico 3: Número médio de alojamentos familiares por km², por freguesia, 2021



Fonte: Pordata (INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021).

O número total de fogos licenciados tem sido estável ao longo dos últimos seis anos e praticamente circunscritos à UF de Estremoz (Santa Maria e Santo André) desde 2021.

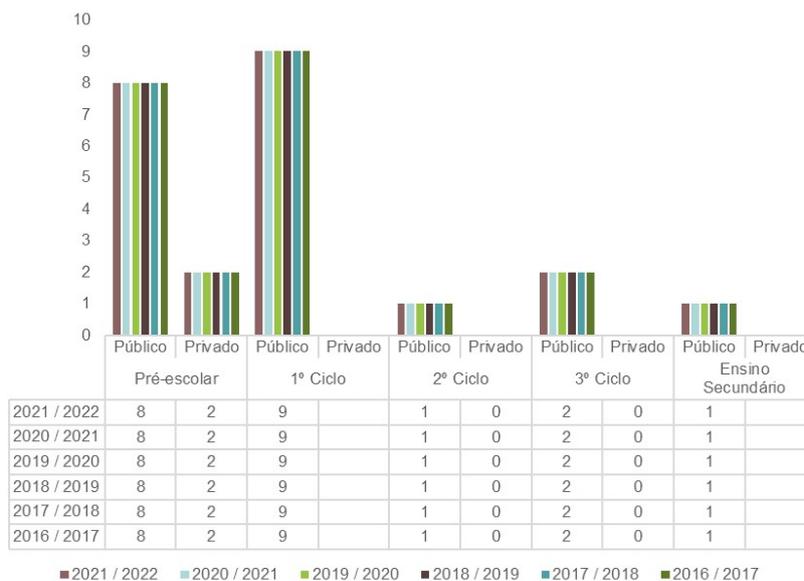
Gráfico 4: Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar, no concelho e por freguesia, 2016-2021



Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios.

Relativamente aos estabelecimentos escolares, não se registaram grandes alterações em termos numéricos entre 2016/2017 e 2021/2022, quer na rede pública, quer na rede privada, o que revela que o número de alunos tem sido o suficiente para manter a maioria das escolas a funcionar.

Gráfico 5: Número de estabelecimentos escolares do ensino não superior, por natureza institucional e por nível de ensino, no concelho, 2016/2017-2021/2022



Fonte: INE (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência).

Mobilidade e Transportes

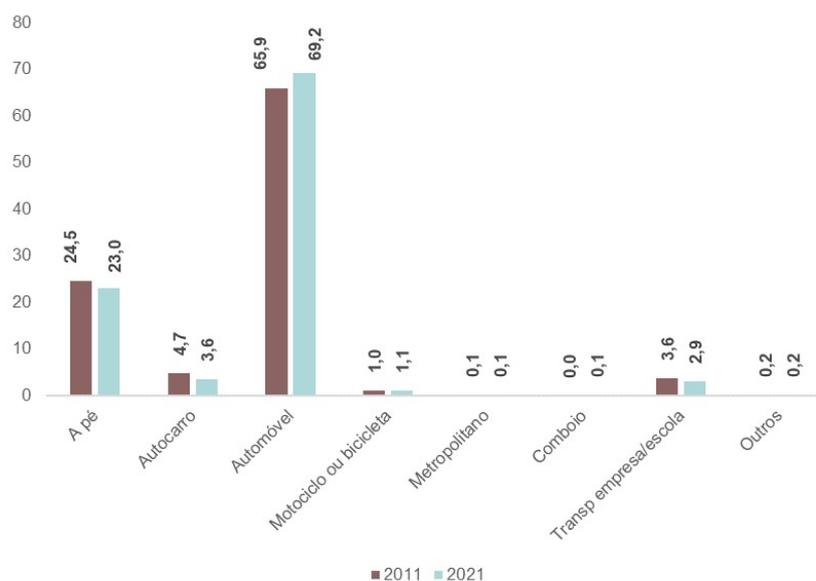
Segundo o PROT Alentejo, uma das Opções Estratégicas de Base Territorial estabelecidas para o Eixo estratégico IV (Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural) foi “articular as redes de acessibilidades e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável, de forma a consolidar o sistema urbano policêntrico e a promover a equidade territorial”. Assim, a mobilidade assume um papel estruturante, não só na base económica da região, mas transforma-se também numa condição para reverter as assimetrias socioeconómicas, cada vez mais visíveis.

Com base nos movimentos pendulares à data dos censos de 2021, entram diariamente no concelho 1573 indivíduos e saem 1213 o que se traduz num saldo positivo dos movimentos pendulares. As diferenças eram reduzidas, sobretudo entre os estudantes (entravam 333 e saíam 332). Relativamente aos indivíduos empregados entravam 1240 e saíam 1199.

A evolução da repartição modal dos movimentos pendulares, entre 2011 e 2021, dava conta de um ligeiro reforço da importância do automóvel ligeiro em detrimento dos restantes modos de transporte, passando do modo de eleição de 65,9%, em 2011, para 69,2% das deslocações, em 2021.

Estes dados revelam uma enorme dependência do transporte individual, o que é expectável, considerando que o tempo médio de viagem para quem utiliza transporte individual era, no ano de 2021, de cerca de 18 minutos, enquanto os das viagens por transporte coletivo duravam, em média, perto de 30 minutos.

Gráfico 6: Transporte utilizado nos movimentos pendulares (%), no concelho, 2011 e 2021



Fonte: Pordata (INE - XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Relembramos que o concelho de Estremoz disponibiliza uma rede de transportes escolares bastante completa como exposto no mapa em cima (figura 6 na página 20) que complementa a rede de transportes públicos, mas que, mesmo em conjunto, não superam a opção pelo automóvel.

Dinâmicas sociais

Dinâmica populacional

O capítulo seguinte tem por objetivo caracterizar o volume e a estrutura demográfica da população do concelho de Estremoz e as respetivas evoluções. A análise incidirá na divisão administrativa referente ao concelho, mas também nas freguesias que a compõem, atendendo às especificidades locais e à profundidade de análise que se pretende considerar.

As fontes de informação consultadas para a análise foram os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação (censos) de 1991, 2001, 2011 e 2021 e as Estatísticas Demográficas para os anos dos períodos intercensitários (entre os diferentes censos).

A informação decorrente dos recenseamentos permite analisar o estado da população, para os diferentes momentos censitários. Atendendo a que o último momento censitário se refere a 19 de abril de 2021, a análise do estado da população mais recente remete para esse momento.

No que diz respeito ao movimento da população, o recurso às estatísticas demográficas permite reconstituir as dinâmicas natural e migratória da população, ao longo das últimas décadas, isto é, ao longo dos três últimos períodos intercensitários.

Nesse sentido, será considerada, de forma articulada, a análise do estado e a análise do movimento da população, a partir dos dados censitários (análise do estado da população em 1991, 2001, 2011 e 2021) e das estatísticas demográficas (análise das dinâmicas populacionais, ao longo do tempo, até 2021). Essa análise suportará o posterior cálculo de projeções demográficas, a partir de cenários que contemplem tendências passadas de evolução da população.

As projeções demográficas, nomeadamente da população em idade escolar, e a escolha dos cenários considerados mais plausíveis terão, então, como suporte a análise realizada ao nível do estado e movimento da população que se expõe de seguida.

Crescimento populacional intercensitário - evolução da população residente

Apresentam-se agora os valores referentes à população recenseada em Portugal, nas regiões do Alentejo (NUT II), Alentejo Central (NUT III), Estremoz e respetivas freguesias, nos quatro últimos momentos censitários (1991, 2001, 2011 e 2021), assim como o resultado da Taxa de Crescimento Total (Tci)¹² da população, nos três últimos períodos intercensitários (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021), para as mesmas regiões, concelho e freguesias.

A população residente recenseada em Portugal, em 2021, era de 10 343 066 indivíduos. No Alentejo e no Alentejo Central, foram contabilizados 704 533 e 152 444 indivíduos residentes, respetivamente, no mesmo momento censitário de 2021.

Tabela 1: População residente nos momentos censitários 1991, 2001, 2011 e 2021, Portugal, Alentejo (NUTII), Alentejo Central (NUTIII), Estremoz (concelho) e Freguesias

País / Região / Concelho / Freguesias	Ano			
	1991	2001	2011	2021
Portugal	9 867 147	10 356 117	10 562 178	10 343 066
Alentejo	782 331	776 585	757 302	704 533
Alentejo Central	173 654	173 654	166 726	152 444
Estremoz	15 461	15 672	14 318	12 680
Arcos	1 488	1 339	1 152	1 016

¹² A taxa de crescimento total intercensitário resulta do seguinte cálculo: $Tci = (P1-P0)/P0*100$, sendo P0 a população inicial do período intercensitário e P1 a população final do período.

Estremoz

País / Região / Concelho / Freguesias	Ano			
	1991	2001	2011	2021
Évora Monte (Santa Maria)	732	724	569	506
Glória	769	616	532	452
São Domingos de Ana Loura	463	436	341	269
UF de Estremoz (Santa Maria e Santo André)	8 037	9 011	8 662	7 887
UF de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão	899	828	773	680
UF de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura	699	604	556	449
UF do Ameixial (Santa Vitória e São Bento)	1 055	881	697	564
Veiros	1 319	1 233	1 036	857

Fonte: INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Quanto à evolução populacional, em Portugal verificou-se um crescimento positivo nos períodos intercensitários de 1991-2001 e 2001-2011. No terceiro e mais recente período intercensitário em análise (2011-2021), a taxa de crescimento populacional foi negativa para o país, com um decréscimo de 2,1 indivíduos por cada 100. Desde a realização do primeiro recenseamento moderno em Portugal (no ano de 1864), este é o segundo período intercensitário em que se regista um crescimento populacional negativo no país (o primeiro ocorreu entre os censos de 1960 e 1970).

A região do Alentejo apresenta taxas de crescimento total negativas para os três períodos intercensitários em análise, o que revela uma tendência de perdas populacionais nestas regiões anterior à tendência registada para a média do país. No Alentejo Central, o crescimento populacional foi nulo entre 1991 e 2001, registando-se perdas populacionais mais acentuadas do que no Alentejo, nas décadas seguintes.

Nesse sentido, em ambas as regiões, ao longo das décadas, define-se e reforça-se um decréscimo populacional, cuja tendência foi mais acelerada na NUTIII Alentejo Central do que na NUTII Alentejo, de que a primeira faz parte. Com efeito, no último período, o valor da taxa de crescimento total foi de -7% para o Alentejo e de -8,6% para o Alentejo Central, valores claramente mais negativos do que a média nacional (-2,1%). A variação da taxa de crescimento entre o primeiro e o terceiro período em análise foi de -6,2 pontos percentuais para o Alentejo (variando de -0,7% para -7,0%) e de -8,6 para o Alentejo Central (tendo variado de 0% para -8,6%). Assim, apesar de a região do Alentejo Central apresentar um resultado de crescimento nulo no primeiro período em análise, quando o Alentejo já registava um crescimento negativo, a transição para um crescimento negativo e o seu reforço, ao longo do tempo, é mais forte na região do Alentejo Central.

Tabela 2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, Portugal, Alentejo (NUTSII), Alentejo Central (NUTIII), Estremoz (concelho) e Freguesias

País / Região / Concelho	Período		
	1991-2001	2001-2011	2011-2021
Portugal	5,0	2,0	-2,1
Alentejo	-0,7	-2,5	-7,0
Alentejo Central	0,0	-4,0	-8,6
Estremoz	1,4	-8,6	-11,4
Arcos	-10,0	-14,0	-11,8
Évora Monte (Santa Maria)	-1,1	-21,4	-11,1
Glória	-19,9	-13,6	-15,0
São Domingos de Ana Loura	-5,8	-21,8	-21,1
UF de Estremoz (Santa Maria e Santo André)	12,1	-3,9	-8,9
UF de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão	-7,9	-6,6	-12,0
UF de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura	-13,6	-7,9	-19,2
UF do Ameixial (Santa Vitória e São Bento)	-16,5	-20,9	-19,1
Veiros	-6,5	-16,0	-17,3

Estremoz

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

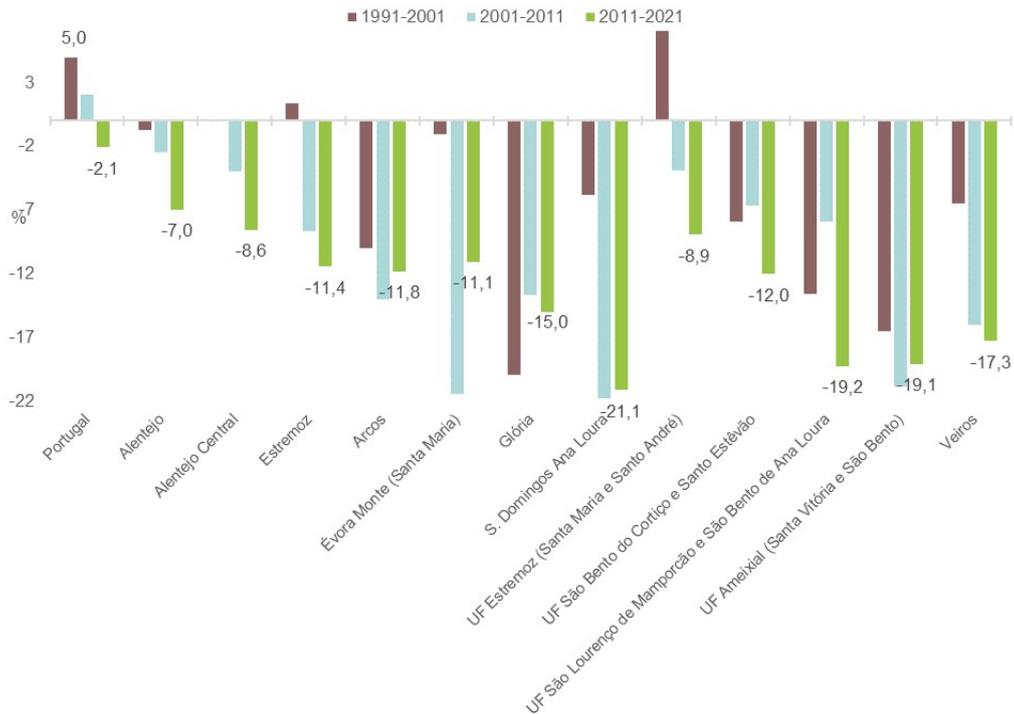
Deste modo, numa visão de conjunto, é perceptível que as perdas populacionais surjam ou se acentuam do primeiro para o segundo e, de forma ainda mais acentuada, do segundo para o terceiro e último período intercensitário (2011-2021).

A evolução do crescimento da população a nível regional encerra dinâmicas diferenciadas entre os diferentes concelhos e freguesias que constituem as regiões, o que justifica a análise a partir da consideração desses níveis de desagregação geográfica.

O concelho de Estremoz, que integra a região do Alentejo Central e a do Alentejo, apresentou um crescimento positivo, de 1,4%, entre 1991 e 2001. Contudo, nos períodos intercensitários seguintes, verificou-se uma inversão no sentido do crescimento, para resultados negativos, que se foram reforçando até 2021.

Para o crescimento populacional positivo do primeiro período contribuiu a União de Freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André), a freguesia mais populosa do concelho, com um efetivo populacional mais de quatro vezes superior ao da maior parte das restantes freguesias, desde 1991. Em 2021, esta freguesia apresentava um efetivo de 7 887, sendo secundada pela freguesia de Arcos (com 1016 efetivos). Todas as restantes freguesias contam com um efetivo populacional inferior a 1000 indivíduos, de acordo com os dados do último censo, sendo a menos populosa a de São Domingos de Ana Loura (com 269 indivíduos). Em todas as freguesias, à exceção da mais populosa, o crescimento populacional foi negativo em todos os períodos intercensitários (tabela anterior).

Gráfico 7: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, Portugal, Alentejo (NUTSII), Alentejo Central (NUTIII), Estremoz (concelho) e Freguesias



Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

A dimensão territorial tem influência sobre os resultados do efetivo populacional e, como veremos à frente, sobre a densidade populacional das diferentes freguesias. O reduzido efetivo populacional, bom como a localização de cada freguesia, no interior do concelho, pode determinar, à partida, maiores oscilações no crescimento. No caso do concelho de Estremoz, as perdas populacionais são

Estremoz

significativas de uma forma generalizada. É disso que dá conta a taxa de crescimento populacional para os diferentes períodos intercensitários, nas nove freguesias do concelho.

No último período intercensitário (de 2011 a 2021), as freguesias que registaram um crescimento populacional negativo mais acentuado, no conjunto das freguesias, foram as de Glória (-15%), Veiros (-17,3%), União de Freguesias do Ameixial (Santa Vitória e São Bento) (-19,1%), União de Freguesias de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura (-19,2%) e São Domingos de Ana Loura (-21,1%) (tabela anterior e gráfico seguinte). Contudo, em todas as freguesias do concelho, o crescimento da população é negativo, no último período intercensitário, com resultados que, em 8 das 9 freguesias, ultrapassam os -10%.

Os resultados da taxa de crescimento total por freguesias e concelho, a que se juntou a tendência das regiões do Alentejo Central (NUT III) e Alentejo (NUT II) e do país, nos três períodos intercensitários, permitiram a identificação de grupos territoriais, por tipo de crescimento e evolução desse crescimento, a partir da seguinte tipologia:

- Decréscimo reforçado (em que se verificam níveis de decréscimo populacional elevado no último período intercensitário, e um reforço desse decréscimo do primeiro para o último período);
- Decréscimo permanente (em que o crescimento se apresenta negativo nos diferentes períodos, não atingindo os valores negativos mais elevados, isto é, quando os valores da taxa de crescimento total não atingem -20% em nenhum período intercensitário);
- Decréscimo esbatido (com crescimento negativo nos diferentes períodos, embora com um esbatimento das perdas, para o último período intercensitário);
- Inversão para tendência negativa (de um crescimento positivo passou-se para um crescimento negativo).

Assim, apresenta-se, de seguida, a distribuição das 9 freguesias, concelho, regiões e país, pelos grupos definidos na tipologia de crescimento.

Tabela 3: País, grupos de regiões (Alentejo - NUT II e Alentejo Central - NUT III), concelho (Estremoz) e Freguesias (do concelho de Estremoz), em função da dinâmica de crescimento em três décadas (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021)

Tipo de crescimento	País / Regiões / Concelho / Freguesias
Inversão para tendência negativa	Portugal, Estremoz, UF Estremoz (Santa Maria e Santo André)
Decréscimo esbatido	-
Decréscimo permanente	Arcos, Évora Monte (Santa Maria)
Decréscimo reforçado	Alentejo, Alentejo Central, Estremoz, Glória, S. Domingos Ana Loura, UF São Bento do Cortiço e Santo Estêvão, UF São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura, UF Ameixial (Santa Vitória e São Bento), Veiros

Fonte: Construção própria.

A maioria das freguesias apresenta, em termos de crescimento populacional, um *decréscimo reforçado*: Glória, S. Domingos Ana Loura, UF São Bento do Cortiço e Santo Estêvão, UF São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura, UF Ameixial (Santa Vitória e São Bento), Veiros. Esse é, também, o caso das regiões do Alentejo e Alentejo Central e do concelho de Estremoz.

O *decréscimo permanente* é o tipo de crescimento que se aplica às freguesias de Arcos e Évora Monte (Santa Maria). A *inversão para tendência negativa* é o tipo de crescimento que se aplica à União de Freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André), ao próprio concelho de Estremoz (que se enquadra neste tipo de crescimento e no de decréscimo reforçado, pela particularidade da tendência verificada) e à média do país. Verifica-se, assim, que a grande maioria das freguesias do concelho de Estremoz acompanha e contribui para a tendência de crescimento do Alentejo Central e a do próprio Alentejo, apresentando um crescimento negativo permanente ou reforçado, ao longo dos três últimos períodos intercensitários, isto é, das últimas três décadas. Nenhuma das freguesias se enquadra numa categoria da tipologia de crescimento com tendência positiva.

Estremoz

Ora, o crescimento populacional negativo que se verifica no conjunto das freguesias, concelho e regiões, com ritmos diferentes, mas quase sempre com forte intensidade, decorre das dinâmicas populacionais e das características intrínsecas de cada território, e tem impacto na estrutura populacional, que analisaremos à frente, assim como nas dinâmicas populacionais futuras. Mas esse crescimento tem, desde logo, impacto no volume global da população de cada freguesia no final de cada período em análise, assim como no que esse volume representa no conjunto do concelho.

Assim, das tendências evolutivas apresentadas, resulta que a freguesia com a maior proporção de efetivos populacionais no conjunto da população do concelho de Estremoz, em 2021, é a União de Freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André). Esta freguesia concentra mais de metade (62,2%) de toda a população do concelho. As restantes apresentam um peso populacional sempre inferior a 10%, sendo a freguesia dos Arcos a segunda mais populosa (8% da população do concelho), seguida das de Veiros (6,8%), União das freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão (5,4%), União das freguesias do Ameixial (Santa Vitória e São Bento) (4,4%) e Évora Monte (Santa Maria) (4%). As freguesias cuja população é a menos expressiva no conjunto da população do concelho são Glória (3,6%), União das freguesias (UF) de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura (3,5%) e São Domingos de Ana Loura (2,1%).

Tabela 4: Proporção de população das freguesias no conjunto da população do concelho de Estremoz (%), 2021

Concelho	Proporção População (%)
Arcos	8,0
Évora Monte (Santa Maria)	4,0
Glória	3,6
São Domingos de Ana Loura	2,1
União das freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André)	62,2
União das freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão	5,4
União das freguesias de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura	3,5
União das freguesias do Ameixial (Santa Vitória e São Bento)	4,4
Veiros	6,8

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Vejamos, de seguida, os resultados da densidade populacional das diferentes freguesias, atendendo ao volume populacional e sua distribuição pela área total das mesmas.

Densidade populacional

Considerando a concentração desigual da população na região do concelho de Estremoz, atendendo quer ao volume populacional, quer à área das diferentes freguesias, introduzimos na análise os valores da densidade populacional. Deste modo, os resultados para a densidade populacional dão conta de que a UF Estremoz (Santa Maria e Santo André) concentrava, em 2021, o maior volume de população, a que correspondia, também, uma maior densidade populacional (123,4 hab./km²). A freguesia de Arcos, vizinha da União de Freguesias de Estremoz, apresenta o segundo resultado mais elevado (42,5 hab./km²). Veiros, que delimita o concelho de Estremoz, a Norte regista uma densidade populacional de 21,6 hab/ km².

Em todas as restantes freguesias, independentemente da localização e da dimensão territorial, a densidade populacional apresenta resultados inferiores a 20 habitantes por km². As freguesias a sul e oeste do concelho, nomeadamente Évora Monte (Santa Maria), Glória e UF Ameixial (Santa Vitória e São Bento), são aquelas cuja densidade populacional regista valores mais baixos, inferiores a 10 hab./km².

Tabela 5: Densidade populacional (Pop./km²), concelho de Estremoz e freguesias, 2021

Freguesia / Concelho	Densidade Populacional
Arcos	42,5

Estremoz

Freguesia / Concelho	Densidade Populacional
Évora Monte (Santa Maria)	5,5
Glória	6,2
São Domingos de Ana Loura	16,5
UF Estremoz (Santa Maria e Santo André)	123,4
UF São Bento do Cortiço e Santo Estêvão	11,9
UF São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura	10,3
UF Ameixial (Santa Vitória e São Bento)	5,8
Veiros	21,6
Total Estremoz	25,0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População, Wikipédia, Lista de freguesias do concelho de Estremoz, área (em km²).

Estrutura demográfica da população residente

De acordo com as tendências de crescimento e alguma diversidade identificada, interessará perceber de que forma esse crescimento se reflete na estrutura populacional do concelho e das freguesias que a compõem. Introduzimos, de seguida, as pirâmides etárias,¹³ o índice de envelhecimento,¹⁴ as proporções etárias¹⁵ e as relações de dependência¹⁶ de Estremoz e das freguesias em análise, no sentido de analisarmos a estrutura populacional das respetivas populações para o ano de 2021, a partir da informação referente ao último recenseamento populacional.

O conjunto das pirâmides etárias apresenta a repartição da informação por sexo e idade, com desagregação da informação para grupos etários de cinco anos (quinquais). Todas as pirâmides representadas revelam uma forte oscilação na representação dos efetivos nos diferentes grupos etários da estrutura populacional (atendendo ao reduzido número de efetivos) com menor expressão da população jovem e adulta jovem, e pela mais forte presença da população adulta mais velha e da população idosa. Os grupos etários cuja população apresenta um menor peso no conjunto da população do concelho ou das freguesias, situam-se até aos 34 anos de idade, isto é, nas idades mais jovens e ativas mais jovens. O grande grupo com mais expressão é o dos adultos, secundado ou acompanhado do grupo da população idosa, cuja expressão, no conjunto da população da generalidade das freguesias, é muito relevante. Verifica-se, ainda, uma sobre-representação da população feminina face à masculina, nas idades mais avançadas. A feminização do envelhecimento decorre do efeito da sobremortalidade masculina e da mais elevada esperança de vida feminina.

Em algumas freguesias, o reduzido efetivo populacional determina uma maior oscilação no peso relativo da população entre os diferentes grupos etários e fortes variações entre grupos etários consecutivos. Verifica-se, ainda, em algumas freguesias, um maior peso relativo dos grupos etários mais jovens (nomeadamente até aos 10 anos) do que os das idades imediatamente mais velhas

¹³ As pirâmides etárias foram construídas com recurso ao Excel, a partir de proporções de efetivos (grupos etários anuais), para possibilitar comparações.

¹⁴ O índice de envelhecimento resulta do quociente entre a população idosa (65 e + anos) e a população jovem (0-14 anos completos) e é expresso em percentagem: $IE = \text{Pop.}(65e+)/\text{Pop.}(0-14) \times 100$. Refira-se que se considerou como população jovem, em termos etários, a população até aos 14 anos, atendendo ao critério definido pelo INE, entidade produtora da informação estatística, e à desagregação etária da informação, que considera os grupos etários com esta delimitação. A população idosa é considerada a partir dos 65 anos, sendo o grupo etário dos adultos delimitado pelos 15 e 64 anos completos.

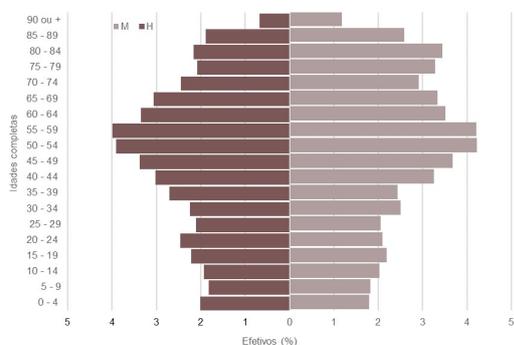
¹⁵ As proporções etárias resultam do quociente entre o efetivo populacional de um grupo etário definido (aqui consideraram-se os três grupos funcionais – jovens, adultos, idosos) e o total da população, sendo expressas em percentagem.

¹⁶ As relações de dependência resultam do quociente entre a população jovem e adulta (relação de dependência dos jovens), a população idosa e a população adulta (relação de dependência dos idosos), ou entre a população jovem e idosa e a população adulta (relação de dependência total). Os resultados são, habitualmente, expressos em percentagem.

Estremoz

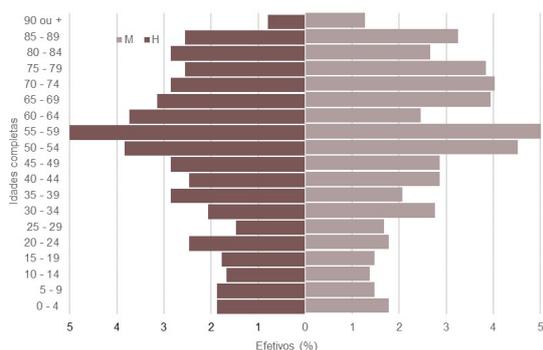
(entre 10 e 19 anos, por exemplo). Atendendo à reduzida dimensão populacional, a leitura desses resultados deverá ser feita com cautela, sendo que a recuperação da fecundidade ou a fixação de população não corresponde a um número elevado de casos e pode revelar uma tendência demográfica pontual.

Gráfico 8: Pirâmide etária (%) do concelho de Estremoz, 2021



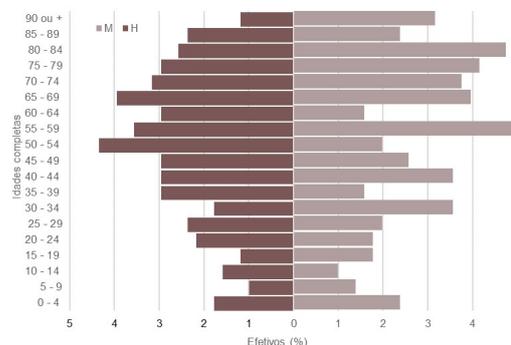
Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Gráfico 9: Pirâmide etária (%) da freguesia de Arcos, 2021



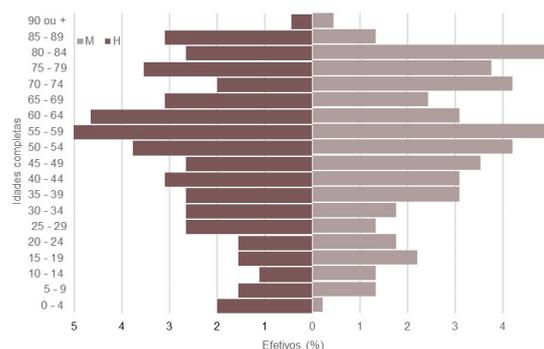
Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Gráfico 10: Pirâmide etária (%) da freguesia de Évora Monte (Santa Maria), 2021



Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

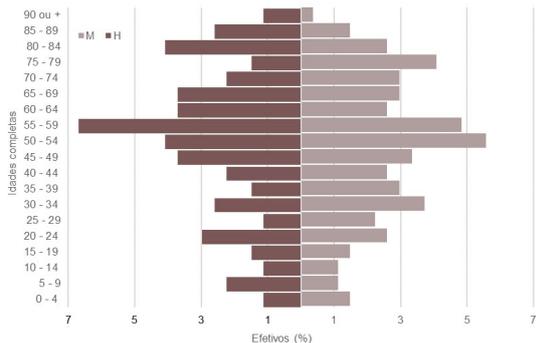
Gráfico 11: Pirâmide etária (%) da freguesia de Glória, 2021



Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

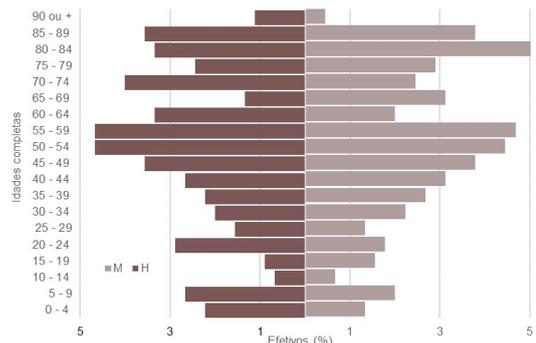
Gráfico 12: Pirâmide etária (%) da freguesia de São Domingos de Ana Loura, 2021

Estremoz



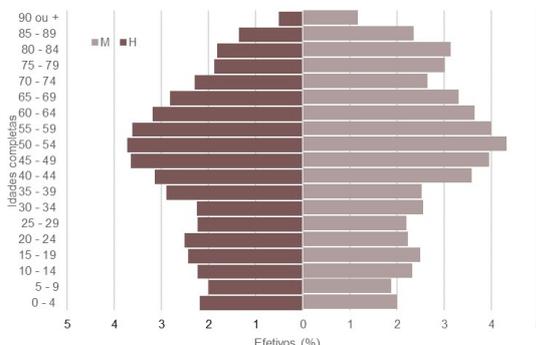
Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Gráfico 13: Pirâmide etária (%) da UF de Estremoz (Santa Maria e Santo André), 2021



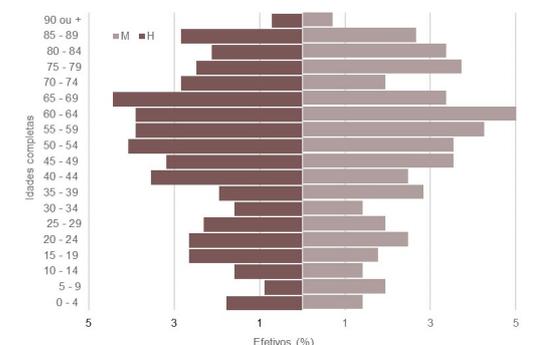
Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Gráfico 16: Pirâmide etária (%) da UF de Ameixa (Santa Vitória e São Bento, 2021)



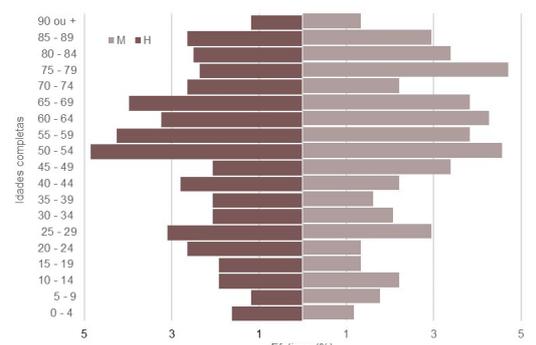
Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Gráfico 14: Pirâmide etária (%) da UF de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão, 2021



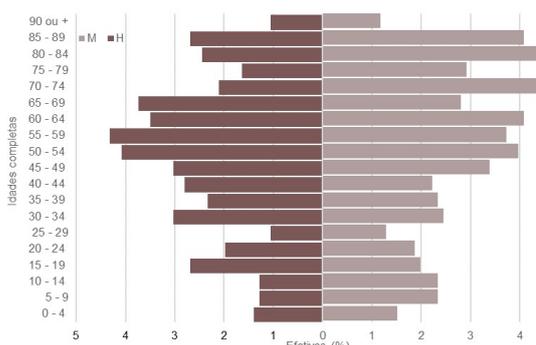
Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Gráfico 17: Pirâmide etária (%) da freguesia de Veiros, 2021



Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Gráfico 15: Pirâmide etária (%) da UF de Mamporcão e São Bento de Ana Loura, 2021



Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Estremoz

Tabela 6: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), por freguesias e total do concelho de Estremoz, 2021

Freguesia / Concelho	Total	Jovens (0-14)	Adultos (15-64)	Idosos (65 e +)
Arcos	1016	102	571	343
Évora Monte (Santa Maria)	506	46	266	194
Glória	452	34	272	146
São Domingos de Ana Loura	269	22	167	80
UF de Estremoz (Santa Maria e Santo André)	7887	996	4819	2072
UF de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão	680	67	384	229
UF de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura	449	43	252	154
UF do Ameixial (Santa Vitória e São Bento)	564	51	337	176
Veiros	857	87	481	289
Concelho Estremoz	12680	1448	7549	3683

Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

A análise do índice de envelhecimento e das proporções dos grandes grupos etários (jovens, adultos e idosos) dão conta de elevados níveis de envelhecimento em todo o concelho de Estremoz, mesmo que se verifique um perfil diferenciado de estruturas populacionais entre as freguesias do concelho.

Tabela 7: Índice de Envelhecimento, Proporção de Jovens, Adultos e Idosos e Relações de Dependência (%), por freguesias e total do concelho de Estremoz, 2021

Freguesia / Concelho	IE	Proporção Jovens	Proporção Adultos	Proporção Idosos	Rel. Dep. Jovens	Rel. Dep. Idosos	Rel. Dep. Total
Arcos	336,3	10,0	56,2	33,8	17,9	60,1	77,9
Évora Monte (Santa Maria)	421,7	9,1	52,6	38,3	17,3	72,9	90,2
Glória	429,4	7,5	60,2	32,3	12,5	53,7	66,2
São Domingos de Ana Loura	363,6	8,2	62,1	29,7	13,2	47,9	61,1
UF de Estremoz (Santa Maria e Santo André)	208,0	12,6	61,1	26,3	20,7	43,0	63,7
UF de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão	341,8	9,9	56,5	33,7	17,4	59,6	77,1
UF de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura	358,1	9,6	56,1	34,3	17,1	61,1	78,2
UF do Ameixial (Santa Vitória e São Bento)	345,1	9,0	59,8	31,2	15,1	52,2	67,4
Veiros	332,2	10,2	56,1	33,7	18,1	60,1	78,2
Concelho Estremoz	254,4	11,4	59,5	29,0	19,2	48,8	68,0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Em todas as freguesias, em 2021, o número de idosos não só era claramente superior ao de jovens (o que resulta em índices de envelhecimento superiores a 100), como era sempre superior a 200%, o que significa que, em todas as freguesias e, por isso mesmo, no próprio concelho, havia mais do dobro de idosos relativamente ao número de jovens.

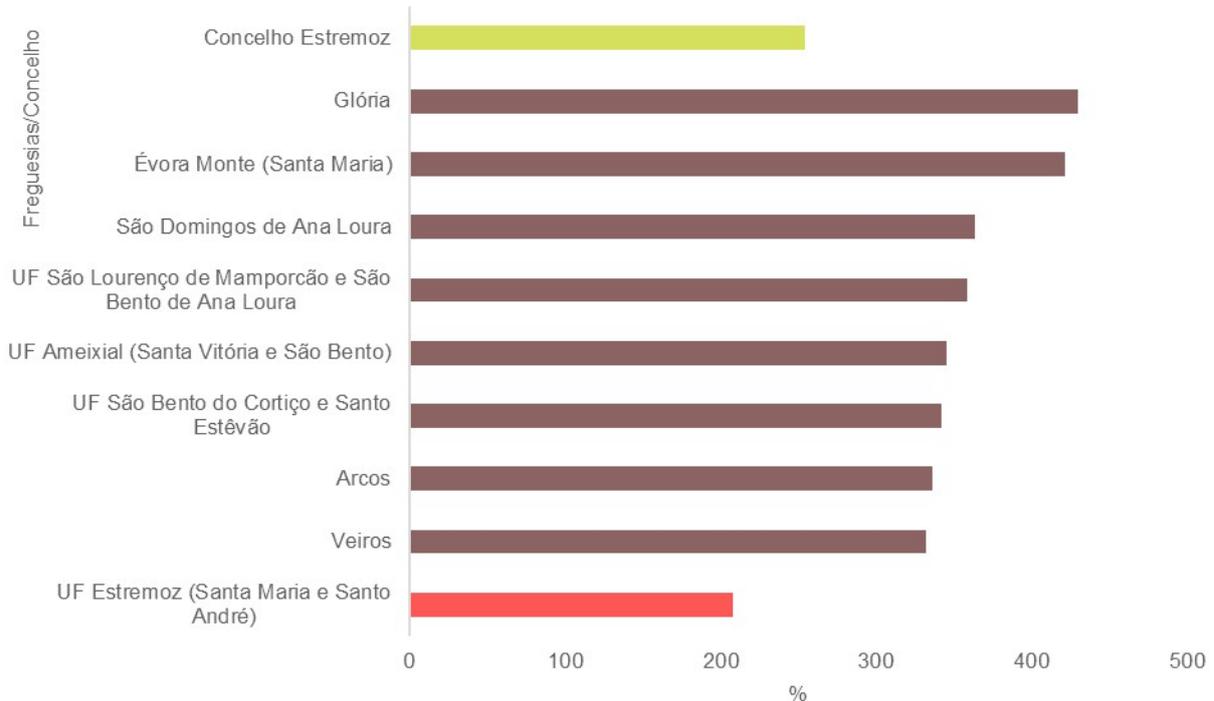
As duas freguesias mais a sul do concelho, Évora Monte (Santa Maria) (421,7%) e Glória (429,4%) registam os valores mais elevados, face aos restantes (tabela 7 e gráfico 18).

A freguesia com o resultado mais baixo – ainda assim com mais do dobro de idosos do que de jovens – é a UF Estremoz (Santa Maria e Santo André), com 208 idosos por cada 100 jovens, em 2021. Todas as restantes freguesias apresentavam, nesse ano, resultados entre 300 e 400%, para o índice de envelhecimento. O concelho de Estremoz, cujo índice de envelhecimento é muito tributário do

Estremoz

resultado da freguesia mais populosa, apresentava, em 2021, um resultado de 254,4%, ou seja, por cada 100 jovens existiam 254,4 idosos.

Gráfico 18: Índice de Envelhecimento (%), por freguesias e total do concelho de Estremoz, 2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Os resultados das proporções etárias reforçam, em certa medida, a tendência descrita a partir dos do índice de envelhecimento, mas revelam novas particularidades da estrutura populacional das freguesias (gráfico seguinte).

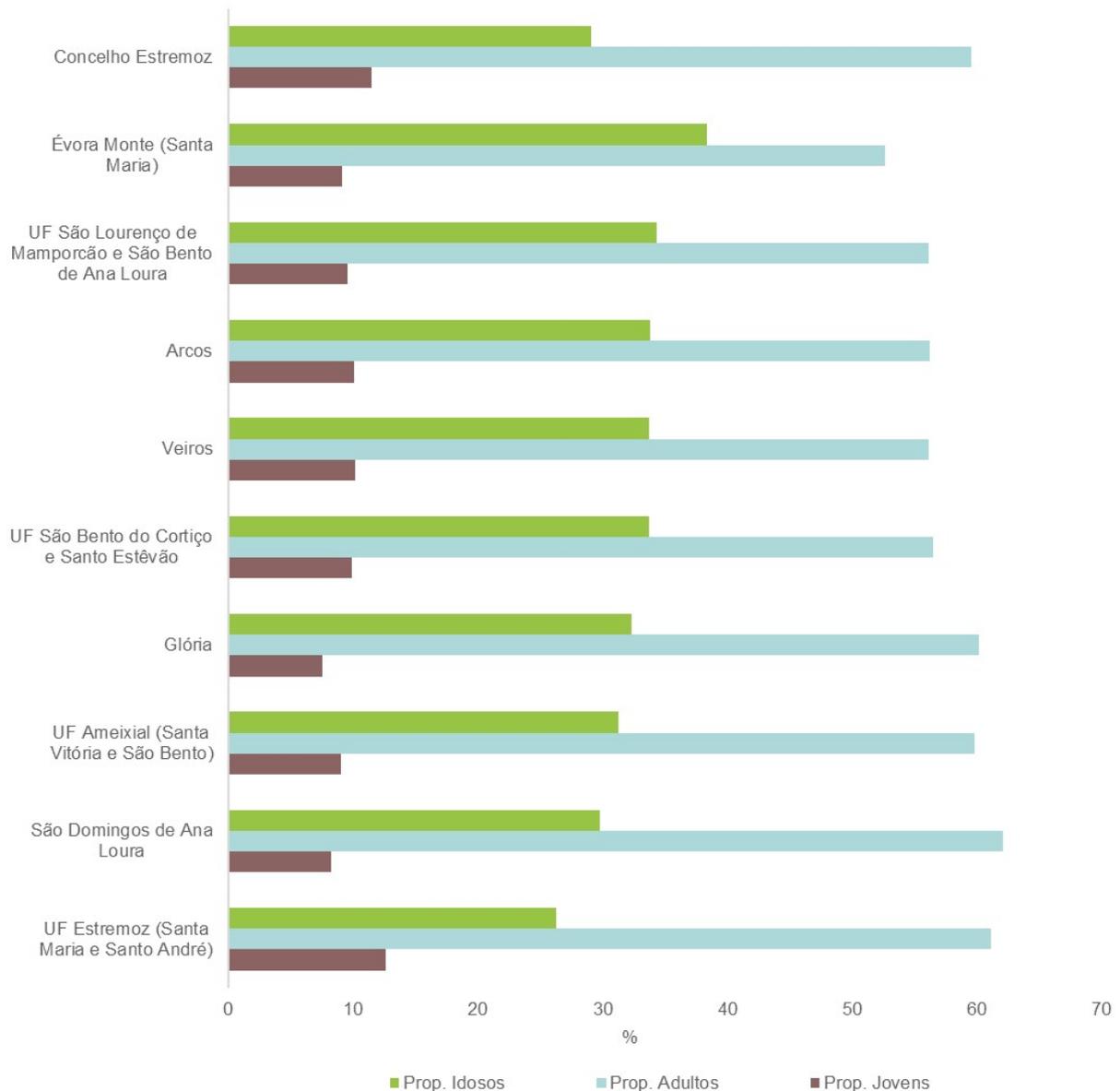
A freguesia de Glória (7,5%) e São Domingos de Ana Loura (8,2%) são as que apresentam uma menor proporção de jovens, sendo a de Évora Monte (Santa Maria) a que regista a maior proporção de idosos (38,3%).

As freguesias de S. Domingos de Ana Loura e a UF de Estremoz (Santa Maria e Santo André) são as que apresentam uma proporção de adultos mais elevada (62,1% e 61,1%, respetivamente) e as proporções de idosos menos elevadas (29,7% e 26,3%, respetivamente), contribuindo para as médias do concelho.

Em Estremoz, verificava-se, em 2021, uma proporção de jovens de 11,4%, e uma proporção de adultos e idosos de 59,5% e 29,0%, respetivamente).

Estremoz

Gráfico 19: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por freguesias e total do concelho de Estremoz, 2021



Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Os resultados apresentados são reforçados pelos das relações de dependência (ver tabela 7). A relação de dependência de jovens não ultrapassa o valor de 20,7%, ou seja, 20,7 jovens por cada 100 adultos (valor registado na UF de Estremoz (Santa Maria e Santo André), onde a proporção de jovens era a segunda mais elevada do concelho e assume o valor mais baixo em Glória (12,5%). Quanto à relação de dependência dos idosos, o resultado mais baixo encontra-se, novamente, na UF de Estremoz (Santa Maria e Santo André) (com 43 idosos por cada 100 adultos, em 2021) e o mais elevado em Évora Monte (Santa Maria) (72,9%). A soma da relação de dependência de jovens e de idosos determina a relação de dependência total, cujos resultados mais elevados se encontram em Évora Monte (Santa Maria) (90,2%, isto é, 90,2 jovens e idosos por cada 100 adultos). O valor médio do concelho de Estremoz é de 68 jovens e idosos por 100 adultos, em 2021.

A estrutura populacional das freguesias com maior índice de envelhecimento revela um menor número de jovens face ao de idosos, assim como proporções mais reduzidas de população em idade adulta (dos 15 aos 64 anos) e valores mais elevados para as relações de dependência. Os grupos etários com maior expressão são, ainda assim, os que correspondem às idades férteis em que,

Estremoz

atualmente, no nosso país, se concentram os níveis mais elevados de fecundidade (nomeadamente, a partir dos 30 anos). Ora, o volume e as estruturas populacionais influenciam fortemente os comportamentos e as dinâmicas populacionais, no que diz respeito ao movimento migratório e natural.

De seguida, analisaremos as dinâmicas de crescimento total, natural e migratório do concelho de Estremoz e respetivas freguesias, para o último período intercensitário, o de 2011 a 2021.

Dinâmica populacional - Crescimento Total, Natural e Migratório

Anteriormente, já tinham sido apresentados os resultados para a taxa de crescimento total referente aos três últimos períodos intercensitários. Concentramo-nos, agora, no crescimento verificado no último período (2011-2021) e no total da população recenseada em 2021.

Tabela 8: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2011-2021, por freguesias e total do concelho de Estremoz

Freguesia / Concelho	População Total 2021	Tci 2011-2021
Arcos	1016	-11,8
Évora Monte (Santa Maria)	506	-11,1
Glória	452	-15,0
São Domingos de Ana Loura	269	-21,1
UF Estremoz (Santa Maria e Santo André)	7887	-8,9
UF São Bento do Cortiço e Santo Estêvão	680	-12,0
UF São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura	449	-19,2
UF Ameixial (Santa Vitória e São Bento)	564	-19,1
Veiros	857	-17,3
Concelho Estremoz	12680	-11,4

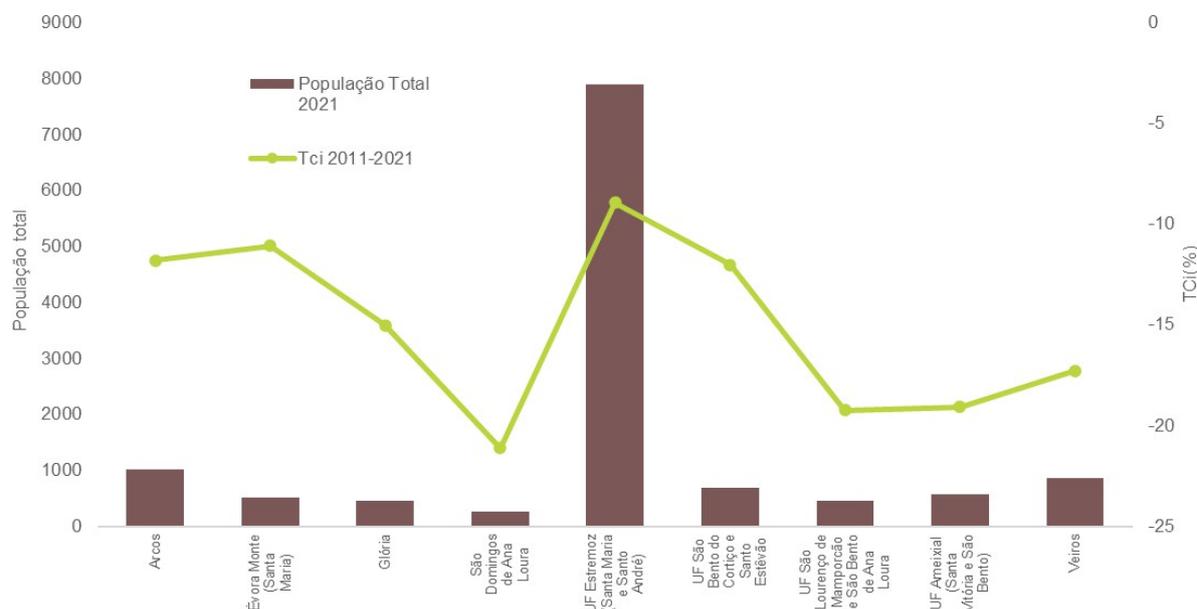
Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

A análise dessa informação indica que São Domingos de Ana Loura é a freguesia com um efetivo populacional mais reduzido (269), em 2021, e também a que apresenta um decréscimo populacional mais forte (-21,1%), entre 2011 e 2021, sendo que as freguesias menos populosas foram, sobretudo, as que registaram decréscimos populacionais relativos mais acentuados.

Assim, o menor número de efetivos poderá determinar, sobretudo, uma maior oscilação no crescimento populacional, que foi negativo em todas as freguesias do concelho, no período de 2011 a 2021. Em sentido contrário, a freguesia com um decréscimo populacional menos acentuado foi a UF Estremoz (Santa Maria e Santo André) (-8,9%), que apresenta um maior efetivo populacional.

Estremoz

Gráfico 20: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total - TCi (%) no período intercensitário 2011-2021, por freguesias do concelho de Estremoz



Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Para o aprofundamento da análise da dinâmica populacional (que influencia o volume e a estrutura da população entre dois momentos censitários), consideraremos os resultados das duas componentes do movimento da população: a componente natural e a migratória (ver tabela 2.9).

No balanço do movimento natural, verificou-se, em todas as freguesias, ao longo do último período intercensitário, um crescimento negativo. Esse crescimento, medido pela taxa bruta de crescimento natural, foi particularmente negativo nas freguesias de Veiros (com um decréscimo de 16,2 indivíduos, por cada 100, em termos naturais, ao longo do período, em termos médios anuais), mas também, em Évora Monte (Santa Maria) (-12,1%), na UF Ameixial (Santa Vitória e São Bento) (-11,7%), UF São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura (-11,3%) e Glória (-11%), todos com resultados que igualam ou ultrapassam o valor de -11%. É na UF de Estremoz (Santa Maria e Santo André), que o resultado da taxa de crescimento natural é menos negativo (-6,4%). No concelho de Estremoz, a taxa de crescimento natural foi de -8,5%.

Já o movimento migratório, com um valor global negativo para o concelho de Estremoz (de -3,6%, o que significa uma perda populacional de 3,6 indivíduos por cada 100, ao longo do período intercensitário, ou seja, menos negativa do que a referente ao crescimento natural), apresentou resultados positivos em apenas 1 das 9 freguesias. Com efeito, a taxa da balança migratória apresenta resultados que não compensam o efeito negativo das taxas de crescimento natural, uma vez que acompanham a tendência de crescimento negativo, mesmo que com uma menor expressão, em praticamente todo o concelho.

Assim, a única freguesia com um crescimento migratório positivo, ao longo do último período intercensitário, é a de Évora Monte (0,4%). Todas as restantes freguesias – mas sobretudo as de S. Domingos de Ana Loura (com -14,4%, a maior perda populacional relativa, em termos migratórios), UF São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura (-10%) e UF Ameixial (Santa Vitória e São Bento) (-9,4%) – registam taxas da balança migratória com resultados negativos, ou seja, com perdas populacionais por via do crescimento migratório.

No conjunto, é evidente que a dinâmica natural se tem sobreposto, em particular na última década, à dinâmica migratória, determinando um crescimento total negativo em todas freguesias e no concelho, mesmo naquela que registou um ligeiro ganho migratório.

Carta Educativa do Concelho de Estremoz

Tabela 9: População residente em 2011 e 2021, total de nados-vivos e óbitos 2011-2020 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2011-2021, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Total, Tipologia de Crescimento, por freguesias e concelho de Estremoz

Freguesia / Concelho	Pop.2011	Pop.2021	Tot. Nv	Tot. Ób.	Saldo Nat.	Saldo Mig.	TBNat. (%)	TBMort. (%)	TCN*(%)	TBM*(%)	TCT*(%)	Tip. Cresc.**
Arcos	1 152	1 016	58	172	-114	-22	5,4	15,9	-10,5	-2,0	-12,5	3
Évora Monte (Santa Maria)	569	506	34	99	-65	2	6,3	18,4	-12,1	0,4	-11,7	3
Glória	532	452	16	70	-54	-26	3,3	14,2	-11,0	-5,3	-16,3	4
São Domingos de Ana Loura	341	269	18	46	-28	-44	5,9	15,1	-9,2	-14,4	-23,6	4
UF Estremoz (Santa Maria e Santo André)	8 662	7 887	671	1199	-528	-247	8,1	14,5	-6,4	-3,0	-9,4	1
UF São Bento do Cortiço e Santo Estêvão	773	680	42	117	-75	-18	5,8	16,1	-10,3	-2,5	-12,8	4
UF São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura	556	449	38	95	-57	-50	7,6	18,9	-11,3	-10,0	-21,3	4
UF Ameixial (Santa Vitória e São Bento)	697	564	34	108	-74	-59	5,4	17,1	-11,7	-9,4	-21,1	4
Veiros	1 036	857	49	202	-153	-26	5,2	21,3	-16,2	-2,7	-18,9	4
Concelho Estremoz	14318	12680	960	2108	-1148	-490	7,1	15,6	-8,5	-3,6	-12,1	1 e 4

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2020; INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

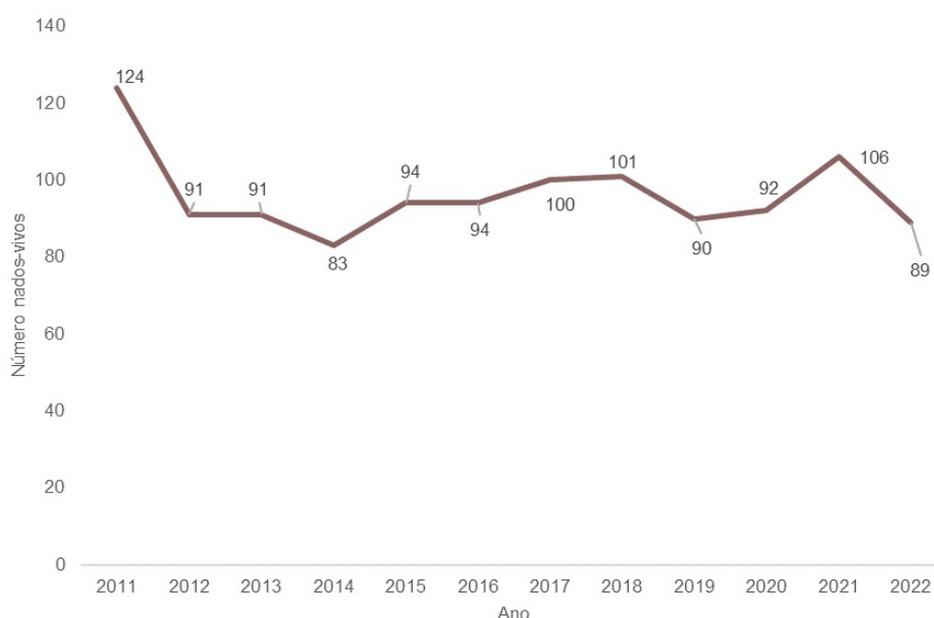
Legenda: *TCN = Taxa de Crescimento Natural, TBM = Taxa da Balança Migratória, TCT = Taxa de Crescimento Total; **Categorias da Tipologia de Crescimento: 1 - Inversão para tendência negativa; 2 - Decréscimo esbatido; 3 - Decréscimo permanente; 4 - Decréscimo reforçado.

Dinâmica populacional – Natalidade e Fecundidade

Se, até aqui, a análise se centrou na evolução da população até 2021, ano do último censo, importa agora compreender como terá evoluído a natalidade¹⁷ e a fecundidade¹⁸ do concelho, considerando as tendências até aqui reveladas. Essas tendências são as de um quadro de crescimento natural negativo, ou seja, em que os resultados da mortalidade superam os da natalidade.

Consideraremos o indicador da intensidade da fecundidade para a análise, o índice sintético de fecundidade (ISF)¹⁹ e situaremos os resultados do concelho de Estremoz no contexto nacional, pela importância de que se reveste o presente indicador. Mas começamos a análise pela apresentação da evolução do número de nados-vivos em Estremoz, ao longo do período de 2011 a 2022.

Gráfico 21: Nados-vivos (N), Concelho Estremoz, 2011-2022



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2022.

A evolução do número de nados-vivos em Estremoz revela oscilações ao longo do período em análise, registando-se um decréscimo, no número de acontecimentos, entre o início e o final do período. Assim, se o número de nados-vivos era de 124 em 2011, já em 2022 registaram-se 89 acontecimentos. No início do período em análise, o país foi atravessado por uma crise económica e financeira, com repercussões a nível social e demográfico, que justificam, também, a diminuição da frequência absoluta da natalidade até 2014. A partir de 2015, *inclusive*, dá-se uma recuperação dos valores, e uma tendência de evolução com oscilações que se deverão, em parte, ao número relativamente reduzido de casos.

17 A natalidade é um fenómeno demográfico que diz respeito aos resultados globais da procriação, numa determinada população.

18 A fecundidade, enquanto fenómeno demográfico, diz respeito aos resultados da procriação da população feminina e/ou masculina, em idade fértil, sendo habitualmente considerado, sobretudo, no caso das mulheres, o intervalo entre os 15 e os 50 anos exatos.

19 O ISF refere-se ao número médio de filhos por mulher, numa população, num determinado período em análise. O limiar de substituição das gerações situa-se no valor de 2,1 filhos por mulher. Em Portugal, desde 1982 que o valor do ISF se situa abaixo do limiar de substituição das gerações.

Quanto à distribuição dos nados-vivos pelas freguesias, esta não é equitativa, o que resulta, por um lado, da respetiva dimensão e, por outro, das dinâmicas que lhes estão associadas (ver tabela seguinte).

Assim, considerando as diferentes freguesias no seu conjunto, verificamos que é a União das freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André) que apresenta o maior número de nados-vivos, ao longo do período, sendo, também, a mais populosa. Todas as outras não chegam a registar uma dezena de casos por ano e, em alguns casos, chegam a não se verificar nados-vivos ao longo de todo o ano.

Carta Educativa do Concelho de Estremoz

Tabela 10: Nados-vivos (N), por freguesia e concelho de Estremoz, 2011-2022

Freguesia / Concelho	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Arcos	9	6	5	5	6	5	5	6	4	7	3	6
Évora Monte (Santa Maria)	3	4	0	5	1	2	5	3	5	6	5	2
Glória	2	3	0	1	2	1	3	2	1	1	3	5
São Domingos de Ana Loura	4	1	2	1	3	2	0	2	0	3	2	1
UF Estremoz (Santa Maria e Santo André)	90	64	67	57	70	64	73	73	58	55	77	64
UF São Bento do Cortiço e Santo Estêvão	3	5	5	0	4	4	3	5	9	4	1	4
UF São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura	2	2	4	6	4	5	2	3	3	7	5	0
UF Ameixial (Santa Vitória e São Bento)	3	1	1	3	1	3	6	4	7	5	4	4
Veiros	8	5	7	5	3	8	3	3	3	4	6	3
Concelho Estremoz	124	91	91	83	94	94	100	101	90	92	106	89

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2022.

Estes resultados, aqui apresentados em valores absolutos, não podem dissociar-se do volume populacional da freguesia em que ocorrem, sobretudo quando se pretende realizar uma análise comparativa. A grandeza absoluta associada à dimensão territorial e populacional e a falta de informação para o respetivo cálculo não permite o cálculo e a análise da tendência de evolução do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) para as freguesias.

A vantagem de considerar, na análise, este indicador prende-se com o facto de considerar e sintetizar não só a relação dos nados-vivos com a população em que ocorrem, mas, também, a respetiva distribuição etária. Assim, na impossibilidade de o apresentar para todos os níveis de desagregação geográfica com que temos vindo a trabalhar (incluindo a freguesia), apresentam-se, assim, de seguida os resultados do ISF, em 2001 e de 2009 a 2022, para todos os concelhos do Alentejo Central, para essa região e a região do Alentejo e para o país.

Os valores do indicador dão conta de que, em todos os anos em análise, no conjunto dos 14 concelhos do Alentejo Central e das regiões e país, apenas o de Mourão atinge um valor superior a 2,1 filhos por mulher (nos anos de 2020 e 2021), o limiar mínimo para que se assegure a substituição das gerações.

É de notar que se, em 2001, Portugal apresentava, em média, uma fecundidade mais elevada do que as regiões do Alentejo e do Alentejo Central, a tendência inverte-se, ao longo do período, sendo que as duas regiões superam a média nacional, apresentando valores de 1,55 e 1,46 filhos por mulher, respetivamente, no ano de 2022, ano em que Portugal atingiu 1,43 filhos por mulher.

Já os concelhos do Alentejo Central assumem valores oscilantes, ao longo do período analisado, e tendências divergentes entre si.

Mourão (com 2,02 filhos por mulher), Vendas Novas (1,82), Portel e Redondo (ambos com 1,64 filhos por mulher) assumiam os valores mais elevados para o ISF, em 2022. Mora (0,98) e Alandroal (1,06) apresentavam os resultados mais baixos, ambos muito próximos de 1 filho por mulher. Todos os restantes concelhos apresentavam situações intermédias, mas, no conjunto, com níveis de fecundidade francamente baixos. A análise dos resultados por concelho deve ser feita com cautela, atendendo ao número reduzido de casos.

Tabela 11: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Alentejo Central e respetivos concelhos, 2001, 2009-2022

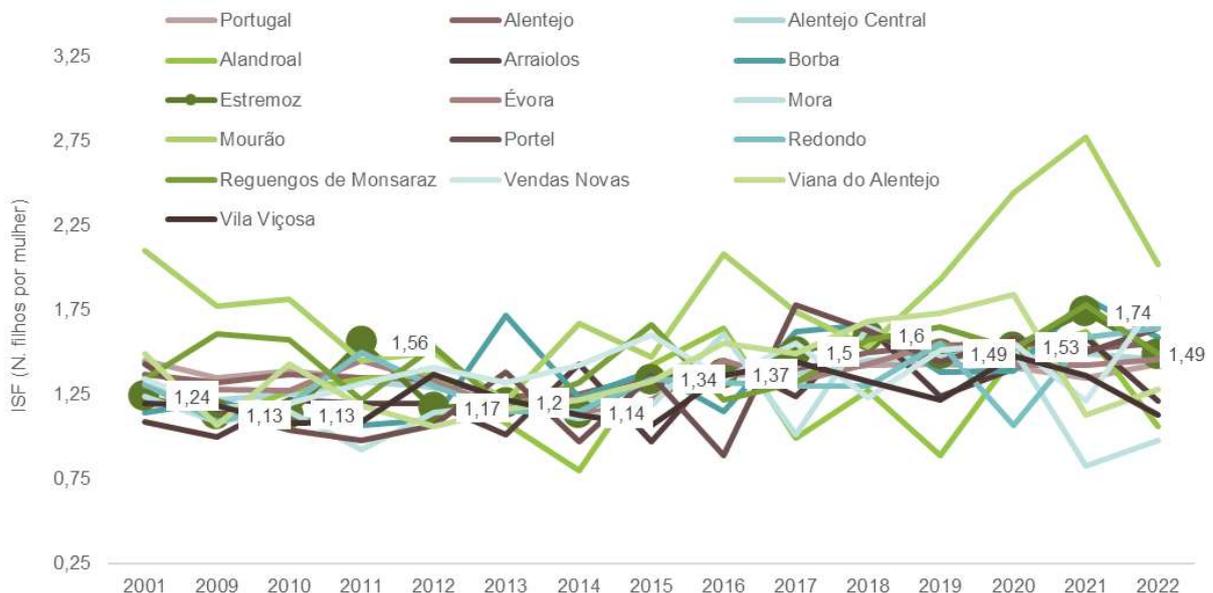
Região \ Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Portugal	1,45	1,35	1,39	1,35	1,29	1,21	1,23	1,31	1,36	1,38	1,42	1,43	1,41	1,35	1,43
Alentejo	1,37	1,32	1,37	1,35	1,34	1,24	1,25	1,36	1,4	1,39	1,5	1,54	1,55	1,52	1,55
Alentejo Central	1,3	1,22	1,25	1,33	1,29	1,2	1,18	1,3	1,4	1,37	1,45	1,48	1,46	1,49	1,46
Alandroal	1,31	1,09	1,27	1,34	1,37	1,08	0,8	1,42	1,64	0,99	1,27	0,89	1,48	1,62	1,06
Arraiolos	1,09	1	1,22	1,2	1,2	1,01	1,43	0,97	1,45	1,24	1,65	1,24	1,4	1,59	1,21
Borba	1,14	1,21	1,11	1,07	1,1	1,72	1,23	1,39	1,15	1,62	1,66	1,38	1,39	1,82	1,59
Estremoz	1,24	1,13	1,13	1,56	1,17	1,2	1,14	1,34	1,37	1,5	1,6	1,49	1,53	1,74	1,49
Évora	1,3	1,28	1,27	1,45	1,33	1,16	1,13	1,22	1,45	1,33	1,43	1,55	1,42	1,42	1,46
Montemor-o-Novo	1,23	1,07	1,2	1,23	1,21	1,08	1,17	1,31	1,32	1,24	1,24	1,29	1,36	1,37	1,37
Mora	1,24	1,09	1,15	0,92	1,14	1,19	1,11	1,18	1,61	1,01	1,65	1,47	1,52	0,83	0,98
Mourão	2,1	1,77	1,81	1,45	1,5	1,21	1,67	1,47	2,08	1,74	1,53	1,93	2,44	2,77	2,02
Portel	1,43	1,16	1,04	0,98	1,07	1,38	0,97	1,36	0,89	1,78	1,63	1,44	1,58	1,5	1,64
Redondo	1,31	1,09	1,19	1,5	1,3	1,15	1,15	1,34	1,32	1,3	1,3	1,55	1,07	1,59	1,64
Reguengos de Monsaraz	1,34	1,61	1,57	1,22	1,53	1,16	1,32	1,66	1,22	1,32	1,57	1,65	1,52	1,78	1,49
Vendas Novas	1,34	1,17	1,2	1,31	1,41	1,32	1,42	1,6	1,34	1,55	1,23	1,51	1,55	1,21	1,82
Viana do Alentejo	1,49	1,07	1,43	1,18	1,06	1,16	1,22	1,33	1,55	1,49	1,68	1,73	1,84	1,13	1,28
Vila Viçosa	1,2	1,18	1,08	1,09	1,37	1,22	1,13	1,07	1,36	1,44	1,33	1,22	1,48	1,36	1,13

Fonte: Pordata (INE), Municípios, População, Fecundidade, ISF, 2001, 2009-2022.

Em termos evolutivos, registam-se oscilações nos valores ao longo do período, nos diferentes concelhos, sendo que, em alguns casos, se regista um aumento da fecundidade entre 2009 e 2022 e a maioria dos concelhos com valores mais elevados de fecundidade, no início do período, regista, também uma fecundidade mais elevada, no final do período. Ainda assim, alguns concelhos veem diminuir a sua fecundidade e outros perdem lugar, em termos relativos, face aos restantes concelhos da região e face à média do Alentejo Central e do país.

Um aumento generalizado dos resultados da fecundidade e natalidade ao longo do período seriam bons indicadores do potencial de crescimento da população. Contudo, a mortalidade mais elevada limita esse potencial de crescimento. Os resultados da mortalidade, por sua vez, serão determinados pela estrutura populacional muito envelhecida das populações analisadas, sendo o risco de mortalidade justamente mais elevado nos grupos etários mais velhos, fortemente representados em todos os concelhos da região.

Gráfico 22: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Alentejo Central e respetivos concelhos, 2001, 2009-2022



Fonte: Pordata (INE), Municípios, População, Fecundidade, ISF, 2001, 2009-2022.

No sentido de considerar a influência dos fluxos migratórios nos resultados da natalidade e fecundidade, analisaremos, de seguida, informação relativa aos nados-vivos ocorridos no país, nas regiões do Alentejo e Alentejo Central e no concelho de Estremoz, com mães de nacionalidade estrangeira, no período de 2011 a 2022 (ver tabela e gráfico seguintes).

Em 2011, a proporção de nados-vivos de mães estrangeiras foi de 3,2% no concelho de Estremoz (ou seja, por cada 100 nados-vivos, 3,2 foram protagonizados por mulheres de nacionalidade estrangeira), o que compara com o resultado de 5,4% na região do Alentejo Central, 8,1% no Alentejo e 10,3% para a média do país. Nos anos seguintes, em Portugal e no Alentejo registou-se um decréscimo na proporção de nados-vivos filhos de mães estrangeiras, seguido de um crescimento até ao final do período, sendo o ano de 2022 aquele em que se registou no país e nas duas regiões do Alentejo a proporção mais elevada de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (que alcançou o valor de 6,7% em Portugal).

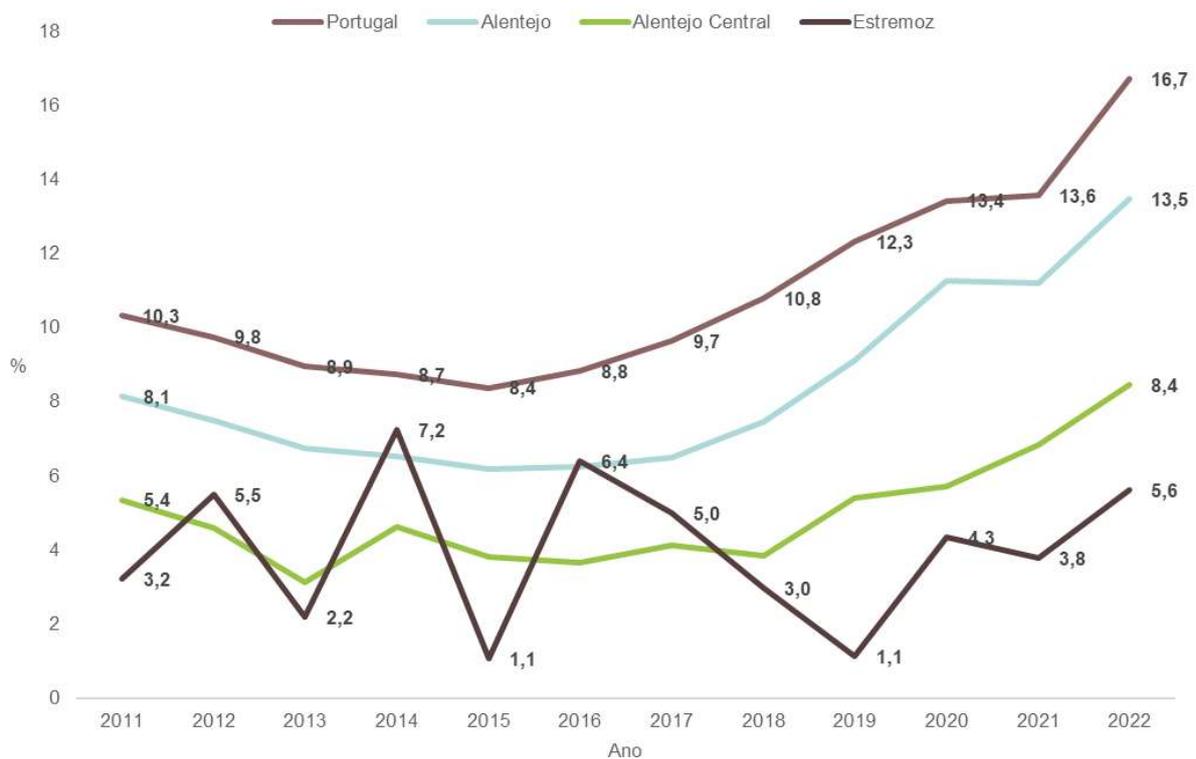
O concelho de Estremoz, pela sua dimensão, apresenta uma forte oscilação nos resultados do indicador, ao longo do período e, apesar de, em 2022 registar uma maior proporção de nados-vivos filhos de mães estrangeiras (5,6%) do que no início do período, arrola um resultado cerca de três vezes inferior ao da média do país.

Tabela 12: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), por país, região (NUT II e III) concelho, 2011-2022

País / Região / Concelho	Ano											
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Portugal	10,3	9,8	8,9	8,7	8,4	8,8	9,7	10,8	12,3	13,4	13,6	16,7
Alentejo	8,1	7,5	6,7	6,5	6,2	6,2	6,5	7,5	9,1	11,3	11,2	13,5
Alentejo Central	5,4	4,6	3,1	4,6	3,8	3,7	4,1	3,9	5,4	5,7	6,8	8,4
Estremoz	3,2	5,5	2,2	7,2	1,1	6,4	5,0	3,0	1,1	4,3	3,8	5,6

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2022.

Gráfico 23: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), por país, região (NUT II e III) concelho, 2011-2022



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2022.

Projeções Demográficas

As projeções demográficas são exercícios que apresentam resultados de possíveis evoluções populacionais, considerando hipóteses com um grau variável de probabilidade e plausibilidade. O objetivo das projeções demográficas é, desde logo, o de compreender as consequências e implicações da concretização de determinadas hipóteses definidas, no que diz respeito à evolução de uma população. Essas hipóteses, por sua vez, baseiam-se em pressupostos associados à evolução das dinâmicas demográficas naturais (fecundidade e mortalidade) e migratórias (imigração e emigração) que resultam em cenários que poderão concretizar-se a prazo, e de acordo com os limites temporais definidos, determinando tendências em termos de volume e estrutura de uma determinada população.

O documento metodológico sobre projeções demográficas, produzido pelo INE (2020)²⁰ apresenta, para o país e regiões (NUTS II), a aplicação do modelo de projeções demográficas por coortes e componentes, um modelo consensualmente aceite, no âmbito das ciências sociais, e da análise demográfica, para a construção de projeções demográficas. Nesta metodologia, considera-se a distribuição etária da população, à qual se aplicam matrizes de crescimento demográfico à população residente de partida, em função dos pressupostos definidos para a possível evolução populacional, como base de sustentação dos cenários considerados.

Nesse sentido, e considerando a dinâmica temporal de indicadores demográficos, sem considerar variáveis exógenas (INE, 2020: 13), foram “definidas hipóteses sobre os níveis futuros da fecundidade, mortalidade e migrações, procedendo-se, de acordo com essas hipóteses, à atualização sucessiva dos efetivos populacionais, por idade e sexo, até atingir o último ano do período de projeção.” (INE, 2020: 5)

A conjugação de hipóteses permitiu definir 4 cenários de projeção da população para Portugal e regiões NUTS II:

CENÁRIO BAIXO: Neste cenário são consideradas as hipóteses pessimista para a fecundidade, pessimista para a mortalidade e pessimista para as migrações.

CENÁRIO CENTRAL: Neste cenário são consideradas as hipóteses de evolução central da fecundidade, central da mortalidade e central das migrações.

CENÁRIO ALTO: Este cenário resulta da combinação das hipóteses de evolução otimista da fecundidade, otimista da mortalidade e otimista das migrações.

CENÁRIO SEM MIGRAÇÕES: Um cenário idêntico ao cenário central, mas sem migrações.” (INE, 2020: 33, 34)

De acordo com as projeções apresentadas no documento referido e com a análise aqui efetuada da evolução demográfica da região do concelho de Estremoz, será adotado o cenário baixo, tendo em conta as características de crescimento evidenciadas pelas diferentes freguesias e pelo concelho, nos três últimos períodos intercensitários (que consideram a informação dos últimos quatro censos). De acordo com essas características, considera-se que o cenário baixo será o mais ajustado ao concelho e respetivas freguesias, que apresentaram, no período até 2021, um decréscimo populacional. Com efeito, na nossa análise, de acordo com a tipologia de crescimento proposta, o concelho e todas as freguesias se inseriram nos grupos de decréscimo reforçado, decréscimo permanente ou inversão para tendência negativa. O cenário baixo será o mais ajustado a esta tendência, ao pressupor: i) no caso do resultado da fecundidade, a manutenção dos valores do Índice Sintético de Fecundidade nos resultados imediatamente anteriores à projeção (cerca de 1,42 filhos por mulher); no caso da mortalidade, um abrandamento da evolução da esperança de vida; no caso das migrações, um saldo migratório negativo. (INE, 2020: 11-34)

A partir dos resultados de exercício de projeções apresentado pelo INE, fizemos uso dos resultados por NUTS II, por idade ano a ano, fazendo, a partir dessa informação, um exercício de apuramento dos possíveis resultados associados ao concelho de Estremoz. Este é um exercício cujos resultados deverão sempre ser lidos com particular cautela, pela reduzida dimensão populacional associada ao concelho, razão pela qual não se opta pela análise ao nível das freguesias.

Assim, apresentam-se, de seguida, os resultados dessa aplicação, concretizados para o concelho de Estremoz e para os grupos etários escolares (até aos 19 anos) até ao ano de 2033, com resultados para o final de cada quinquénio a partir de 2023. Ao longo do período em análise, o efetivo populacional projetado para os grupos etários assume uma tendência de crescimento negativo.

20 INE (2020), Documento metodológico. Projeções de população residente. Consulta em www.ine.pt, file:///C:/Users/35191/Downloads/DMET%20-%20ProjecoesPopula%C3%A7%C3%A3o2018_2020_vers%C3%A3o_4.0_final-2.pdf

A partir da informação censitária de 2021, apurou-se a população residente, por grupos etários escolares, entre os 3 e os 19 anos de idade, no sentido de perfazer o percurso escolar, em termos etários, até ao limite da escolaridade obrigatória. Considerou-se, também, o peso percentual do concelho no conjunto da região do Alentejo, em termos populacionais, para 2021 (ver tabelas seguintes).

Tabela 13: População por grupos etários escolares, total de idades escolares e total (n.º), concelho de Estremoz e Alentejo Central, 2021

Concelho / Região	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total 2021
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
Estremoz	297	366	192	310	333	226	1724	12680
Alentejo Central	3608	4845	2607	4100	4377	2930	22467	152444

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Tabela 14: População por grupos etários escolares (% do total), concelho de Estremoz e Alentejo Central, 2021, Proporção da população total (%) na região do Alentejo Central, 2021

Concelho / Região	Grupos etários escolares (2021)						Total (idade escolar) (2021)	Prop. Pop. total na região do Alentejo Central 2021
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
Estremoz	2,34	2,89	1,51	2,44	2,63	1,78	13,60	8,3
Alentejo Central	2,37	3,18	1,71	2,69	2,87	1,92	14,74	100,0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

A partir dos resultados relativos à população residente total recenseada em 2021 (10 344 802 para Portugal e 704 707 para o Alentejo) e das projeções para o mesmo ano (tabela 15), de acordo com os diferentes cenários definidos, para Portugal e a região do Alentejo, verificou-se uma maior aproximação dos resultados do cenário baixo (ou sem migrações) das projeções à população observada através do censo. As tendências reveladas pelo cenário baixo também são compatíveis com as tendências de evolução anterior (nos intervalos intercensitários) que revelaram decréscimos populacionais, alguns reforçados, em todos os concelhos, no período intercensitário mais recente.

Tabela 15: Projeções da População Total para 2021, Portugal e Alentejo, por cenários

País/Região	Cenário			
	Baixo	Central	Alto	Sem migrações
Portugal	10318912	10367765	10407301	10202247
Alentejo	702198	705049	706567	692737

Fonte: INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

A partir dos resultados das projeções associadas ao cenário baixo proposto pelo INE, consideram-se ainda os seguintes pressupostos: i) a proporção da população do concelho de Estremoz face ao total do Alentejo e Alentejo Central mantém-se ao longo do período em análise; ii) a variação na proporção da população por grupos etários escolares, por concelho, ao longo dos períodos ou quinquénios de 2023 a 2033, segue tendência média da região do Alentejo, a partir do valor de partida do concelho. Para tal, assume-se a proporção etária de 2021 nos grupos etários escolares, no concelho.

Os resultados das proporções dos grupos etários escolares do concelho de Estremoz e da região do Alentejo Central de 2021 comparam bem com os resultados das projeções dos mesmos grupos etários e com as diferenças dos resultados entre grupos etários do Alentejo (tabela 17). Dessa forma, e assumindo a evolução projetada para a população em idade escolar no Alentejo (tabela 16 e 17), a sua variação ao longo dos quinquénios em análise (tabela 18), bem como a proporção da população

do concelho de Estremoz e da região do Alentejo Central, no conjunto da região do Alentejo, encontram-se os resultados do exercício de projeção da população residente em idade escolar, por grupos etários, no concelho de Estremoz e na região do Alentejo Central, para os anos de 2023, 2028 e 2033 (tabelas 19, 20 e 21, respetivamente).

Tabela 16: Projeção da população por grupos etários escolares (n.º), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
2021	16242	22075	12580	18752	20284	14003	103936	702198
2023	16337	21755	11447	18887	19215	13982	101623	699098
2028	15561	21393	10793	16371	17588	12506	94212	677411
2033	14994	20357	10383	15996	16170	10616	88516	651530

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 17: Projeção da população por grupos etários escolares (% do total), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2031

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
2021	2,31	3,14	1,79	2,67	2,89	1,99	14,80
2023	2,34	3,11	1,64	2,70	2,75	2,00	14,54
2028	2,30	3,16	1,59	2,42	2,60	1,85	13,91
2033	2,30	3,12	1,59	2,46	2,48	1,63	13,59

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 18: Variação do resultado da projeção da população por grupos etários escolares em quinquênios (%), cenário baixo, Alentejo, 2021-2023, 2023-2028, 2028-2031

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
2021-2023	1,03	-1,01	-8,60	1,17	-4,85	0,29	-1,79
2023-2028	-1,70	1,48	-2,69	-10,55	-5,54	-7,69	-4,32
2028-2033	0,18	-1,06	0,02	1,59	-4,41	-11,74	-2,31

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 19: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, Estremoz e Alentejo Central, 2023

Concelho / Região	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Estremoz	300	362	175	314	317	227	1695
Alentejo Central	3645	4796	2383	4148	4165	2939	22075

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 20: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, Estremoz e Alentejo Central, 2028

Concelho / Região	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Estremoz	295	368	171	281	299	209	1622
Alentejo Central	3583	4867	2319	3710	3934	2713	21120

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 21: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, Estremoz e Alentejo Central, 2033

Concelho / Região	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Estremoz	296	364	171	285	286	185	1584
Alentejo Central	3590	4815	2319	3769	3761	2394	20632

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Os resultados apontam para uma diminuição gradual da população em idade escolar, ainda que, ao longo dos anos, em alguns dos grupos etários escolares possa verificar-se um aumento pontual decorrente de um maior número de efetivos no grupo etário imediatamente mais jovem num ano de análise anterior.

Dinâmica socioeconómica

A caracterização socioeconómica do concelho que se apresenta neste subcapítulo baseia-se em dados retirados do INE, em particular, em fontes de dados como o Sistema de Contas Integradas das Empresas, das Estimativas Anuais da População Residente, Demografia das Empresas e GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal.

Este subcapítulo inclui a caracterização de cinco dimensões principais: i) tecido empresarial, ii) empregabilidade, iii) desemprego e dos apoios sociais, iv) população ativa, taxas de atividade e remunerações e v) escolaridade e das qualificações.

As análises expostas neste subcapítulo focam-se no concelho de Estremoz e na sua comparação aos valores do Alentejo Central e de Portugal continental, de agora em diante também designado como continente ou país para facilidade de escrita e leitura.

Tecido empresarial

Tendo em vista a realização de uma caracterização inicial do tecido empresarial de Portugal,²¹ do Alentejo, do Alentejo Central e do concelho de Estremoz, utilizaram-se vários indicadores que revelam a sua dimensão e robustez. O primeiro designa-se por densidade das empresas não financeiras e permite identificar onde existe maior número de empresas, em média, por km², e o segundo indica quantas empresas não financeiras²² existem em cada território por cada 100 habitantes.

O número médio de empresas por km² foi estável ao longo dos anos considerados nos três territórios. No concelho de Estremoz a densidade empresarial manteve-se sempre ligeiramente superior face à média regional.

Relativamente ao número médio de empresas por cada 100 habitantes, o concelho de Estremoz regista 14 empresas – um pouco acima dos valores do continente e do Alentejo Central (cerca de 13 empresas).

Estes dois indicadores indiciam um tecido empresarial com uma dimensão interessante em termos de número de empresas, em particular considerando que se trata de um concelho com uma dimensão mediana no mapa do Alentejo central.

Tabela 22: Densidade empresarial e Número médio de empresas não financeiras por cada 100 habitantes, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019, 2020 e 2021

Concelho/Regiões/ País	Densidade empresarial (Número médio de empresas por Km ²)			Número médio de empresas por cada 100 habitantes		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Continente	14,2	14,0	14,4	12,8	12,6	12,9

21 Apenas o Continente, sem contabilizar as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

22 Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais. Uma empresa corresponde à mais pequena combinação de unidades jurídicas, podendo corresponder a uma única. A empresa, tal como é definida, é uma entidade económica que pode, em certas circunstâncias, corresponder à reunião de várias unidades jurídicas. De facto, certas unidades jurídicas exercem atividades exclusivamente em proveito de uma outra unidade jurídica e a sua existência só se explica por razões administrativas (por exemplo, fiscais) sem que sejam significativas do ponto de vista económico. Pertence também a esta categoria uma grande parte das unidades jurídicas sem emprego. Frequentemente, as suas atividades devem ser interpretadas como atividades auxiliares das atividades da unidade jurídica-mãe que elas secundam, à qual pertencem e a que têm de estar ligadas, para constituir a entidade "empresa" utilizada para análise económica. (metainformação – INE).

Concelho/Regiões/ País	Densidade empresarial (Número médio de empresas por Km ²)			Número médio de empresas por cada 100 habitantes		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Alentejo Central	2,8	2,7	2,8	13,2	13,0	13,3
Estremoz	3,6	3,5	3,5	14,3	14,0	14,1

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas/ INE - Estimativas Anuais da População Residente).

É também importante perceber onde há mais Pequenas e Médias Empresas (PMEs)²³ e Grandes Empresas (GE). Como é sabido, o tecido empresarial português é, na sua quase totalidade, constituído por PMEs, correspondendo o número de Grandes Empresas (GE) a 0,1% do número total de empresas existentes no território nacional.

O cenário é semelhante na região do Alentejo Central, onde existiam, em 2021, apenas 7 Grandes Empresas. Já no concelho de Estremoz não existiam empresas desta dimensão sendo o tecido empresarial totalmente constituído por PMEs. Na tabela em baixo verifica-se uma ligeira diminuição do número de empresas no concelho em 2020 e um aumento também reduzido em 2021.

Considerando o número total de empresas, o tecido empresarial do concelho de Estremoz representava em 2021, 9% do total de empresas existentes no mesmo ano no Alentejo Central, pelo que se pode concluir que o tecido empresarial concelhio era considerável em comparação com os valores regionais.

Tabela 23: Número de PMEs e de Grandes Empresas, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019, 2020 e 2021

Concelho/Regiões/ País	Total			PMEs			Grandes empresas		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Continente	1 260 923	1 244 194	1 283 412	1 259 667	1 242 979	1 282 138	1 256	1 215	1 274
A. Central	20 358	19 961	20 347	20 352	19 955	20 340	6	6	7
Estremoz	1 835	1 786	1 797	1 835	1 786	1 797	0	0	0

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Passamos, agora, à análise das Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras, indicadores que mostram quantas empresas foram criadas e extintas, por ano, por cada 100 empresas ativas existentes.

No território continental e na região do Alentejo Central observa-se que a taxa de natalidade das empresas diminuiu entre 2019 e 2020 e tornou a aumentar em 2021.

No concelho de Estremoz observa-se uma queda no número de empresas criadas por cada 100 existentes ao longo do período considerado. Em 2021 a taxa de natalidade de empresas era de apenas 8,3%, ou seja, foram criadas cerca de 8 novas empresas por cada 100 existentes no concelho.

Relativamente à taxa de mortalidade das empresas, verifica-se que no continente e na região do Alentejo Central houve quedas ligeiras do número de empresas extintas por cada 100 existentes.

A taxa de mortalidade das empresas no concelho de Estremoz diminuiu em 2020, mas tornou a aumentar em 2021 quando perto de 11 empresas em cada 100 foram extintas, porém, com valores sempre inferiores aos nacionais e regionais. Este quadro revela um tecido empresarial dinâmico e mesmo robusto, apesar de reduzido, capaz de enfrentar o cenário de crise iniciado com a pandemia COVID-19 e decorrentes confinamentos.

²³ A categoria das micros, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros. (metainformação – INE)

Tabela 24: Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras (%), no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019, 2020 e 2021

Concelho/ Regiões/ País	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Continente	14,8	11,8	13,7	12,3	Pro 11,8	Pre 11,4
Alentejo Central	12,1	10,7	12,2	12,0	Pro 11,4	Pre 11,2
Estremoz	9,6	8,7	8,3	10,2	Pro 9,5	Pre 10,6

Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

Legenda: Pro = Valor provisório; Pre = Valor preliminar.

Para terminar a análise do tecido empresarial, introduz-se a análise da distribuição das empresas não financeiras pelos setores de atividade, em se foca o último ano para o qual havia dados disponíveis (2021).

No continente destacavam-se seis setores de atividade em termos de número de empresas, pela ordem: i) *Comércio por grosso e a retalho (...)*, ii) *Administrativas e dos serviços de apoio*, iii) *Consultoria, científicas, técnicas e similares*, iv) *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, v) *Saúde humana e apoio social* e vi) *Alojamento, restauração e similares* que, juntos, representavam 66% do tecido empresarial do país.

No Alentejo Central o cenário altera-se, pois, o setor com número de empresas passa a ser o da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, seguido pelo do *Comércio por grosso e a retalho (...)* e pelo das atividades *Administrativas e dos serviços de apoio*.

No concelho de Estremoz, o quadro geral altera-se em vários aspetos (ver tabela e gráfico em baixo).

Tabela 25: Número de empresas não financeiras, total e por setor de atividade, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2021

Concelho / Regiões/ País	Total	A,PQ, C,F,P	IE	IT	E,G,V, AQF,AF	CTDA	C	CGR	TA	ARS	IC	I	CCTS	ASA	E	SHAS	AEDR	OA
Continent e	1 283 412	114 075	979	65 529	4 616	1 244	94 131	208 708	34 859	104 493	23 774	55 130	136 592	178 374	56 534	105 007	36 672	62 695
A. Central	20 347	4 424	51	1 025	58	19	1 192	3 203	355	1 760	224	508	1 641	2 264	754	1 457	550	862
Estremoz	1 797	481	5	104	7	1	94	320	38	164	14	39	134	142	58	94	27	75

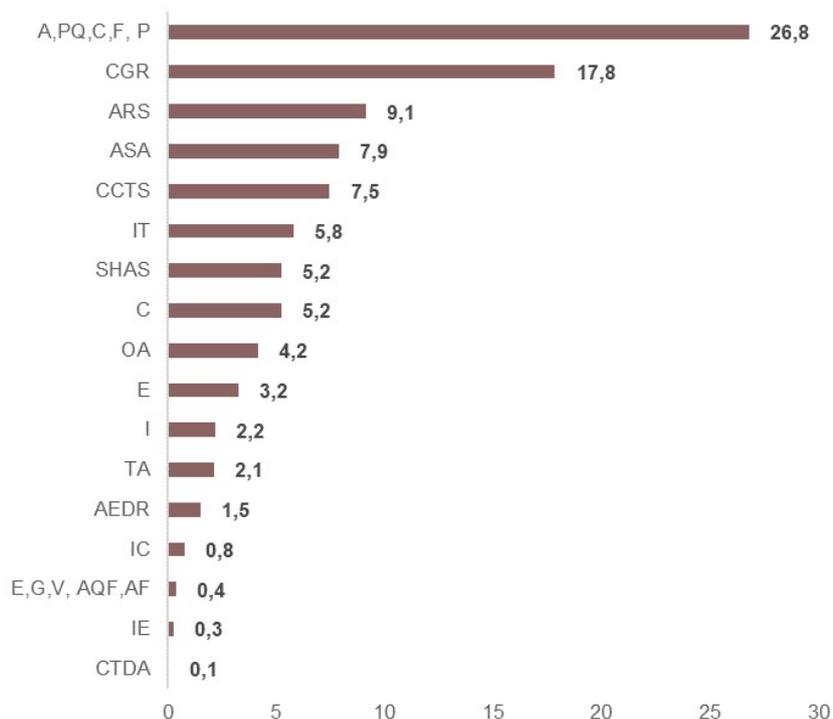
Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

Legenda: A, PQ, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IE = Indústrias extrativas; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, AQF, AF = Elet., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; CTDA = Captação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e a retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = Informação e comunicação; I = Imobiliárias; CCTS = Consultoria, científicas, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; OA = Outras atividades.

As atividades da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* assumiam, em 2021, o maior peso em número de empresas representando 26,8%. Seguiu-se o setor do *Comércio por grosso e a retalho (...)* com 17,8% e setor do *Alojamento, restauração e similares* com 9,1%.

Em conjunto, estes três setores representavam perto de 54% do número total de empresas sediadas no concelho, ou seja, observa-se uma concentração setorial de empresas no setores acima referidos.

Gráfico 24: Percentagem de empresas por setor de atividade económica, no concelho, 2021



Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

Legenda: A, PQ, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IE = Indústrias extrativas; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, AQF, AF = Elet., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; CTDA = Captação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e a retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = Informação e comunicação; I = Imobiliárias; CCTS = Consultoria, científicas, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; OA = Outras atividades.

Empregabilidade e emprego

Passamos a avaliar a empregabilidade, a começar com o indicador relativo ao número médio de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras.

Sendo o tecido empresarial nacional constituído, praticamente na sua totalidade, por PME's, como analisado anteriormente, o número médio de pessoas por empresa é, naturalmente, baixo.

Na tabela seguinte, verifica-se que, em Portugal continental, cada empresa empregava, em média, cerca de 3 pessoas, entre 2019 e 2021.

No Alentejo Central, o número médio de pessoas por cada empresa não financeira era menor, com pouco mais de 2 pessoas por empresa, em média.

Em Estremoz, o número médio de pessoas por empresa era de 2 nos três anos considerados.

Tabela 26: Número médio de pessoas ao serviço das empresas não financeiras, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019, 2020 e 2021

Concelho/Regiões/ País	2019	2020	2021
Continente	3,2	3,2	3,2
Alentejo Central	2,4	2,4	2,4
Estremoz	2,2	2,2	2,1

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Vejamos, em seguida, quais os setores de atividade económica que mais empregam pessoas no país, no continente, na região do Alentejo Central e no concelho de Estremoz, em média, e mais uma vez focando o ano de 2021. Os valores médios representam o número de pessoal ao serviço nas empresas de cada setor no ano considerado sobre o total de empresas do mesmo setor, por isso, pode acontecer que as médias sejam mais elevadas em setores onde o número de empresas seja reduzido (como é o caso das *Indústrias extrativas*); por esse motivo, os dados devem ser lidos com cuidado.

Em Portugal continental, os setores com valores médios mais elevados de pessoal ao serviço das empresas não financeiras era, em primeiro lugar o da *Captação, trat. e dist. de água (...)*, com 28,2, depois o das *Indústrias transformadoras*, com 10,9 e as *Indústrias Extrativas*, com 9,8. De destacar ainda, os setores económicos da *Informação e comunicação*, com 6 e do *Transporte e armazenagem*, com 5,2. Nos restantes setores económicos o número médio de pessoas ao serviço era inferior a 4.

No Alentejo Central, os setores económicos com maior número médio de pessoas ao serviço eram o das *Indústrias transformadoras* (9,2), o das *Indústrias extrativas* (4,5) e o das atividades de *Transporte e armazenagem* (4,1). Os outros setores tinham menos de 3 pessoas, em média, ao serviço.

A representação gráfica da distribuição do pessoal ao serviço das empresas não financeiras por setor de atividade no concelho de Estremoz (ver gráfico seguinte) mostra um cenário similar ao regional, embora com algumas diferenças – as empresas do setor das *Indústrias extrativas* tinham ao serviço, em média, 4,2 pessoas e as das atividades de *Transporte e armazenagem*, de *Informação e comunicação* e de *Comércio por grosso e a retalho (...)* com uma média superior a 2,5 pessoas cada um.

Destes dados depreende-se que se trata de um tecido empresarial com alguma capacidade de empregabilidade distribuída por diversos setores de atividade económica, ou seja, que não é particularmente dependente de nenhum setor em termos de empregabilidade, embora a atividade da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* se destaque pelo número elevado de empresas (481 empresas), ligadas sobretudo à vinha, e a das *Indústrias extrativas* pelo número médio de pessoas ao serviço, embora seja um setor que tem vindo a perder alguma da sua força.

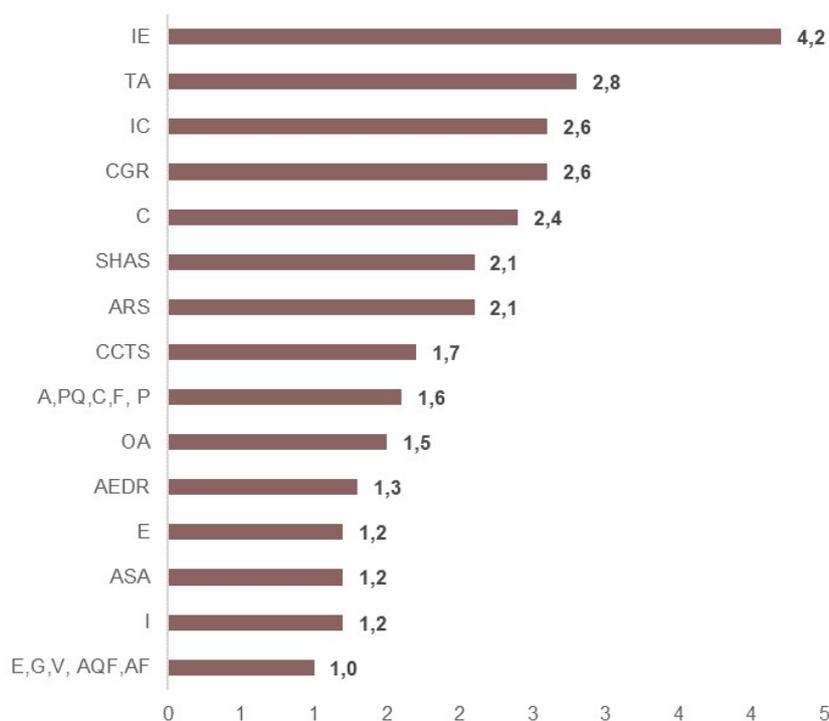
Tabela 27: Número médio de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2021

Concelho/ Regiões/ País	A,PQ, C,F,P	IE	IT	E,G,V, AQF,AF	CTDA	C	CGR	TA	ARS	IC	I	CCTS	ASA	E	SHAS	AEDR	OA
Continente	1,7	9,8	10,9	2,6	28,2	3,8	3,7	5,2	3,2	6,0	1,5	2,1	2,8	1,7	1,9	1,7	1,4
A. Central	1,8	4,5	9,2	0,0	0,0	2,7	2,5	4,1	2,4	2,8	1,3	1,6	1,7	1,2	1,7	1,2	1,4
Estremoz	1,6	4,2	0,0	1,0	0,0	2,4	2,6	2,8	2,1	2,6	1,2	1,7	1,2	1,2	2,1	1,3	1,5

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Legenda: A, PQ, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IE = Indústrias extrativas; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, AQF, AF = Elet., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; CTDA = Captação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e a retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = Informação e comunicação; I = Imobiliárias; CCTS = Consultoria, científicas, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; OA = Outras atividades: s.d. – sem dados.

Gráfico 25: Número médio de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica, no concelho, 2021



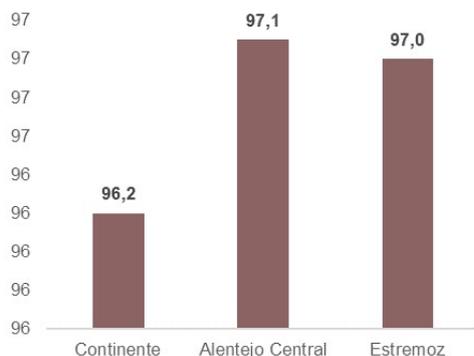
Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Legenda: A, PQ, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IE = Indústrias extrativas; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, AQF, AF = Elet., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; CTDA = Captação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e a retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = Informação e comunicação; I = Imobiliárias; CCTS = Consultoria, científicas, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; OA = Outras atividades: s.d. – sem dados.

Importa também perceber a percentagem de empresas com menos de 10 trabalhadores existentes no continente, na região do Alentejo Central e no concelho de Estremoz.

No gráfico seguinte, verifica-se que a maioria das empresas do país continental (96,2%), da região (97,1%) e do concelho de Estremoz (97%) empregam 10 ou menos trabalhadores.

Gráfico 26: Empresas não financeiras com menos de 10 trabalhadores, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2021 (%)



Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Termina-se esta análise com uma caracterização dos trabalhadores ao serviço das empresas,²⁴ em termos de situação na profissão, níveis de escolaridade, regime de trabalho e tipo de contrato.

O quadro nacional de trabalhadores por situação na profissão era constituído, no ano de 2019, por 94,2% trabalhadores por conta de outrem, uma percentagem semelhante à da região do Alentejo Central (93,4%).

No concelho de Estremoz, no mesmo ano, 92,4% dos trabalhadores ao serviço das empresas era trabalhador por conta de outrem.

Tabela 28: Trabalhadores ao serviço das empresas por situação na profissão, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2019 (%)

Concelho/Regiões/ País	Empregador	Membro Ativo de Cooperativa de Produção	Trabalhador Familiar não Remunerado	Trabalhador Por Conta de Outrem
Continente	5,5	0,0	0,0	94,2
Alentejo Central	6,0	0,0	0,1	93,4
Estremoz	6,9	0,0	0,2	92,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Na sequência dos resultados da análise do indicador da situação na profissão, vamos analisar os níveis de escolaridade, o regime de trabalho e o tipo de contrato apenas para os Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO).

Em termos de escolaridade, e considerando como nível de análise Portugal continental, o número de TCO com Ensino Superior correspondia, em 2019, a 20,8%. A maioria havia concluído o 3º ciclo de escolaridade do Ensino Básico (26,3%) e o Ensino Secundário ou Pós-secundário (31%). Com menores proporções, embora ainda de considerar, surgem os que terminaram apenas o 2º ciclo de escolaridade (12,1%) e os que concluíram o 1º ciclo (9,1%).

A distribuição dos TCO pelos níveis de escolaridade concluído na região do Alentejo Central revelava menos TCO com Ensino Superior concluído (15,4%) e mais com o 1º ciclo (11,2%), com o 2º ciclo (12,2%) e com o 3º ciclo (28,2%) do Ensino Básico e com o Ensino Secundário ou Pós-secundário (32,4%).

Em comparação com o quadro nacional e regional, o concelho de Estremoz caracteriza-se por TCO menos qualificados – percentagem mais reduzida do que concluíram o Ensino Superior (12,2%), porém, verifica-se que existiam mais TCO com Ensino Secundário ou Pós-secundário concluído (35,2%) do que o observado para a região.

Tabela 29: Trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade, nos concelhos, no Alentejo Central e no Continente, 2019 (%)

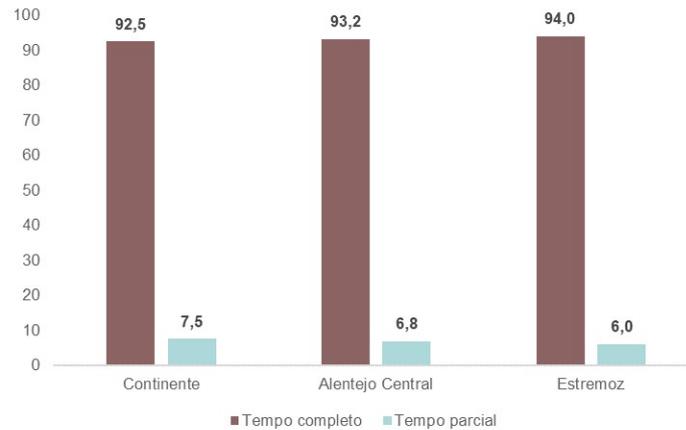
Concelho/ Regiões/ País	≤ 1º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário/Pós- secundário	Superior
Continente	0,4	9,1	12,1	26,3	31,0	20,8
Alentejo Central	0,5	11,2	12,2	28,2	32,4	15,4
Estremoz	0,4	10,4	13,3	28,5	35,2	12,2

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

No gráfico seguinte, é visível que a maioria dos TCO trabalhavam em regime completo no território nacional (92,5%), na região do Alentejo Central (93,2%) e também no concelho de Estremoz (94%).

²⁴ Para estes indicadores utilizou-se a definição de empresa como “Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.” (metainformação – INE)

Gráfico 27: Trabalhadores por conta de outrem por regime de duração do trabalho, nos concelhos, no Alentejo Central e no Continente, 2019 (%)



Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Relativamente ao tipo de contrato mais frequente entre os TCO, em Portugal Continental, na região do Alentejo Central e no concelho de Estremoz destacam-se dois tipos, já que a maioria dos trabalhadores tinha contratos a termo/a prazo ou permanentes/sem termo, com maior peso percentual no caso dos últimos o que aponta para alguma estabilidade de emprego.

As percentagens de TCO com contratos a termo/a prazo ou com contratos permanentes/sem termo foram relativamente estáveis ao longo dos três anos considerados, em particular no concelho de Estremoz.

Os outros tipos de contratos tinham percentagens reduzidas ou nulas nos três territórios.

Tabela 30: Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato, no concelho, no Alentejo Central e no Continente, 2017, 2018, 2019 (%)

Concelho/ Regiões/ País	A termo/ a prazo			tempo indeterminado para cedência temporária			A termo para cedência temporária			Permanente/ sem termo		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Continente	31,0	32,4	32,4	0,1	0,1	0,0	3,3	3,3	2,9	64,9	63,6	64,0
A. Central	32,5	34,3	34,0	0,0	0,0	0,0	1,6	1,3	1,8	64,8	63,2	63,0
Estremoz	27,2	27,3	27,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,4	71,6	71,4	71,2

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Desemprego e apoios sociais

Nesta secção começamos por analisar alguns indicadores relativos ao desemprego, nomeadamente as taxas de desemprego total, por sexo e por grupo etário, de acordo com os dados dos censos de 2001, 2011 e 2021, que dão conta do número de desempregados sobre o total da população ativa.

Na tabela seguinte verificamos que as taxas de desemprego totais foram particularmente elevadas no ano de 2011, consequência da crise financeira mundial iniciada no mercado imobiliário dos Estados Unidos da América. Nos outros anos em análise, 2001 e 2021, as taxas foram inferiores aos 10% em todos os territórios considerados, realçando-se que em 2021 as percentagens de desempregados no total da população ativa eram ligeiramente superiores aos de 2001 no país, na região do Alentejo Central e no concelho de Estremoz – rondando os 8%, os 6% e os 5%, respetivamente.

Observemos agora as diferenças entre as taxas de desemprego masculina e feminina. A nível nacional, a evolução das percentagens de mulheres desempregadas é similar à das percentagens de

homens desempregados, embora sempre ligeiramente superiores. No Alentejo Central a taxa de desemprego das mulheres foi sempre superior à dos homens nos três momentos censitários.

No concelho de Estremoz, as taxas de desemprego dos homens foram consideravelmente inferiores às da população feminina nos três momentos.

Tabela 31: Taxa de desemprego segundo os censos, total e por sexo, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2001, 2011 e 2021

Concelho/Regiões/ País	Total			Masculino			Feminino		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Continente	6,9	13,2	8,1	5,3	12,5	7,2	8,7	13,9	8,9
Alentejo Central	6,3	11,2	6,1	3,7	10,4	5,7	9,5	12,1	6,6
Estremoz	5,9	10,9	5,3	3,3	9,8	4,6	9,1	12,1	6,1

Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Na tabela em baixo expõem-se as percentagens de desempregados no total da população ativa por grupos etários. De uma forma geral, as percentagens de desempregados aumentaram no ano de 2011 nos vários grupos etários como verificado na análise anterior. Dessa forma, focamos a análise no ano de 2021.

Em Portugal continental, no ano de 2021, a taxa de desemprego era mais elevada nos grupos etários mais jovens – 18,4% no grupo com idades entre 15 e 24 anos e 9,3% entre os 25 e os 34 anos. Nos outros grupos etários, as percentagens de desempregados eram inferiores aos 8%.

No Alentejo Central as percentagens de desempregados nos grupos etários mais jovens eram um pouco mais baixas – 16,2% entre os indivíduos entre os 15 e os 24 anos e 7,9% no grupo etário dos 25 aos 34 anos – e geralmente inferiores nas outras faixas etárias.

No concelho de Estremoz, o quadro era semelhante ao nacional e ao regional, ou seja, havia mais desempregados por cada 100 ativos nos grupos etários mais jovens – 15,2% entre os indivíduos entre os 15 e os 24 anos e 9% na faixa dos 25 aos 34 anos.

Tabela 32: Taxa de desemprego segundo os censos, por grupo etário, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2001, 2011 e 2021

Concelho/ Regiões/ País	15-24			25-34			35-44			45-54			55-64			65 ou mais		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Continente	12,4	27,7	18,4	6,2	12,3	9,3	5,3	10,8	6,8	5,7	12,1	6,5	7,9	14,0	7,8	0,8	0,4	3,0
Alentejo Central	12,8	28,2	16,2	6,2	12,1	7,9	4,9	9,6	5,1	4,3	8,7	4,8	7,0	9,1	5,0	0,3	0,2	2,2
Estremoz	14,0	31,4	15,2	5,7	12,9	9,0	4,8	9,3	3,9	3,8	7,4	3,9	5,6	6,9	3,7	0,6	0,0	1,8

Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Legenda: s.d. = Sem Dados.

Por último, exploram-se os dados relativos aos apoios sociais, em particular, o número de beneficiários dos principais apoios e de pensões disponíveis à população portuguesa.

Começamos por analisar a proporção de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)²⁵ e do subsídio de desemprego,²⁶ no total da população residente com 15 e mais anos, que permite aferir quantos indivíduos recebem estes apoios por cada 100 residentes com 15 ou mais anos.

As percentagens expostas na tabela seguinte indicam um número reduzido de beneficiários por cada 100 residentes com 15 ou mais anos, ou seja, poucos dependentes no continente, no Alentejo Central e no concelho de Estremoz, nos três anos considerados.

Tabela 33: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social e do subsídio de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2019-2021

Concelho/Regiões/ País	Rendimento Social de Inserção			Subsídio de desemprego		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Continente	2,7	2,7	2,8	2,3	1,6	1,4
Alentejo Central	2,7	2,8	2,8	1,8	1,2	1,1
Estremoz	4,0	4,2	4,2	1,3	0,9	1,2

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente).

Legenda: Pre = Valores preliminares.

Importa analisar, também, o peso dos beneficiários do subsídio por doença,²⁷ do abono de família,²⁸ das pensões da Segurança Social (SS) e da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e das pensões de sobrevivência,²⁹ invalidez³⁰ e velhice,³¹ calculado sempre relativamente à população residente com 15 ou mais anos em cada unidade de território analisada.

No que respeita às percentagens de beneficiários do subsídio por doença, verificamos que o número de beneficiários por cada 100 residentes com 15 ou mais anos aumentou de forma progressiva entre 2020 e 2022 no continente, no Alentejo Central e no concelho de Estremoz. O aumento foi particularmente elevado no ano de 2022 ano em que se registaram 20,9% de beneficiários do subsídio por doença no quadro nacional, 21,1% na região e 19,1% em Estremoz.

Quanto ao abono de família, as percentagens também foram consideráveis nos três anos em análise – rondando os 9% no país, no Alentejo Central e no concelho de Estremoz.

25 O rendimento social de inserção (RSI) é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

26 O subsídio de desemprego é o montante compensatório atribuído pela segurança social durante um número limitado de meses enquanto o trabalhador que perdeu o seu emprego procura um novo trabalho.

27 O subsídio de doença é o montante compensatório atribuído pela segurança social enquanto o beneficiário está temporariamente incapacitado para trabalhar.

28 O abono de família para crianças e jovens é o montante atribuído mensalmente pela segurança social às famílias enquanto criam e educam os filhos.

29 A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido. A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido.

30 A pensão de invalidez é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem tem incapacidade permanente para trabalhar, mas não tem idade para se reformar.

31 A pensão de velhice é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos. Os idosos que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social podem aceder à pensão social de velhice.

Tabela 34: Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social e do Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2018-2021

Concelho/Regiões/ País	Subsídio por doença			Abono de família		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Continente	10,5	12,3	20,9	9,1	8,8	9,1
Alentejo Central	9,0	12,0	21,1	8,9	8,7	9,1
Estremoz	7,2	11,7	19,1	8,1	8,2	8,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente; II/MTSSS).

Passamos agora a analisar as percentagens de pensionistas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações. A nível nacional o número de pensionistas por cada 100 residentes com 15 ou mais anos rondou os 39%, enquanto no Alentejo Central as percentagens atingiram os 48%.

No concelho de Estremoz, o total de pensionistas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações era de cerca de 52 por cada 100 residentes com 15 ou mais anos.

À semelhança do observado com as pensões da SS e da CGA, as percentagens de beneficiários de pensões por velhice também foram, no mesmo período, consideráveis nos três territórios, com a particularidade de terem sido bastante mais elevadas no ano de 2021 em comparação com 2019 e 2022.

Em Estremoz, as percentagens deste indicador também surgiram sempre superiores face às regionais e às nacionais.

Quanto às pensões de invalidez, as percentagens de beneficiários foram bastante reduzidas nos três territórios em 2019 e em 2022 e consideráveis em 2021.

Em termos de pensões de sobrevivência, nos três anos analisados, as percentagens de beneficiários deste apoio no total dos residentes com 15 ou mais anos também são consideráveis – perto de 8% no país e rondando os 10% na região do Alentejo Central e perto de 11% no concelho de Estremoz.

Este cenário enquadra-se nas características demográficas associadas aos territórios em análise, ou seja, no cenário de envelhecimento na região do Alentejo Central e no concelho de Estremoz, em que a relação de dependência de idosos é elevada.

Tabela 35: Beneficiários de pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, de velhice, de invalidez e de sobrevivência, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2018-2020

Concelhos/ Região/ País	SS e CGA			Velhice			Invalidez			Sobrevivência		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Continente	39,2	39,0	38,9	22,5	32,0	22,4	1,9	22,4	1,7	7,7	1,8	7,8
A. Central	48,8	48,3	48,3	27,1	39,8	26,6	3,4	26,8	3,3	9,8	3,3	9,7
Estremoz	51,5	51,1	51,5	29,6	42,8	28,8	3,0	29,1	3,2	10,7	3,1	10,8

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente; ISS/MTSSS).

População ativa, taxas de atividade e remunerações

Nesta secção analisam-se os indicadores referentes à população ativa³² e às taxas de atividade,³³ recorrendo aos dados dos censos, e aos ganhos médios mensais dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO) fazendo a análise por sexo, por nível de escolaridade e por setor de atividade económica.

Começamos por analisar os indicadores sobre a população ativa, ou seja, os ativos a partir dos 15 anos considerados como mão-de-obra disponível para trabalhar e onde se inserem todos os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

Na tabela seguinte verifica-se que, no continente, houve um aumento de mais de 2800 ativos entre o primeiro e o último período censitário, e uma perda francamente acentuada de população ativa no período censitário seguinte, ou seja, em 2021 (uma perda de mais de 190 mil ativos).

Na região do Alentejo Central, a perda de ativos foi também considerável e constante: mais de 4 188 entre 2001 e 2011 e 7371 no período censitário seguinte.

O cenário no concelho de Estremoz foi semelhante ao regional – perda de 540 ativos entre 2001 e 2011 e de 710 entre 2011 e 2021.

Tabela 36: População ativa total segundo os censos, no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2001, 2011, 2021

Concelho/ Região/ País	2001	2011	2021
Continente	4 778 115	4 780 963	4 590 360
Alentejo Central	80 752	76 564	69 193
Estremoz	6 889	6 349	5 639

Fonte: Pordata (INE - XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Completa-se a análise da população ativa com as taxas de atividade que permitem aferir onde é que existem mais indivíduos a partir dos 15 anos que podem ser considerados mão de obra disponível para trabalhar, empregados ou desempregados, sobre o total da população com 15 ou mais anos.

Em termos relativos, na tabela seguinte, observa-se que, nos três anos em análise, existiram sempre mais ativos por cada 100 indivíduos com 15 ou mais anos, no continente, por comparação com a região do Alentejo Central e, em particular, com o concelho de Estremoz que se ficou numa taxa de 50%.

Tabela 37: Taxas de atividade segundo os censos (%), no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2001, 2011, 2021

Concelho/ Região/ País	2001	2011	2021
Continente	57,5	55,8	53,4
Alentejo Central	54,0	52,9	51,7
Estremoz	50,8	50,2	50,2

Fonte: Pordata (INE - XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

³² Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). (metainformação - INE)

³³ A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. Os ativos são a mão de obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

A análise dos ganhos médios mensais³⁴ (ver tabela seguinte) mostra como no território nacional os valores revelam uma tendência de aumento quando considerados os anos de 2017, 2018 e 2019, atingindo os cerca de 1210€ no último ano.

No concelho de Estremoz, os ganhos médios mensais também aumentaram como nos outros territórios, porém, mantiveram-se com valores sempre consideravelmente inferiores aos nacionais e regionais – 998€ em 2019.

Tabela 38: Ganho médio mensal total dos trabalhadores por conta de outrem, no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2017, 2018, 2019 (€)

Concelho/ Região/ País	2017	2018	2019
Continente	1 133	1 170	1 210
Alentejo Central	992	1 021	1 046
Estremoz	931	971	998

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Importa também aferir as diferenças entre homens e mulheres no que respeita aos ganhos médios mensais. A tabela que se segue mostra que as diferenças salariais entre TCO masculinos e femininos permanece uma questão a resolver a nível nacional (TCO do sexo feminino ganhavam, em média, no ano de 2019, menos 225€), regional (-170€) e concelhio (-207€).

Enquanto no continente e no Alentejo Central os valores das diferenças salariais entre homens e mulheres reduziu, ainda que de forma muito ligeira, no concelho de Estremoz verifica-se um aumento ligeiro.

Tabela 39: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, e diferença mulheres-homens, no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2017, 2018, 2019 (€)

Concelhos/ Região/ País	Homens			Mulheres			Diferença mulheres-homens		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Continente	1 237	1 274	1 312	1 011	1 047	1 087	-226	-227	-225
A. Central	1 075	1 107	1 124	895	918	953	-180	-188	-170
Estremoz	1 028	1 069	1 098	829	863	891	-199	-206	-207

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

A relação entre o nível de escolaridade concluída e os ganhos médios mensais dos TCO demonstra que os salários médios do país, da região do Alentejo Central e do concelho de Estremoz aumentam consoante o nível de escolaridade concluída também aumenta.

De notar que os ganhos médios mensais são geralmente inferiores na região e no concelho em comparação com os nacionais exceto no caso dos TCO sem escolaridade concluída que ganham em média mais do que no país.

A comparação dos ganhos médios mensais do concelho com os regionais demonstra que os valores praticados em Estremoz são geralmente inferiores, com exceção dos TCO que têm o 2º ciclo de escolaridade concluído.

Este cenário contribui para explicar porque o nível de escolaridade se mantém baixo entre a população ativa que não vê, assim, necessidade de procurar vias educativas para aumentar a escolaridade concluída.

³⁴ O ganho mensal é o montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios. (metainformação – INE)

Tabela 40: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade concluída, no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2019 (€)

Concelho/ Região/ País	Sem escolaridade	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário/ Pós- secundário	Superior
Continente	789	870	913	951	1 117	1 890
A. Central	811	841	896	921	1 011	1 574
Estremoz	809	838	915	940	991	1 359

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

A análise dos ganhos médios mensais dos TCO por setor de atividade económica que os emprega mostra que os valores no concelho de Estremoz são geralmente inferiores aos do continente e da região do Alentejo Central, em praticamente todos os setores de atividade económica.

A exceção é o setor dos *Serviços*, em que os ganhos médios mensais eram, em 2019, equivalentes a 962€, ou seja, mais elevados do que o observado para o Alentejo Central.

Tabela 41: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica, no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2019 (€)

Concelho/ Regiões/ País	A, PA, C, S, P	I, C, E, A	IT	Construção	Serviços
Continente	1 210	946	1 144	1 155	1 025
A. Central	1 046	925	1 143	1 195	888
Estremoz	998	889	1 036	1 042	962

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Legenda: A, PA, C, S, P = Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca; I, C, E, A = Indústria, construção, energia e água; IT = Indústrias transformadoras.

Para finalizar a análise relativa aos salários dos TCO, importa comparar o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal desses trabalhadores com o mesmo tipo de situação profissional.

Gráfico 28: Diferença entre a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional, no concelho, no Alentejo Central e no continente, 2017, 2018 e 2019 (€)



Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

As diferenças entre salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal foram mais elevadas no continente nos três anos considerados e foram aumentando ligeiramente.

Enquanto na região do Alentejo Central rondaram os 250€ ou os 260€ e no concelho de Estremoz foram perto de 200€ com valores relativamente estáveis ao longo da série.

Escolaridade e qualificações da população

Nesta secção, prossegue-se a caracterização socioeconómica da população com a análise dos níveis de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos e da taxa de analfabetismo, utilizando, com esse objetivo, os dados dos recentes censos realizados em 2021.

No gráfico em baixo observa-se que mais de 40% da população com 15 ou mais anos residente em Portugal continental tinha o Ensino Secundário (23,6%) ou o Ensino Superior (20%) como nível de escolaridade concluído mais elevado. No mesmo ano, ainda se registava 22,2% da população com o 1º ciclo, 9,4% com o 2º ciclo e 17,8% com o 3º ciclo do Ensino Básico.

No Alentejo Central, o quadro geral era menos favorável apesar de valores próximos aos nacionais, destacando-se, sobretudo, os 8% de residentes com 15 ou mais anos sem escolaridade concluída e os 16,4% que tem Ensino Superior concluído.

Já no concelho de Estremoz, o quadro geral era desfavorecido quando comparado com a região e o país. A maioria dos residentes com 15 ou mais anos tinha o 3º ciclo do Ensino Básico concluído (17,65%) ou o Ensino Secundário (23,8%). Além disso, havia mais residentes sem escolaridade concluída (10,2%) do que no país e na região; e eram menos os que tinham o Ensino Superior concluído (14%).

Gráfico 29: População residente com 15 ou mais anos segundo os censos por nível de escolaridade completo mais elevado, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2021



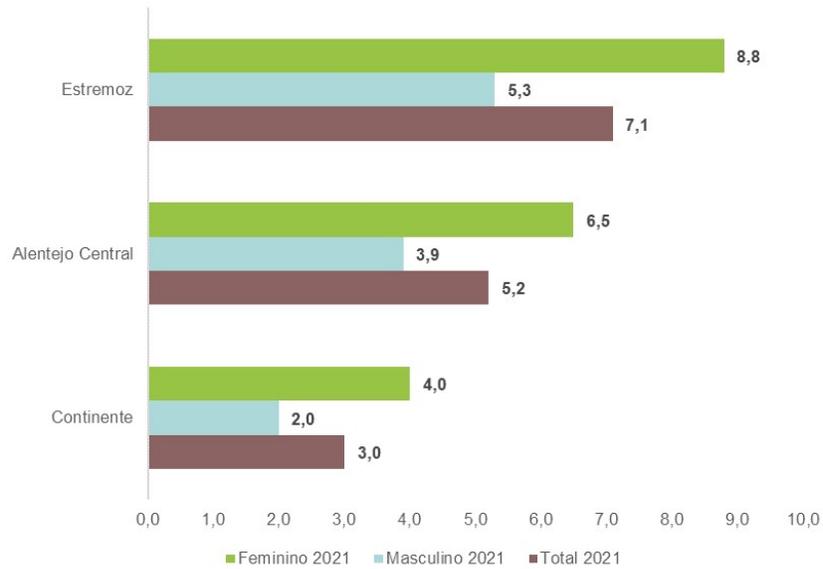
Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

As taxas de analfabetismo referem-se ao peso que a população de residentes com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever no total da população de residentes com 10 ou mais anos.³⁵

³⁵ Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa. (metainformação - INE)

Em 2021, a taxa de analfabetismo é de apenas 3% a nível nacional, mas ainda atinge os 5,2% na região do Alentejo Central e os 7,1% no concelho de Estremoz – 5,3% entre os homens e 8,8% entre as mulheres.

Gráfico 30: Taxa de analfabetismo segundo os censos, total e por sexo, no concelho, no Alentejo Central e no continente (%), 2021



Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

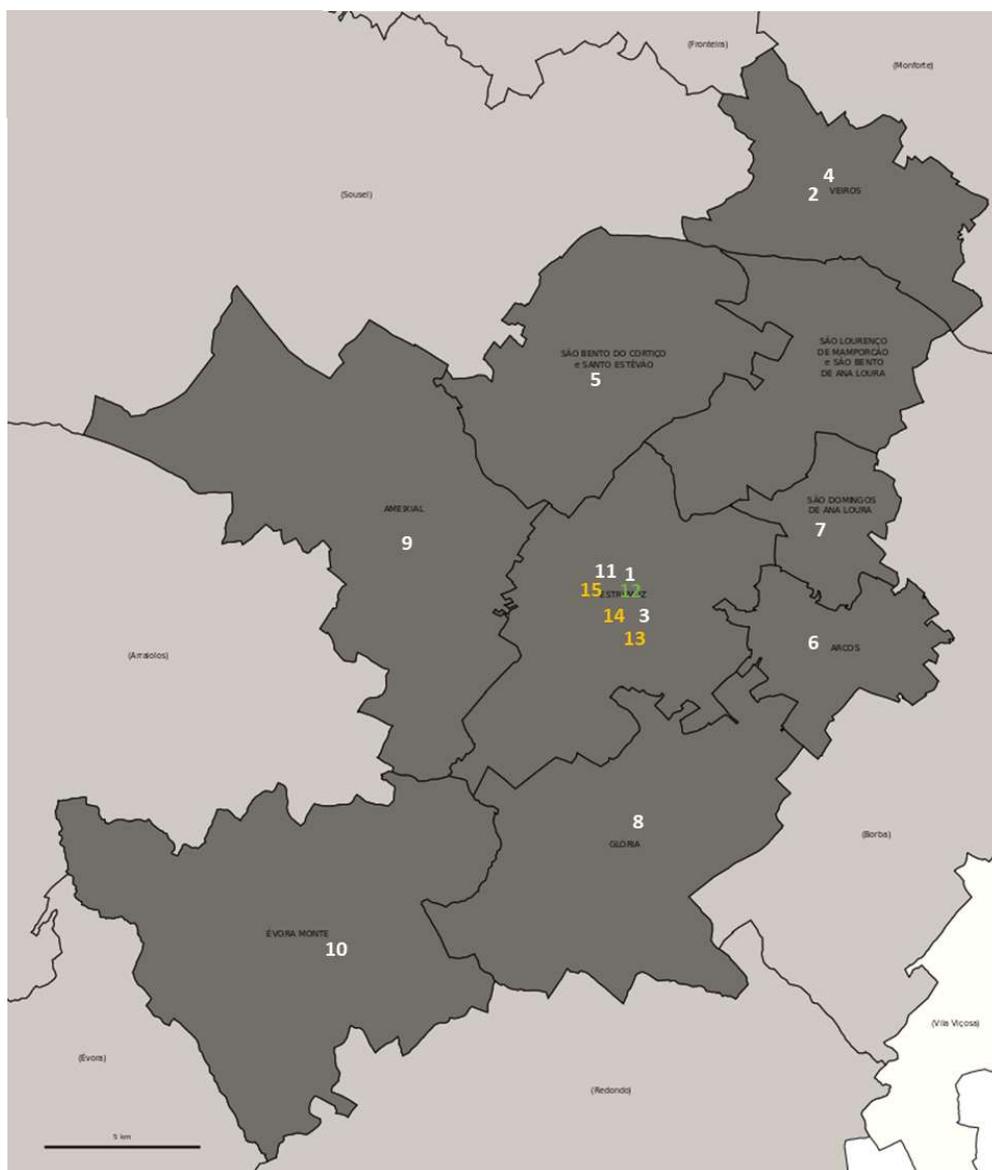
Sistema educativo concelhio

Estabelecimentos escolares: identificação e descrição

A análise do sistema educativo do concelho foi realizada tendo como referência o ano letivo de 2022/2023 sobre o qual, no início do processo de recolha de informação, existiam dados em todas as dimensões necessárias.

A rede escolar do concelho de Estremoz inclui um total de 5 Unidades Orgânicas (UO): 2 da rede pública e 3 na rede privada (ver mapa). Descrevem-se em baixo as UO quanto ao número de estabelecimentos e às valências.

Figura 7: Localização dos estabelecimentos escolares do concelho



Fonte: construção própria.

A rede pública inclui um Agrupamento de Escolas (AE) e uma Escola Não Agrupada.

O AE da Estremoz é constituído por 11 estabelecimentos escolares assinalados no mapa anterior a branco:

1. Escola Básica Sebastião da Gama, Estremoz (EB Sebastião da Gama), com oferta de 2º e 3º ciclo do Ensino Básico;
2. Escola Básica do Caldeiro, Estremoz (EB do Caldeiro), com oferta de Pré-escolar e de 1º ciclo do Ensino Básico;
3. Escola Básica da Mata, Estremoz (EB da Mata), com oferta de Pré-escolar e de 1º ciclo do Ensino Básico;
4. Escola Básica de Veiros, Estremoz (EB de Veiros), com oferta de Pré-escolar e de 1º ciclo do Ensino Básico;
5. Escola Básica de São Bento do Cortiço, Estremoz (EB de São Bento do Cortiço), com oferta de Pré-escolar e de 1º ciclo do Ensino Básico;
6. Escola Básica de Arcos, Estremoz (EB de Arcos), com oferta de Pré-escolar e de 1º ciclo do Ensino Básico;
7. Escola Básica de São Domingos de Ana Loura (EB de São Domingos de Ana Loura), com oferta de 1º ciclo do Ensino Básico;
8. Escola Básica de Glória, Estremoz (EB de Glória), com oferta de Pré-escolar e de 1º ciclo do Ensino Básico;
9. Escola Básica de Santa Vitória do Ameixial, Estremoz (EB de Santa Vitória do Ameixial), com oferta de 1º ciclo do Ensino Básico;
10. Escola Básica de Evoramonte, Estremoz (EB de Evoramonte), com oferta de Pré-escolar e de 1º ciclo do Ensino Básico;
11. Jardim de Infância de Santa Maria, Estremoz (JI de Santa Maria), com oferta de Pré-escolar.

A Escola Secundária Rainha Santa Isabel, Estremoz (ES Rainha Santa Isabel), com oferta de 3º ciclo do Ensino Básico e de Ensino Secundário (número 12 no mapa, a verde).

Na rede privada existem três UO, duas da rede solidária e um da rede lucrativa (assinalados no mapa a amarelo):

13. Creche e Jardim de Infância Rainha Santa Isabel (CJI Rainha Santa Isabel), com as valências de Berçário, Creche e Pré-escolar;
14. Creche do Centro Social e Paroquial de Santo André (Creche CSP de Santo André), com as valências de Berçário, Creche e Pré-escolar;
15. Creche São Francisco de Assis, com as valências de Berçário e Creche.

Passamos a apresentar uma análise detalhada dos estabelecimentos escolares das redes pública e privada em três dimensões: i) informações gerais; ii) espaços e equipamentos e estado de conservação; iii) irradiação, população base e áreas de abrangência.

Todos os edifícios da rede pública do concelho de Estremoz foram construídos de raiz para a função de ensino e a maioria foi construída na segunda metade do século XX, com a exceção do JI de Santa Maria, estabelecimento do AE de Estremoz, que data de 2003.

Os estabelecimentos escolares do Agrupamento são propriedade do Município, enquanto a ES Rainha Santa Isabel é do Ministério da Educação (Parque Escolar, S.A.).

Relativamente às novas construções e requalificações, foi requalificado o novo edifício na ES Rainha Santa Isabel no ano de 2010; e no AE de Estremoz foram intervencionados a EB do Caldeiro e a EB de Glória em 2003, a EB Sebastião da Gama em 2011 e a EB da Mata em 2012.

Tabela 42: Informações gerais sobre estabelecimentos escolares da rede pública

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos escolares	Ano de construção do edifício original	Ano de construção do edifício mais recente	Construído de raiz para o ensino	Propriedade	Ano da última intervenção (+50% do edifício)
AE de Estremoz	EB Sebastião da Gama	1959	-	Sim	Município de Estremoz	2011
	EB do Caldeiro	1950	-	Sim	Município de Estremoz	2003
	EB da Mata	1948	-	Sim	Município de Estremoz	2012
	EB de Veiros	1958	-	Sim	Município de Estremoz	2007
	EB de São Bento do Cortiço	1962	-	Sim	Município de Estremoz	2006
	EB de Arcos	1959	-	Sim	Município de Estremoz	2005
	EB de São Domingos de Ana Loura	1962	-	Sim	Município de Estremoz	2004
	EB de Glória	1951	-	Sim	Município de Estremoz	2003
	EB de Santa Vitória do Ameixial	1964	-	Sim	Município de Estremoz	-
	EB de Evoramonte	1964	-	Sim	Município de Estremoz	2007
JI de Santa Maria	2003	-	Sim	Município de Estremoz	-	
ES Rainha Santa Isabel	1962/1963	2010	Sim	Ministério da Educação	2010	
CJI Rainha Santa Isabel *	s.d.	s.d.	s.d.	Centro de Bem Estar Social de Estremoz	s.d.	
Creche CSP de Santo André *	s.d.	s.d.	s.d.	Centro Social e Paroquial de Santo André	s.d.	
Creche São Francisco de Assis *	s.d.	s.d.	s.d.	Dulce de Jesus Cheira Rouquina Garcia	s.d.	

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: ME = Ministério da Educação; s.d. = Sem Dados.

Estado de conservação dos espaços e equipamentos

Nesta secção identificam-se os espaços e equipamentos escolares internos e externos das 5 UO e avalia-se o estado de conservação dos mesmos de acordo com os dados enviados por cada entidade (tabelas em baixo). O Estado de Conservação (EC) foi avaliado pelos representantes de cada UO considerando uma escala de cinco níveis em que 1 = Muito Mau; 2 = Mau; 3 = Satisfatório; 4 = Bom; 5 = Muito Bom.

Numa análise geral verifica-se que os espaços e equipamentos disponíveis são consideravelmente menos nos estabelecimentos escolares do AE de Estremoz localizados nas zonas rurais, uma situação sobre a qual importa refletir uma vez que a Educação Pré-escolar e o 1º ciclo do Ensino Básico são anos estruturantes para o sucesso nos ciclos/níveis de ensino seguintes.

Começamos por analisar os espaços interiores dos estabelecimentos escolares destinados à realização de atividades letivas diversas. Nas duas UO da rede pública, a maioria dos espaços identificados foi avaliada pelos respetivos representantes com um estado de conservação satisfatório, bom ou muito bom, exceto as salas de aula da escola sede do AE de Estremoz que receberam avaliação de nível 2 (mau estado).

No que respeita aos espaços interiores para a realização de tarefas profissionais de cariz organizacional ou outras tarefas de docentes, não docentes e de alunos e encarregados de educação, o quadro geral é similar. Apenas na EB Sebastião da Gama foram avaliados espaços com estado de conservação mau – a sala dos Educadores de Infância, as salas de reuniões e de trabalho, a sala dos alunos – ou muito mau – a sala dos Assistentes Operacionais.

Sobre os espaços e equipamentos interiores para outras utilizações foi novamente apenas no AE de Estremoz que surgiram avaliações negativas quanto ao estado de conservação, nomeadamente a

Secretaria e os sanitários na EB Sebastião da Gama e os sanitários na EB de Santa Vitória do Ameixial avaliados com nível mau; e os espaços para brincar na EB de São Domingos de Ana Loura com muito mau.

Passamos agora à análise dos espaços exteriores. Na ES Rainha Santa Isabel, os espaços identificados receberam, na sua maioria, uma avaliação de satisfatório ou bom, com exceção dos espaços verdes classificados com mau estado de conservação. Já no AE de Estremoz foram em maior número os espaços avaliados com satisfatório, bom ou muito bom, mas existem igualmente alguns espaços que receberam nível 1 ou 2 (muito mau ou mau) – o parque infantil na EB do Caldeiro, a vedação exterior e os espaços de recreio da EB de Veiros, o parque infantil da EB de Arcos, os espaços de recreio da EB de São Domingos de Ana Loura, o recreio coberto da EB de Glória, o parque infantil da EB de Santa Vitória do Ameixial e os bancos de exterior do JI de Santa Maria.

Acerca dos equipamentos disponíveis para utilizações diversas, verifica-se que os computadores se encontram em estado degradado na EB do Caldeiro, na EB de Veiros, no JI de Santa Maria e, ainda, na EB de Evoramonte onde a avaliação de computadores e de tablets é de nível 1. Há ainda a assinalar a avaliação de nível 2 (mau) dos equipamentos desportivos na EB do Caldeiro.

A avaliação geral de várias questões ao nível dos edifícios da rede pública revela um quadro positivo relativamente à rede elétrica e aos acessos aos espaços escolares interiores e exteriores. Na ES Rainha Santa Isabel não estão ainda garantidas as questões do conforto térmico e da eficiência energética. Enquanto no AE de Estremoz, a rede de internet não é suficiente na EB Sebastião da Gama e na EB do Caldeiro (questão que, entretanto, foi intervencionada durante a elaboração do presente documento); a rede de saneamento foi avaliada com nível 2 (mau) na escola sede; o conforto térmico não está garantido na EB Sebastião da Gama, questão avaliada como muito mau estado, e na EB de Veiros; e a eficiência energética é uma questão por resolver na EB do Caldeiro. Ao nível dos equipamentos são os elevadores da escola sede, os materiais desportivos na EB do Caldeiro, na EB de São Domingos de Ana Loura e na EB de Evoramonte e os materiais laboratoriais na EB do Caldeiro e na EB de Evoramonte que precisam ser requalificados ou alterados.

Como outros aspetos importantes, os atores locais destacaram, no AE de Estremoz, a necessidade de ter um edifício (novo) sem fissuras de forma a poder utilizar todas as salas disponíveis, um laboratório de ciências, devidamente equipado, para atividades práticas, salas de Educação Visual e Educação Tecnológica adequadamente equipadas, computadores, videoprojectores, quadros interativos, armários seguros onde os alunos possam colocar os seus equipamentos, sala de música devidamente equipada, sala para alunos com necessidades específicas equipada com materiais atualizados e inovadores e um ginásio. Na ES Rainha Santa Isabel acrescentam que gostariam de ter uma sala de aula do futuro, sala de convívio para os alunos, pavilhão desportivo fechado e equipamento audiovisual atualizado.

Tabela 43: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para atividades letivas, 2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Salas de aula		Salas polivalentes		Salas de informática		Salas de estudo		Pavilhão desportivo		Oficinas		Salas de música		Lab. de ciências		Espaços para alunos com PEI		Salas de CAF/AAAF	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
AE de Estremoz	EB Sebastião da Gama	29	2	-	-	1	4	-	-	2	2	-	-	-	-	2	3	3	4	-	-
	EB do Caldeiro	8	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB da Mata	10	3	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de Veiros	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de S. B. do Cortiço	3	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de Arcos	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de S. D. de Ana Loura	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de Glória	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de S.V. do Ameixial	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de Evoramonte	3	4	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JI de Santa Maria	2	4	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-
ES Rainha Santa Isabel	48	4	-	-	3	3	-	-	2	3	1	4	-	-	5	4	1	4	-	-	
CJI Rainha Santa Isabel	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche CSP de Santo André	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche São Francisco de Assis	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: PEI – Programa Educativo Individual; CAF – Componente e Apoio à Família; AAAF – Atividades de Animação e de Apoio à Família; s.d. = Sem Dados.

Tabela 44: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para trabalho, 2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Salas de direção/ coord.		Salas de Docentes		Salas de Edu. de Infância		Salas de AO/TAE		Salas de reuniões/ trabalho		Salas de recepção às famílias/d a APEE		Salas da Ass. de alunos		Biblioteca/ Centro de documentação		Gabinete de apoio aos alunos		Auditórios	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
AE de Estremoz	EB Sebastião da Gama	9	3	1	5	1	2	1	1	7	2	1	3	1	2	1	4	2	3	1	3
	EB do Caldeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB da Mata	1	3	1	3	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	1	5	-	-	-	-
	EB de Veiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de S. B. do Cortiço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de Arcos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de S. D.de Ana Loura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de Glória	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de S.V. do Ameixial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de Evoramonte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JI de Santa Maria	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ES Rainha Santa Isabel	8	4	1	4	-	-	1	4	1	4	2	4	1	4	1	4	1	4	1	5	
CJI Rainha Santa Isabel	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche CSP de Santo André	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche São Francisco de Assis	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: AO = Assistente Operacional; TAE = Técnico Auxiliar de Educação; APEE = Associação de Pais e Encarregados de Educação; s.d. = Sem Dados.

Tabela 45: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para outras utilizações, 2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Refeitório		Bar/Bufete		Cozinha		Serviços Admist.		Secretaria		Portaria		Espaços para brincar		Salas de convívio dos alunos		Balneários		Sanitários	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
AE de Estremoz	EB Sebastião da Gama	1	4	1	3	1	4	1	3	1	2	1	3	4	3	-	-	5	3	16	2
	EB do Caldeiro	1	3	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	5	3	-	-	-	-	4	3
	EB da Mata	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	4	3
	EB de Veiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	EB de S. B. do Cortiço	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	2	4
	EB de Arcos	1	5	-	-	1	5							1	5	1	5	-	-	8	4
	EB de S. D. de Ana Loura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	3	4
	EB de Glória	1	4	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	4	3
	EB de S.V. do Ameixial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	4	2
	EB de Evoramonte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JI de Santa Maria	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	3	3	
ES Rainha Santa Isabel	1	3	1	3	1	4	1	5	-	-	1	4	-	-	1	3	8	3	15	3	
CJI Rainha Santa Isabel	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche CSP de Santo André	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche São Francisco de Assis	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem Dados.

Tabela 46: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços exteriores, 2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Vedação exterior		Espaços verdes		Espaços de recreio		Parques infantis		Recreio coberto		Horta pedagógica		Campos de desporto		Bancos		Mesas		Espaços para prática de desporto	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
AE de Estremoz	EB Sebastião da Gama	1	3	4	3	4	3	-	-	3	3	1	3	1	4	16	3	-	-	2	3
	EB do Caldeiro	1	3	-	-	5	3	1	2	2	3	1	3	1	3	-	-	-	-		
	EB da Mata	2	4	-	-	2	3	2	3	1	3	-	-	1	3	-	-	-	-	1	3
	EB de Veiros	1	1	-	-	1	2	1	3	1	3	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de S. B. do Cortiço	1	3	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-
	EB de Arcos	1	4	1	5	1	5	1	1	1	5	1	3	1	4	5	4	-	-	1	4
	EB de S. D. de Ana Loura	1	3	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de Glória	1	4	-	-	1	4			1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de S.V. do Ameixial	-	-	1	4	3	3	1	2	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de Evoramonte	1	5	-	-	1	3	1	4	2	4	-	-	-	-	7	3	10	3	-	-
JI de Santa Maria	1	4	-	-	1	4	1	3	2	4	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	
ES Rainha Santa Isabel	1	4	1	2	-	-	-	-	-	-	1	3	2	3	-	-	-	-	1	3	
CJI Rainha Santa Isabel	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche CSP de Santo André	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche São Francisco de Assis	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem Dados.

Tabela 47: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos equipamentos para várias utilizações, 2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Computadores		Tablets		Comp. com ligação à internet		Quadros interativos		Projetores		Conjuntos de materiais pedagógicos		Instr. de música		Equip. desportivos		Equip. de laboratório		Equip.de audiovisual	
		N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
AE de Estremoz	EB Sebastião da Gama	92	3	7	3	51	3	11	4	32	4	704	4	40	3	20	4	421	3	7	3
	EB do Caldeiro	6	2	-	-	6	2	6	3	-	-	-	-	-	-	14	2	10	2	-	-
	EB da Mata	22	3	6	3	22	3	6	4	1	4	84	3	6	5	2	3	33	4	3	4
	EB de Veiros	4	2	-	-	3	2	2	3	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de S. B. do Cortiço	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de Arcos	4	4	1	4	4	3	2	5	1	5	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-
	EB de S. D.de Ana Loura	3	4	-	-	3	4	1	4	1	4	8	4	1	5	-	-	-	-	-	-
	EB de Glória	4	4	-	-	4	4	2	4			10	3	5	3	-	-	-	-	-	-
	EB de S.V. do Ameixial	2	4	-	-	2	5	2	5	2	5	3	3	10	5	2	4	4	5	2	4
	EB de Evoramonte	4	1	1	1	4	1	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JI de Santa Maria	3	2	-	-	3	2	-	-	-	-	180	4	2	3	175	3	-	-	-	-	
ES Rainha Santa Isabel	131	3	-	-	13 1	3	11	3	34	3	s.d.	3	0		s.d.	4	s.d.	3	6	3	
CJI Rainha Santa Isabel	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche CSP de Santo André	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche São Francisco de Assis	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem Dados.

Tabela 48: Avaliação geral do estado dos edifícios, 2023

Unidades Orgânicas/ Estabelecimentos escolares		Rede interne t	Rede elétric a	Rede de saneament o	Confort o térmico	Confort o lumínico	Eficiência energética	Acessos a espaços exteriore s	Acesso s aos edifícios	Elevadore s	Materiais desportivo s	Materiais laboratoriais
AE de Estremo z	EB Sebastião da Gama	2	3	2	1	3	4	4	4	1	5	3
	EB do Caldeiro	2	3	3	3	4	2	3	3	-	2	2
	EB da Mata	4	5	5	3	5	5	5	5	5	4	4
	EB de Veiros	2	3	3	2	4	-	4	-	-	-	-
	EB de S. B. do Cortiço	3	3	4	3	4	4	4	5	-	-	-
	EB de Arcos	3	4	4	4	4	-	5	5	-	3	-
	EB de S. D.de Ana Loura	4	4	4	3	4	3	3	4	-	2	-
	EB de Glória	3	3	3	3	3	3	3	3	-	-	-
	EB de S.V. do Ameixial	4	4	4	3	4	3	4	4	-	3	3
	EB de Evoramonte	3	3	3	3	5	3	5	5	-	2	2
Jl de Santa Maria	3	4	4	5	5	5	5	5	-	3	3	
ES Rainha Santa Isabel	4	4	3	4	2	2	3	4	5	4	4	
CJI Rainha Santa Isabel	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche CSP de Santo André	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche São Francisco de Assis	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem Dados.

Irradiação e Áreas de influência

Para terminar a análise dos estabelecimentos escolares apresentam-se indicadores relativos à irradiação que se referem à questão da mobilidade dos alunos em termos de tempo (considerando como tempo máximo de viagem casa-escola os 20 minutos) e de transportes, o número máximo de alunos que o edificado está licenciado para acolher e a área de influência de cada um.

Os tempos de viagem casa-escola expostos na tabela em baixo podem ser considerados adequados em todos os estabelecimentos escolares da rede pública, tendo em conta que a EB Sebastião da Gama, sede do AE de Estremoz, e a ES Rainha Santa Isabel têm ofertas únicas no concelho (2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário), ou seja, servem a todos os alunos de todas as freguesias.

Os estabelecimentos com oferta de Pré-escolar e de 1º ciclo encontram-se dispersos por diversas freguesias do concelho e podem acolher entre 18 crianças, no caso da EB de S. B. do Cortiço, e as 232 crianças, na EB da Mata. No total do AE de Estremoz, considerando todos os níveis de ensino, há capacidade para receber até 1658 alunos. Na ES Rainha Santa Isabel, o número máximo de alunos que pode receber é de 924.

Relativamente às áreas de influência, além do identificado na tabela, Ensino Básico, única no concelho, serve todas as freguesias. O mesmo acontece com a oferta de Ensino Secundário na ES Rainha Santa Isabel.

Tabela 49: Irradiação máxima, população base e área de influência dos estabelecimentos escolares, 2023

U O	Estabelecimentos escolares	Irradiação ¹			População base máxima ²	Áreas de influência ³
		Distância (Km)	Tempo de viagem (minutos)	Meio de transporte		
AE de Estremoz	EB Sebastião da Gama	17	25	Carro	720	Glória, Evoramonte, Santa Vitória, S. Bento do Cortiço, S. Bento do Ameixial, antiga freguesia de Santo André
	EB do Caldeiro	3	15	A pé	192	UF de Estremoz (antiga freguesia de Santo André)
	EB da Mata	3	15	A pé	232	UF de Estremoz (antiga freguesia de Santa Maria)
	EB de Veiros	1	10	A pé	70	Veiros
	EB de S. B. do Cortiço	10	20	Carro	70	UF de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão
	EB de Arcos	6	10	Carro	118	Arcos
	EB de S. D. de Ana Loura	8	15	Carro	18	São Domingos de Ana Loura
	EB de Glória	8	15	Carro	70	Glória
	EB de S.V. do Ameixial	7	12	Carro	48	UF Ameixial
	EB de Evoramonte	1	10	A pé	70	Evoramonte
	JI de Santa Maria	1	10	Carro	50	UF do Ameixial
	ES Rainha Santa Isabel	17	25	Autocarro	924	Arcos, Veiros, S. Lourenço de Mamporcão, S. Domingos de Ana Loura, antiga freguesia de Santa Maria
	CJI Rainha Santa Isabel	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	Creche CSP de Santo André	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
	Creche São Francisco de Assis	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem dados.

Notas: ¹Os dados sobre a Irradiação devem ser preenchidos relativamente ao aluno residente no concelho que mora mais longe da escola que frequenta; ²Número máximo de alunos que a escola

pode acolher considerando as salas de aula; ³Freguesias ou Uniões de freguesia que estão na área de influência de cada escola.

Ofertas educativas e formativas

O próximo ponto descreve as ofertas educativas existentes no concelho de Estremoz que compreendem: a oferta de Berçário e Creche (rede privada, lucrativa e solidária), Pré-escolar (rede privada, lucrativa e solidária e rede pública), os três ciclos de Ensino Básico (rede pública) que apresenta, além da oferta considerada mais regular, vias e percursos curriculares alternativos para a recuperação de aprendizagens, e o Ensino Secundário, com a disponibilização de cursos científico-humanísticos e Cursos Profissionais (rede pública).

Educação de primeira infância

A educação de Primeira Infância integra as ofertas de Berçário e Creche para crianças com idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos e a oferta de Pré-escolar destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade, que antecede imediatamente o 1º ciclo do Ensino Básico. Estas ofertas têm uma importância acrescida no desenvolvimento socioeducativo das crianças e, por um lado, garantem uma melhor preparação para a entrada no período de escolaridade obrigatória e, por outro lado, atuam como complemento e apoio à ação educativa das famílias.

Creche com Berçário

A próxima tabela apresenta o número de crianças por instituição (3 instituições no total; 30 crianças em Berçário e 88 crianças em Creche), salas (Berçário 3 salas, Creche 6 salas) e respetiva Taxa de Ocupação máxima³⁶ - isto é, a percentagem de lugares ocupados em cada instituição, de acordo com parâmetros pré-estabelecidos que sugerem a margem para integração de mais crianças – correspondendo a 100% no total do concelho em Berçário e 91,7% em Creche, para o ano letivo 2022/2023. Quando estas taxas estão próximas ou ultrapassam a ordem dos 100% significa que a margem para integração de novas crianças em qualquer das valências é já muito diminuta, pelo que as instituições se encontram lotadas, ou pelo menos, muito perto da sua lotação máxima. Ora no caso de Estremoz, como se pode verificar na tabela, a Taxa de Ocupação média do concelho é particularmente elevada o que realça o problema da escassez desta oferta, a qual terá de ser analisada considerando, por um lado, a necessidade de atrair e fixar casais jovens em idade fértil para o concelho e, por outro lado, os resultados da análise demográfica apresentados anteriormente.

Tabela 50: Número de crianças inscritas em Berçário e Creche, por entidade, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2022/2023

UO	Berçário		Creche		Taxa de ocupação Berçário (%)	Taxa de ocupação Creche (%)
	N Crianças	N Salas	N Crianças	N Salas		
CJI Rainha Santa Isabel	10	1	36	2	100,0	112,5
Creche CSP de Santo André	10	1	28	2	100,0	87,5
Creche S. Francisco de Assis	10	1	24	2	100,0	75,0
Total Concelho	30	3	88	6	100,0	91,7

Fonte: Entidades de Solidariedade Social e Privadas.

Legenda: s.d. = Sem Dados.

³⁶ Para averiguar a Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas*ponto médio, ou em alguns casos máximo, dos limites/referenciais da dimensão de turma (10 em berçário, 16 em creche e 22,5 no pré-escolar). Note-se que para as salas foram apenas consideradas as que são exclusivamente de aulas, identificadas pelos agrupamentos e entidades no inquérito administrativo de 2022, ou na informação facultada pelas instituições; de seguida, efetuou-se o Balanço: Número de alunos 2022/23 – Capacidade (nº máximo de alunos); e, finalmente, calculou-se a Taxa de Ocupação: Número de alunos /balanço *100.

Educação Pré-escolar

A Educação Pré-escolar no concelho de Estremoz é maioritariamente providenciada pela rede de escolas pública, mas também pela rede privada solidária. A próxima tabela apresenta o número de alunos por escola, número de salas e respetivas Taxas de Ocupação para o ano letivo de 2022/2023.

Na rede pública 242 crianças frequentavam a Educação Pré-escolar em 2022/2023. Estas crianças estão distribuídas pelos 8 estabelecimentos do AE de Estremoz, e pelas 13 salas disponíveis, estando a Taxa de Ocupação máxima próxima dos 83%. No geral, as taxas de ocupação oscilam entre valores mais ou menos preocupantes, de acordo com o estabelecimento e a freguesia. As taxas mais elevadas são encontradas, por exemplo, no JI de Santa Maria (100%) e na EB de Arcos (quase 98%) e as mais baixas na EB de Evoramonte (35,6%) e de Veiros (40%).

O número total de crianças a frequentar a educação Pré-escolar na rede privada era de 6 - 43 no CJI Rainha Santa Isabel distribuídas por 2 salas, o que equivale a uma Taxa de Ocupação de 44,4%; e 22,5% na Creche CSP de Santo André, em 1 sala, sendo a Taxa de Ocupação nesta rede de 54,1%.

No concelho, considerando rede pública e privada, a Taxa de Ocupação média ao nível da educação Pré-escolar surgia superior aos 76%.

No cômputo geral, as taxas de ocupação atingem valores elevados, sendo de destacar os casos dos estabelecimentos escolares da rede pública (com as exceções das EB de Veiros, S. Bento do Carriço e de Evoramonte).

Tabela 51: Número de crianças inscritas em Pré-Escolar, Rede Pública, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2023

Estabelecimentos escolares		Pré-Escolar		Taxa de ocupação Creche (%)
		N Crianças	N Salas	
AE de Estremoz	EB do Caldeiro	42	2	93,3
	EB da Mata	84	4	93,3
	EB de Veiros	9	1	40,0
	EB de S. Bento do Cortiço	12	1	53,3
	EB de Arcos	22	1	97,8
	EB de Glória	20	1	88,9
	EB de Evoramonte	8	1	35,6
	JI Santa Maria	45	2	100,0
	Total	242	13	82,7
Rede privada	CJI Rainha Santa Isabel	43	3	44,4
	Creche CSP de Santo André	20	1	22,5
	Total	63	5	54,1
Total Concelho		305	17	76,3

Fonte: Agrupamento de Escolas de Estremoz.

Ensino Básico

O Ensino Básico compreende três ciclos de escolaridade e abarca as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 anos e os 14 anos de idade.

A oferta compreende as vias de carácter geral e as ofertas de Percursos Curriculares Alternativos e de PIEF – Programas Integrados de Educação e Formação.

1º ciclo

Ao nível do 1º ciclo, 408 alunos frequentavam as 9 escolas do Agrupamento da rede pública do concelho, em 2022/2023, distribuídos pelas 24 salas disponíveis. A taxa de ocupação encontrava-se

perto dos 74%, não indiciando problemas de sobrelotação. Contudo, uma análise desagregada das Taxas de Ocupação mostra como algumas escolas estão mais próximas da sua lotação máxima do que outras, apontado para focos de maior pressão, como acontece com a EB de Glória (94%) da freguesia, como o nome indica, Glória.

Havia ainda a registar, para o mesmo ano letivo, a existência de 3 alunos em Itinerância matriculados no 1º ciclo no AE de Estremoz.

Tabela 52:, Número de alunos matriculados no 1º ciclo, Agrupamento de Escolas de Estremoz, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2023

AE Estremoz	1º ciclo		Taxa de ocupação do 1º ciclo
	N Crianças	N Salas	
EB do Caldeiro	123	6	89,1
EB da Mata	118	6	85,8
EB de Veiros	25	2	54,3
EB de S. Bento do Cortiço	24	2	52,2
EB de Arcos	28	2	60,9
EB de S. Domingos de Ana Loura	18	1	78,3
EB de Glória	43	2	93,5
EB de Santa Vitória do Ameixial	24	2	52,2
EB de Evoramonte	5	1	21,7
Total Concelho	408	24	73,9

Fonte: Agrupamento de Escolas de Estremoz.

2º ciclo

No ano letivo de 2022/2023 a oferta de 2º ciclo existia na EB Sebastião da Gama abarcando um total 233 alunos (25 salas no total) e uma Taxa de Ocupação total de aproximadamente 35,8%.

Nesta escola funcionava, ainda, uma turma de PCA com 11 alunos para o mesmo ano letivo (2022/2023).

3º ciclo

O 3º ciclo era frequentado, em 2022/2023, por um total de 312 alunos e compreendia uma Taxa de Ocupação Máxima na ordem dos 75%. A distribuição dos alunos pelos estabelecimentos escolares era a seguinte:

- EB Sebastião da Gama com 156 alunos, 9 salas e uma Taxa de Ocupação de 66,7%. Destes alunos, há aqui a referir 13 frequentavam uma turma PCA e 9 um PIEF.
- ES Rainha Santa Isabel com 156 alunos, 7 salas e uma Taxa de Ocupação de 85,7%.

Ensino Secundário

Em 2022/2023 eram 434 os alunos que frequentavam o Ensino Secundário na ES Rainha Santa Isabel. Esta escola apresenta uma oferta variada, compreendendo 4 cursos científico humanísticos e 6 cursos profissionais. A maioria frequentava os primeiros (quase 85%), sobretudo nas áreas de Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades e apenas cerca de 16% estava matriculado num dos cursos profissionais. A tabela seguinte resume a informação.

Tabela 53: Número de alunos matriculados no ensino secundário, por curso e via de ensino, na rede pública e %, 2022/2023

Curso	Alunos	%
Ciências e Tecnologias	141	32,5
Ciências Socioeconómicas	48	11,1
Línguas e Humanidades	131	30,2

Curso	Alunos	%
Artes Visuais	43	9,9
Total CCH	363	83,6
CT de Ação Educativa	10	2,3
CT de Eletrónica, Automação e Computadores	16	3,7
CT de Gestão de Equipamentos Informáticos	17	3,9
CT Eletrotécnica	7	1,6
CT Turismo	18	4,1
CT de Animação de Turismo	3	0,7
Total CP	71	16,4
Total ES	434	100,0

Fonte: Agrupamento de Escolas de Estremoz.

A Taxa de Ocupação do nível secundário na escola referida era de 79,7% para o ano letivo em evidência.

Educação e Formação

O Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora - Serviço de Emprego de Estremoz surge como única oferta de oportunidades de formação para adultos no território concelhio e a sua área de abrangência inclui, além de Estremoz, os concelhos de Borba, Vila Viçosa e Alandroal.

No ano letivo de 2022/2023, foram realizados 42 cursos no concelho de Estremoz que integraram um total de 659 formandos, 31 na sede de concelho (494 formandos), 2 em Évora Monte (20 formandos), 2 em São Bento do Ameixial (24 formandos), 1 em São Bento do Cortiço (16 formandos), 3 em São Lourenço de Mamporcão (47 formandos) e 3 em Veiros (58 formandos). A maioria dos cursos que foram lecionados incluem-se nas áreas Agrícola (14), da Higiene e Segurança (6), Pecuária (4) e Saúde (4), mas também se realizaram cursos em áreas Comportamentais, do Digital, da Educação, das Florestas, do Turismo e, ainda, cursos de Português Língua de Acolhimento. Na tabela seguinte encontra-se a distribuição detalhada dos cursos pelas áreas e freguesias ou uniões de freguesia com os respetivos números de formandos.

Tabela 54: Cursos lecionados e número de formandos integrados no IIEFP, por área e por freguesia/união de freguesia, 2022/2023

Cursos	Área	Formandos	Freguesias/ Uniões de freguesia
Condução e Operação com o Trator em Segurança	Agrícola	14	Estremoz
Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos - EXTRA CATÁLOGO	Agrícola	26	Estremoz
Condução e Operação com o Trator em Segurança	Agrícola	16	Estremoz
Operador de Máquinas Agrícolas	Agrícola	17	Estremoz
Condução e Operação com o Trator em Segurança	Agrícola	14	Estremoz
Processos e Métodos de Proteção Fitossanitária e de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos	Agrícola	11	Estremoz
Condução e Operação com o Trator em Segurança	Agrícola	15	Estremoz
Condução e Operação com o Trator em Segurança	Agrícola	15	Estremoz
Condução e Operação com o Trator em Segurança	Agrícola	15	Estremoz
Comunicação Interpessoal e Assertividade	Comportamental	16	Estremoz
Proficiência Digital - Nível Básico	Digital	18	Estremoz
Proficiência Digital - Nível Básico	Digital	15	Estremoz
Proficiência Digital - Nível Intermédio	Digital	16	Estremoz
Técnicas Ação Educativa	Educação	12	Estremoz
Utilização da Motosserra nas Operações Florestais	Florestal	17	Estremoz
Motorroçadoras - Constituição, Utilização e Manutenção	Florestal	15	Estremoz
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	Higiene e Segurança	15	Estremoz

Cursos	Área	Formandos	Freguesias/ Uniões de freguesia
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	Higiene e Segurança	15	Estremoz
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	Higiene e Segurança	15	Estremoz
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	Higiene e Segurança	15	Estremoz
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	Higiene e Segurança	15	Estremoz
Higiene e Segurança Alimentar e Sistema HACCP	Higiene e Segurança	15	Estremoz
Proteção de Ruminantes e Equinos em Transporte de Longa Duração	Pecuária	15	Estremoz
Proteção de Ruminantes e Equinos em Transporte de Longa Duração	Pecuária	15	Estremoz
Proteção de Ruminantes e Equinos em Transporte de Longa Duração	Pecuária	21	Estremoz
Português Língua de Acolhimento	Português	20	Estremoz
Português Língua de Acolhimento	Português	20	Estremoz
EFA Técnico/a Auxiliar de Saúde	Saúde	13	Estremoz
Deontologia e Ética Profissional no Apoio à Comunidade	Saúde	15	Estremoz
Deontologia e Ética Profissional no Apoio à Comunidade	Saúde	15	Estremoz
Língua Inglesa - Informação e Orientação	Turismo	18	Estremoz
Prestação de Cuidados Humanos Básicos - Alimentação	Saúde	10	Evoramonte
Comunicação Interpessoal e Assertividade	Comportamental	10	Evoramonte
Condução e Operação com o Trator em Segurança	Agrícola	14	São Bento do Ameixial
Noções e Normas de Qualidade	Qualidade	10	São Bento do Ameixial
Práticas de Segurança, Higiene e Saúde nos Serviços de Andares em Hotelaria	Turismo	16	São Bento do Cortiço
Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos - EXTRA CATÁLOGO	Agrícola	16	São Lourenço de Mamporcão
Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos - EXTRA CATÁLOGO	Agrícola	15	São Lourenço de Mamporcão
Condução e Operação com o Trator em Segurança	Agrícola	16	São Lourenço de Mamporcão
Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos - EXTRA CATÁLOGO	Agrícola	15	Veiros
Prevenção e Combate a Incêndios	Florestal	23	Veiros
Proteção de Ruminantes e Equinos em Transporte de Longa Duração	Pecuária	20	Veiros

Fonte: IEFP.

Educação inclusiva

Recentemente verificou-se um relevante desenvolvimento em termos das orientações nacionais para as escolas públicas, que visa a construção e consolidação da educação/escola inclusiva. Essas orientações pretendem, em termos gerais, estimular ambientes educativos com cobertura universal das necessidades dos alunos e que estas se enquadrem devidamente no processo de ensino/aprendizagem praticado. A publicação do Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho estabelece "(...) os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa" (n.º 1, art.º 1 Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho). As medidas que este documento legal destaca estão organizadas de acordo com três níveis de intervenção: medidas universais, medidas seletivas e medidas adicionais, e são atribuídas por intermédio da intervenção das estruturas competentes, ao longo do percurso escolar dos alunos, de acordo com as necessidades que vão sendo evidenciadas.

Assim, as Medidas Universais preveem a diferenciação pedagógica; adaptações curriculares; privilegiam o enriquecimento curricular; o desenvolvimento psicossocial das crianças/jovens e das competências sociais e académicas; as Medidas Seletivas estão ligadas aos percursos curriculares

diferenciados, com adaptação curricular mais leve e promoção de ambientes de reforço de aprendizagens e de acompanhamento/suporte consistente; e, finalmente, as Medidas Adicionais envolvem as adaptações curriculares mais expressivas, dado que preveem a construção de um Plano Individual de Transição (PIT) que complementa e precede o Programa Educativo Individual (PEI), e que estão mais focadas em metodologias e estratégias de ensino estruturado e no desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

A tabela seguinte indica o número de alunos do AE de Estremoz, por ciclo de ensino, e da ES Rainha Santa Isabel (3º ciclo e Ensino Secundário) que em 2022/2023 beneficiava de medidas seletivas, adicionais e de PEI.

Como se pode constatar, a maioria dos alunos beneficiava de medidas seletivas (6,3% de todos os alunos do concelho a partir do 1º ciclo), com especial incidência no 3º ciclo (por constituir, também, o ciclo de ensino com mais alunos em todo o concelho).

Tabela 55: Número de alunos com medidas seletivas, adicionais e PEI e % sobre o total de alunos, por ciclo de ensino, 2022/2023

Ciclo de Ensino	Medidas Seletivas	%	Medidas Adicionais	%	PEI	%
1º ciclo	31	7,5	8	1,9	8	1,9
2º ciclo	17	7,3	11	4,7	11	4,7
3º ciclo	30	5,5	8	1,5	8	1,5
Secundário	24	5,5	6	1,4	6	1,4
Total	102	6,3	33	2,0	33	2,0

Fonte: Cálculos a partida das UO.

Para além destes dados, de referir que 3,3% das crianças da educação Pré-escolar de todo o concelho beneficiavam de Intervenção Precoce; e que, na rede pública (AE de Estremoz), algumas dessas crianças contavam também com a frequência no Centro de Apoio à Aprendizagem.

O AE de Estremoz e a ES Rainha Santa Isabel contavam com o funcionamento e apoio da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), que se constitui como um recurso organizacional específico e destinado a prestar apoio à aprendizagem e à inclusão, visando adaptar o processo de ensino-aprendizagem às características individuais de cada aluno. Além destes recursos, existiam ainda os Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA), uma estrutura de apoio que agrega os recursos humanos e materiais, saberes e competências existentes na escola, valorizando uma componente de trabalho colaborativa e holística; os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) que trabalham os domínios da orientação escolar e vocacional e o acompanhamento psicológico e apoio psicopedagógico; os Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAP) que, como o nome indica, visa o apoio e acompanhamento dos alunos e respetivas famílias, respondendo a diversas necessidades; e a Ação Social Escolar (ASE) cujo funcionamento e o âmbito das medidas socioeducativas visam fomentar a integração e igualdade de acesso e sucesso de todos os alunos.

As escolas de Estremoz estão ainda na área de influência do CERC Estremoz onde funciona o Centro de Recursos para Inclusão (CRI) que presta apoio e trabalha em parceria com as escolas do concelho.

Apoios e complementos educativos

Os apoios socioeducativos de Estremoz destinam-se, sobretudo, às crianças e jovens do concelho que beneficiam de Ação Social Escolar. Desta maneira, a Câmara Municipal de Estremoz providencia: comparticipação nas refeições escolares; transporte escolar para todos os alunos; mas também, e mais geral, facultar apoio aos projetos desenvolvidos pelas escolas e promove atividades de apoio à família e componentes extracurriculares para os alunos; e ainda, promove a atribuição de Bolsas de Mérito a estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica.

De acordo com dados facultados pelo AE Estremoz, em 2022/2023, 69 alunos matriculados em Pré-escolar (28,5%), beneficiavam de escalão A e B da Ação Social Escolar, 118 alunos do 1º ciclo (correspondendo a cerca de 26,8% dos alunos); 79 alunos do 2º ciclo (correspondendo a cerca de 37,4% dos alunos de 2º ciclo) e 67 alunos do 3º ciclo (correspondendo a cerca de 42,9% dos alunos de 3º ciclo). No caso da ES Rainha Santa Isabel, 33 alunos do 3º ciclo beneficiavam de ASE, ambos os escalões, e 119 alunos do Ensino Secundário, constituindo cerca de 27% do total dos alunos de ensino secundário.

É ainda referido que foram facultadas refeições escolares a 657 alunos do AE de Estremoz (abarcando 63% do total dos alunos), 113 alunos eram utilizadores de transporte escolar (ou seja, correspondendo a cerca de 11% do total dos alunos do Agrupamento) e 653 beneficiavam de prolongamento de horário (correspondendo, também, a cerca de 63% do total dos alunos).

Além dos apoios associados à Ação Social Escolar, estão previstos no âmbito do Programa Escola a Tempo Inteiro, Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).

As AEC estão destinadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico e compreendem várias áreas complementares às aprendizagens curriculares e escolares. As AAAF visam o acolhimento dos alunos de Pré-escolar fora do horário escolar, e compreendem também diferentes atividades. No seu conjunto, estas atividades têm muita relevância no quadro da oferta educativa nacional e no apoio socioeducativo. Enquadram princípios de inclusão, uma vez que garantem o acesso gratuito a componentes lúdicas, artísticas e desportivas a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 9 anos de idade, matriculadas na rede pública.

Para o ano letivo de 2022/2023, as AEC eram muito diversificadas e variavam de escola para escola, assim e no total dos dados recolhidos:

- 362 alunos frequentavam as Atividades Físicas e Desportivas, correspondendo a 88% do total dos alunos de 1º ciclo;
- 297 alunos frequentavam a atividade de Expressões, cerca 72% do total dos alunos de 1º ciclo;
- 213 alunos estavam inscritos em Inglês, sendo aproximadamente 52% dos alunos de 1º ciclo;
- 162 alunos estavam matriculados em Música, ou seja, à volta de 39% do total dos alunos de 1º ciclo;
- 151 estavam inscritos em Ciências, quase 37% do total dos alunos de 1º ciclo;
- 25 praticavam Judo, correspondendo apenas a 6% do total dos alunos;
- 58 frequentavam uma atividade de Xadrez, isto é 14% do total dos alunos de 1º ciclo;
- 72 estavam inscritos na atividade Leituras Criativas, ou seja quase 18% dos alunos de 1º ciclo;
- 49 praticavam Patinagem, correspondendo a cerca de 11% dos alunos de 1º ciclo;
- Apenas 18 estavam matriculados na atividade Barrística, sendo apenas 4% dos alunos;
- E, finalmente, apenas 28 alunos frequentavam aulas de Teatro, sendo também à volta de 7% do total dos alunos de 1º ciclo do Agrupamento.

Em AAAF estavam inscritos 230 alunos, ou seja, correspondendo a cerca de 96% do total dos alunos de Pré-Escolar.

Outros apoios da Câmara Municipal de Estremoz

Além dos apoios mais convencionais prestados na área da Educação, a Câmara Municipal de Estremoz, enquanto Cidade Educadora (Projeto iniciado a 26 de maio de 2023), prevê outros apoios e mobilização de recursos – em forma de projetos e programas ao serviço da população –

relacionados, sobretudo, com a área da Ação Social, com a promoção do bem-estar e com atividades culturais e desportivas dos munícipes.

Entre outras atividades e iniciativas, são promovidas: a Academia Sénior de Estremoz e vários outros projetos destinados à comunidade sénior; a Natação para Bebés; o Projeto Golfinhos: a Natação para crianças de Pré-escolar; o Projeto Gerontomotricidade, que consiste no desenvolvimento de atividades regulares uma vez por semana nos lares; Projetos de promoção da leitura; Projetos de divulgação do património histórico de Estremoz; Teatro; Promoção de atividades e ocupação das férias; Atividades ao ar livre e caminhadas, entre outros.

Destacam-se, por isso, os Programas de Apoio à Cultura e Desporto que disponibilizam recursos financeiros para as associações locais promotoras de atividades complementares educativas, de participação cívica e de aprendizagem coletiva.

Outras informações

O AE de Estremoz integra o Programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) na sequência de indicadores socioeconómicos mais desfavorecidos e de alguns indicadores de desempenho mais problemáticos que se prendem, sobretudo, com a existência de comunidade de etnia cigana residente em bairros degradados ainda existentes no concelho.

Perante a análise das metas estabelecidas para os itens a avaliar:

- Taxa de insucesso escolares- meta atingida no 1º ciclo do ensino básico;
- Taxa de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas- meta atingida no 1º ciclo do ensino básico;
- Taxa de alunos que melhoram ou mantiveram a média final das suas classificações relativamente ao ano anterior - meta atingida no 1º e 3º ciclos do ensino básico;
- Taxa de percursos diretos de sucesso - meta atingida no 3º ciclo do ensino básico;
- Taxa de interrupção precoce do percurso escolar – meta atingida no 2º e 3º ciclos do ensino básico;
- Média das faltas injustificadas por aluno- meta atingida no 1º ciclo do ensino básico;
- Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em contexto de sala de aula- meta não atingida;
- Envolvimento da comunidade educativa e medidas organizacionais – meta completamente atingida;
- Áreas de capacitação – meta completamente atingida;

conclui-se que do Programa TEIP do Agrupamento de Escolas de Estremoz, produziu um impacto positivo na comunidade educativa do concelho, no ano letivo 2023/2024.

A ES Rainha Santa Isabel teve um contrato de autonomia por altura da constituição dos novos agrupamentos escolares o que explica porque em Estremoz ainda existem duas unidades orgânicas da rede pública, assim como a ausência de um projeto educativo único desde a educação Pré-escolar até ao 12º ano, para uma população escolar total de pouco mais de 1600 alunos.

População escolar

Alunos

A caracterização do corpo discente inclui, em primeiro lugar, o número de alunos total, na rede pública e privada, por nível/ciclo de ensino e por UO. Em segundo lugar uma breve caracterização socioeconómica – sexo, alunos com Ação Social Escolar (ASE), escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE), naturalidade dos alunos e dos EE e dados sobre alunos com necessidades específicas. Alguns destes indicadores serão posteriormente utilizados na contextualização do desempenho escolar do concelho que constitui o subcapítulo seguinte.

O número total de alunos do concelho de Estremoz manteve-se relativamente estável nos três anos letivos. Entre os ciclos/níveis de ensino nota-se um aumento ligeiro do número de crianças matriculadas na educação Pré-escolar e de alunos matriculados no Ensino Básico e no Ensino Secundário.

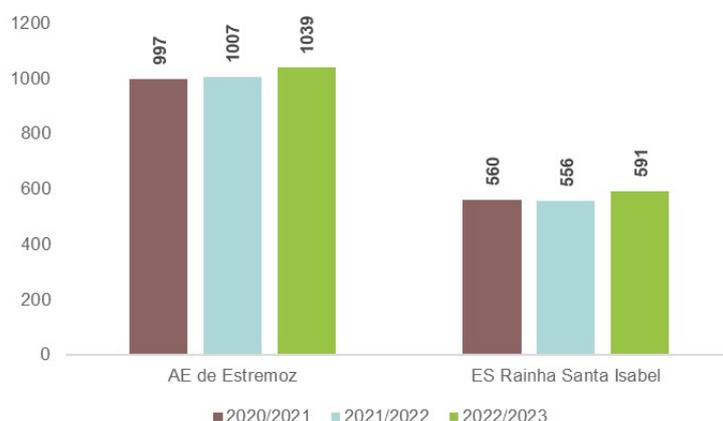
Gráfico 31: Número total de alunos no concelho, por ciclo/nível de ensino, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

O número total de alunos aumentou muito ligeiramente nas duas UO da rede pública. Na tabela em baixo encontram-se os números discriminados por UO, estabelecimento escolar e ciclo/nível de ensino.

Gráfico 32: Número de alunos no concelho, por Unidade Orgânica, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Carta Educativa do Concelho de Estremoz

Tabela 56: Alunos por nível/ciclo de ensino e por estabelecimento escolar/UO, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023

Rede/ UO	Estabelecimentos escolares/ UO	2020/2021							2021/2022							2022/2023						
		Berç.	Cre.	PE	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Sec.	Berç.	Cre.	PE	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Sec.	Berç.	Cre.	PE	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Sec.
AE de Estremoz	EB Sebastião da Gama	-	-	-	-	203	160	-	-	-	-	225	150	-	-	-	-	-	-	233	156	-
	EB do Caldeiro	-	-	26	109	-	-	-	-	40	106	-	-	-	-	-	42	123	-	-	-	
	EB da Mata	-	-	64	121	-	-	-	-	84	124	-	-	-	-	-	84	118	-	-	-	
	EB de Veiros	-	-	14	30	-	-	-	-	12	21	-	-	-	-	-	9	25	-	-	-	
	EB de S. B. do Cortiço	-	-	19	29	-	-	-	-	18	26	-	-	-	-	-	22	24	-	-	-	
	EB de Arcos	-	-	24	33	-	-	-	-	23	23	-	-	-	-	-	12	28	-	-	-	
	EB de S. D.de Ana Loura	-	-	-	16	-	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-	18	-	-	-	
	EB de Glória	-	-	25	42	-	-	-	-	20	38	-	-	-	-	-	20	43	-	-	-	
	EB de S.V. do Ameixial	-	-	-	25	-	-	-	-	-	24	-	-	-	-	-	-	24	-	-	-	
	EB de Evoramonte	-	-	5	7	-	-	-	-	5	6	-	-	-	-	-	8	5	-	-	-	
JI de Santa Maria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45	-	-	-	-	-	-	45	-	-	-		
ES Rainha Santa Isabel	-	-	-	-	-	165	395	-	-	-	-	-	156	400	-	-	-	-	-	156	368	
Total na Rede Pública	0	0	222	412	203	325	395	0	0	247	385	225	306	400	0	0	242	408	233	312	368	
CJI Rainha Santa Isabel	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche CSP de Santo André	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Creche São Francisco de Assis	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Total na Rede Privada	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Total no concelho	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: Unidades Orgânicas.

Fonte: s.d. = Sem Dados.

Os próximos indicadores, de caracterização socioeconómica dos alunos, foram calculados apenas para o ano letivo 2022/2023 – sexo, percentagem de alunos sem ASE, escolaridade média dos EE, naturalidade dos alunos e dos EE e descrição dos alunos com medidas seletivas, adicionais, PEI e ou em Centros de Apoio à Aprendizagem.

A distribuição dos alunos das duas UO do concelho de Estremoz por sexo revela um equilíbrio entre raparigas e rapazes.

Gráfico 33: Alunos por sexo, por Unidade Orgânica, 2022/2023

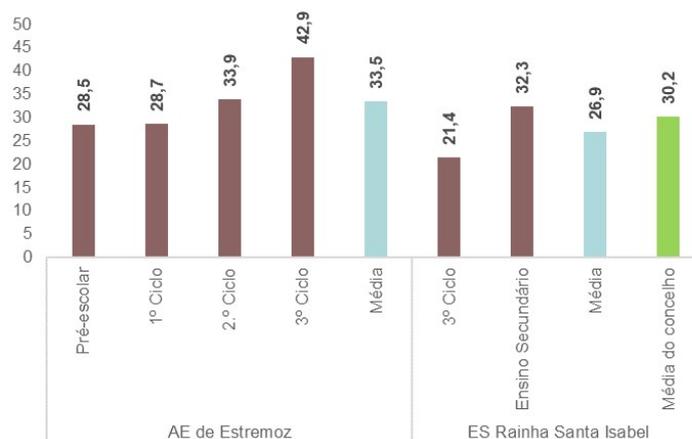


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

No gráfico seguinte verificamos que nas duas UO da rede pública as percentagens consideráveis de alunos que são beneficiários de ASE (escalões A e B) eram, em 2022/2023, sempre superiores aos 20% em cada ciclo/nível de ensino, sendo a média do concelho de 30,2% de alunos carenciados.

Importa referir que o quadro geral do AE de Estremoz aponta para um cenário de maiores percentagens de alunos beneficiários de ASE (escalões A e B), em particular quando se analisa o ciclo de estudos comum à ES Rainha Santa Isabel, o 3º ciclo do Ensino Básico – 42,9% dos alunos desse ciclo do Agrupamento beneficia de Ação Social Escolar contra os 32,3% na Escola Secundária.

Gráfico 34: Alunos beneficiários da Ação Social Escolar (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Analisemos agora a escolaridade média dos EE, calculado com base nos anos de estudo percorridos até à escolaridade concluída de cada indivíduo.³⁷

³⁷ Tomaram-se por referência os seguintes anos de escolaridade percorridos por cada ciclo/nível de ensino: Sem escolaridade = 0; 1º ciclo = 4; 2º ciclo = 6; 3º ciclo = 9; Ensino Secundário = 12; Pós-Secundário = 13;

A escolaridade média dos EE no AE de Estremoz (média de 9,7 anos) é inferior à da ES Rainha Santa Isabel (11,4 anos). A diferença é considerável quando comparamos entre EE com alunos matriculados no 3º ciclo, no ano letivo de 2022/2023, favorável na Escola Secundária (11,6 anos) face ao Agrupamento (8,5 anos de escolaridade média). Ou seja, os EE da ES Rainha Santa Isabel são mais escolarizados.

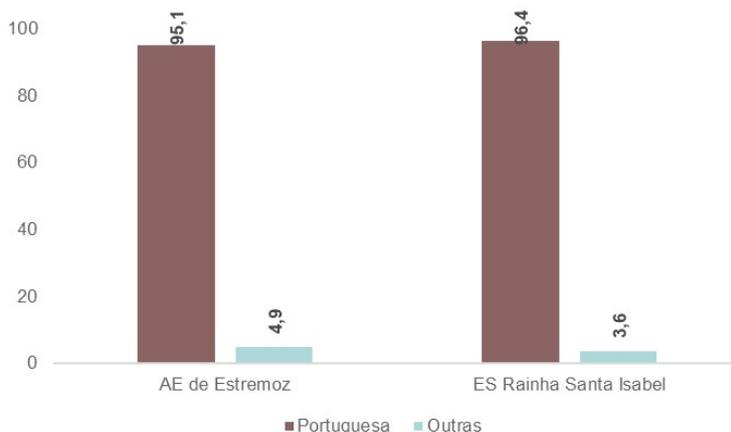
Gráfico 35: Escolaridade média dos Encarregados de Educação (anos), por Unidade Orgânica, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

A maioria dos alunos da rede pública era de nacionalidade portuguesa. Os alunos de origem estrangeira assumiam em 2022/2023 um peso interessante no AE de Estremoz (praticamente 5%) o que corresponde ao aumento ligeiro de população migrante na sede de concelho, tal como visto no capítulo de análise das dinâmicas populacionais concelhias.

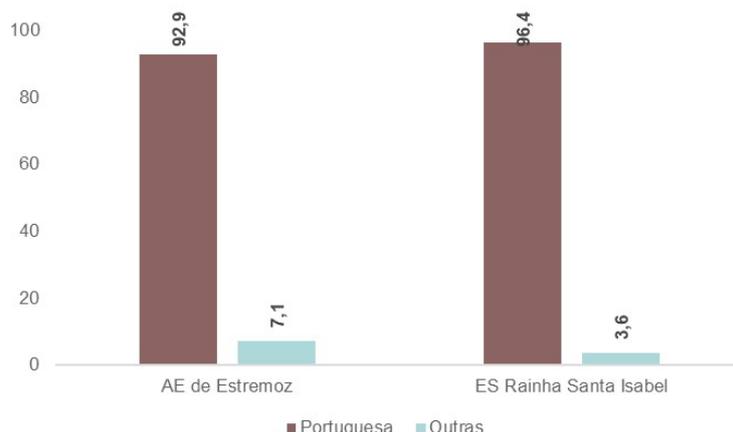
Gráfico 36: Nacionalidade dos alunos, por Unidade Orgânica, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

No caso da nacionalidade dos Encarregados de Educação, as percentagens iguais às da nacionalidade dos alunos no caso da ES Rainha Santa Isabel, e ligeiramente superiores no do AE de Estremoz. O que significa que nesta UO, além dos alunos migrantes de primeira geração, estão presentes alunos filhos de migrantes.

Gráfico 37: Nacionalidade dos encarregados de educação, por Unidade Orgânica, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Considerando as medidas direcionadas aos alunos com necessidades específicas, na tabela seguinte, verifica-se que são em maior número os que beneficiam de medidas seletivas em todos os ciclos/níveis de ensino das duas UO, com exceção das crianças que frequentam a educação Pré-escolar no AE de Estremoz. Na mesma UO, no 3º ciclo existem percentagens consideráveis de alunos com medidas adicionais, com Programa Educativo Individual (PEI) e a frequentar o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA); e que sofrem de problemas de saúde emocional (4 alunos), linguagem (1), cognitivos (43), motores (1) e multideficiência (1).

Na ES Rainha Santa Isabel, cerca de 10% dos alunos do 3º ciclo e 8% dos que frequentam o Ensino Secundário beneficiavam de medidas seletivas e apenas 2% beneficiava de outros apoios. Destacavam-se os alunos com problemas de saúde física (2), cognitivos (4), psicossocial Global / inclui espectro autismo (1) e multideficiência (1).

Tabela 57: Alunos com medidas seletivas, adicionais, Plano Educativo Individual (PEI), que frequentam os Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA) e que beneficiam do Prolongamento Horário (PH), por Unidade Orgânica, 2022/2023

UO	Ciclo/ Nível	Seletivas		Adicionais		PEI		CAA		Com PH		Total de alunos
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
AE	Pré-esc.	4	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-	242
	1º Ciclo	34	8,3	5	1,2	5	1,2	5	1,2	-	-	411
	2º Ciclo	14	6,0	6	2,6	6	2,6	6	2,6	-	-	233
	3º Ciclo	22	14,1	13	8,3	13	8,3	13	8,3	1	0,6	156
ES	3º Ciclo	15	9,7	1	0,6	1	0,6	1	0,6	-	-	154
	Ens. Sec.	29	7,9	7	1,9	7	1,9	7	1,9	-	-	368

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Docentes

A análise ao corpo docente do sistema educativo do concelho de Estremoz foca-se no ano letivo de 2022/2023 e considera o número total de docentes no concelho, a distribuição por nível/ciclo de ensino e por UO; as distribuições por sexo, grupo etário e vínculo contratual; e, por fim, os rácios de alunos por docente.

No ano 2022/2023 existiam nas duas UO da rede pública 176 docentes – 101 no AE de Estremoz e 75 na ES Rainha Santa Isabel. De referir que o Agrupamento contava com mais 6 docentes sem funções letivas; e que à Escola Secundária estavam afetos mais 3 docentes igualmente sem funções

letivas e outros 3 em mobilidade. No entanto, nas análises seguintes consideraram-se apenas os docentes com funções letivas.

A estes acrescentam-se mais 8 educadores de infância da rede privada, num total de 184 docentes.

Tabela 58: Docentes por nível/ciclo de ensino e por estabelecimento escolar (N) e Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023

Rede / UO	Estabelecimentos escolares	2022/2023						Total
		Berçário/Creche	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino Secundário	
AE de Estremoz	EB Sebastião da Gama	-	-	-	32	30	-	62
	EB do Caldeiro	-	2	6	-	1	-	9
	EB da Mata	-	4	6	-	1	-	11
	EB de Veiros	-	1	2	-	-	-	3
	EB de S. B. do Cortiço	-	1	2	-	-	-	3
	EB de Arcos	-	1	2	-	-	-	3
	EB de S. D. de Ana Loura	-	-	1	-	-	-	1
	EB de Glória	-	1	2	-	-	-	3
	EB de S.V. do Ameixial	-	-	2	-	-	-	2
	EB de Evoramonte	-	1	1	-	-	-	2
Jl de Santa Maria	-	2	-	-	-	-	2	
Total AE de Estremoz	-	13	24	32	32	-	101	
ES Rainha Santa Isabel	-	-	-	-	45	68	75¹	
Total Rede Pública	0	13	24	32	77	68	176	
CJI Rainha Santa Isabel	0	3	-	-	-	-	-	
Creche CSP de Santo André	2	1	-	-	-	-	-	
Creche São Francisco de Assis	2	0	-	-	-	-	-	
Total Rede Privada	4	4	-	-	-	-	8	
Total Concelho	4	17	24	32	77	68	184	

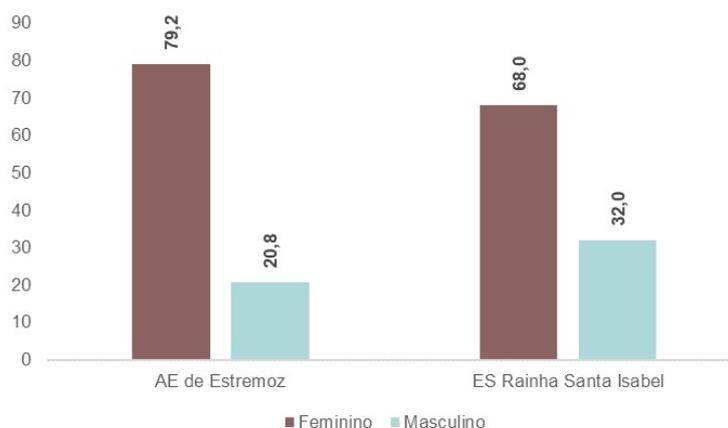
Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem Dados; n.a. = Não se Aplica.

Notas: ¹O total de docentes na ES Rainha Santa Isabel é de 75, ou seja, alguns docentes são aulas ao 3º ciclo do Ensino Básico e ao Ensino Secundário.

Vejamos agora a distribuição por sexo, grupo etário e vínculo contratual. O gráfico seguinte apenas inclui o Agrupamento e a Escola Secundária, porque nas UO da rede privada sobre as quais foi fornecida informação, a totalidade dos docentes era do sexo feminino, que revela a feminização do corpo docente – 79,2% no AE e 68% da ES eram mulheres.

Gráfico 38: Docentes por sexo (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023

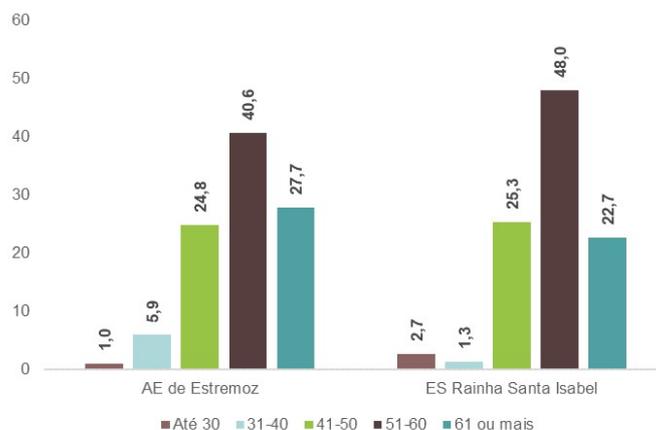


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Relativamente aos grupos etários, a distribuição dos docentes indicia um corpo docente envelhecido nas duas UO da rede pública – perto de 70% dos docentes do concelho tem mais de 51 anos, ou

seja, uma parte considerável de docentes vai sair do sistema educativo durante o período de vigência da presente Carta Educativa.

Gráfico 39: Docentes por grupo etário (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023

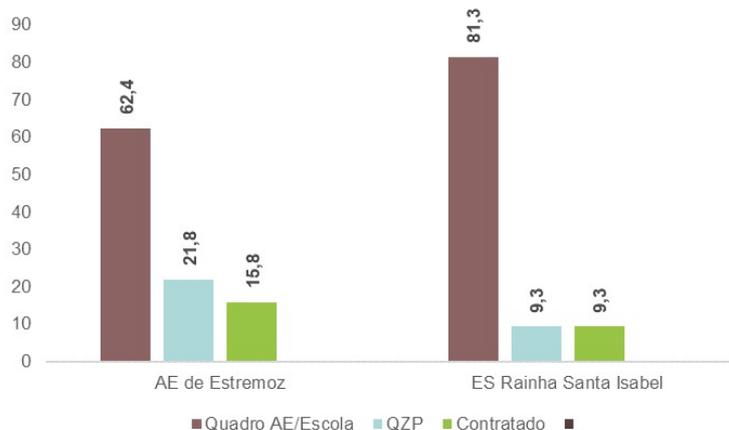


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

A distribuição dos docentes por tipos de vínculo contratual revela que na rede pública a maioria dos educadores de infância e dos professores do Ensino Básico e Secundário tinha vínculos contratuais estáveis (quadro de Agrupamento ou de Escola). Ainda assim, eram de considerar as percentagens de docentes do quadro de zona pedagógica e contratados – 37,6% no AE de Estremoz e 18,7% na ES Rainha Santa Isabel.

Este indicador, juntamente com o anterior, mostra um quadro preocupante que poderá colocar em causa a sustentabilidade dos projetos atuais e futuros.

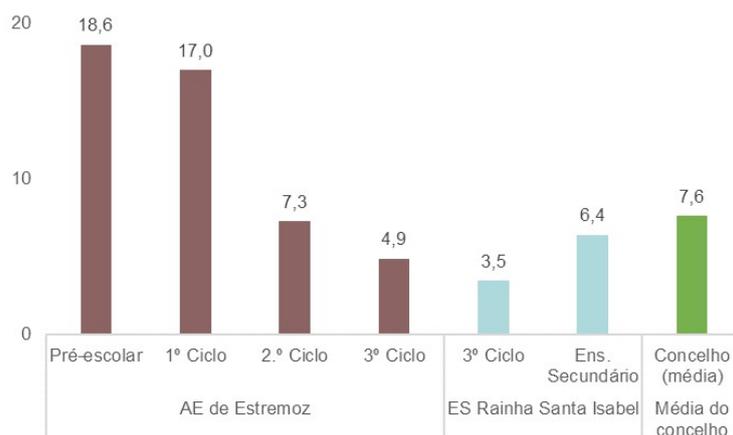
Gráfico 40: Docentes por vínculo contratual (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir das Unidades Orgânicas.

Para terminar, expõem-se no gráfico seguinte os números médios de alunos por docente. De acordo com as informações cedidas pelas UO da rede pública, o número de alunos por docente é bastante reduzido em todos os ciclos/níveis de ensino, o que facilita o acompanhamento personalizado aos alunos, aspeto bastante referido por vários atores locais durante as auscultações.

Gráfico 41: Número médio de alunos por docente (N), por Unidade Orgânica, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Outros profissionais

A análise da população escolar termina com a apresentação geral do número de profissionais das redes pública e privada; uma breve caracterização apenas dos profissionais da rede pública considerando a distribuição por sexo, grupo etário e vínculo contratual; e, por último, com os rácios de alunos por assistente operacional/técnico auxiliar de educação nas duas redes.

Além dos docentes, trabalhavam no sistema educativo concelhio público de Estremoz outros 141 profissionais, a maioria assistentes operacionais (82 no AE de Estremoz e 30 na ES Rainha Santa Isabel).

Carta Educativa do Concelho de Estremoz

Tabela 59: Outros profissionais por tipo (N), por Unidade Orgânica, nas redes pública e privada, 2022/2023

Unidades Orgânicas	Estabelecimentos Escolares	2022/2023					Total
		Assistentes operacionais/Técnicos auxiliares de educação	Assistentes técnicos	Técnicos especializados	Coordenadores técnicos	Encarregados	
AE de Estremoz	EB Sebastião da Gama	35	8	5	1	1	50
	EB do Caldeiro	11	-	-	-	-	11
	EB da Mata	12	-	-	-	-	12
	EB de Veiros	4	-	-	-	-	4
	EB de S. Bento do Cortiço	3	-	-	-	-	3
	AB de Arcos	4	-	-	-	-	4
	EB de S. Domingos de Ana Loura	1	-	-	-	-	1
	EB de Glória	4	-	-	-	-	4
	EB de Santa Vitória do Ameixial	2	-	-	-	-	2
	EB de Evoramonte	2	-	-	-	-	2
Jl de Santa Maria	4	-	-	-	-	4	
	Total AE de Estremoz	82	8	5	1	1	97
ES Rainha Santa Isabel		30	30	8	4	1	44
	Total Rede Pública	113	15	9	2	2	131
CJI Rainha Santa Isabel		8	2	-	1	s.d.	11
Creche CSP de Santo André		10	2	2	2	s.d.	16
Creche São Francisco de Assis		8	1	-	1	s.d.	10
	Total Rede Privada	26	5	2	4	s.d.	37
	Total Concelho	138	21	11	6	2	178

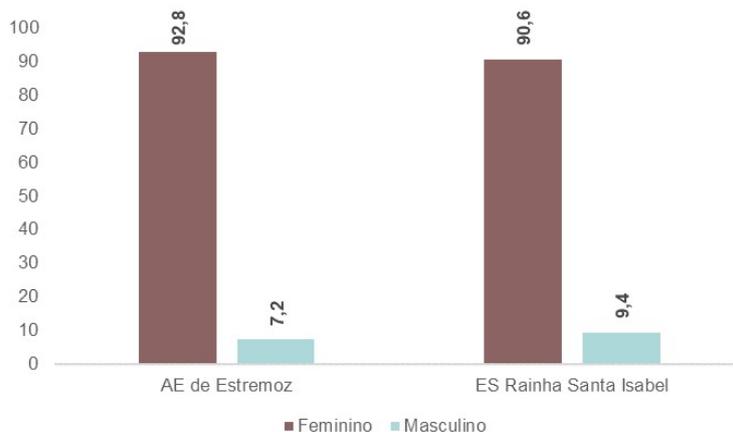
Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Legenda: s.d. = Sem Dados.

Apresentam-se as distribuições destes profissionais por sexo, grupo etário e vínculo contratual.

No primeiro gráfico é visível que a quase totalidade dos profissionais escolares não docentes são do sexo feminino – 92,8% no AE de Estremoz e 90,6% na ES Rainha Santa Isabel.

Gráfico 42: Outros profissionais por sexo (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023

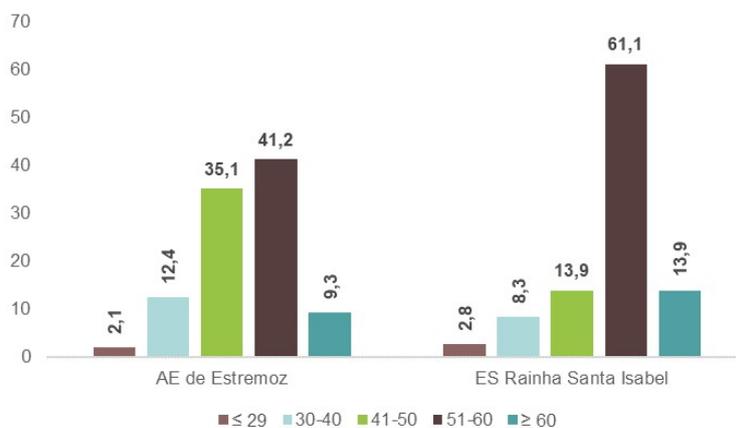


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

A distribuição dos outros profissionais escolares pelos grupos etários revela um quadro de envelhecimento claro, à semelhança do verificado para o corpo docente.

No ano letivo considerado, as percentagens de profissionais com mais de 51 anos, ou seja, nos grupos etários de maior idade eram particularmente elevadas – perto de 51% no AE de Estremoz e 75% na ES Rainha Santa Isabel.

Gráfico 43: Outros profissionais por grupo etário (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023

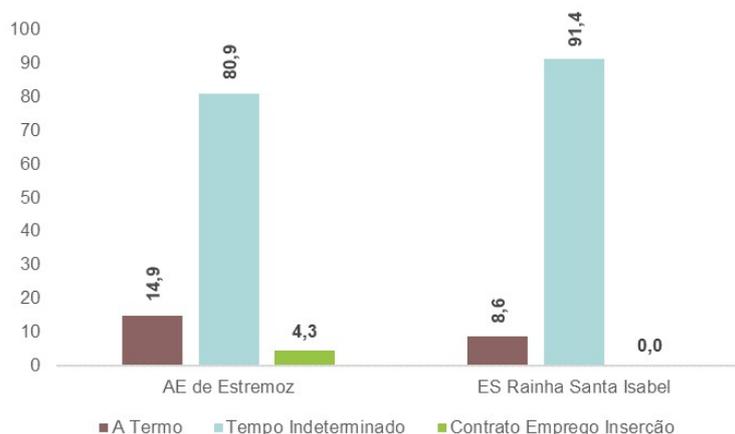


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

A maioria dos profissionais tinha vínculos contratuais estáveis como se pode verificar no gráfico seguinte – 81% no AE de Estremoz e 91,4% na ES Rainha Santa Isabel tinham contratos por tempo indeterminado.

As percentagens de profissionais com contratos a termo eram consideráveis, em particular no AE de Estremoz (14,9%) a que acrescia 4,3% (N = 4) profissionais empregados ao abrigo do Contrato Emprego Inserção.

Gráfico 44: Outros profissionais por vínculo contratual (%), por Unidade Orgânica, 2022/2023

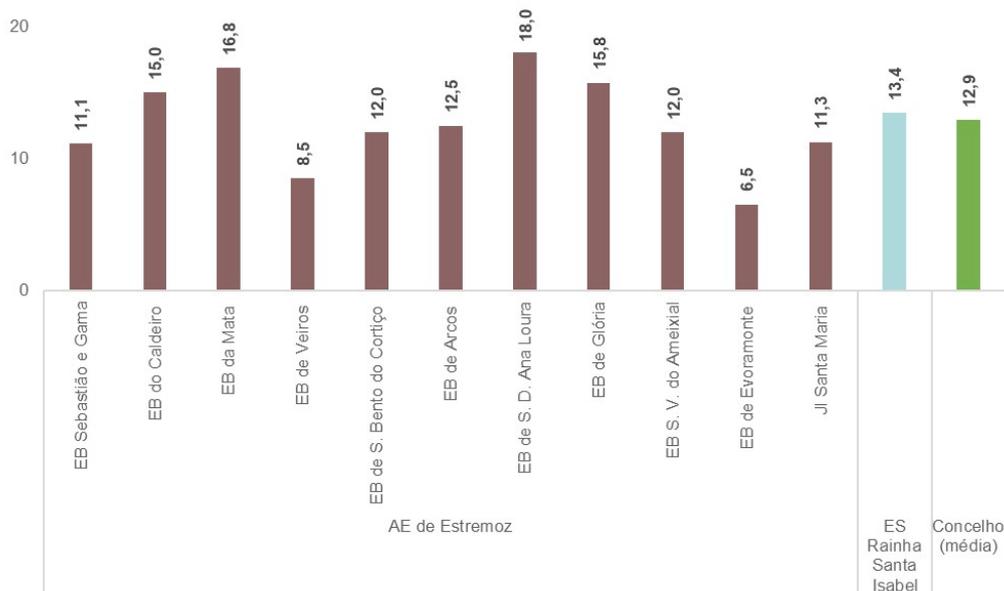


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Para terminar, apresentam-se os números médios de alunos por Assistente Operacional (AO) por alunos na rede pública.

Os números médios de alunos por AO eram, em 2022/2023, adequados. A média do concelho era de 12,9 alunos por cada profissional, bastante reduzida no AE de Estremoz que apresenta o valor mais elevado na EB de São Domingos de Ana Loura (18 alunos/AO). A média do Agrupamento (12,7) era similar à registada na ES Rainha Santa Isabel (13,4 alunos/AO).

Gráfico 45: Número médio de alunos por assistente operacional (N), por Unidade Orgânica, 2022/2023



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Desempenho escolar

Para analisar o desempenho escolar do concelho de Estremoz, recorremos aos dados fornecidos pelas próprias UO e às bases de dados disponíveis no Infoescolas. A partir dos dados disponíveis foram construídos vários indicadores adaptados a cada nível de ensino de acordo com as informações disponíveis.

Nomeadamente, a evolução das classificações internas e externas (estas apenas ao nível do Ensino Secundário) e dos percursos diretos de sucesso ao longo dos três últimos anos letivos e em comparação com as médias nacionais;³⁸ a tendência de progressão das taxas de percursos diretos de sucesso transformados em índices,³⁹ através da análise dos declives;⁴⁰ o número de alunos retidos, transferidos e com anulações de matrícula.

Durante a análise e leitura dos dados desta secção importa ter em conta que o contexto pandémico e os respetivos confinamentos, desafios e limitações, atingiram em pleno os anos letivos em análise, incluindo a área da avaliação dos alunos. Nomeadamente, com a não realização das Provas Nacionais de Exame no 9º ano decretada pelo Ministério da Educação.

No Ensino Básico

No 1º ciclo

Neste ciclo de escolaridade a aferição acerca do desempenho escolar baseia-se na análise das taxas de percursos diretos de sucesso, ou seja, na percentagem de alunos que terminou o 1º ciclo nos 4 anos previstos. As classificações são de ordem qualitativa pelo que não podem ser alvo de análises estatísticas.

No 1º ciclo de escolaridade as taxas de percursos diretos de sucesso rondaram os 90% nos três anos letivos considerados, quer no AE de Estremoz quer a nível nacional.

Tabela 60: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, do 1º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

Unidades Orgánicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	
AE de Estremoz	87,6	87,1	100,6	90,5	88,8	101,8	88,3	89,6	98,6	-1,0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

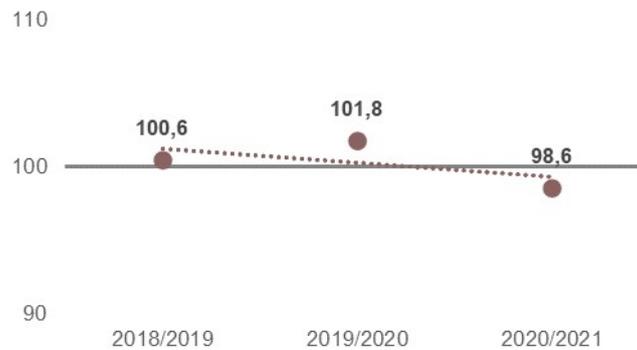
38 No caso dos Percursos Diretos de Sucesso, utilizam-se os dados do Infoescolas em que a “média nacional comparável”, é a percentagem alunos do país com um perfil semelhante aos do Agrupamento que concluíram os ciclos de estudo nos anos previstos (4 no 1º ciclo, 2 no 2º ciclo, 3 no 3º ciclo e 3 no Ensino Secundário).

39 Índices são os valores das classificações internas/externas ou dos percursos diretos de sucesso obtidos no Agrupamento em cada ano, transformados em percentagem da média regional no caso das classificações e da média nacional comparável no caso dos percursos diretos de sucesso, nesse ano. Este indicador permite comparar em termos percentuais a diferença positiva ou negativa dos valores do Agrupamento às médias regionais e nacionais padronizadas ao valor 100. Para análise do Índice considera-se: < 100% - diferença negativa (< -5% pouco acentuada e > - 5% muito acentuada); = 100% - diferença nula, ou seja, o valor do Agrupamento é igual ao valor da média regional/nacional; > 100% - diferença positiva (< 5% pouco acentuada e > 5% muito acentuada).

40 Declives resume a progressão dos resultados pois mede a inclinação de uma reta ajustada matematicamente ao conjunto de valores dos índices obtidos pelo Agrupamento em todos os anos em análise, segundo a equação de regressão: $y=ax+b$, onde y designa o valor ajustado da reta correspondente ao ano x e a designa o declive. Assim, o declive representa uma variação tendencial de a pontos percentuais no índice y estimado pela reta, por cada ano x do período observado. Para análise do declive considera-se: < -2% = decréscimo acentuado; -2% e 0% = decréscimo ligeiro; 0% e 2% = melhoria ligeira; > 2% = melhoria acentuada.

A evolução da diferença entre as taxas de percursos diretos de sucesso do Agrupamento e a respetiva média nacional comparável (porque foram comparados com alunos com perfis idênticos) padronizadas ao valor 100, revela uma tendência de estabilidade (declive inferior a 2%) e de proximidade à média nacional, favorável ao concelho considerando os indicadores socioeconómicos analisados no capítulo das dinâmicas socioeconómicas e no subcapítulo da população escolar.

Gráfico 46: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do 1º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Na tabela seguinte verifica-se que o número de alunos transferidos, com anulações de matrícula, retidos por excesso de faltas ou com absentismo elevado foi particularmente reduzido ou mesmo nulo no total do número de alunos a frequentar o 1º ciclo em cada um dos anos letivos em análise.

Tabela 61: Alunos transferidos, com anulações de matrícula, retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos) e com absentismo elevado (%), por unidade orgânica da rede pública, no 1º ciclo

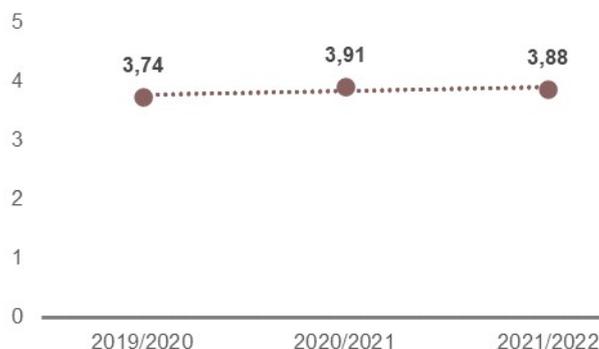
UO	2019/2020				2020/2021				2021/2022			
	Transferidos	Anulações	Retidos	Absentismo	Transferidos	Anulações	Retidos	Absentismo	Transferidos	Anulações	Retidos	Absentismo
AE de Estremoz	1,9	0,0	2,4	2,4	1,6	0,0	3,4	3,4	2,2	0,2	0,5	0,2

Fonte: Unidades Orgânicas.

No 2º ciclo

As médias de CI do AE de Estremoz do 2º ciclo do AE de Estremoz foram elevadas ao longo dos anos letivos em análise, posicionando-se no nível 4 na escala de classificação de 1 a 5 valores. Além disso, ao longo do período aumentaram ligeiramente.

Gráfico 47: Médias de Classificações internas (CI), do 2º ciclo, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

O número relativo de alunos que termina o 2º ciclo nos 2 anos previstos tem aumentado no AE de Estremoz ainda que de forma pouco acentuada e em 2020/2021, o Agrupamento conseguiu superar a média nacional.

Tabela 62: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, do 2º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

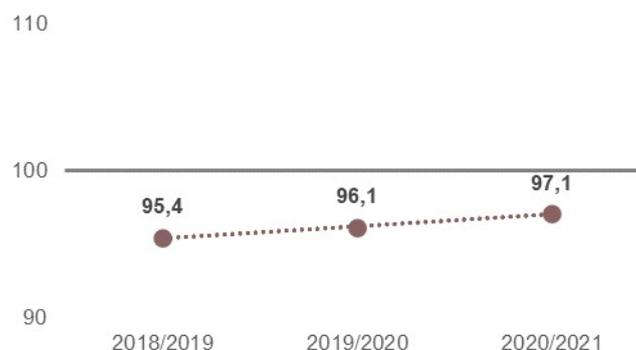
Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	
AE de Estremoz	89,3	93,6	95,4	90,6	94,2	96,1	91,5	94,3	97,1	0,8

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A evolução da diferença entre as taxas de percursos diretos de sucesso do Agrupamento e a respetiva média nacional comparável padronizadas ao valor 100, mostram uma tendência de melhoria ligeira e de aproximação à média nacional – o desvio negativo em 2018/2019 face à média nacional ainda era de 5% e no último ano é de apenas 3%.

Neste ciclo de estudos, o desempenho é mais uma vez favorável ao concelho considerando os indicadores socioeconómicos previamente expostos.

Gráfico 48: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do 2º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Tal como no ciclo anterior, o número de alunos transferidos, com anulações de matrícula, retidos por excesso de faltas ou com absentismo foi insignificante nos três anos letivos considerados.

Tabela 63: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula, retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos) e com absentismo elevado (%), por unidade orgânica da rede pública, no 2º ciclo

UO	2019/2020				2020/2021				2021/2022			
	Transferidos	Anulações	Retidos	Absentismo	Transferidos	Anulações	Retidos	Absentismo	Transferidos	Anulações	Retidos	Absentismo
AE de Estremoz	3,4	0,0	2,5	2,5	1,6	0,4	2,0	2,0	1,7	0,4	1,3	1,3

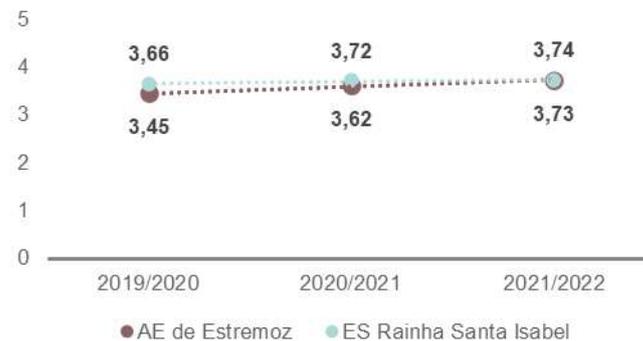
Fonte: Unidades Orgânicas.

No 3º ciclo

No 3º ciclo as médias de CI das duas UO da rede pública foram elevadas, geralmente mais próximas do valor 4 na escala de classificação e revelam melhorias constantes, ainda que ligeiras, sempre com uma vantagem mínima da ES Rainha Santa Isabel.

Um cenário que coincide com o quadro de favorecimento daquela escola no que respeita aos indicadores socioeconómicos tal como identificado anteriormente.

Gráfico 49: Médias de Classificações internas (CI), do 3º ciclo, por Unidade Orgânica, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

Na sequência do contexto pandémico, no período considerado, não foram realizadas provas de exame nacional no 3º ciclo do Ensino Básico por decisão do Ministério da Educação.

As taxas de percursos diretos de sucesso foram, nas duas UO da rede pública, elevadas – cerca de 80% dos alunos terminaram o 3º ciclo nos 3 anos previstos nos três anos letivos em análise. Geralmente, as percentagens melhoraram o longo do período, embora se note que as percentagens nacionais tenham sofrido aumentos mais elevados.

Tabela 64: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, do 3º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	
AE de Estremoz	77,4	74,9	103,3	74,1	78,7	94,2	78,7	82,1	93,6	-4,9
ES R. S. Isabel	78,9	81,2	97,2	80,0	83,7	95,6	83,7	88,5	96,2	-0,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A evolução da diferença entre as taxas de percursos diretos de sucesso do Agrupamento e da Escola Secundária e as respetivas médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100, dão conta de uma progressão estável na ES Rainha Santa Isabel (declive = -0,5) e de proximidade à média nacional (desvios inferiores a 5%).

No AE de Estremoz observa-se uma tendência acentuada de afastamento da média nacional (declive = -4,9%) que provocou a perda da vantagem competitiva do Agrupamento obtida em 2018/2019 para desvios negativos nos anos seguintes (-6%).

O desempenho das duas UO coincide com os cenários socioeconómicos que apontam para um cenário mais desfavorecido no AE de Estremoz.

Gráfico 50: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do 3º ciclo, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

No 3º ciclo do Ensino Básico o número de alunos transferidos, com anulações de matrícula, retidos por excesso de faltas ou em situação de absentismo também foi irrisório (sempre inferior aos 5% do número total de alunos).

Tabela 65: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula, retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos) e com absentismo elevado (%), por unidade orgânica da rede pública, no 3º ciclo

UO	2019/2020				2020/2021				2021/2022			
	Transferidos	Anulações	Retidos	Absentismo	Transferidos	Anulações	Retidos	Absentismo	Transferidos	Anulações	Retidos	Absentismo
AE de Estremoz	2,5	1,9	2,5	2,5	4,0	4,0	2,0	2,0	4,5	1,3	1,3	1,3
ES R. S. Isabel	3,6	0,6	0,0	0,0	0,0	2,6	0,0	0,0	3,2	0,6	0,6	0,0

Fonte: Unidades Orgânicas.

No Ensino Secundário

Na ES Rainha Santa Isabel as médias de CI e de CE foram positivas – superiores a 14 valores no caso das CI e entre os 10 e os 12 valores no caso das CE. A diferença entre CE e CI é normal uma vez que internamente são vários os instrumentos de avaliação, porém, convém notar que enquanto as CI têm aumentado, as CE, pelo contrário, apresentam uma tendência de diminuição. Ao nível dos cursos profissionais, a média de CI de 2020/2021 também foi positiva – 14,75 valores.

Gráfico 51: Médias de Classificações internas (CI) e de Classificações externas (CE), do Ensino Secundário, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

No Ensino Secundário é possível incluir na análise as médias de Classificações Externas (CE) em comparação com a média nacional. Na tabela, verifica-se que a média da Escola Secundária diminuiu em 2020/2021, mas tornou a aumentar no ano seguinte.

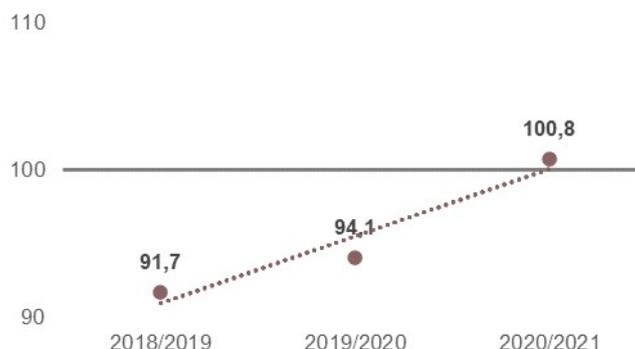
Tabela 66: Médias de Classificações externas (CE), Índices (média nacional = 100) e Declives face à média concelhia, dos Cursos Científico-humanísticos, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022

Unidades Orgânicas	2019/2020		2020/2021		2021/2022		Declives
	Média CE	Índices	Média CE	Índices	Média CE	Índices	
ES R. Santa Isabel	12,04	91,7	10,44	94,1	11,42	100,8	4,5
Média nacional	13,13	100,0	11,10	100,0	11,33	100,0	-

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Unidades Orgânicas.

A evolução das diferenças percentuais entre as médias de CE da ES Rainha Santa Isabel e as médias nacionais padronizadas ao valor 100, realça uma progressão de aproximação acentuada da Escola à média nacional (declive = 4,5%) – em 2020/2021 a Escola atingiu uma média similar à do país.

Gráfico 52: Progressão dos Índices (média nacional = 100) e Declives face à média regional das médias de classificações externas do Ensino Secundário, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Júri Nacional de Exames.

Nos cursos científico-humanísticos, as taxas de percursos diretos de sucesso aumentaram ao longo dos anos letivos de forma considerável. Em 2020/2021, a ES Rainha Santa Isabel atingiu uma taxa de 84%.

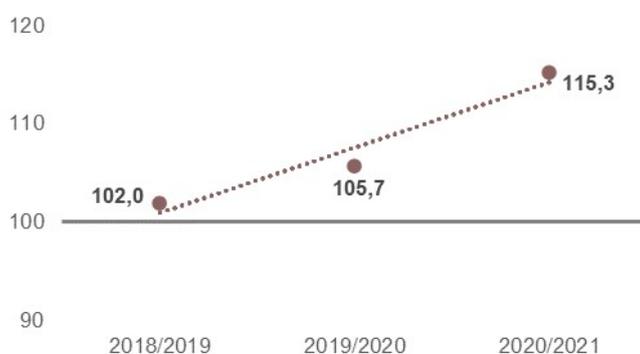
Tabela 67: Taxas de Percursos Diretos de Sucesso (PDS), Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, do Ensino Secundário, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	
ES R. S. Isabel	60,9	59,8	102,0	71,5	67,7	105,7	84,0	72,9	115,3	6,6

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A evolução da diferença entre as taxas de percursos diretos de sucesso da Escola Secundária e a respetiva média nacional comparável padronizada ao valor 100, demonstra uma tendência de melhoria acentuada (declive = 6,6%) que coloca o concelho em vantagem competitiva face ao cenário nacional.

Gráfico 53: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de percursos diretos de sucesso do Ensino Secundário, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Como as classificações dos cursos profissionais dependem da conclusão dos mesmos, não existem dados para os três anos o que inviabiliza o cálculo dos índices e declives, ou seja, das progressões em comparação com as médias concelhias.

Compensa-se a ausência desses dados com as taxas de conclusão dos cursos profissionais e, relativamente aos alunos que não concluíram os cursos profissionais no tempo previsto, outros três indicadores: i) os que continuam inscritos em cursos profissionais; ii) os que estão inscritos noutras modalidades de ensino; iii) os que não estão inscritos no Ensino Secundário. A leitura destes três indicadores inverte-se porque desvios negativos na UO representam um desempenho mais positivo, ou seja, indicam menores percentagens de alunos que não concluíram os cursos profissionais no tempo previsto em comparação com o observado no cenário nacional; e desvios positivos representam progressões no sentido de aumentar essas percentagens, logo, são progressões negativas para a UO.

Vejamos as taxas de conclusão dos cursos profissionais na ES Rainha Santa Isabel e como têm aumentado ao longo dos anos letivos em análise.

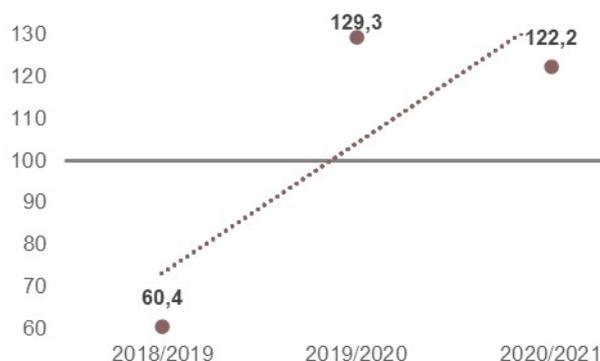
Tabela 68: Taxas de conclusão, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	
ES R. S. Isabel	37,5	62,1	60,4	81,5	63,0	129,3	79,2	64,8	122,2	30,9

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A evolução da diferença entre as taxas de conclusão da Escola e as respetivas médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100, mostram uma progressão de melhoria acentuada (declive = -30,9%) que deu origem a um posicionamento de vantagem competitiva do concelho sobre o cenário nacional (desvios superiores a 20%).

Gráfico 54: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de conclusão dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir das Unidades Orgânicas.

As taxas de não conclusão de alunos que permanecem inscritos no ensino profissional passaram a nulas em 2019/2020 e 2020/2021, ou seja, não tem havido alunos que não concluem os cursos profissionais nos 3 anos previstos e que continuam inscritos nesta modalidade de ensino.

Tabela 69: Taxas de não conclusão de alunos que continuam inscritos no ensino profissional, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	
ES R. S. Isabel	25,0	20,4	122,6	0,0	19,7	0,0	0,0	17,7	0,0	-61,3

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

As percentagens de alunos que não concluíram os cursos profissionais nos 3 anos previstos e que se inscreveram noutras modalidades de ensino foram sempre mais elevadas na ES Rainha Santa Isabel em comparação com as médias nacionais. Além disso, verifica-se que aumentaram entre 2018/2019 e 2020/2021.

Convém notar, porém, que estas percentagens se referem a um total de 24 alunos em 2018/2019, 27 em 2019/2020 e 24 em 2020/2021.

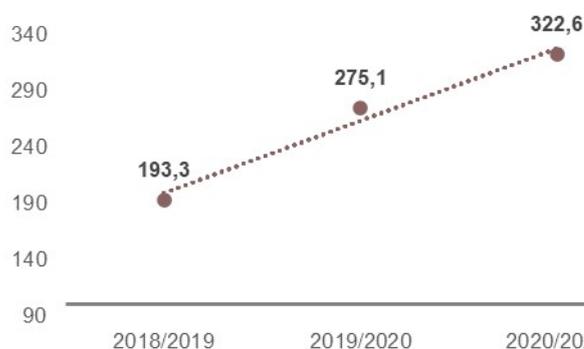
Tabela 70: Taxas de não conclusão de alunos inscritos noutras modalidades de ensino, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	% UO	% N	Índice	
ES R. S. Isabel	8,3	4,3	193,3	11,1	4,0	275,1	12,5	3,9	322,6	64,6

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A comparação com as médias nacionais padronizadas ao valor 100 confirma que a percentagem de alunos que não concluiu os cursos profissionais no tempo previsto e que se inscreveu noutras modalidades de ensino aumentou no período considerado no concelho em comparação com o cenário nacional.

Gráfico 55: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de não conclusão de alunos inscritos noutras modalidades de ensino, nos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Por último, analisam-se as taxas de não conclusão de alunos que não se tornaram a inscrever no Ensino Secundário, ou seja, que saíram do sistema educativo.

O cenário é bastante positivo no concelho porque as taxas de não conclusão e não inscrição no Ensino Secundário diminuíram consideravelmente na ES Rainha Santa Isabel (de 29,2% para 8,3%) enquanto as médias nacionais parecem estabilizadas entre os 13% e os 14%.

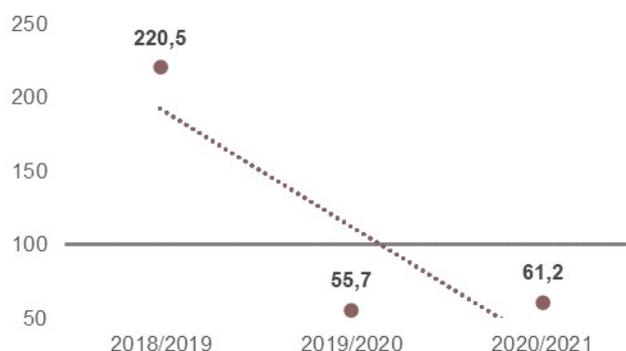
Tabela 71: Taxas de não conclusão de alunos que não estão inscritos no Ensino Secundário, Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional, dos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021

Unidades Orgânicas	2018/2019			2019/2020			2020/2021			Declive
	% UO	% Na	Índice	% UO	% Na	Índice	% UO	% Na	Índice	
ES R. S. Isabel	29,2	13,2	220,5	7,4	13,3	55,7	8,3	13,6	61,2	-79,6

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

No gráfico em baixo confirma-se a progressão de diminuição acentuada (declive = -79,6%) que deu origem a um posicionamento das médias concelhias abaixo da média nacional, um quadro bastante positivo para a Escola Secundária e para o concelho de Estremoz.

Gráfico 56: Progressão dos Índices (média nacional comparável = 100) e Declives face à média nacional das taxas de não conclusão de alunos que não estão inscritos no Ensino Secundário, nos Cursos Profissionais, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

À semelhança do Ensino Básico, o peso do número de alunos transferidos, com anulações de matrícula, retidos por excesso de faltas ou em situação de absentismo é muito reduzido relativamente ao número total de alunos.

Tabela 72: Número de alunos transferidos, com anulações de matrícula, retidos por excesso de faltas (menores ou maiores de 18 anos) e com absentismo elevado, por unidade orgânica da rede pública, no Ensino Secundário

UO	2019/2020				2020/2021				2021/2022			
	Transferidos	Anulações	Retidos	Absentismo	Transferidos	Anulações	Retidos	Absentismo	Transferidos	Anulações	Retidos	Absentismo
CCH	-	-	-	-	-	-	-	-	2,5	1,4	2,2	0,0
CP	-	-	-	-	-	-	-	-	4,2	2,8	4,2	0,0
Total	3,3	1,5	0,3	0,0	3,0	1,0	1,0	0,0	3,4	2,1	3,2	0,0

Fonte: Unidades Orgânicas.

Notas: Não foi possível calcular as percentagens separadas para os CCH (Cursos Científico-Humanísticos) e CP (Cursos Profissionais) para os anos 2019/2020 e 2020/2021 pela impossibilidade de distinguir o número de inscritos em cada modalidade.

Projetos educativos estruturantes

Neste subcapítulo apresentam-se os projetos dinamizados no concelho na área da educação considerados como os mais estruturantes pelos atores locais. A próxima tabela apresenta um conjunto muito alargado de projetos que são promovidos nas escolas do concelho, identificando os objetivos, a rede de parceiros e as entidades promotoras.

Entre muitos projetos estruturantes, os atores locais destacaram 29 que são dinamizados pela Câmara Municipal de Estremoz, pelo AE de Estremoz e pela ES Rainha Santa Isabel em parceria com várias entidades locais, incluindo alguns projetos que também incluem as escolas privadas.

Com este conjunto de projetos, são trabalhadas diferentes componentes e áreas complementares educativas: desde o treino de competências com vista a promoção do sucesso escolar e a atividades diversas relacionadas com este aspeto; ao treino de competências e sensibilidades artísticas e culturais; a questões relacionadas com a promoção da saúde, desporto e estilos de vida saudável; cidadania, competências cívicas e comportamento ambiental e sustentável; projetos relacionados com a leitura e gosto pelos livros; iniciativas que envolvem as famílias e uma rede mais alargada de parceiros.

Tabela 73: Identificação dos projetos educativos estruturantes

Nome do projeto	Entidade promotora	Parceiros	Objetivos	Público-alvo
Programa Escola a Tempo Inteiro (AEC e AAAF)	CM de Estremoz	AE de Estremoz, Entidades locais	Promover atividades identitárias do concelho (em conjunto com os objetivos do programa Escola a Tempo Inteiro)	Crianças da Educação Pré-escolar e Alunos do 1º Ciclo
Carnaval das Escolas	CM de Estremoz	Rede de escolas pública e privada	Promover atividade conjunta às escolas	Comunidade educativa
Estremoz Férias	CM de Estremoz	Escolas e Entidades locais	Promover a ocupação de tempos livres em época de férias escolares como resposta às necessidades das famílias	Crianças da Educação Pré-escolar e Alunos do 1º Ciclo
Bota Solidária	CM de Estremoz	Escolas e Entidades locais	Potenciar uma cultura de solidariedade	Comunidade educativa
Quintas de Encantar	CM de Estremoz	Escolas e Entidades locais	Motivar os mais jovens para a leitura de forma lúdica e dialógica possibilitando-lhes viagens pelo mundo da imaginação, alargando e enriquecendo os seus horizontes	Comunidade educativa
Golfinhos	CM de Estremoz	Escolas e Entidades locais	Adaptar as crianças a meios aquáticos	Comunidade educativa
Oficina de Teatro	CM de Estremoz	Escolas e Entidades locais	Desenvolver atividades artísticas	Comunidade educativa
Castanhas e Cantigas	CM de Estremoz	Escolas e Entidades locais	Promover atividade conjunta às escolas	Comunidade educativa
Ambiente	CM de Estremoz	Escolas e Entidades locais	Sensibilizar para atividades de sustentabilidade ambiental	Comunidade educativa
Oficinas de Barrística	CM de Estremoz	Escolas e Entidades locais	Promover atividades identitárias do concelho	Comunidade educativa
Dia da Criança	CM de Estremoz	Escolas e Entidades locais	Promover atividade conjunta às escolas	Comunidade educativa
Projeto Atividade Física e Desportiva	CM de Estremoz	AE de Estremoz, Entidades locais	Melhorar a realização das habilidades motoras nos diferentes tipos de atividades, promover o desenvolvimento integral do aluno e fomentar o espírito desportivo e fairplay	Alunos do 1º Ciclo
Escolas Amigas dos Direitos Humanos	Clube dos Direitos Humanos	Amnistia Internacional e outras Escolas do projeto	Capacitar os jovens e promover a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar para integrar os valores e princípios dos direitos humanos em várias dimensões (governança; relações interpessoais; currículo e atividade extracurriculares; ambiente escolar)	3º Ciclo/ Secundário e Comunidade Educativa
PESES	ES Rainha Santa Isabel	Diversas instituições locais e regionais	Dotar os jovens de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao seu bem-estar físico, social e mental, bem como a saúde dos que os rodeiam, conferindo-lhes assim um papel interventivo	Comunidade educativa
Festival da Rainha	ES Rainha Santa Isabel	CME	Promover atividades identitárias do concelho	Comunidade educativa

Carta Educativa do Concelho de Estremoz

Nome do projeto	Entidade promotora	Parceiros	Objetivos	Público-alvo
Natal com@rte	AE Estremoz	B. Escolar, comércio local	Desenvolver a criatividade e estabelecer parcerias	Todos os alunos do agrupamento
Reinvent@rte	AE Estremoz	C.C.V., CM de Estremoz, Famílias, Artistas	Conhecer e valorizar o património artístico	Crianças da Educação Pré-escolar e Alunos do 1º Ciclo
Olhar o Natal com@rte	AE Estremoz	C.C.V., CM de Estremoz, Entidades Artísticas locais	Promover a aprendizagem através da arte	5.ºAno
Salut@rte	AE Estremoz	C.C.V., PES, Centro de Saúde	Promover a aprendizagem através da arte	6.º ano
Respir@rte	AE Estremoz	Pintor, ceramista, escultora	Reconhecer o papel das artes na sociedade	6.º Ano
Um outro olhar	AE Estremoz	Escola Segura, Paróquia, Museu do azulejo	Estudar a arte em todas as expressões	6.º Ano
A@rte está nas nossas mãos	AE Estremoz	CM de Estremoz, Museu Municipal	Valorizar as expressões artísticas	6.º Ano
Semana Mundial do Espaço	AE Estremoz	C.C.V.	Fomentar o gosto pela pesquisa	3.º Ciclo
Inovação na diferença	AE Estremoz	Biblioteca Escolar	Reforçar a cooperação com famílias	Comunidade escolar
Estremoz a ler, Estremoz a crescer	AE Estremoz	CM, Rádio, Editoras	Estimular o gosto pelos livros e leitura	Todos os níveis de ensino do agrupamento
Focus	AE Estremoz	PES, Centro de Saúde, Cruz Vermelha	Contribuir para a estabilidade emocional dos alunos	Todos os alunos
Transição	AE Estremoz	Escola Rainha St.ª Isabel	Avaliar interesses e aptidões	Ensino Básico
Clube da proteção civil	AE Estremoz	CM, INEM	Promover uma cultura de segurança	Comunidade educativa
100% saudável	AE Estremoz	C. Saúde, supermercados	Promover uma alimentação saudável	Toda a comunidade escolar

Fonte: Câmara Municipal de Estremoz, Agrupamento de Escolas de Estremoz, Escola Secundária Rainha Santa Isabel.

Perspetivas dos atores locais

Neste capítulo sistematizam-se as opiniões dos atores locais sobre o concelho e o sistema educativo de Estremoz. As opiniões foram recolhidas através de: i) entrevistas semi-estruturadas realizadas individualmente aos principais *stakeholders*, nomeadamente, a figuras-chave da Câmara Municipal de Estremoz e às lideranças de topo das cinco Unidades Orgânicas (UO) da rede educativa, pública e privada, concelhia; ii) entrevistas de grupo semi-estruturadas aplicadas a representantes de docentes e outros profissionais escolares e a encarregados de educação das redes pública e privada, de alunos da rede pública, a representantes das juntas de freguesia ou uniões de freguesia e a representantes de diversas instituições da comunidade que são parceiras das escolas no território.

As gravações foram posteriormente analisadas com recurso a uma grelha analítica, uma análise que se focou, em primeiro lugar, nos aspetos positivos e menos positivos ou desafios indicados pelos atores locais e que foi organizada de forma a seguir as dimensões etiquetadas ao longo do estudo de diagnóstico: i) contexto territorial, demográfico e socioeconómico; ii) sistema educativo (edificado, infraestruturas e equipamentos, ofertas educativas e formativas, população escolar, desempenho escolar, comunidade, projetos e parcerias). Por fim, listaram-se as possíveis linhas de ação que os atores sugeriram para desenvolver o concelho de Estremoz e ou melhorar o sistema educativo concelhio.

Além de apresentar as perspetivas dos atores locais sobre as escolas do concelho de Estremoz, este capítulo complementa as análises anteriores ao acrescentar informações que ajudam a explicar o cenário atual e, além disso, aponta para algumas pistas para o futuro.

Começamos por analisar as opiniões dos atores locais – Autarquia (câmara municipal, freguesias e uniões de freguesia), Escolas públicas (Diretor e docentes), Escolas privadas (Diretor e docentes), Comunidades escolares (outros profissionais, encarregados de educação e alunos, estes da rede pública) e Comunidade (com os representantes dos setores social, da saúde, das forças de segurança, do setor associativo) – sobre o contexto territorial, demográfico e socioeconómico.

Contexto territorial, demográfico e socioeconómico

Em primeiro lugar, alguns dos atores entrevistados realçaram positivamente a existência de uma estratégia local de habitação que tem como um dos principais objetivos resolver ou, pelo menos, minimizar os efeitos negativos resultantes do atual contexto da habitação no nosso país; pretende ainda realojar a comunidade cigana que reside num bairro degradado (mais de 200 pessoas de acordo com dados do setor de desenvolvimento social).

Outro aspeto positivo, mencionado apenas por vários representantes autárquicos, prende-se com as dinâmicas de maior envolvimento e de agilização de soluções e respostas de proximidade que câmara municipal, juntas de freguesia e uniões de freguesia assumiram após conclusão do contexto de transferência de competências, uma mais-valia para o território e para a educação, afirmaram.

No que respeita ao território, o aspeto negativo mais referido é a existência de um bairro degradado onde reside a comunidade cigana, o que só por si desagrade aos atores auscultados, e que, além disso, cria uma sensação de insegurança no concelho, em particular a quem reside nas proximidades. Além disso, em termos socioeconómicos, consideram ainda ser necessário intervir junto desta comunidade de forma a trabalhar as tradições que vão contra os direitos humanos de crianças e jovens, nomeadamente, as questões do casamento e gravidez precoce.

A rede de transportes públicos foi caracterizada como insuficiente pela maioria dos atores locais por várias razões: i) compromete a chegada de alunos, particularmente os de Ensino Secundário, de Estremoz a outros concelhos onde frequentam ou poderiam frequentar opções de cursos que não

existam no concelho; ii) ou, no sentido inverso, a chegada de alunos de outros concelhos a Estremoz que, algumas vezes, seriam em número que permitiria constituir mais uma turma; iii) a não coincidência dos horários de entrada e ou de saída da escola com os horários dos autocarros, o que leva a tempos de espera pelas aulas ou para a chegada a casa demasiado elevados. Situação dificultada quando se verifica uma falta de motoristas certificados para transporte de passageiros. Nas escolas privadas, com respostas direcionadas para a primeira infância, a utilização de carros próprios e a utilização de carrinhas próprias para transporte de crianças elimina esta problemática.

A dispersão dos estabelecimentos escolares pelo concelho obriga a um grande esforço por parte da câmara municipal no transporte de alunos como estratégia para manter as escolas das freguesias rurais em funcionamento, também pela pressão em as manter porque, de acordo com os representantes das juntas de freguesia e uniões de freguesia, “dão vida” às localidades.

Outro aspeto mencionado por alguns atores locais das freguesias rurais foi que o sinal de internet não é suficiente em todo o território. Apesar de as instituições – escolas, juntas de freguesia, etc. – estarem bem servidas, o mesmo não acontece com as residências familiares o que gera alguns protestos por parte da população.

Por último, um dos aspetos mais referidos foi a diminuição da população registada nos censos populares, característica demográfica típica do interior do país e que muito preocupa a comunidade, em particular, os profissionais das escolas públicas onde se nota a diminuição da população discente e pelas dificuldades que isso gera – encerramento ou perigo de encerramento das escolas das freguesias rurais (travado, em alguns casos, com a transferência/transporte de alunos da sede de concelho para essas escolas); impossibilidade de abrir mais turmas; horários docentes reduzidos em algumas disciplinas o que dificulta a contratação dos respetivos profissionais, etc.

Tabela 74: Aspetos positivos e negativos referidos pelos atores locais sobre o contexto territorial, demográfico e socioeconómico

Aspetos	Autarquia	Escolas públicas	Escolas privadas	Comunidades escolares	Comunidade
+	Estratégia local de habitação	x	x		
	Agilização de respostas próximas	x			
-	Bolsa de pobreza/ Insegurança	x	x	x	x
	Tradições problemáticas		x	x	
	Rede de transportes insuficiente	x	x	x	x
	Rede de internet não cobre território	x	x		
	Diminuição da população/ alunos	x	x		x

Fonte: Entrevistas a atores locais.

Edificado, infraestruturas e equipamentos

Vejam agora a sistematização das perspetivas dos atores locais acerca do edificado, infraestruturas e equipamentos disponíveis nas escolas públicas e privadas.

O edificado das redes pública e privada foi caracterizado por ter boas condições, de uma forma geral, embora se identifiquem exceções e várias debilidades descritas em baixo.

Outro aspeto positivo referido foi o investimento realizado ao longo dos anos nas escolas públicas, particularmente nas de 1º ciclo, pela Autarquia. Entre outros aspetos, realçam que todas as escolas públicas do concelho estão preparadas para receber fibra ótica, apesar de ela ainda não ter chegado ao concelho; que tem havido investimento no edificado, em infraestruturas digitais e na aquisição de equipamentos (quadros interativos e computadores) e, ainda, da plataforma *+Sucesso Escolar*,⁴¹ com evidências de que são bastante utilizados pelos docentes.

Como aspetos negativos, ao nível do edificado, surge a questão dos problemas estruturais no novo edifício do AE de Estremoz, edifício com pouco mais de 10 anos e que reúne as melhores condições

41 <https://erecursos.lusoinfo.com/MainArea>

e equipamentos, que causam constrangimentos na gestão dos espaços tais como os laboratórios da EB Sebastião da Gama também estarem a ser utilizados como salas de aula prejudicando o trabalho laboratorial e o dinamismo das aulas práticas devido à ocupação do espaço com mesas e cadeiras. A câmara municipal encontrava-se, durante a fase da elaboração do presente documento, em conversações com a DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) para resolver a situação deste edifício.

Nos outros edifícios, apesar das boas condições gerais do edificado, algumas debilidades variadas foram referidas pelos atores entrevistados. Na rede pública, as questões do conforto térmico e lumínico, os equipamentos tecnológicos (de aula como computadores, tablets e quadros interativos ou outros como elevadores), materiais lúdico-pedagógicos e o mobiliário que precisam ser renovados ou ser alvo de manutenção, espaços que estão em falta, tais como, pavilhão desportivo, espaço de lazer para alunos, espaços de trabalho para docentes, espaços para o desenvolvimento de práticas e aulas desportivas com as condições necessárias para um ensino de qualidade, melhores oficinas e ou espaços para trabalhar as competências dos módulos técnicos dos cursos profissionais, melhoria dos espaços externos para proteção dos alunos contra frio, calor e chuva. Na rede privada, profissionais e encarregados de educação indicaram que alguns edifícios precisam de manutenção, outros de mais espaço e, de uma forma geral, todas estas instituições precisam renovar equipamentos tecnológicos (computadores, televisões e outros), materiais lúdico-pedagógicos, mesas e cadeiras, isolamento de janelas e melhoria dos pavimentos por questões de conforto térmico e lumínico e dos espaços exteriores e ou verdes.

Por fim, os atores representantes da autarquia e da comunidade escolar, em particular encarregados de educação das escolas públicas e privadas, indicaram que o próprio concelho de Estremoz precisa de mais espaços verdes de lazer e de parque infantis mais qualificados e adequados a várias idades.

Tabela 75: Aspetos positivos e negativos referidos pelos atores locais sobre o edificado, infraestruturas e equipamento

Aspetos	Autarquia	Escolas públicas	Escolas privadas	Comunidades escolares	Comunidade
+ Boas condições gerais do edificado da rede pública e privada	x	x	x	x	x
Investimento nas escolas	x	x		x	
Utilização massiva dos equipamentos disponíveis	x	x			
- Problemas estruturais no novo edifício do AE	x	x		x	
Debilidades várias nos edifícios	x	x	x	x	x
Espaços de lazer e infantis do concelho	x		x	x	

Fonte: Entrevistas a atores locais.

Ofertas educativas e formativas

Na dimensão das ofertas escolares, os atores locais identificaram vários aspetos positivos. A começar pela qualidade das repostas privadas existentes no concelho para a primeira infância; e da educação Pré-escolar e do 1º ciclo do Ensino Básico da rede pública que caracterizam como de elevada qualidade e alvo que grandes investimentos por parte da Câmara Municipal, quer em recursos humanos (1 educadora, 2 assistentes operacionais e 1 animadora sociocultural em cada sala), quer em atividades e serviços disponíveis nas escolas.

As atividades da Escola a Tempo Inteiro são diversas e de qualidade, apesar da árdua gestão por via dos horários coincidentes que dificultam a contratação de recursos humanos com formação nas áreas de música, ciências, teatro, educação física, inglês, expressões, hóquei, etc.; e bastante participadas pela comunidade, com exceção da comunidade cigana. Além disso, a Câmara Municipal

também disponibiliza atividades de tempos livres durante parte das férias de Verão para alunos do 1º ciclo e para crianças da educação Pré-escolar.

As ofertas educativas e formativas são diversificadas e adequadas à população discente no Ensino Básico e Secundário. Apesar de, no caso do Ensino Secundário, começarem a surgir constrangimentos advindos da tendência de redução do número de alunos. A procura pela adequação às características dos alunos começa no Ensino Básico, no AE de Estremoz, que tem um plano de inovação para o 1º, 2º e 5º ano, um PCA (Percurso Curriculares alternativos), que estava no momento de elaboração da Carta Educativa, a terminar, e um PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação); ainda assim, alguns atores declararam que podia ser feito um maior investimento no desenho de respostas educativas mais próximas de todos os grupos de alunos do concelho. O Agrupamento tem ainda desenvolvido cursos de Português Língua não Materna para alunos de várias nacionalidades.

No Ensino Secundário, o concelho mantém ofertas variadas (todos os cursos científico-humanísticos e dois cursos profissionais por ano (recorrendo a meias turmas), apesar de tal se dever também à procura deste nível de ensino por alunos dos concelhos limítrofes onde essa oferta já não existe – Sousel, Fronteira, Monforte, Avis, Vila Viçosa, Borba, etc.). Porém, consideraram, relembramos, a perda de alunos preocupante uma vez que abre a possibilidade de deixarem de poder ter uma oferta tão diversificada como a atual.

Além da oferta da rede pública, existe uma vasta rede formativa no distrito de Évora, incluindo os cursos de aprendizagem lecionados pelo IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) que são frequentados por bastantes jovens do concelho de Estremoz; os cursos do IEFP de Évora são igualmente definidos em articulação com as escolas da rede pública dos concelhos do Alentejo Central.

Sobre a rede pública, no Ensino Secundário, é de distinguir ainda os vários projetos desenvolvidos, tais como o orçamento participativo e projetos de voluntariado (junto de idosos e crianças), que os aproximam da comunidade e que trabalham várias competências transversais.

As repostas para crianças/jovens com deficiência e ou incapacidade foram de igual forma caracterizadas como sendo de qualidade pelos atores locais. De acordo com os entrevistados mais ligados à rede pública, existem salas de multideficiência para trabalhar com alunos que não estão em sala de aula em todas as disciplinas e a perceção é que todas estas crianças/jovens têm muito apoio nas escolas.

Num último ponto positivo destacam-se as respostas no âmbito da educação para adultos. Existem dois centros Qualifica no distrito de Évora, ambos servindo o concelho de Estremoz e alguns dos cursos direcionados para pessoas desempregadas do IEFP são lecionados em salas da ES Rainha Santa Isabel (cursos de apoio à infância).

Entre os aspetos negativos, a começar novamente com as respostas para primeira infância, destaca-se a falta de capacidade de reposta para toda a população do concelho de Estremoz. De acordo com os dados indicados pelos atores locais auscultados existem cerca de 300 crianças com idade de frequentar a Creche e as repostas existentes têm apenas capacidade para receber menos de 100, o que leva algumas famílias a procurar instituições de concelhos limítrofes. Este problema agravou-se com a maior pressão causada pela gratuitidade do acesso. A dimensão reduzida desta rede, em particular, também dificulta o ingresso no mercado de trabalho dos alunos que concluem o curso profissional de ação educativa existente no concelho. Ainda relativamente às crianças até aos 5 anos de idade, alguns atores locais referem que existe falta de atividades para os períodos de interrupções letivas e de férias escolares, pelo menos que permitam acesso a todas as famílias, porque as que existem, dinamizadas pela Associação de Pais, são pagas. De acrescentar que muitos atores mencionaram o que definem como má qualidade da alimentação e que, tal como foi explicado numa das entrevistas, acontece desde a mudança para um fornecedor de alimentos privado (este é um problema não existente, aparentemente, nas escolas das freguesias rurais).

Na transição das escolas de 1ª infância para o 1º ciclo, profissionais e encarregados de educação das escolas privadas referem que existe pouca articulação com o Agrupamento o que despoleta queixas junto das Creches pela separação de crianças dos mesmos grupos/ freguesias rurais.

Outro aspeto negativo bastante referido nas entrevistas tem a ver com cursos profissionais e expectativas dos alunos desenquadrados das necessidades do território (turismo, barro, eletricidade, etc.) – por dificuldades em gerir a rede a favor do concelho de Estremoz nas reuniões de articulação regional dos cursos profissionais; porque os alunos não são atraídos para cursos nas áreas necessárias, mas sim para opções como cursos de desporto que, afirmam, ainda assim, devem existir como forma de contribuir para que todos os alunos terminem a escolaridade obrigatória.

A fraca articulação com o Ensino Superior foi mais um aspeto negativo referido, em particular com a Universidade de Évora. Os pontos de contacto entre Ensino Secundário e Superior são com a Escola de Turismo do Instituto Politécnico de Portalegre (com cursos de nível 4, em bar e restauração).

Se as respostas para crianças/jovens com deficiência e ou incapacidade são de boa qualidade durante o percurso escolar, de acordo com os atores locais, o concelho está desprovido de respostas para os que chegam à idade adulta, ou seja, ao momento de aumentar as qualificações ou de ingressar no mercado de trabalho. A CERCI Estremoz, referem os atores, também serve outros 10 concelhos nas imediações, portanto, não tem capacidade de resposta para todos os utentes; e as outras respostas localizam-se a mais de 50km em Évora e a cerca de 45km em Portalegre. De notar que alguns atores locais referiram que após os seis anos de idade, com o ingresso no 1º ciclo, o acompanhamento às famílias destas crianças diminui bastante na sequência do número reduzido de profissionais disponíveis para acompanhar alunos e famílias dentro e fora das escolas.

Sendo verdade que existem ofertas de educação para adultos disponíveis no e para o concelho de Estremoz, verifica-se depois uma outra dificuldade que é a aparente desmobilização por parte da população adulta mais desqualificada para aceder a essas respostas. No entanto, não fica claro porque tal acontece – respostas não se adaptam às necessidades/hábitos do potencial público? Não são devidamente publicitadas junto da comunidade? Não são sentidas como necessidades por parte destas pessoas? Para definir as ações de futuro, talvez seja necessário começar por perceber as razões daquela desmobilização.

Um último ponto negativo sobre a não valorização da frequência e do sucesso escolar por parte da comunidade cigana causando a saída precoce do sistema educativo de crianças/jovens ciganos. De acordo com os atores locais, isto também passa pela ausência de uma rede alargada de suporte e de motivação a esta comunidade através de parcerias entre as várias instituições e de mediadores que façam a ponte necessária entre as entidades locais, incluindo escolas, e a comunidade cigana.

Tabela 76: Aspetos positivos e negativos referidos pelos atores locais sobre as ofertas escolares

Aspetos	Autarquia	Escolas públicas	Escolas privadas	Comunidades escolares	Comunidade
+ Qualidade das respostas para 1ª infância (creche e Pré-escolar)	x	x	x	x	x
Diversidade e qualidade das atividades da ETI		x		x	
+ Ofertas diversificadas e adequadas à população discente	x	x		x	x
Respostas para crianças/jovens com deficiência e ou incapacidade	x	x			x
Respostas para educação de adultos	x				x
- Respostas para 1ª infância são insuficientes (rede e atividades)	x		x	x	x
Pouca articulação na transição dos alunos do pré-escolar privado para 1º ciclo			x	x	
Cursos profissionais e	x	x		x	x

Aspetos	Autarquia	Escolas públicas	Escolas privadas	Comunidades escolares	Comunidade
expectativas dos alunos desenquadradas das necessidades do território					
Pouca articulação com o Ensino Superior	x	x			x
Ausência de repostas para jovens adultos com deficiência e ou incapacidade após sair da escola		x			x
Fraca procura pela população não qualificada por educação para adultos	x				x
Baixas ou nulas expectativas da comunidade cigana face à escola		x		x	x

Fonte: Entrevistas a atores locais.

Na dimensão da população escolar um dos aspetos positivos com maior consenso é a qualidade dos profissionais das escolas das redes pública e privada, sendo a maioria licenciado ou com formação mais elevada e motivado para investir na sua formação em áreas digitais; a que acresce a satisfação com a estabilidade do corpo docente nas escolas públicas. A perspetiva de qualidade foi estendida à generalidade dos outros profissionais escolares.

Realçaram também a formação que docentes, técnicos especializados e mesmo assistentes técnicos e operacionais têm desenvolvido, no caso dos últimos, através de um considerável investimento por parte da Câmara Municipal, quer em termos de contratação (registando números de assistentes operacionais acima do rácio definido na legislação), quer em termos de formação. O Centro de Formação de Associação de Escolas MARGUA foi bastante referido de forma positiva pelo leque diversificado e inovador de oferta formativa, naturalmente mais direcionada aos docentes.

As escolas privadas (incluindo a de cariz lucrativo pela entrada na Rede de Creches Gratuitas – Creche Feliz) e o Agrupamento trabalham com públicos diversificados – várias classes sociais, grupos diferenciados, crianças/jovens com deficiência e ou incapacidade – o que é visto como uma possibilidade para realizar projetos que trabalhem competências transversais como a inclusão e a solidariedade.

Um último aspeto positivo foi referido pelos encarregados de educação que, de uma forma geral, elogiaram a abertura das várias escolas às famílias dos alunos.

Já nos aspetos negativos e regressando ao corpo docente da rede pública, os atores entrevistados aludiram, na sua maioria, a uma preocupação com o envelhecimento da classe por dois motivos – porque vão deixar de trabalhar nos próximos anos; e porque tendem a utilizar estratégias pedagógicas tradicionais que nem sempre conseguem promover a motivação e a disponibilidade dos alunos para a frequência escolar e para as aprendizagens. Este problema do envelhecimento surge também nalgumas escolas privadas.

Um ponto referido pelos atores locais tem a ver com o facto de os corpos docentes das duas UO da rede pública não se conhecerem nem dinamizarem atividades em conjunto nas várias áreas disciplinares, o que poderia minimizar as consequências de não existir um projeto educativo único no concelho de Estremoz abrangente desde a educação Pré-escolar ao Ensino Secundário.

Apesar de o esforço desenvolvido pela Câmara Municipal em ter mais assistentes operacionais do que o previsto na legislação em todos os estabelecimentos escolares da rede pública, na ES Rainha Santa Isabel persistem dificuldades decorrentes do facto de também este ser um grupo de profissionais envelhecido, com doenças e limitações nalguns casos, a que se acrescentam outros casos de licenças de maternidade que demoram a ser substituídas por causa do processo demorado de substituições em entidades públicas.

Em todas as escolas foi igualmente falado que existem categorias profissionais em falta como terapeutas da fala e profissionais na área do desenvolvimento e intervenção social, por exemplo.

No entanto, foi a necessidade de formação dos assistentes operacionais o assunto mais mencionado como aspeto negativo durante as entrevistas nas duas redes, pública e privada. As necessidades de formação mais indicadas foram as das áreas digitais, sobre comportamento e desenvolvimento das crianças, inclusão e equidade, etc.

Questionados sobre os alunos, de novo, a quase totalidade dos entrevistados referiram os desafios de trabalhar com a desmotivação e o desinvestimento da comunidade cigana para com a escola e que também decorre, afirmaram alguns atores, do pouco investimento naquela comunidade, considerando que deve ser um assunto discutido e resolvido no concelho (nomeadamente na habitação condigna, da não frequência das atividades de enriquecimento curricular, da inexistência de respostas educativas e formativas motivadoras, projetos educativos direcionados a raparigas ciganas, medidas que poderiam mudar mentalidades). Além dos desafios já referidos anteriormente, surgiram os relativos à preferência dos alunos do Agrupamento para a Escola Secundária no 3º ciclo do Ensino Básico.

Finalmente, um aspeto negativo que tem a ver com o menor envolvimento dos encarregados de educação com os seus educandos por causa dos seus horários de trabalho, o que tem contribuído para que os alunos, incluindo em as crianças em idade Pré-escolar, passem cada vez mais tempo nas escolas.

Tabela 77: Aspetos positivos e negativos referidos pelos atores locais sobre a população escolar

Aspetos	Autarquia	Escolas públicas	Escolas privadas	Comunidades escolares	Comunidade	
+	Qualidade dos profissionais (mais estabilidade do corpo docente)	x	x	x	x	x
	Investimento na formação	x	x	x		
	Corpo discente diversificado		x	x	x	
	Abertura das escolas às famílias				x	
-	Envelhecimento do corpo docente	x	x	x	x	x
	Desconhecimento entre docentes das mesmas áreas das duas UO da rede pública		x			x
	Falta formação profissional, sobretudo para assistentes profissionais		x	x	x	
	Exclusão (autoexclusão) da comunidade cigana		x	x	x	x
	Fraco envolvimento dos encarregados de educação com a vida dos educandos		x	x	x	

Fonte: Entrevistas a atores locais.

Desempenho educativo

Os atores locais auscultados revelaram ter ideia de que as duas UO da rede pública têm bons indicadores de desempenho educativo (percursos e resultados escolares) e ao nível das trajetórias pois, declararam, mais de 97% dos alunos do concelho que terminam a escolaridade obrigatória ingressam no Ensino Superior.

A principal preocupação geral é relativamente aos alunos da comunidade cigana que contribuem para indicadores menos positivos por parte do AE de Estremoz que apresenta, por isso, altos e baixos considerando os critérios do TEIP - a taxa de absentismo dos alunos ciganos (cerca de 11% do corpo discente) é elevada, um problema por si, mas que acaba por prejudicar outros indicadores de sucesso).

Apesar de se notar alguma articulação tardia entre escolas e outras entidades (como a equipa de rendimento social de inserção ou da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) para prevenir o abandono destes alunos, ao nível do 1º ciclo já estão a ser desenvolvidos projetos que parecem estar

a produzir impactos positivos, nomeadamente, a redução da taxa de retenção entre crianças ciganas, ou seja, para alguma aquisição de conhecimentos.

Em termos de disciplinas, Matemática, Físico-Química e Inglês são aquelas em que mais alunos têm dificuldades.

Tabela 78: Aspetos positivos e negativos referidos pelos atores locais sobre o desempenho educativo

Aspetos	Autarquia	Escolas públicas	Escolas privadas	Comunidades escolares	Comunidade
+	Bom desempenho educativo	x	x	x	x
	Existência de projetos com impacto positivo junto de alunos ciganos		x		x
-	Alguns indicadores menos positivos identificados com um grupo específico de alunos	x	x	x	x
	Articulação tardia entre Escolas e entidades sociais na resolução das taxas de absentismo				x
	Algumas disciplinas identificadas como problemáticas		x		

Fonte: Entrevistas a atores locais.

Comunidade, projetos e parcerias

Os representantes de todas as escolas, públicas e privadas, e das comunidades escolares e alargadas referiram que um dos aspetos mais positivos do concelho de Estremoz é o bom ambiente escolar, embora alguns refiram que se nota maior tendência para conflitos e quezílias entre profissionais, entre alunos e entre ambos, provavelmente, na sequência da pandemia.

A Câmara Municipal é bastante dinâmica e demonstra uma grande preocupação no sentido de tentar trabalhar e mostrar que está disponível para ajudar no que for necessário dentro e fora das competências, incluindo no caso das escolas privadas. Como exemplo, criou o Conselho Municipal de Educação, a Assembleia de Jovens e dinamiza vários projetos e atividades com as crianças/jovens de Estremoz. Sendo certo que se trata de uma parceria mais intensa com a educação Pré-escolar e com o 1º ciclo do Ensino Básico tem procurado, afirmaram os atores, expandir a sua ação para outros ciclos/níveis de ensino.

Outro aspeto positivo indicado pelos entrevistados são os recursos concelhios – equipamentos e entidades – que servem de forma positiva as escolas e as atividades de aula e outras - biblioteca escolar, biblioteca municipal, museu, centro de ciência viva, património cultural e histórico, centro de saúde, pavilhão e piscinas municipais, etc. – e que permitem o desenvolvimento de projetos e atividades variadas.

Além dos projetos locais, as escolas integram outros projetos de âmbito nacional.

Nesta dimensão consideram ser necessário potenciar as parcerias com as empresas e empregadores locais.

No caso das escolas privadas, os respetivos representantes mencionaram que existem poucas atividades para crianças até aos 3 anos e, por vezes, as escolas privadas ficam excluídas das atividades dinamizadas para crianças dos 3 aos 5 anos pela falta de apoio no acesso a autocarros que transportem as suas crianças.

Por último, referem que a participação das famílias nas atividades das escolas e das associações de pais é muito reduzida.

Tabela 79: Aspetos positivos e negativos referidos pelos atores locais sobre os projetos e parcerias

Aspetos	Autarquia	Escolas públicas	Escolas privadas	Comunidades escolares	Comunidade	
+	Bom ambiente escolar	x	x	x	x	x
	Dinamismo da câmara municipal	x	x	x	x	x
	Rede de parcerias alargada	x	x	x		x
	Projetos locais e nacionais	x	x			x
-	Parcerias com as empresas são pouco exploradas	x	x			x
	Dificuldade das escolas privadas em participar em todas as atividades			x	x	
	Fraca participação das famílias		x		x	

Fonte: Entrevistas a atores locais.

Possíveis linhas de ação para futuro

Nesta secção apresenta-se a súmula de todas as sugestões dos atores locais para possíveis ações futuras organizadas de acordo com as dimensões consideradas. Algumas das sugestões foram indicadas de forma direta pelos entrevistados, outras foram deduzidas a partir da análise realizada.

Contexto territorial, demográfico e socioeconómico

Nesta dimensão os atores locais referiram sobretudo medidas que definem como cruciais para atrair e fixar população ou, pelo menos manter a população atual e, dessa forma, aumentar o número de alunos:

1. Assegurar a cobertura da rede de internet para toda a comunidade (residências familiares) e não apenas para as instituições.
2. Abrir ou manter as escolas de Pré-escolar e 1º ciclo nas freguesias rurais.
3. Criar/Requalificar e dispersar os polos desportivos pelo concelho de Estremoz.
4. Criar um complexo desportivo/parque urbano intergeracional.
5. Criar/Requalificar os espaços verdes e jardins infantis das várias freguesias, preparando-os para ocupar tempos livres das crianças/jovens e famílias como medida para diminuir o tempo de uso do telemóvel e, em simultâneo, aumentar o tempo em família.
6. Melhorar as condições dos serviços públicos, incluindo o centro de saúde.
7. Criar complementos dos serviços de transportes, com aquisição de transportes por parte das juntas de freguesia/uniões de freguesia que melhor respondam à população e escolas.
8. Terminar projetos de loteamento e melhorar redes de abastecimento em todas as freguesias/uniões de freguesia.

Edificado, infraestruturas e equipamentos

As propostas dos atores entrevistados para esta dimensão demonstram preocupação em criar condições necessárias ao desenvolvimento dos alunos em várias áreas:

1. Concretizar o projeto de construção de uma Creche Municipal (também como parte integrante da estratégia para fixar casais jovens em idade fértil ou com filhos até aos 5 anos).
2. Recuperação/Ampliação de todos os edifícios de Pré-escolar e ou 1º ciclo do concelho com requalificação de salas de aula.
3. Reabilitar os espaços exteriores das escolas do concelho (investindo em estruturas infantis adequadas ao desenvolvimento das crianças).⁴²
4. Criar condições para conforto térmico e lumínico com gastos energéticos mais sustentáveis em todas as escolas do concelho.
5. Trabalhar na questão da reabilitação do edifício do AE de Estremoz que apresenta problemas estruturais e que não pode ser utilizado na sua totalidade.

42 <https://www.pinterest.pt/angelateixeirao/recreios-dr-carlos-neto/>

6. Construir/Requalificar as instalações para prática de desporto dentro das escolas e ou criar protocolos para utilização de recursos e espaços desportivos municipais.
7. Investir em equipamentos (e infraestruturas) tecnológicos e digitais.
8. Criar espaços inovadores nas escolas: salas do futuro, laboratórios, espaços de artes, espaço “zen”.
9. Criar plano de manutenção do parque escolar (com equipa de manutenção).

Ofertas educativas e formativas

Relativamente às ofertas, foram indicadas possíveis medidas que abarcam todas as faixas etárias:

1. Promover estratégias lúdico-pedagógicas inovadoras ao nível das respostas para primeira infância (a par da garantia do fornecimento de e da qualidade das refeições e outros apoios).
2. Organizar um programa de ocupação de tempos livres para os períodos de interrupção letiva e de férias escolares para crianças/jovens dos 3 aos 17 anos.
3. Alargar o programa de desporto escolar a todas as escolas do Pré-escolar e 1º ciclo (ou seja, alargar para todos os alunos e não apenas para os que frequentam as atividades de enriquecimento curricular).
4. Criar ofertas/programas concelhios mais direcionados para áreas artísticas (teatro, pintura e dança, por exemplo).
5. Valorizar o ensino profissional: i) junto das famílias/alunos; ii) junto das empresas/empregadores (estudo das necessidades da região para garantir maior empregabilidade dos jovens que terminam cursos profissionais).
6. Criar Domínios de Autonomia Curricular (ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2018, artº 19) direcionados para as novas competências que os alunos devem saber fazer – fazer pesquisas, validar fontes e informação, distinguir notícias falsas no 3º ciclo, entre outras.
7. Investir na criação de opções de Ensino Superior no concelho de Estremoz que integrem a política de atração e fixação da população jovem: i) criar um Curso Técnico Superior Profissional (CTesP) em áreas estratégicas (programação, por exemplo); ii) Criar um polo da universidade de Évora.
8. Desenvolver uma estratégia educativa focada em motivar a comunidade cigana para a frequência escolar com sucesso e, assim, diminuir o absentismo e ou abandono: i) incentivar a comunidade cigana a frequentar atividades da Escola a Tempo Inteiro e de ocupação de tempos livres implementadas no concelho; ii) aprimorar procedimentos atempados de trabalho entre parceiros (escolas, Câmara Municipal, CPCJ, equipa RSI e outras) para prevenir casos de absentismo e abandono; iii) criar percursos curriculares alternativos e inovadores (turmas de reparigas, turmas a funcionar nos bairros, etc.); iv) criar Domínios de Autonomia Curricular (ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2018, artº 19) direcionados para garantir a motivação das crianças/jovens ciganos através de conteúdos curriculares específicos.
9. Criar estratégias de motivação da educação adulta pouco escolarizada para a frequência das respostas para educação de adultos.

População escolar

Ao nível da população escolar, todas as sugestões remetem para a organização de um plano estruturado de ações de formação e ou de sensibilização:

1. Para desenvolvimento profissional de docentes, nomeadamente na promoção das aprendizagens e na melhoria do ensino em sala de aula;
2. Para assistentes operacionais e técnicos, particularmente em legislação, competências transversais, desenvolvimento de crianças/jovens, crianças/jovens com deficiência e ou incapacidades, gestão dos tempos livres em recreio, etc.
3. Ações de sensibilização das famílias dos alunos em temas variados.

Desempenho educativo

Os atores indicaram medidas para desenvolvimento educativo em áreas/comunidades que consideraram ser pouco trabalhadas:

1. Investir em projetos de promoção do sucesso escolar como robótica, mochila leve, ciência, juventude.
2. Apostar em projetos de diálogo e cooperação entre todas as escolas, públicas e privadas, do concelho, em particular na educação Pré-escolar e na articulação entre Pré-escolar e 1º ciclo.
3. Renovar protocolo com a Associação Letras Nómadas para reposição do projeto de Mediadores e desenvolvimento de um projeto de promoção do sucesso escolar, além das competências transversais, dos alunos ciganos, através da constituição de uma equipa multidisciplinar para esse efeito.
4. Criar projetos de mobilização mais regular dos recursos concelhios e o património cultural, histórico e patrimonial na dinamização das aulas.

Comunidade, projetos e parcerias

Por fim, nesta dimensão, os atores propõem medidas a ser dinamizadas entre parceiros e que entendem fazer falta no concelho.

1. Criar projetos concelhios em programas nacionais ainda inexistentes, como o e-twinning ou o Erasmus.
2. Desenvolver projetos de promoção da cidadania e da solidariedade: i) direcionados à educação Pré-escolar e dinamizados com alunos do Ensino Básico e Secundário; ii) direcionados à população idosa e dinamizados com alunos do Ensino Básico e Secundário.
3. Criar protocolos com todas as escolas para primeira infância privadas estabelecidas no concelho que proporcionem acesso a transportes e a atividades dinamizadas nas respetivas faixas etárias (que passem a incluir atividades dos 0 aos 5 anos).
4. Criar programa de “educação” na alimentação das crianças matriculadas em Pré-escolar e 1.º ciclo.
5. Promover o desenvolvimento de projetos de inclusão da comunidade cigana que envolvam toda a comunidade do concelho de Estremoz.
6. Promover a participação da comunidade na área da educação, nomeadamente, as associações de pais.
7. Criar observatório da educação (incluir rede privada e pública, trajetórias de formação e de ingresso no mercado de trabalho) potenciando o gabinete de estatísticas e relatórios para autoavaliação da Escola Secundária.

Capítulo 3: Intervenções futuras 2024-2034

Neste capítulo apresenta-se, em primeiro lugar, a análise SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* – ou, pontos positivos, pontos negativos, oportunidades e ameaças, que resume e realça os principais pontos positivos, pontos a melhorar, oportunidades e ameaças aferidos a partir dos resultados do estudo de diagnóstico apresentado no Capítulo 2 deste documento. De seguida, expõem-se a visão estratégica da Carta Educativa de Estremoz 2024-2034 sustentada no estudo de diagnóstico realizados com a participação dos vários atores locais.

Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades

Nesta secção, resume-se o estudo de diagnóstico realizado sobre o concelho de Estremoz, para mais facilmente identificar os pontos a melhorar que serão aqueles sobre os quais a visão estratégica para os próximos 10 anos se debruçará, de acordo com a missão política assumida pelo Município para a área da educação. Todos os indicadores referidos nos resumos seguintes foram analisados, e explicados na sua essência, no estudo de diagnóstico (Capítulo 2 desta Carta Educativa e Diagnósticos Geral e Diagnóstico Educativo do Alentejo Central).

Contexto territorial, demográfico e socioeconómico

Nesta dimensão, como **pontos positivos**, realça-se que Estremoz tem uma imagem e identidade fortes, quer entre a sua própria população, quer a nível regional e mesmo nacional, decorrente do património histórico, cultural e natural que pode e deve ser mobilizado pelo sistema educativo concelhio na lecionação e dinamização de conteúdos programáticos. As suas potencialidades na área do turismo de lazer, sustentadas no ambiente natural e nos recursos endógenos, no setor vitivinícola, no património histórico e no barro e artes associadas são bem conhecidas. Vantagens inscritas no Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, onde o concelho surge também como local geográfico estratégico para a criação de sinergias em Portugal e com Espanha (corredor transversal Lisboa - Vendas Novas - Montemor-o-Novo - Évora – Estremoz – Elvas - Campo Maior - Badajoz, a consolidar, e no eixo urbano-industrial Estremoz/Borba/Vila Viçosa e à cidade de Badajoz). Em simultâneo, como um centro urbano estruturante da região do Alentejo Central pelo leque de infraestruturas que oferece (setores da saúde, educação, segurança, etc.), a que se adiciona, uma densidade de fogos familiares que, apesar de reduzida no contexto nacional, é mais elevada em relação à média regional. A isto acresce a existência de uma estratégia local de habitação que tem como um dos principais objetivos trabalhar a questão do acesso a habitação condigna por todos os residentes do concelho, considerada pelos atores locais como uma necessidade premente.

O concelho é ainda caracterizado por um tecido empresarial de dimensão interessante no contexto da região do Alentejo Central, sobretudo, quando considerada a sua dimensão territorial mediana; dinâmico, até robusto e resiliente face a situações de crise como a pandemia da COVID-19. Em termos de empregabilidade, verifica-se que é garantida por vários setores económicos, incluindo agrícolas, com destaque para a vinha e indústrias associadas, indústrias extrativas, atividades de transporte e armazenagem e de informação e comunicação, por exemplo, e com estabilidade de emprego para mais de metade dos ativos empregados de Estremoz. Talvez por isso se registre no concelho uma percentagem reduzida de beneficiários do rendimento social de inserção. Entre os

aspectos positivos há que referir também a existência de sistemas de transportes rodoviários municipais que facilitam um pouco a vida dos munícipes ainda que não totalmente como adiante explanado. Estas características positivas explicam ainda um outro aspeto positivo, a capacidade de atratividade do concelho sobre as populações circundantes expressa pelos saldos positivos de movimentos pendulares, incluindo entre estudantes.

Identificam-se, porém, alguns **pontos negativos** nesta dimensão. A começar pela rede de acessos rodoviários assente sobretudo em estradas nacionais, estradas e caminhos municipais e por um serviço de transportes públicos incapaz de responder às necessidades da população (carreiras longas e horários de autocarros insuficientes e ferrovia desativada), que tem como principal consequência uma elevada dependência dos transportes próprios. Em termos habitacionais, verifica-se a existência de bairros degradados que concentram, sobretudo, a comunidade cigana, tópico revelador da não integração da mesma. Ainda considerando aspetos de infraestruturas, identificou-se que a rede de internet não chega a todas as localidades do concelho ou, pelo menos, que não chega com sinal suficientemente forte de forma a permitir o acesso equitativo por todos a essa importante ferramenta de estudo, de trabalho e de vida no contexto atual.

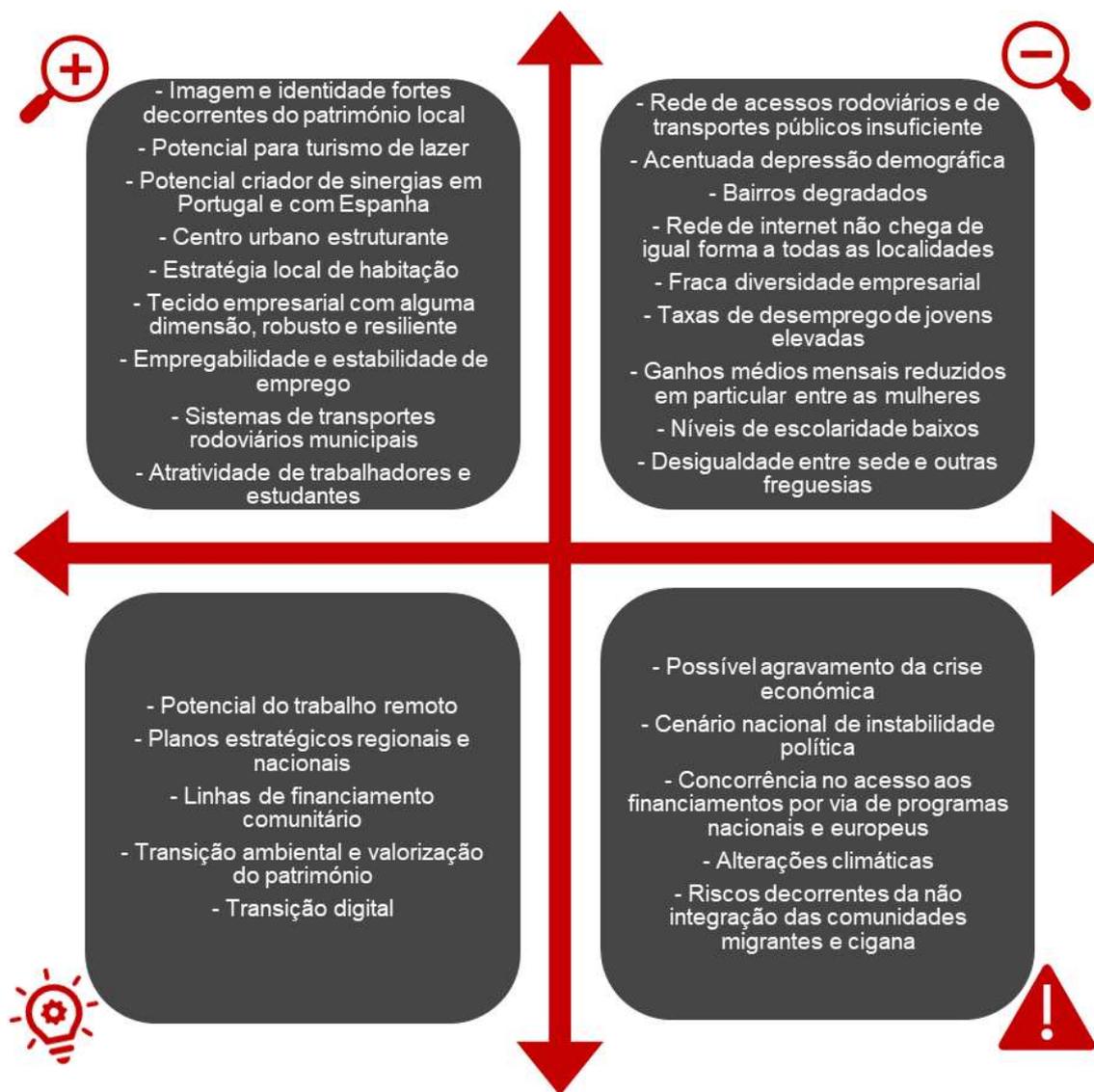
Relativamente à caracterização demográfica conclui-se um cenário de depressão acentuada que, embora idêntica à de todo o interior do país, é preocupante e merece especial atenção pelo potencial perigo de redução do número de alunos nos anos futuros. A taxa de crescimento populacional total, natural e migratória, do concelho de Estremoz é negativa e diminuiu de forma constante desde 2001, com acentuação entre 2011 e 2021. A estrutura populacional concelhia apresenta menor expressão da população jovem e adulta jovem e forte presença da população adulta mais velha e da população idosa. Ou seja, registam-se elevados níveis de envelhecimento, com mais do dobro de idosos relativamente ao número de jovens, fenómeno mais acentuado nas freguesias do sul de Estremoz. A disparidade entre a sede de concelho e as outras freguesias também se nota através da concentração de mais de 60% da população na primeira.

O tecido empresarial também tem algumas notas preocupantes como a fraca diversidade setorial porque cerca de 45% das empresas localizadas no concelho pertencem aos setores da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e do comércio por grosso e a retalho. Quanto aos aspetos socioeconómicos destacam-se taxas de desemprego elevadas nos grupos etários mais jovens o que pode agravar a situação demográfica e, por causa desta, a redução de ativos nos últimos dois períodos intercensitários e percentagens elevadas de população beneficiária de subsídio por doença, de pensionistas e de beneficiários de pensão de velhice. Os ganhos médios mensais são reduzidos e geralmente inferiores aos regionais quando considerados os níveis de escolaridade e os setores de atividade, com diferenças acentuadas entre homens e mulheres em desfavor das últimas. Além disso, a população residente apresenta níveis de escolaridade consideravelmente inferiores aos regionais e nacionais e a taxa de analfabetismo ainda é considerável entre homens e mulheres.

Importa considerar que no contexto exterior ao concelho existem aspetos que podem ser mobilizados a favor de medidas que venham a ser implementadas para colmatar os pontos negativos e/ou incrementar os pontos positivos, assim como outros aspetos que podem ser potenciais perigos. Quanto às **oportunidades** salientam-se o potencial de recente aprendizagem da população acerca do trabalho remoto que poderá ser canalizado para atrair população para o concelho, em particular os que trabalham nas zonas urbanas mais próximas, como, por exemplo, Évora e Portalegre. Os planos estratégicos regionais (como o Alentejo 2030) e nacionais (Agenda 2030, Plano de Recuperação e Resiliência) e as novas linhas de financiamento comunitário e que podem servir para desenvolvimento de estratégias de atração e fixação de população e de empresas para a região e de obtenção de uma melhor rede de transportes públicos e de comunicações. Por último, realça-se a oportunidade para a promoção de uma efetiva transição ambiental e de valorização do património do concelho e de transição digital.

Como **ameaças** evidenciam-se a possibilidade do agravamento da crise económica ainda como sequência do contexto pandémico e face à manutenção do cenário de guerra na Europa com todas as condicionantes que tal evento acarreta para a população europeia, com potenciais consequências mais graves sobre os territórios e populações mais debilitados. Um quadro onde ainda se deve considerar o cenário nacional de instabilidade política. Outra ameaça à concretização dos possíveis planos de ação previstos no presente documento estratégico tem a ver com a concorrência prevista no acesso aos financiamentos por via de programas nacionais e europeus. As alterações climáticas surgem como outra ameaça a considerar, sobretudo, pela forte aposta na exploração de recursos naturais ligados ao setor da agricultura, da produção animal e associados (como a transformação alimentar e animal) que se encontram entre os que mais podem vir a ser prejudicados. Uma última ameaça tem a ver com as consequências decorrentes da não integração das populações migrantes que, cada vez mais, procuram o território para trabalhar e, também, para viver, e que se caracterizam, muitas delas, por culturas muito diferenciadas em termos de línguas faladas, de cultura, de religião e, inclusive, de vestuário que obrigarão a adaptações dos serviços locais incluindo os da educação; assim como da continuada não integração da comunidade cigana.

Figura 8: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no contexto territorial, demográfico e socioeconómico



Fonte: construção própria.

Estabelecimentos, população, ofertas e desempenho escolares

Os principais **pontos positivos** atinentes aos estabelecimentos escolares incluem, em lugar de relevo, as avaliações geralmente positivas dos espaços escolares da rede pública e privada pelos atores locais, com alguns apontamentos que importa resolver que serão referidos adiante. Os estabelecimentos escolares encontram-se dispersos pelo concelho, muito devido ao esforço desenvolvido pela Câmara Municipal e pelas Juntas de freguesia de Estremoz para manter os estabelecimentos rurais em funcionamento através do transporte de alunos até essas localidades. Por isso, os tempos de viagem entre as residências dos alunos e as escolas que frequentam são adequados em todas as escolas. Ainda sobre os estabelecimentos escolares destaca-se a capacidade generalizada para acolher mais alunos na educação Pré-escolar e no Ensino Básico.

Relativamente à população escolar regista-se a estabilidade do número de alunos que frequenta a rede pública, com ligeiro aumento ao nível da Pré-escolar, também decorrente da atratividade de alunos de concelhos limítrofes, algo bastante positivo quando se considera o cenário de depressão demográfica. O corpo discente integra percentagens consideráveis de alunos com necessidade de medidas seletivas na rede pública ao nível do Ensino Básico e Secundário e cerca de 5% de alunos de nacionalidade estrangeira (com mais de 6% de encarregados de educação estrangeiros), o que contribui para uma maior diversidade que os docentes têm sabido gerir adequadamente e em parceria com uma rede de serviços e/ou apoios variados, disponibilizados por vários parceiros, no caso do trabalho desenvolvido junto dos alunos com necessidades específicas. Em termos socioeconómicos, a maioria dos alunos não necessita do apoio da ação social escolar (embora, em média, mais de 30% dos alunos beneficie destes apoios) e as novas gerações de encarregados de educação são tendencialmente mais escolarizadas. Os docentes são caracterizados como bons profissionais e a maioria dos profissionais escolares é estável nas unidades orgânicas do concelho. O número de alunos por docente é reduzido o que potencia o acompanhamento personalizado aos alunos.

As ofertas educativas e formativas são diversificadas, em particular tendo em conta a dimensão do concelho, característica que também subjaz ao leque de atividades dinamizadas junto de crianças da educação Pré-escolar e do 1º ciclo no âmbito do programa da Escola a Tempo Inteiro (ETI) e que abrangem áreas artísticas, desportivas e lúdicas, verificando-se inclusive uma aproximação à identidade do concelho (como o trabalho com o barro, por exemplo). De destacar ainda as ofertas de apoios socioeducativos da Câmara Municipal de Estremoz disponibilizados aos alunos e famílias, com particular atenção aos que se encontram em situação socioeconómica vulnerável. Finalmente, salienta-se o bom desempenho escolar, sobretudo, quando analisados indicadores como as classificações internas e externas, os percursos diretos de sucesso e os ingressos no Ensino Superior, sobretudo quando, em média, os agregados familiares do concelho são mais vulneráveis face ao cenário nacional.

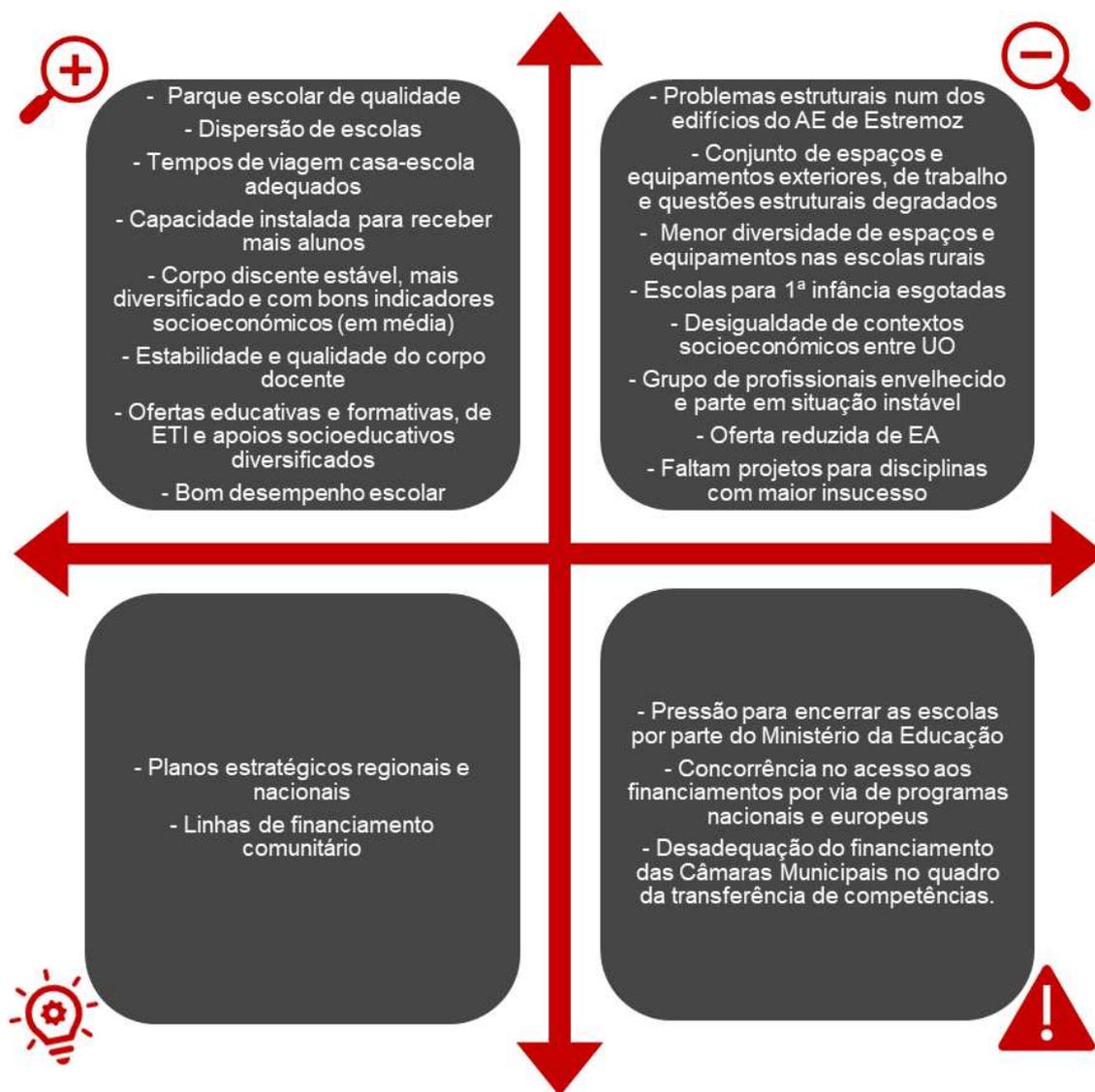
Como **pontos negativos**, relativamente ao edificado escolar, o concelho de Estremoz tem desenvolvido esforços, que pretende manter até ao sucesso, para resolver os problemas estruturais graves no novo Bloco do AE de Estremoz (o que tem espaços e equipamentos inovadores e que melhor podem promover uma educação flexível, prática e inovadora) e para requalificar os restantes Blocos da escola sede, assim como todos os estabelecimentos de 1º ciclo da mesma unidade orgânica. Além desse problema, existe um número considerável de espaços e equipamentos exteriores, de outros equipamentos variados (como computadores e *tablets*, espaços de artes, desporto, por exemplo) e de questões estruturais (tais como o conforto térmico, a eficiência energética ou o saneamento) avaliados com mau ou muito mau estado de conservação por parte dos representantes das escolas. Outro aspeto prende-se com a menor diversidade de espaços e equipamentos disponíveis nas escolas localizadas noutras freguesias face às da sede de concelho,

sendo necessário garantir uma maior equidade no acesso aos mesmos. A rede para primeira infância, da rede privada (sobretudo ao nível do Berçário, mas também da Creche), encontra-se sem capacidade para acolher todas as crianças do concelho o que tem provocado uma fuga de crianças/famílias em busca de respostas noutros concelhos.

Entre a população discente, observam-se percentagens consideráveis de alunos que beneficiam da ação social escolar, sobretudo no 3º ciclo e no Ensino Secundário, e com maior concentração de agregados familiares vulneráveis no AE de Estremoz que concentra grande parte das crianças e jovens da comunidade cigana que ainda reside em bairros degradados. O grupo de profissionais escolares da rede pública, sendo estável, é em contrapartida, envelhecido (e com limitações de serviço no caso dos assistentes operacionais o que dificulta a sua gestão diária); além disso, parte sairá do sistema educativo durante o período de vigência desta Carta Educativa. Acresce a este problema que parte considerável dos docentes tem uma situação contratual instável o que, juntamente com o indicador anterior, poderá colocar em causa a sustentabilidade dos projetos atuais e futuros.

Nas ofertas educativas e formativas assinala-se o número insuficiente de cursos para Educação de Adultos (EA) e a ausência de incentivos para a frequência dos mesmos o que acaba por deixar vazias as ofertas que efetivamente existem. Por último, faltam projetos direcionados para as disciplinas que por altura da realização do estudo de diagnóstico apresentavam maior número de alunos com insucesso - Matemática, Físico-Química e Inglês.

Figura 9: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no cenário dos estabelecimentos, população e ofertas escolares



Fonte: construção própria.

As **oportunidades** são similares às da dimensão anterior. Os planos estratégicos regionais (como o Alentejo 2030) e nacionais (Agenda 2030, Plano de Recuperação e Resiliência) e as novas linhas de financiamento comunitário e que podem servir para desenvolvimento de estratégias de atração de estudantes, para o desenvolvimento das ofertas educativas e formativas e para a requalificação dos edifícios escolares.

Nas **ameaças** realçam-se a pressão por parte do Ministério da Educação para encerrar escolas devido ao reduzido número de alunos. A concorrência que o concelho de Estremoz vai enfrentar no acesso aos financiamentos nacionais e europeus. E, ainda, a possível dificuldade de concretizar os planos de ação futuros na sequência da desadequação entre o financiamento previsto para a área da educação das Câmaras Municipais e as suas novas competências.

Dinâmicas de promoção do sucesso escolar

Ao longo do estudo de diagnóstico identificaram-se vários **pontos positivos** ao nível das dinâmicas promovidas pelos atores locais com o objetivo de promover o sucesso escolar. Um dos mais referidos pelos atores locais diz respeito à qualidade do ensino/educação no concelho de Estremoz, quer na rede pública, quer na rede privada. Além das competências inerentes aos próprios profissionais escolares, são fornecidas ações de formação diversificadas, sobretudo direcionadas para docentes

da rede pública por parte da Câmara Municipal e do centro de formação de docentes da região. A formação dos profissionais também existe nas escolas privadas, embora neste caso adquiridas pelas próprias entidades.

Existe um leque variado de projetos em implementação que trabalham competências para a promoção do sucesso escolar, mas também competências e sensibilidades artísticas e culturais, de promoção da saúde, desporto e estilos de vida saudável, da cidadania, competências cívicas e comportamento ambiental e sustentabilidade ou que promovem a leitura e gosto pelos livros. Estes projetos contam com o envolvimento de vários parceiros locais, e de outras regiões do país, e das famílias dos alunos que contam geralmente com abertura da parte das escolas para os receber e conversar. O que explica a descrição do bom ambiente escolar nas escolas do concelho.

Outro aspeto a realçar é o dinamismo da Câmara Municipal de Estremoz que investe em projetos, apoios, recursos e dinamiza algumas atividades com as escolas do concelho, incluindo a rede pública e privada, investimentos que têm como objetivo expandir além da educação Pré-escolar e do 1º ciclo. Além disso, disponibiliza atividades de bem-estar, culturais e desportivas aos munícipes para todas as idades, nomeadamente, através de programas de apoio à cultura e ao desporto. As próprias escolas, com o apoio de parceiros, iniciaram a implementação de projetos para reduzir as taxas de abandono escolar dos alunos da comunidade cigana que, apesar de no início da sua implementação, parecem estar já a produzir alguns efeitos positivos incluindo ao nível do sucesso escolar desses alunos.

Finalmente, destacaram-se as dinâmicas de articulação das ofertas formativas entre o Instituto da Educação e Formação Profissional, I. P. (IEFP), e as escolas do concelho o que aumenta as possibilidades de escolha dos alunos. Assim como a candidatura a um Centro Tecnológico Especializado (CTE), com financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência, que, se aceite, poderá incentivar a frequência de cursos profissionais em áreas chave para o desenvolvimento do concelho e do país e, dessa forma, aumentar a atratividade do sistema educativo concelhio.

Entre os **pontos negativos** destacam-se, de acordo com os atores locais, o défice de parques infantis e outros espaços de lazer e para a prática de desporto para crianças, jovens, adultos e idosos que poderiam ser dinamizadores de uma maior proximidade entre munícipes e promotores de mais vida no concelho.

Apesar da elevada qualidade do corpo docente, ficaram identificadas três necessidades de formação prementes. Para uma maior diversificação de metodologias pedagógicas devido à ainda utilização alargada de estratégias mais tradicionais que pouco motivam os alunos. Formação nas áreas digitais que possibilitem a mobilização das novas tecnologias na dinamização dos currículos. E sobre comportamento e desenvolvimento das crianças e gestão de conflitos. No caso dos assistentes operacionais surge a necessidade de formação para um melhor acompanhamento dos alunos nos tempos de recreio.

No leque de projetos faltam os que direcionem para a Ocupação de Tempos Livres (OTL) das crianças e jovens durante as interrupções letivas e férias escolares, acessíveis a todas as famílias; atividades para bebés até aos 3 anos; e que promovam a participação de todas as crianças nas atividades dinamizadas no concelho e nas atividades ETI, em particular por parte das crianças e jovens da comunidade cigana. Um problema que se destaca é precisamente a dificuldade de integração da comunidade cigana nas escolas do concelho, sendo perceptível a ausência de projetos de intervenção para eliminar algumas práticas tradicionais contrárias aos direitos humanos como o casamento e a gravidez precoce. Ainda no domínio da integração, importa referir que também faltam projetos com o objetivo acompanhar os jovens adultos e adultos com deficiências e ou incapacidades após a conclusão da escolaridade obrigatória no seu trajeto formativo, profissional e pessoal. Assim como, projetos para motivar a população adulta pouco escolarizada/certificada para a frequência de respostas para educação de adultos.

Na dimensão das parcerias foram igualmente identificadas algumas necessidades. Detalhadamente, a fraca articulação entre as unidades orgânicas da rede pública e entre escolas da rede pública e da rede privada pela quase total ausência de projetos comuns. Ou seja, verifica-se que não existe um projeto educativo unificador no concelho que deve passar também por criar uma rede de recursos (biblioteca, centros de ciência vida, espaços escolares, por exemplo) que permitam o desenvolvimento de projetos diversificados, inovadores e adequados à realidade do concelho. Para além da boa relação das famílias com a escola nas conversas sobre os seus educandos, considera-se importante que os encarregados de educação sejam incentivados a ter uma maior participação nas atividades da escola e um maior envolvimento nas vidas escolares dos seus educandos.

Para uma implementação mais sustentável dos projetos direcionados ao trabalho com a comunidade cigana falta criar uma rede alargada e transdisciplinar de parceiros de suporte e motivação para a frequência regular das aulas e para o sucesso escolar.

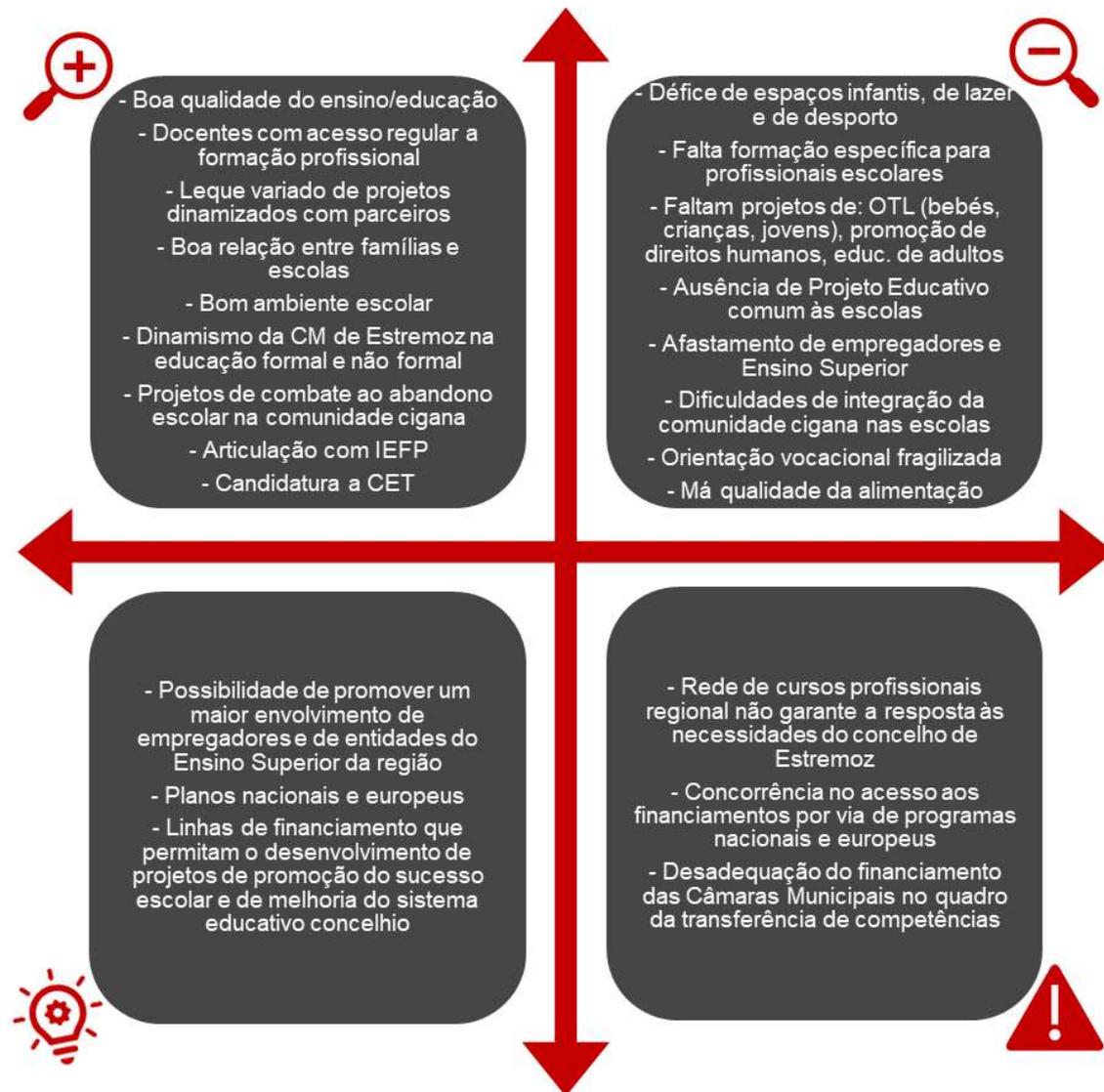
Destaca-se a necessidade de aumentar as parcerias com empregadores, que estão atualmente limitadas à gestão dos estágios dos alunos dos cursos profissionais, por isso, aquém das potencialidades das mesmas; e com as instituições do Ensino Superior da região que seriam essenciais para melhorar e mesmo aumentar a oferta educativa e formativa do concelho de Estremoz.

De notar, ainda, que o programa de orientação vocacional para os alunos do 3º ciclo, idêntico ao que se aplica na maioria das escolas do país, é incompleto e pouco sistematizado. Um último ponto referenciado pelos atores locais tem a ver com a má da alimentação fornecida, em particular, nas escolas da sede de concelho.

Enquanto **oportunidades** realça-se a possibilidade de promover um maior envolvimento de empregadores e de entidades do Ensino Superior sediados na região. Os planos estratégicos regionais (como o Alentejo 2030) e nacionais (Agenda 2030, Plano de Recuperação e Resiliência) e as novas linhas de financiamento que incentivem o desenvolvimento e implementação de projetos de promoção do sucesso escolar e da melhoria generalizada no sistema educativo concelho (destacando desde já exemplos como o CLDS 5G).

Enquanto principais **ameaças** destacam-se, em primeiro lugar, o aparente desfasamento dos cursos profissionais designados pela rede regional para o concelho de Estremoz e as suas necessidades em termos de setores socioeconómicos. Tal como nas outras dimensões, importa ponderar à concorrência que o concelho de Estremoz vai enfrentar no acesso aos financiamentos nacionais e europeus. E, ainda, a possível dificuldade em concretizar os planos de ação futuros na sequência da desadequação entre o financiamento previsto para a área da educação das Câmaras Municipais e as suas novas competências.

Figura 10: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no quadro das dinâmicas de promoção do sucesso escolar



Fonte: construção própria.

Educação – Um desafio permanente, um esforço gratificante!

Visão

Ser um Município que coloca as pessoas no centro das decisões, desenvolvendo um trabalho de Excelência, transparente nas suas opções, com autonomia financeira e respeitado pelos cidadãos e pelas instituições.

Missão

A Câmara Municipal de Estremoz tem a missão essencial de reforçar o desenvolvimento sustentável e a coesão social e territorial do concelho, para melhorar a qualidade de vida dos Estremocenses e ir ao encontro das expectativas de quem cá vive, trabalha e nos visita, projetando Estremoz na região, no país e no mundo.

Princípios

- Valorização da identidade e dos recursos locais,
- Atenuação das assimetrias socioeducativas,
- Bem-estar dos munícipes,
- Responsabilidade,
- Sustentabilidade,
- Respeito pela diversidade étnica, social, económica e cultural,
- Serviço Público de excelência,
- Bom clima organizacional de diálogo, participação e consenso entre pessoas e instituições,
- Transparência.

Prioridades, Objetivos, Medidas, Processos e Resultados/Impactos esperados

A partir das prioridades de melhoria identificadas através do estudo de diagnóstico exposto no Capítulo 2 e resumido na primeira secção do presente Capítulo 3, constituíram-se um conjunto de 18 Objetivos Estratégicos (OE) com o objetivo de desencadear processos de mudança para atingir os resultados e impactos esperados.

Os 18 OE foram organizados em 4 Eixos Estratégicos:

- Eixo 1 – Edificado, Equipamentos e Identidade
- Eixo 2 – Integração
- Eixo 3 – Ofertas educativas e formativas
- Eixo 4 – Promoção do sucesso escolar

Nesta secção, descrevem-se as teorias que sustentam cada um desses Eixos – desde os problemas prioritários identificados, aos OE, aos processos de mudança e aos resultados e impactos esperados.

Porém, primeiro, importa referir que a Carta Educativa de Estremoz enquanto documento orientador da ação para a área da educação não pode assumir por si só todas as medidas necessárias para

promover o desenvolvimento do concelho e mesmo, em concreto, do sistema educativo concelhio. Este será um dos documentos que poderá contribuir para a melhoria e desenvolvimento das escolas, profissionais, alunos e comunidade de Estremoz, se articulado com outras medidas estratégicas de outras áreas de intervenção da Autarquia, nomeadamente as seguintes:

A) Transportes e Transportes Escolares

A.1 – Garantir a mobilidade regular entre freguesias e a outros concelhos em articulação com a CIMAC.

A.2 – Atualizar anualmente o plano de transportes escolares para manutenção dos tempos de viagem casa-escola adequados.

A.3 – Assegurar conjuntamente com as Juntas de Freguesia, o transporte de alunos do 1º ciclo do Ensino Básico matriculados fora da sede do concelho.

B) Habitação

B.1 – Incentivar e investir no acesso a uma habitação condigna a todos os munícipes, incluindo os mais pobres e desfavorecidos, a comunidade cigana e os migrantes, através da implementação da Estratégia Local de Habitação.

C) Obras públicas

C.1 – Garantir sinal de internet suficientemente forte para possibilitar o trabalho remoto em todas as freguesias.

C.2 – Estimular a abertura de espaços públicos com pontos de acesso a internet gratuita e eventualmente computador em todas as freguesias através da mobilização de diversos parceiros (juntas de freguesia, IPSS, associações, etc.)

C.3 – Garantir a construção e remodelação de parque infantis nas escolas e em algumas zonas públicas da cidade e freguesias.

C.4 – Apoiar a beneficiação de espaços de lazer e para a prática desportiva variada em todas as freguesias que sirvam de fomento a espaços de encontro e de convívio entre todos os munícipes em geral e as associações em particular.

D) Emprego

D.1 – Investir em medidas de atração de empresas para o território.

D.2 – Associar a oferta de ensino profissional a investimentos criadores de emprego integrando-os na proposta de Rede da CIMAC para o nosso território e acompanhando a oferta formativa.

E) Cultura, Desporto e Juventude

E.1 – Investir na distribuição das atividades e dos programas culturais da Câmara Municipal pelas diversas freguesias.

E.2 – Apoiar e incentivar as dinâmicas associativas locais de carácter desportivo, recreativo e cultural.

E.3 – Garantir que todos os munícipes têm acesso às atividades e aos programas da Câmara Municipal através de benefícios aos que pertencem aos grupos mais desfavorecidos, tendo em consideração os regulamentos em vigor.

F) Demografia

F.1 – Criar uma política integrada de atração e fixação de casais jovens em articulação com as dimensões anteriores e com os objetivos da Carta Educativa (nomeadamente, os OE 8, 11 e 12) e com as seguintes medidas: Programa de incentivo à natalidade; Protocolo com o Instituto da

Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) para aquisição e arrendamento de habitação a custos controlados; Construção de creche pública; Prolongamento da isenção de IMI por mais 2 anos para jovens com idade até aos 35 anos; Desconto de 1,5% no IRS para quem tenha residência fiscal em Estremoz; Desconto no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) familiar.

Passamos ao racional teórico de cada um dos Eixos estratégicos desta Carta Educativa.

Teoria do Eixo 1 – Edificado, Equipamentos e Identidade

Na dimensão do Edificado, Equipamentos e Identidade, um dos principais desafios prende-se com os problemas estruturais de um dos Blocos da escola sede do AE de Estremoz, o edifício mais recente e com melhores condições e espaços de trabalho que estavam, à altura da elaboração do presente documento, praticamente inutilizáveis. Na mesma UO, os outros estabelecimentos escolares, os da sede e os das Escolas Básicas de 1º ciclo estavam igualmente a precisar de requalificação. Outro problema, este nas duas UO, era a necessidade de renovação/manutenção dos equipamentos digitais, tecnológicos, artísticos e desportivos. A diferença de espaços e equipamentos disponíveis nas Escolas Básicas de 1º ciclo surgiu como outra importante questão a resolver. Os primeiros três OE inseridos no Eixo 1 endereçam esses problemas: OE 1 – Requalificar os estabelecimentos escolares do AE de Estremoz; OE 2 - Renovar os equipamentos necessários nas 2 UO; OE 3 - Garantir maior igualdade de espaços e equipamentos entre estabelecimentos escolares.

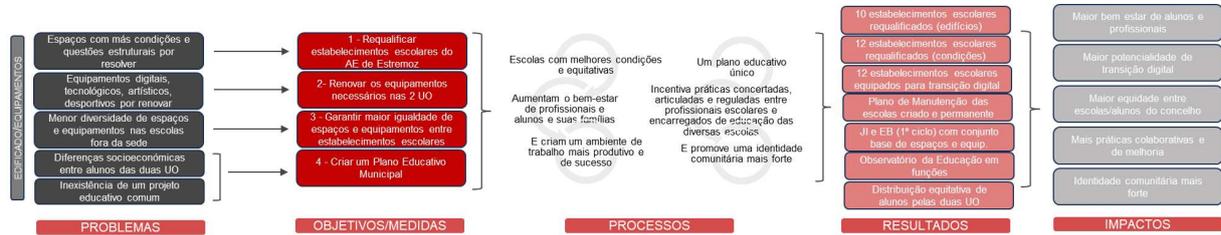
Igualmente importante foi a identificação das diferenças socioeconómicas dos agregados familiares alunos e dos indicadores de insucesso escolar entre o AE de Estremoz e a ES Rainha Santa Isabel, sobretudo ao nível do 3º ciclo, população comum nas duas UO; assim como a ausência de um projeto educativo municipal abrangente a todas as escolas do concelho. O OE 4 – Criar um Plano Educativo Municipal, visa criar mecanismos que permitam uma maior colaboração entre UO para diluir as diferenças e, acima de tudo, promover e fortalecer a identidade do concelho.

Através da concretização das medidas necessárias ao cumprimento destes 4 OE espera-se que escolas com melhores condições e uma maior equidade de espaços e equipamentos disponíveis, aumentem o bem-estar dos profissionais escolares e dos alunos e suas famílias e criem um ambiente de trabalho mais produtivo e de maior sucesso. Com a elaboração e implementação de um Plano Educativo Municipal único pretende-se incentivar práticas concertadas, articuladas e reguladas entre profissionais escolares e encarregados de educação das diversas escolas e, dessa forma, contribuir para a promoção de uma identidade comunitária mais forte.

Estes processos de mudança irão contribuir para um conjunto de resultados e impactos esperados, tal como inscritos na figura 11:

- Resultados:
 - 10 estabelecimentos escolares requalificados (edifícios);
 - 12 estabelecimentos escolares requalificados (condições);
 - 12 estabelecimentos escolares equipados para transição digital;
 - Plano de Manutenção das escolas criado e permanente;
 - JI e EB (1º ciclo) com conjunto base de espaços e equipamentos;
 - Observatório da Educação em funções;
 - Distribuição equitativa de alunos pelas duas UO.
- Impactos:
 - Maior bem-estar de alunos e profissionais;
 - Maior potencialidade de transição digital;
 - Maior equidade entre escolas/alunos do concelho;
 - Mais práticas colaborativas e de melhoria;
 - Identidade comunitária mais forte.

Figura 11: Esquema da teoria do Eixo 1 – Edificado, Equipamentos e Identidade



Nesta teoria devem ser considerados os possíveis riscos que poderão colocar em causa os nexos causais explanados. Nomeadamente, a dificuldade no acesso aos financiamentos necessários. A morosidade dos processos burocráticos associados à função pública e relacionados com a requalificação de edifícios, renovação de equipamentos e aquisição de serviços. O mal estar da comunidade educativa durante os processos de requalificação dos edifícios escolares. As escolhas dos alunos e das suas famílias no que respeita às suas escolas de preferência. A dificuldade em criar consensos entre UO que têm poucas práticas em comum.

Teoria do Eixo 2 – Integração

A inserção de um Eixo dedicado à Integração de alunos e população cigana, de pessoas com deficiência e incapacidade e de migrantes derivou da ausência de projetos estruturados: OE 5 - Criar projeto de promoção da integração plena da Comunidade Cigana; OE 6 - Criar projeto de promoção da autonomia das Pessoas com Deficiência e Incapacidade (PCDI); OE 7 - Elaborar um programa de integração dos Migrantes.

A teoria assume que pessoas integradas, autónomas e participativas levam a uma maior proximidade entre grupos sociais diversos e a uma maior integração na comunidade o que, consequentemente, aumenta a coesão social.

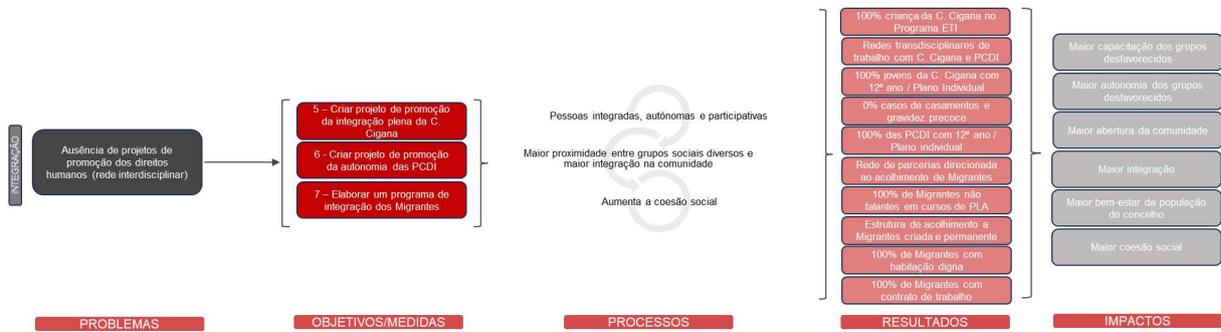
A partir desses processos de mudanças esperam-se os seguintes resultados e impactos (ver figura 12):

- Resultados:
 - 100% criança da Comunidade Cigana no Programa Escola a Tempo Inteiro (ETI);
 - Redes transdisciplinares de trabalho com Comunidade Cigana e PCDI;
 - 100% jovens da Comunidade Cigana com 12º ano / Plano Individual;
 - 0% casos de casamentos e gravidez precoce;
 - 100% das PCDI com 12º ano / Plano individual;
 - Rede de parcerias direcionada ao acolhimento de Migrantes;
 - 100% de Migrantes não falantes em cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA);
 - Estrutura de acolhimento a Migrantes criada e permanente;
 - 100% de Migrantes com habitação digna;
 - 100% de Migrantes com contrato de trabalho.
- Impactos:
 - Maior capacitação dos grupos desfavorecidos;
 - Maior autonomia dos grupos desfavorecidos;
 - Maior abertura da comunidade;
 - Maior integração;

Estremoz

- Maior bem-estar da população do concelho;
- Maior coesão social.

Figura 12: Esquema da teoria do Eixo 2 – Integração



Como possíveis riscos identificam-se a possível falta de adesão da comunidade alargada e dos elementos dos grupos desfavorecidos aos projetos e medidas a implementar e, ainda, a dificuldade em financiar as medidas previstas.

Teoria do Eixo 3 – Ofertas educativas e formativas

No leque de ofertas educativas e formativas uma das principais falhas identificadas foi a insuficiência na capacidade de resposta ao nível da 1ª infância (sobretudo Berçário, mas também ao nível da Creche). A definição do OE 8 - Reorganizar a rede de oferta para 1ª infância tem como principais objetivos melhorar a capacidade de resposta para apoio às famílias e pode ser mobilizada como uma das medidas de atração e fixação de casais jovens em Estremoz.

Ao nível dos Cursos Profissionais (CP) identificou-se que os que são desenvolvidos no concelho são desajustados quando consideradas as necessidades do território e as aspirações dos alunos. A Carta Educativa propõe-se, assim, com o OE 9 - Aproximar cursos profissionais às necessidades e aspirações locais.

Num concelho em que a taxa de escolarização da população ainda é relativamente reduzida face ao cenário nacional, e apesar dos esforços envidados no local, a oferta de cursos de educação para adultos, assim como a adesão às ofertas existentes, ficam aquém do que seria desejável. Daí a criação do OE 10 - Criar um programa estruturado oferta de educação de adultos.

Outro problema identificado nesta dimensão foi a ausência de projetos de Ocupação de Tempos Livres (OTL) acessíveis a todos os bebés, crianças e jovens do concelho pela impossibilidade de pagar as inscrições e/ou as deslocações por parte das famílias, ou pela concentração dessas atividades na sede de concelho. Os dois últimos OE são, por isso: OE 11 - Melhorar OTL para crianças dos 0 aos 5 anos; OE 12 - Criar programa de OTL para jovens dos 10 aos 14 anos.

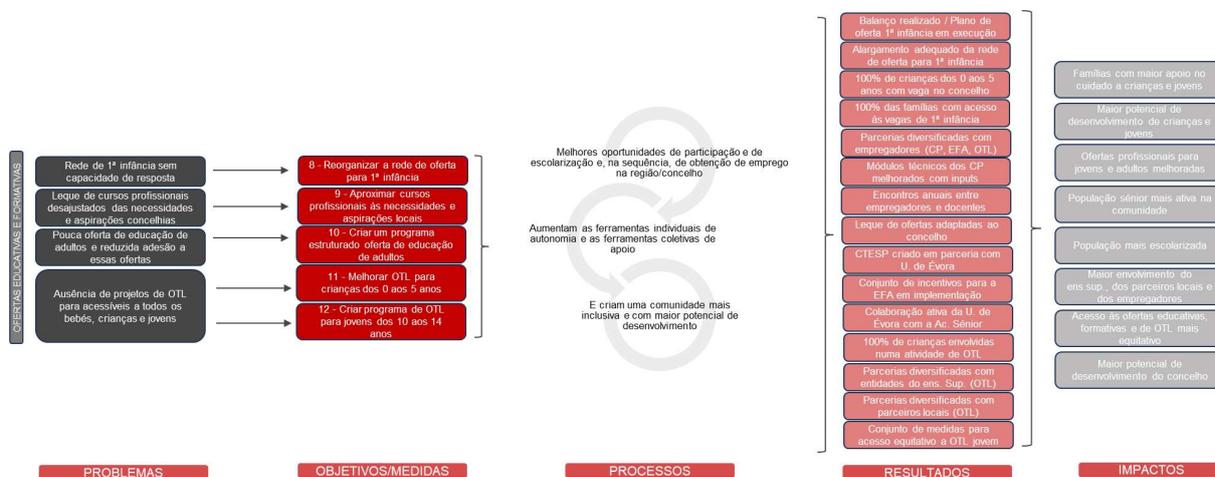
Com estes 5 OE pretende-se criar melhores oportunidades de participação e de escolarização e, na sequência, de obtenção de emprego na região/concelho, de forma a aumentar as ferramentas individuais de autonomia e as ferramentas coletivas de apoio e, na sequência, criar uma comunidade mais inclusiva e com maior potencial de desenvolvimento.

Como resultados e impactos desejados incluímos os seguintes (figura 13):

- Resultados:
 - Balanço realizado / Plano de oferta 1ª infância em execução;
 - Alargamento adequado da rede de oferta para 1ª infância;

- 100% de crianças dos 0 aos 5 anos com vaga no concelho;
 - 100% das famílias com acesso às vagas de 1ª infância;
 - Parcerias diversificadas com empregadores (CP, EFA, OTL);
 - Módulos técnicos dos CP melhorados com inputs dos empregadores;
 - Encontros anuais entre empregadores e docentes;
 - Leque de ofertas adaptadas ao concelho;
 - CTESP criado em parceria com U. de Évora;
 - Conjunto de incentivos para a EFA em implementação;
 - Colaboração ativa da U. de Évora com a Ac. Sénior;
 - 100% de crianças envolvidas numa atividade de OTL;
 - Parcerias diversificadas com entidades do ensino superior (OTL);
 - Parcerias diversificadas com parceiros locais (OTL);
 - Conjunto de medidas para acesso equitativo a OTL jovem.
- Impactos:
 - Famílias com maior apoio no cuidado a crianças e jovens;
 - Maior potencial de desenvolvimento de crianças e jovens;
 - Ofertas profissionais para jovens e adultos melhoradas;
 - População sénior mais ativa na comunidade;
 - População mais escolarizada;
 - Maior envolvimento do ensino superior, dos parceiros locais e dos empregadores;
 - Acesso às ofertas educativas, formativas e de OTL mais equitativo;
 - Maior potencial de desenvolvimento do concelho.

Figura 13: Esquema da teoria do Eixo 3 – Ofertas educativas e formativas



Um dos principais riscos à concretização dos OE e medidas deste Eixo tem a ver com a potencial falta de adesão de parceiros – empregadores, entidades do ensino superior, IPSS, associações culturais, desportivas e recreativas, Associações de Pais e de Encarregados de Educação, etc. – sem os quais será praticamente impossível ter sucesso. A dificuldade de acesso a financiamento postula-se como outro potencial risco. Finalmente, há também a considerar que a melhoria das ofertas educativas e formativas, formais, não formais e informais, será bem-sucedida apenas caso os vários públicos-alvo adiram às mesmas.

Teoria do Eixo 4 – Promoção do sucesso escolar

Um dos desafios identificados em Estremoz tem a ver com o afastamento dos empregadores e das instituições de ensino superior das escolas do concelho o que impossibilitou a implementação de

dinâmicas de melhoria do sistema educativo e continuará a impossibilitar no futuro caso não sejam promovidas - 13 – Firmar parcerias empregadores e ensino superior para melhorar sistema educativo.

À semelhança do que se verifica no país, o programa de orientação vocacional é tardio (acontece apenas no 9º ano) e incompleto pois é dinamizado apenas nas escolas sem o apoio e presença de empregadores e de entidades do ensino superior. O OE 14 - Conceber um programa estruturado de orientação vocacional foi incluído para trabalhar com alunos desde o 7º ano e em parceria com empregadores e entidades do ensino superior.

Face à caracterização do corpo docente como envelhecido e em parte com vínculos contratuais instáveis, surge o OE 15 - Preparar acolhimento de novos profissionais de forma a não colocar em causa a sustentabilidade de projetos atuais e futuros.

Identificaram-se necessidades de formação entre os profissionais escolares – docentes, assistentes operacionais, assistentes administrativos, etc. –, daí, a decisão de incluir o OE 16 - Construir um programa de formação profissional.

Algumas disciplinas do concelho foram indicadas como aquelas em que os alunos têm geralmente maiores dificuldades e piores indicadores de sucesso - Matemática, Física e Química e Inglês. A Carta Educativa inclui, assim, o OE 17 - Implementar projetos para a promoção do sucesso escolar com a proposta de trabalhar essas disciplinas nas duas OU através de projetos concelhios, não obstante de, no futuro, trabalhar outras disciplinas que, entretanto, se tornem igualmente prioritárias.

Um último desafio prioritário indicado foi a pouca participação das famílias dos alunos na vida escolar, quer no acompanhamento em casa, quer na participação em atividades escolares. O OE 18 - Incentivar a participação das famílias em atividades escolares e no Plano Educativo serve o propósito de trabalhar sobre esse problema.

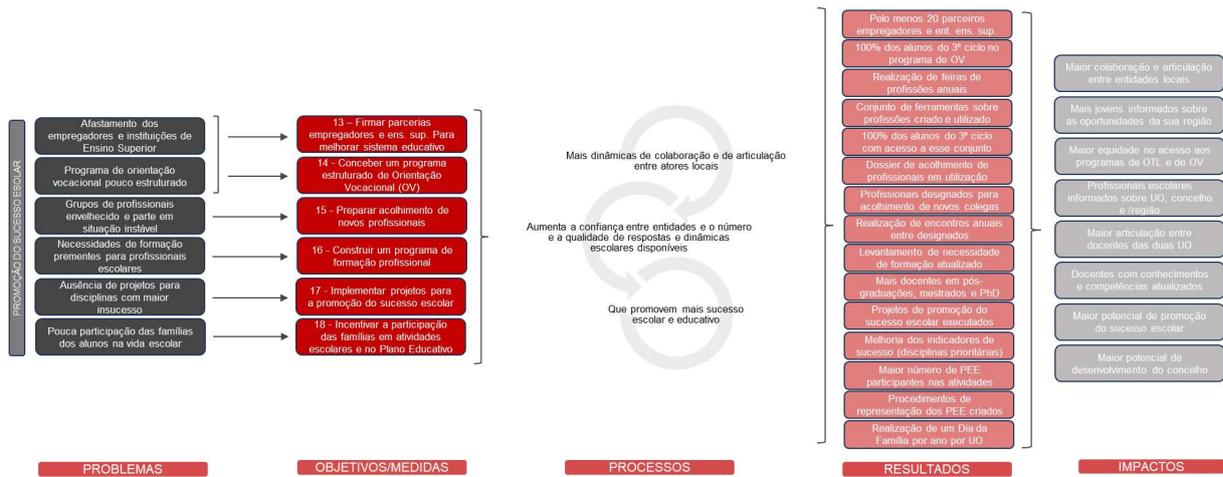
No global, espera-se que a promoção e o fortalecimento de mais dinâmicas de colaboração e de articulação entre atores locais, aumente a confiança entre entidades e o número e a qualidade de respostas e dinâmicas escolares disponíveis que promovam efetivamente o sucesso escolar e educativo.

Processos que, por sua vez, contribuam para os seguintes resultados e impactos:

- Resultados:
 - Pelo menos 20 parceiros empregadores e de entidades do ensino superior;
 - 100% dos alunos do 3º ciclo no programa de orientação vocacional;
 - Realização de feiras de profissões anuais;
 - Conjunto de ferramentas sobre profissões criado e utilizado;
 - 100% dos alunos do 3º ciclo com acesso a esse conjunto;
 - Dossier de acolhimento de profissionais em utilização;
 - Profissionais designados para acolhimento de novos colegas;
 - Realização de encontros anuais entre designados;
 - Levantamento de necessidade de formação atualizado;
 - Mais docentes em pós-graduações, mestrados e PhD;
 - Projetos de promoção do sucesso escolar executados;
 - Melhoria dos indicadores de sucesso (disciplinas prioritárias);
 - Maior número de PEE participantes nas atividades;
 - Procedimentos de representação dos PEE criados;
 - Realização de um Dia da Família por ano por UO.
- Impactos:
 - Maior colaboração e articulação entre entidades locais;
 - Mais jovens informados sobre as oportunidades da sua região;

- Maior equidade no acesso aos programas de OTL e de OV;
- Profissionais escolares informados sobre UO, concelho e /região;
- Maior articulação entre docentes das duas UO;
- Docentes com conhecimentos e competências atualizados;
- Maior potencial de promoção do sucesso escolar;
- Maior potencial de desenvolvimento do concelho.

Figura 14: Esquema da teoria do Eixo 4 – Promoção do sucesso escolar



Os maiores riscos são, novamente, a dificuldade no acesso aos financiamentos necessários e a possibilidade de resistência de participação de potenciais parceiros e por parte dos docentes das UO.

Intervenções futuras: 2024-2034

Os resultados do diagnóstico possibilitaram a identificação dos principais pontos fortes e fracos do sistema educativo de Estremoz, sistematizados no início do presente Capítulo 3, e consequentemente, da lista das prioridades de melhoria.

De forma a garantir que as medidas planeadas, assim como as ações de trabalho específicas que venham a ser definidas posteriormente, sejam desenvolvidas de acordo com o previsto, o plano de implementação é acompanhado de um plano de monitorização, ou seja, de um plano de aferição regular dos resultados, apresentado em forma de tabela, uma por cada Eixo.

O apuramento dos resultados ao longo da implementação das medidas e ações, a reflexão sobre os resultados obtidos e as necessárias alterações aos planos de ação são o processo desejado de implementação, monitorização e avaliação de um plano estratégico que se pretende participado, reflexivo e em permanente melhoria, em que as instituições e as pessoas envolvidas avaliem o seu trabalho, os resultados obtidos e aprendam com eles, numa lógica de “«trazer verdade» à resolução de problemas” (Capucha, Almeida, Pedroso e Silva, 1996: 10-11).⁴³

Os Objetivos Estratégicos (OE) identificados em cada Eixo podem e devem ser dinamizados em conjunto com as várias entidades e atores concelhios, com os dos outros concelhos da região e mesmo com a participação da CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central) sempre que pertinente e possível, de forma a potenciar os recursos disponíveis nestes territórios (de recursos humanos, de tempo, de equipamentos e de transportes).

Pretende-se que esta Carta Educativa seja um instrumento orientador da ação local para a educação e não um documento estático. Por isso, adiciona-se a cada um dos OE, as medidas possíveis de serem previstas nesta fase de planeamento (que devem posteriormente ser mais bem detalhadas e calendarizadas por quem ficar responsável por cada uma), metas finais a atingir em 2034, indicadores para avaliação do cumprimento dos objetivos, possíveis responsáveis pela implementação e pela monitorização e uma primeira resenha de calendarização. Trata-se de uma proposta de plano de incentivo à ação local que permita ajustamentos e adaptações sempre que necessário.

Na execução dos OE importa considerar as articulações aos documentos estratégicos concelhios, regionais, nacionais e europeus expostos na última secção deste Capítulo 3 como forma de procurar sinergias, possíveis linhas de financiamento e novas parcerias dentro do concelho, da região e com outros territórios do país e europeus.

⁴³ Capucha, Luís, João Ferreira de Almeida, Paulo Pedroso e José Vieira da Silva (1996), “Metodologias de Avaliação: o Estado da Arte em Portugal”, em Luís Capucha e Paulo Pedroso, Sociologia Problemas e Práticas, 22, Oeiras, Celta Editora, pp. 9-27.

Eixo 1 – Edificado, Equipamentos e Identidade

O primeiro Eixo inclui 4 Objetivos estratégicos (OE) relativos às intervenções a realizar nos Estabelecimentos Escolares (EE) nos próximos 10 anos para garantir boas condições de estudo e de trabalho, a equidade dos espaços e equipamentos, a modernização das escolas no que respeita ao bem estar, à sustentabilidade ambiental, à abertura à comunidade, à mobilização de pedagogias inovadoras e ativas e das tecnologias na dinamização dos currículos; e a criar um plano educativo municipal unificador e gerador de compromissos em benefício das crianças e jovens do concelho.

OE 1 – Requalificar todos os estabelecimentos escolares das Unidades Orgânicas da rede pública ([Anexo A](#)).

1.1 – Resolver as questões estruturais do novo edifício e requalificar os restantes edifícios da sede do AE de Estremoz e todas as escolas de 1º ciclo da mesma UO.

1.2 – Investir na resolução de questões como o saneamento, o conforto térmico e a sustentabilidade energética dos estabelecimentos escolares.

1.3 – Garantir que todos os estabelecimentos escolares ficam equipados com todas as infraestruturas necessárias para uma efetiva transição digital.

OE 2 – Renovar os equipamentos digitais, tecnológicos, artísticos, desportivos e outros de cariz pedagógico-didático consoante as necessidades prementes.

2.2 – Fazer um balanço das necessidades de cada estabelecimento escolar através de um sistema de codificação de 3 níveis: 1 (equipamento em estado degradado a ser resolvido com prioridade 1) – 2 (equipamento em uso prolongado ainda utilizável, a ser resolver com prioridade 2) – 3 (estado de conservação que permite uso por mais tempo, a ser resolver com prioridade 3); e criar Plano de Manutenção em concordância.

OE 3 – Garantir uma maior equidade de espaços para atividades variadas e equipamentos entre os estabelecimentos escolares com educação Pré-escolar e/ou 1º Ciclo.

3.1 – Definir um conjunto base de espaços e de equipamentos base que todos os estabelecimentos com educação Pré-escolar e/ou 1º Ciclo devem ter.

3.2 – Protocolar com entidades parceiras a cedência de espaços e recursos para desenvolvimento de atividades no âmbito da Escola a Tempo Inteiro e outras.

3.3 – Investir em modalidades móveis de projetos que estejam circunscritos à sede de concelho (como no exemplo das bibliotecas móveis).

OE 4 – Criar um Plano Educativo Municipal.

4.1 – Constituir o Observatório da Educação do Concelho de Estremoz para gerir a vida interna das escolas do concelho e instituir reuniões regulares entre o Município e as escolas.

4.2 – Organizar alunos, em particular os do 3º ciclo, para eliminar as diferenças acentuadas que existem atualmente entre UO.

4.4 – Envolver o Centro de Ciência Viva de Estremoz em dinâmicas de aprendizagem com os alunos do concelho e em dinâmicas promotoras da atratividade de Estremoz.

Tabela 80: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 1 – Edificado, Equipamentos e Identidade

OE	Medidas	Calendarização					Metas	Indicadores	Responsáveis
		2026	2028	2030	2032	2034			
OE 1 - Requalificar todos os estabelecimentos escolares do AE de Estremoz	1.1 - Resolver as questões estruturais do novo edifício e requalificar restantes edifícios da sede do AE de Estremoz e todas as escolas de 1º ciclo da mesma UO						Todos os EE do AE requalificados	Número de EE do AE requalificados / 10 EE do AE	CM
	1.2 - Investir na resolução de questões como o saneamento, o conforto térmico e a sustentabilidade energética dos estabelecimentos escolares						Todos os EE requalificados	Número de EE requalificados / 12 EE (AE e ES)	CM
	1.3 - Garantir que todos os estabelecimentos escolares ficam equipados com todas as infraestruturas necessárias para uma efetiva transição digital						Todos os EE equipados	Número de EE equipados / 12 EE (AE e ES)	CM
OE 2 - Renovar os equipamentos digitais, tecnológicos, artísticos, desportivos e outros de cariz pedagógico-didático consoante as necessidades prementes	2.1 - Fazer um balanço das necessidades de cada estabelecimento escolar através de um sistema de codificação de 3 níveis: 1 (equipamento em estado degradado a ser resolvido com prioridade 1) – 2 (equipamento em uso prolongado ainda utilizável, a ser resolver com prioridade 2) – 3 (estado de conservação que permite uso por mais tempo, a ser resolver com prioridade 3); e criar Plano de Manutenção em concordância.						Balanço realizado e Plano de manutenção criado até 2026 e em execução a partir de 2027	- Balanço realizado - Plano de Manutenção criado e em execução permanente	CM, AE, ES
OE 3 - Garantir uma maior equidade de espaços para atividades variadas e equipamentos entre os estabelecimentos escolares com educação Pré-escolar e/ou 1º Ciclo	3.1 - Definir um conjunto base de espaços e de equipamentos base que todos os estabelecimentos com educação Pré-escolar e/ou 1º Ciclo devem ter						Consenso quanto ao conjunto base	100% de JI e EE de 1º ciclo com conjunto base de espaços e equipamentos consensualizados	CM, AE, ES, Parceiros
	3.2 - Protocolar com entidades parceiras a cedência de espaços e recursos para desenvolvimento de atividades no âmbito da Escola a Tempo Inteiro e outras						Condições criadas para conjunto base de espaços e equipamentos		
	3.3 - Investir em modalidades móveis de projetos que estejam circunscritos à sede de concelho (como no exemplo das bibliotecas móveis)								
OE 4 - Criar um Plano Educativo Municipal	4.1 - Constituir o Observatório da Educação do Concelho de Estremoz para gerir a vida interna das escolas do concelho e instituir reuniões regulares entre o Município e as escolas						Observatório em funcionamento	Observatório criado até 2026 / em exercício regular	CM, AE, ES, EPri, Parceiro
	4.2 - Organizar alunos, em particular os do 3º ciclo para eliminar as diferenças acentuadas que existem atualmente entre UO						Distribuição equitativa de alunos entre UO	Percentagens similares de alunos (sexo, estatuto SE, nacionalidade, indicadores de sucesso educativo)	CM, AE, ES
	4.3 - Envolver o Centro de Ciência Viva (CCV) de Estremoz em dinâmicas de aprendizagem com os alunos do concelho e em dinâmicas promotoras da atratividade de Estremoz						CCV de Estremoz ativo no sistema educativo	Dinâmicas em parceria com CCBV / Total de dinâmicas realizadas	CM, AE, ES, Centro Ciência Viva

Eixo 2 – Integração

Os resultados do estudo de diagnóstico levaram à criação deste Eixo que se considera um dos pilares essenciais para o desenvolvimento e melhoria do sistema educativo concelhio e do próprio concelho de Estremoz. Nele inserem-se como Objetivos Estratégicos (OE) a integração plena de grupos específicos, nomeadamente, da Comunidade Cigana (CC), das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (PCDI) e das Comunidades Migrantes (CM).

OE 5 – Criar um projeto de promoção da plena integração da comunidade cigana.

5.1 – Criar medidas de incentivo à participação das crianças e jovens da comunidade cigana nas atividades a desenvolver e a desenvolver nos OE 8 e 9, assim como nas atividades desenvolvidas nas escolas (integradas no Programa Escola a Tempo Inteiro).

5.2 – Constituir uma rede alargada e transdisciplinar para desenvolver e implementar um projeto que trabalhe todas as dimensões, em simultâneo – educação, saúde, cidadania, direitos humanos, habitação, formação, emprego, apoio social, segurança – e que inclua mediadores da comunidade cigana.

5.3 – Formar e trabalhar com mediadores de forma próxima com o objetivo de eliminar algumas práticas tradicionais contrárias aos direitos humanos como o casamento e a gravidez precoce.

OE 6 – Criar um programa de promoção da autonomia das pessoas com deficiência ou incapacidade com o apoio de parceiros locais.

6.1 – Investir em parcerias entre escolas, IEFP e entidades especializadas para assegurar o término da escolaridade obrigatória.

6.2 – Constituir uma rede alargada e transdisciplinar para desenvolver e implementar um projeto de acompanhamento a jovens e adultos após a saída da escola que trabalhe todas as dimensões, em simultâneo – educação ao longo da vida, saúde, cidadania, direitos humanos, habitação, formação, emprego, apoio social – e que inclua representantes dos beneficiários.

OE 7 – Elaborar um programa de integração e acolhimento de Migrantes.

7.1 – Estabelecer parcerias entre escolas, IEFP, Câmara Municipal e empregadores das atividades económicas com maior peso no concelho de Estremoz e região do Alentejo Central para criar condições de integração dos Migrantes (aprendizagem da língua, qualificações, emprego, etc.).

7.2 – Criar uma estrutura de acolhimento dos Migrantes que os apoie nas várias dimensões de vida: procura de habitação, para integração legal e social na comunidade (a ser dinamizada pela Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, escolas, sociedade civil).

Tabela 81: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 2 – Integração (parte 1)

OE	Medidas	Calendarização					Metas	Indicadores	Responsáveis
		2026	2028	2030	2032	2034			
OE 5 - Criar um projeto de promoção da plena integração da comunidade cigana	5.1 - Criar medidas de incentivo à participação das crianças e jovens da comunidade cigana nas atividades a desenvolvidas e a desenvolver nos OE 8 e 9, assim como nas atividades desenvolvidas nas escolas (integradas no Programa Escola a Tempo Inteiro)						100% das crianças ciganas no Programa ETI	Nº de crianças ciganas em ETI / Nº total de crianças ciganas	CM, AE, ES, Parceiros, Mediadores
	5.2 - Constituir uma rede alargada e transdisciplinar para desenvolver e implementar um projeto que trabalhe todas as dimensões, em simultâneo – educação, saúde, cidadania, direitos humanos, habitação, formação, emprego, apoio social, segurança – e que inclua mediadores da comunidade cigana						- Rede constituída até 2026 e em exercício regular - 100% de jovens ciganos com 12º ano / Plano Individual (PI)	- Nº e diversidade de entidades comprometidas com a rede - Nº de jovens ciganos com 12º ano ou PI / Nº total de jovens ciganos	Parceiros da Saúde, da Segurança, CPCJ, Sociedade civil, Outros parceiros, Mediadores
	5.3 - Formar e trabalhar com mediadores de forma próxima com o objetivo de eliminar algumas práticas tradicionais contrárias aos direitos humanos como o casamento e a gravidez precoce						- Mediadores formados e aceites pela CC a trabalhar as questões de direitos humanos - 0% de casamentos e gravidezes precoces	- 4 Mediadores formados e aceites pela CC e em exercício - Nº de crianças e jovens ciganos com casamentos e/ou gravidezes precoces / Nº total de crianças e jovens ciganos	Parceiros da Saúde, da Segurança, CPCJ, Outros parceiros, Mediadores
OE 6 - Criar um programa de promoção da autonomia das pessoas com deficiência ou incapacidade com o apoio de parceiros locais	6.1 - Investir em parcerias entre escolas, IEFP e entidades especializadas para assegurar o término da escolaridade obrigatória						100% das PDCI com 12º ano / Plano Individual (PI)	Nº de PDCI com 12º ano ou PI / Nº total de PDCI total	CM, AE, ES, IEFP, Mediadores
	6.2 - Constituir uma rede alargada e transdisciplinar para desenvolver e implementar um projeto de acompanhamento a jovens e adultos após a saída da escola que trabalhe todas as dimensões, em simultâneo – educação ao longo da vida, saúde, cidadania, direitos humanos, habitação, formação, emprego, apoio social – e que inclua representantes dos beneficiários						- Rede constituída até 2026 e em exercício regular - 100% das PDCI adultas com contrato de trabalho	- Nº e diversidade de entidades comprometidas com a rede - Nº de PDCI adultas com contrato de trabalho / Nº total de PDCI adultas	CM, AE, ES, IEFP, Parceiros da Saúde, da Segurança, CPCJ, Empregadores, Outros parceiros, Mediadores

Tabela 82: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 2 – Integração (parte 2)

OE	Medidas	Calendarização					Metas	Indicadores	Responsáveis
		2026	2028	2030	2032	2034			
OE 7 - Elaborar um programa de integração e acolhimento de Migrantes	7.1 - Estabelecer parcerias entre escolas, IEFP, Câmara Municipal e empregadores das atividades económicas com maior peso no concelho de Estremoz e região do Alentejo Central para criar condições de integração dos Migrantes (aprendizagem da língua, qualificações, emprego, etc.)						- Parcerias constituídas até 2026 e em exercício regular - 100% de migrantes não falantes em cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA)	- Nº e diversidade de entidades comprometidas com a rede - Nº de migrantes não falantes em PLA / Nº total de migrantes não falantes	CM, AE, ES, IEFP, U. Évora, Empregadores, Outros parceiros, Mediadores
	7.2 - Criar uma estrutura de acolhimento dos Migrantes que os apoie nas várias dimensões de vida: procura de habitação, e para integração legal e social na comunidade (a ser dinamizada pela Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, escolas, sociedade civil)						- Estrutura criada até 2026 e em exercício regular - 100% de migrantes em habitação digna - 100 % de migrantes com contrato de trabalho	- Nº e diversidade de entidades comprometidas com a estrutura de acolhimento - Nº de migrantes com habitação digna / Nº total de migrantes - Nº de migrantes com contrato de trabalho / Nº total de migrantes	CM, AE, ES, JF, Sociedade Civil, Empregadores, Outros parceiros, Mediadores

Eixo 3 – Ofertas educativas e formativas

Neste Eixo encontram-se todos os Objetivos Estratégicos (OE) a concretizar na área das ofertas educativas e formativas do concelho de Estremoz desde a educação Pré-escolar ao Ensino Superior, incluindo a educação inclusiva e para adultos e ofertas não formais e informais.

OE 8 – Reorganizar a rede de 1ª infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) de acordo com as necessidades identificadas em parceria com as entidades da rede privada.

8.1 – Fazer o balanço entre a procura e a capacidade de resposta instalada no concelho (analisar listas de espera, taxas de nascimento, capacidade máxima de cada entidade).

8.2 – Procurar soluções de alargamento de espaços para acolher a totalidade das crianças do concelho dos 0 aos 5 anos (cedência de espaços em edifícios municipais vagos, parcerias com entidades locais que tenham edifícios e/ou espaços vagos, obras de alargamento de edifícios ou outras soluções).

8.3 – Implementar medidas para que as famílias de todas as freguesias do concelho tenham acesso a estas respostas (transportes municipais e escolares).

OE 9 – Aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho e aspirações dos alunos com o apoio de parceiros empregadores.

9.1 – Firmar parcerias com empregadores das atividades económicas com maior peso no concelho de Estremoz e região do Alentejo Central para identificar quais as necessidades em termos de profissionais.

9.2 – Desenvolver esforços para aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho nas reuniões regionais de articulação regional com apoio dos empregadores parceiros.

9.3 - Promover encontros anuais entre empregadores e docentes dos cursos profissionais para melhoria e atualização dos conteúdos programáticos dos módulos técnicos.

9.4 – Articular com OE 14 (orientação vocacional – sessões sobre conteúdos das áreas profissionais).

OE 10 – Criar um programa estruturado de ofertas de educação para adultos com o apoio de parceiros empregadores, do IEFP e Ensino Superior.

10.1 – Firmar parcerias com empregadores das atividades económicas com maior peso no concelho de Estremoz e região do Alentejo Central para identificar quais as necessidades em termos de profissionais (em articulação com 9.1 do OE9).

10.2 – Promover a articulação com o IEFP e entre este e o Ensino Secundário do concelho para definir o leque de ofertas a desenvolver considerando os recursos concelhios e do IEFP tendo em conta as necessidades dos empregados.

10.3 – Firmar parceria com a Universidade de Évora para a criação de um Curso Técnico Superior Profissional tendo em conta as necessidades dos empregados.

10.4 – Criar medidas de incentivo para que a população do concelho, em particular a menos escolarizada, adira a estas ofertas.

10.5. Colaborar com a Universidade de Évora para melhorar a oferta disponível na Academia Sénior de Estremoz.

OE 11 – Melhorar o programa de atividades de ocupação de tempos livres para crianças dos 0 aos 5 anos tornando-o acessível às famílias de todas as freguesias do concelho com o apoio de

parceiros locais (IPSS, associações culturais, desportivas e recreativas, juntas de freguesia) e com famílias (associações de pais, representantes de pais e encarregados de educação e outros).

11.1 – Incentivar a participação do maior número de crianças nessas atividades através de um sistema de apoio de acordo com o contexto socioeconómico de cada família (ajuste dos valores das inscrições) e de medidas que possibilitem o acesso em todas as freguesias (medidas similares às 3.2 e 3.3 do OE3).

OE 12 – Criar um programa de ocupação de tempos livres durante as interrupções letivas e parte das férias escolares para jovens dos 10 aos 14 anos com o apoio de empregadores, entidades de ensino superior, com famílias (associações de pais, representantes de pais e encarregados de educação e outros) e outros parceiros locais (IPSS, associações culturais, desportivas e recreativas, juntas de freguesia).

12.1 – Firmar parcerias com empregadores para criar programas de visitas/estágios aos locais, também como ação de desenvolvimento do OE14.

12.2 – Firmar parcerias com entidades do ensino superior para criar visitas/estágios aos locais, recorrendo a recursos já existentes como o programa Ciência Viva “Ser Cientista Social em Tempos de Pandemia”, também como ação de desenvolvimento do OE14.

12.3 – Firmar parcerias com parceiros locais para incrementar o leque de atividades de ocupação de tempos livres disponíveis até aos 14 anos.

12.4 – Incentivar a participação do maior número de jovens nessas atividades através de um sistema de apoio de acordo com o contexto socioeconómico de cada família (ajuste dos valores das inscrições) e de medidas que possibilitem o acesso em todas as freguesias (medidas similares às 3.2 e 3.3 do OE 3).

Tabela 83: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 3 – Ofertas educativas e formativas (parte 1)

OE	Medidas	Calendarização					Metas	Indicadores	Responsáveis
		2026	2028	2030	2032	2034			
OE 8 - Reorganizar a rede de 1ª infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) de acordo com as necessidades identificadas em parceria com as entidades da rede privada	8.1 - Fazer o balanço entre a procura e a capacidade de resposta instalada no concelho (analisar listas de espera, taxas de nascimento, capacidade máxima de cada entidade)						- Balanço realizado até 2026 e Plano de Ação criado e em execução	- Balanço realizado e Plano de Ação em execução	CM, EPri, APEE
	8.2 - Procurar soluções de alargamento de espaços para acolher a totalidade das crianças do concelho dos 0 aos 5 anos (cedência de espaços em edifícios municipais vagos, parcerias com entidades locais que tenham edifícios e/ou espaços vagos, obras de alargamento de edifícios ou outras soluções)						- Alargamento adequado da rede de oferta para 1ª infância - 100% das crianças dos 0 aos 5 anos com vaga no concelho	- Rede adaptada ao nº de crianças dos 0 aos 5 anos - Nº de crianças dos 0 aos 5 anos com vaga / Nº total de crianças	CM, EPri, APEE, JF, Outros parceiros
	8.3 - Implementar medidas para que as famílias de todas as freguesias do concelho tenham acesso a estas respostas (transportes municipais e escolares)						- 100% das famílias com acesso à rede de oferta para 1ª infância	- Nº de famílias com crianças dos 0 aos 5 anos com acesso garantido / Nº total de famílias com crianças dos 0 aos 5 anos	CM, CIMAC
OE 9 - Aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho e aspirações dos alunos com o apoio de parceiros empregadores	9.1 - Firmar parcerias com empregadores das atividades económicas com maior peso no concelho de Estremoz e região do Alentejo Central para identificar quais as necessidades em termos de profissionais						- Parcerias firmadas	- Nº e diversidade de empregadores	CM, Empregadores
	9.2 - Desenvolver esforços para aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho nas reuniões regionais de articulação regional com apoio dos empregadores parceiros						- Módulos técnicos dos CP melhorados com inputs regulares dos empregadores	- Nº de módulos técnicos melhorados / Nº total de módulos técnicos	CM, ES, Empregadores
	9.3 - Promover encontros anuais entre empregadores e docentes dos cursos profissionais para melhoria e atualização dos conteúdos programáticos dos módulos técnicos						- Realização de 1 encontro anual entre empregadores e docentes	- Pelo menos 1 encontro anual - Nº de empregadores - Nº de docentes	CM, ES, Empregadores
	9.4 - Articular com OE 14 (orientação vocacional – sessões sobre conteúdos das áreas profissionais)						- Articulação de medidas entre OE	- Nº de sessões realizadas junto dos alunos do 3º ciclo	CM, AE, ES, Empregadores

Tabela 84: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 3 – Ofertas educativas e formativas (parte 2)

OE	Medidas	Calendarização					Metas	Indicadores	Responsáveis
		2026	2028	2030	2032	2034			
OE 10 - Criar um programa estruturado de ofertas de educação para adultos com o apoio de parceiros empregadores, do IEFP e Ensino Superior	10.1 - Firmar parcerias com empregadores das atividades económicas com maior peso no concelho de Estremoz e região do Alentejo Central para identificar quais as necessidades em termos de profissionais						Parcerias firmadas	Nº e diversidade de empregadores	CM, Empregadores
	12.2 - Promover a articulação com o IEFP e entre este e o Ensino Secundário do concelho para definir o leque de ofertas a desenvolver considerando os recursos concelhios e do IEFP tendo em conta as necessidades dos empregados						Leque de ofertas adaptadas aos recursos e necessidades do concelho	- Nº de CP adaptados aos recursos e necessidades do concelho / N.º total de CP - Nº de	CM, IEFP, ES
	10.3 - Firmar parceria com a Universidade de Évora para a criação de um Curso Técnico Superior Profissional tendo em conta as necessidades dos empregados (em articulação com 9.1 do OE9)						- Parceria firmada até 2026 - Curso criado até 2028	- Protocolo assinado - Curso criado - Nº de turmas e de formandos a frequentar o curso	CM, Empregadores, U. de Évora
	10.4 - Criar medidas de incentivo para que a população do concelho, em particular a menos escolarizada, adira a estas ofertas						Conjunto de incentivos criado e permanente	- Nº de cursos EFA - Nº de formandos EFA - Taxa de escolarização do concelho	CM, IEFP, outros parceiros
	15.5 - Colaborar com a Universidade de Évora para melhorar a oferta disponível na Academia Sénior de Estremoz (ASE)						Colaboração entre CM e U. de Évora	Nº de atividades da ASE em parceria com a U. de Évora	CM, U. de Évora
OE 11 - Melhorar o programa de atividades de ocupação de tempos livres para crianças dos 0 aos 5 anos tornando-o acessível às famílias de todas as freguesias do concelho com o apoio de parceiros e com famílias	11.1 - Incentivar a participação do maior número de crianças nessas atividades através de um sistema de apoio de acordo com o contexto socioeconómico de cada família (ajuste dos valores das inscrições) e de medidas que possibilitem o acesso em todas as freguesias (medidas similares às 3.2 e 3.3 do OE 3)						100% de crianças envolvidas em pelo menos 1 atividade de OTL	- Nº de crianças envolvidas em pelo menos 1 atividade de OTL / Nº total de crianças	CM, JF, IPSS, associações culturais, desportivas e recreativas, APEE, Outros parceiros

Tabela 85: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 3 – Ofertas educativas e formativas (parte 3)

OE	Medidas	Calendarização					Metas	Indicadores	Responsáveis
		2026	2028	2030	2032	2034			
OE 12 - Criar um programa de ocupação de tempos livres durante as interrupções letivas e parte das férias escolares para jovens dos 10 aos 14 anos com o apoio de empregadores, entidades de ensino superior, com famílias e outros parceiros locais	12.1 - Firmar parcerias com empregadores para criar programas de visitas/estágios aos locais, também como ação de desenvolvimento do OE14						- Parcerias firmadas - Programa de visitas/estágios em curso	- Nº e diversidade de empregadores - Nº de visitas realizadas e Nº de alunos por visita - Nº de estágios realizados	CM, Empregadores
	12.2 - Firmar parcerias com entidades do ensino superior para criar visitas/estágios aos locais, recorrendo a recursos já existentes como o programa Ciência Viva “Ser Cientista Social em Tempos de Pandemia”, também como ação de desenvolvimento do OE14						- Parcerias firmadas - Programa de visitas/estágios em curso	- Nº e diversidade de entidades do Ensino Superior - Nº de visitas realizadas e Nº de alunos por visita - Nº de estágios realizados	CM, Entidades do Ensino Superior
	12.3 - Firmar parcerias com parceiros locais para incrementar o leque de atividades de ocupação de tempos livres disponíveis até aos 14 anos						- Parcerias firmadas - Programa de OTL	- Nº e diversidade de parceiros - Nº e tipo de atividades realizadas - Nº de jovens até aos 14 anos por atividade	CM, APEE, JF, IPSS, associações culturais, desportivas e recreativas, Outros parceiros
	12.4 - Incentivar a participação do maior número de jovens nessas atividades através de um sistema de apoio de acordo com o contexto socioeconómico de cada família (ajuste dos valores das inscrições) e de medidas que possibilitem o acesso em todas as freguesias (medidas similares às 3.2 e 3.3 do OE 3)						- Conjunto de medidas de garante do acesso às atividades de OTL (gratuidade ou preços adaptados ao contexto familiar, sistema de transportes, distribuição das atividades por freguesia/união de freguesias, etc.)	- Nº de jovens até aos 14 anos por atividade por classificação socioeconómica	CM, JF, IPSS, associações culturais, desportivas e recreativas, Outros parceiros

Eixo 4 – Promoção do sucesso escolar

O último Eixo engloba um conjunto de objetivos que visam criar dinâmicas de promoção do sucesso escolar com contributos de parceiros variados e direcionados aos alunos, profissionais escolares e famílias dos alunos.

OE 13 – Firmar parcerias com empregadores e com entidades do ensino superior com o objetivo de melhorar o sistema educativo concelhio.

13.1 – Desenvolver as ações previstas nos OE6, OE7, OE 8, OE 9, OE 10, OE 12, OE 14, OE 16 e OE 17.

OE 14 – Conceber um programa estruturado de orientação vocacional para desenvolver junto dos alunos do 3º ciclo (7º, 8º e 9.º anos) com o apoio de empregadores, entidades do ensino superior e famílias (associações de pais, representantes de pais e encarregados de educação e outros).

14.1 - Desenvolver as ações previstas no OE 12.

14.2 – Promover um encontro anual dos jovens com os empregados e com as entidades de ensino superior regionais (feira das profissões regional).

14.3 – Criar ferramentas que demonstrem aos alunos em que consistem as tarefas das profissões a que podem aceder através dos cursos profissionais e dos cursos de ensino superior disponíveis no concelho e na região (vídeos, palestras, encontros com empregadores, entidades do ensino superior, etc.).

14.4 – Incentivar a participação do maior número de alunos nessas atividades através de medidas que possibilitem o acesso em todas as freguesias (medidas similares às 3.2 e 3.3 do OE 3).

OE 15 – Preparar o acolhimento dos novos profissionais com o objetivo de promover a sustentabilidades dos projetos em desenvolvimento ou a desenvolver no futuro.

15.1 – Preparar dossier com documentação que explique a cada profissional o seu papel na organização escolar (tarefas associadas à posição ocupada) a entregar em conjunto com os documentos orientadores (projeto educativo, regulamento interno/código de conduta e outros que sejam pertinentes a cada profissional específico).

15.2 – Designar um profissional responsável em cada departamento por fazer o acolhimento aos novos profissionais.

15.3 – Promover reuniões regulares entre esses responsáveis (organização e melhoria dos processos).

OE 16 – Construir um programa de formação profissional para os profissionais escolares (docentes, assistentes administrativos, assistentes operacionais e técnicos especializados) com o apoio do centro de formação de professores e as entidades de ensino superior.

16.1 – Fazer o levantamento anual das necessidades de formação mais prementes tendo em conta as já identificadas pelos atores locais no estudo de diagnóstico – competências digitais, mobilização das novas tecnologias na dinamização de aulas e lecionação dos currículos, metodologias pedagógicas diversificadas, adaptação de conteúdos e de dinâmicas de aula a alunos com deficiências e/ou incapacidades, gestão de conflitos, dinamização dos tempos de recreio – e organizar um plano de formação em conformidade.

16.2 – Criar mecanismos de participação dos profissionais escolares em programas de ensino superior em entidades parceiras.

OE 17 – Implementar projetos para a promoção do sucesso escolar nas disciplinas com maior insucesso escolar – com prioridade atual para Matemática, Física e Química e Inglês – com o apoio de entidades do ensino superior ou outras.

17.1 – Firmar parcerias com entidades do ensino superior ou outras que desenvolvam projetos de sucesso com escolas do Ensino Básico e Secundário (por exemplo, o projeto Hypatiamat da Associação com o mesmo nome, parceria com a Universidade de Coimbra).

17.2 – Incentivar a participação do maior número de alunos nessas atividades através de medidas que possibilitem o acesso em todas as freguesias (medidas similares às 3.2 e 3.3 do OE 3).

OE 18 – Incentivar a participação das famílias (associações de pais, representantes de pais e encarregados de educação e outros) nas atividades escolares e/ou previstas no Plano Educativo Municipal.

18.1 – Desenvolver as ações previstas nos OE 8, 11, OE 12, OE 14.

18.2 – Implementar procedimentos internos na organização escolar que incentivem a recolha de inputs dos encarregados de educação pelos seus representantes antes dos Conselhos de Turma e Conselho Geral e o retorno de uma Ata resumo depois da realização desses encontros.

18.3 – Criar um Dia da Família anual que permita aos encarregados de educação a participação na sua organização e em todas as atividades escolares previstas (aulas, seminários, etc.).

Tabela 86: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 4 – Promoção do sucesso escolar (parte 1)

OE	Medidas	Calendarização					Metas	Indicadores	Responsáveis
		2026	2028	2030	2032	2034			
OE 13 - Firmar parcerias com empregadores e com entidades do ensino superior com o objetivo de melhorar o sistema educativo concelhio	13.1 - Desenvolver as ações previstas nos OE6, OE7, OE 8, OE 9, OE 10, OE 12, OE 14, OE 16 e OE 17						Colaboração ativa com pelo menos 10 empregadores e 2 entidades de Ensino Superior	- Nº de empregadores - Nº de entidades do Ensino Superior	CM, Empregadores, entidades de Ensino Superior
OE 14 - Conceber um programa estruturado de orientação vocacional para desenvolver junto dos alunos do 3º ciclo (7º, 8º e 9.º anos) com o apoio de empregadores, entidades do ensino superior e famílias	14.1 - Desenvolver as ações previstas no OE 12						100% dos alunos do 3º ciclo a participar em pelo menos uma das atividades do programa de OV	- Nº de atividades do programa de OV - Nº de alunos do 3º ciclo com participação numa atividade de OV / Nº total de alunos do 3º ciclo	CM, APEE, JF, IPSS, entidades do Ensino Superior, associações culturais, desportivas e recreativas, Outros parceiros
	14.2 - Promover um encontro anual dos jovens com os empregados e com as entidades de ensino superior regionais (feira das profissões regional)						Feiras das profissões anuais	Nº de feiras anuais realizadas	CM, AE, ES, Empregadores, entidades de Ensino Superior
	14.3 - Criar ferramentas que demonstrem aos alunos em que consistem as tarefas das profissões a que podem aceder através dos cursos profissionais e dos cursos de ensino superior disponíveis no concelho e na região (vídeos, palestras, encontros com empregadores, entidades do ensino superior, etc.)						Criação de um conjunto de ferramentas sobre profissões do concelho e região	Nº de vídeos, palestras, encontros com empregadores e ensino superior	CM, AE, ES, Empregadores, entidades de Ensino Superior
	14.4 - Incentivar a participação do maior número de alunos nessas atividades através de medidas que possibilitem o acesso em todas as freguesias (medidas similares às 3.2 e 3.3 do OE 3)						100% dos alunos do 3º ciclo com acesso ao conjunto de ferramentas	Nº de alunos do 3º ciclo com acesso / Nº total de alunos do 3º ciclo	CM, JF, Outros parceiros
OE 15 - Preparar o acolhimento dos novos profissionais com o objetivo de promover a sustentabilidades dos projetos em desenvolvimento ou a desenvolver no futuro	15.1 - Preparar dossier com documentação que explique a cada profissional o seu papel na organização escolar (tarefas associadas à posição ocupada) a entregar em conjunto com os documentos orientadores (projeto educativo, regulamento interno/código de conduta e outros que sejam pertinentes a cada profissional específico)						Dossier preparado e atualizado em permanência	Dossier com documentação e documentos orientadores da UO	AE, ES
	15.2 - Designar um profissional responsável em cada departamento por fazer o acolhimento aos novos profissionais						Profissionais designados	Nº de profissionais	AE, ES
	15.3 - Promover reuniões regulares entre esses responsáveis (organização e melhoria dos processos)						Pelo menos 1 reunião anual	Nº de reuniões por ano	AE, ES

Tabela 87: Plano de Implementação e de Monitorização do Eixo 4 – Promoção do sucesso escolar (parte 2)

OE	Medidas	Calendarização					Metas	Indicadores	Responsáveis
		2026	2028	2030	2032	2034			
OE 16 - Construir um programa de formação profissional para os profissionais escolares (docentes, assistentes administrativos, assistentes operacionais e técnicos especializados) com o apoio do centro de formação de professores e as entidades de ensino superior	16.1 - Fazer o levantamento anual das necessidades de formação mais prementes tendo em conta as já identificadas pelos atores locais no estudo de diagnóstico – competências digitais, mobilização das novas tecnologias na dinamização de aulas e lecionação dos currículos, metodologias pedagógicas diversificadas, adaptação de conteúdos e de dinâmicas de aula a alunos com deficiências e/ou incapacidades, gestão de conflitos, dinamização dos tempos de recreio – e organizar um plano de formação em conformidade						Primeiro levantamento realizado até 2026 e atualizado anualmente e Plano de Formação em implementação e atualização permanente	- Nº de relatórios com levantamentos por ano - Nº de atualizações ao Plano de Formação por ano	CM, AE, ES
	16.2 - Criar mecanismos de participação dos profissionais escolares em programas de ensino superior em entidades parceiras						Mais docentes a participar em programas de pós-graduações, mestrados e doutoramentos	- Nº de docentes do AE e ES inscritos em programas de pós-graduações, mestrados e doutoramentos	CM, Docentes do AE e ES
OE 17 - Implementar projetos para a promoção do sucesso escolar nas disciplinas com maior insucesso escolar – com prioridade atual para Matemática, Física e Química e Inglês – com o apoio de entidades do ensino superior ou outras	17.1 - Firmar parcerias com entidades do ensino superior ou outras que desenvolvam projetos de sucesso com escolas do Ensino Básico e Secundário (por exemplo, o projeto Hyptiamat da Associação com o mesmo nome, parceria com a Universidade de Coimbra)						- Parcerias firmadas - Projetos em implementação	- Nº e diversidade de entidades do Ensino Superior e outras - Nº de projetos - Nº de docentes e alunos por projeto	CM, AE, ES, entidades do Ensino Superior ou outras
	17.2 - Incentivar a participação do maior número de alunos nessas atividades através de medidas que possibilitem o acesso em todas as freguesias (medidas similares às 3.2 e 3.3 do OE 3)						Melhoria dos indicadores de sucesso nessas disciplinas	- Média de classificações - Taxas de percursos diretos de sucesso - Nº de alunos com negativas	CM, AE, ES
OE 18 - Incentivar a participação das famílias nas atividades escolares e/ou previstas no Plano Educativo Municipal	18.1 - Desenvolver as ações previstas nos OE 8, 11, OE 12, OE 14						Mais PEE participantes	- Nº de PEE participantes	CM, APEE
	18.2 - Implementar procedimentos internos na organização escolar que incentivem a recolha de inputs dos encarregados de educação pelos seus representantes antes dos Conselhos de Turma e Conselho Geral e o retorno de uma Ata resumo depois da realização desses encontros						Procedimentos criados e em implementação regular	- Nº de PEE a dar inputs - Nº de Atas devolvidas	CM, APEE, AE, ES
	18.3 - Criar um Dia da Família anual que permita aos encarregados de educação a participação na sua organização e em todas as atividades escolares previstas (aulas, seminários, etc.)						Realização de um Dia da Família por ano por UO	- Nº de eventos por ano por UO - Nº de PEE participantes	CM, APEE, AE, ES

Divulgação do progresso da Carta Educativa

Com o objetivo de garantir a visibilidade do projeto e promover uma melhor apropriação da Carta Educativa do concelho de Estremoz pelos vários parceiros locais, assim como a sua mobilização para o melhor desenvolvimento e concretização, foram delineadas algumas estratégias, tais como:

1. Implementar, monitorizar e avaliar as ações programadas em função dos objetivos estratégicos para assegurar a qualidade dos resultados e impactos esperados através do dispositivo apresentado para os Eixos de Intervenção.
2. Utilizar mecanismos de *feedback* que permitam dar visibilidade à evolução de todo este processo (conhecimento da avaliação e da informação que é gerada) através de:
 - a. Sessões de apresentação e discussão dos relatórios de monitorização no Conselho Municipal de Educação (a cada ano de monitorização);
 - b. Divulgação regular das ações a desenvolver para cada um dos objetivos estratégicos e dos relatórios de monitorização através do Portal da Educação;
 - c. Envio regular de notas sobre ações e respetivos resultados e impactos para meios de comunicação locais.

Sessão pública de apresentação e discussão do relatório final da Carta Educativa do concelho de Estremoz (em 2034).

Enquadramento da Carta Educativa

A Carta Educativa de Estremoz, documento orientador concelhio para o desenvolvimento e melhoria do sistema educativo concelhio, não surge de forma isolada pois existe uma diversidade de documentos no concelho, regionais, nacionais e internacionais com os quais se deve articular. Finalizamos, por isso, o presente documento com uma análise ao nível de articulação entre a Carta Educativa de Estremoz e alguns dos documentos mais importantes a considerar utilizado a seguinte escala: AR - Articulação Reduzida; AM – Articulação Média; AE – Articulação Elevada.

Política Integrada do Município

Ao nível municipal foram considerados o Plano Diretor Municipal (PDM), o Diagnóstico Social de Estremoz 2023-2025 (DSE), o Plano de Transportes Escolares (PTE) e os Projetos Educativos das Unidades Orgânicas escolares do concelho (PE_AEE e PE_ESRSI).

Entre os Objetivos Estratégicos (OE) relativos aos estabelecimentos escolares não estão previstas construções de novos edifícios, mas apenas requalificações de edifícios existentes planeadas de acordo com o previsto no PDM.

Na tabela seguinte observa-se que a articulação dos OE da Carta Educativa com os documentos municipais e escolares considerados é geralmente elevada.

Tabela 88:Articulação entre Objetivos Estratégicos da Carta Educativa e política municipal

Eixos	OE	Documentos Municipais	Nível de Articulação
Eixo 1 - Edificado, Equipamentos e Identidade	OE 1 - Requalificar todos os estabelecimentos escolares do AE de Estremoz	PDM	AE
	OE 2 - Renovar os equipamentos digitais, tecnológicos, artísticos, desportivos e outros de cariz pedagógico-didático consoante as necessidades prementes	-	-
	OE 3 - Garantir uma maior equidade de espaços para atividades variadas e equipamentos entre os estabelecimentos escolares com educação Pré-escolar e/ou 1º Ciclo	PDM, DSE, PTE	AE
	OE 4 - Criar um Plano Educativo Municipal	DSE	AE
Eixo 2 - Integração	OE 5 - Criar um projeto de promoção da plena integração da comunidade cigana	DSE, PE_AEE, PE_ESRSI	AE
	OE 6 - Criar um programa de promoção da autonomia das pessoas com deficiência ou incapacidade com o apoio de parceiros locais	DSE, PE_AEE, PE_ESRSI	AE
	OE 7 - Elaborar um programa de integração e acolhimento de Migrantes	DSE, PE_AEE, PE_ESRSI	AE
Eixo 3 - Ofertas educativas e formativas	OE 8 - Reorganizar a rede de 1ª infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) de acordo com as necessidades identificadas em parceria com as entidades da rede privada	DSE, PTE	AM
	OE 9 - Aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho e aspirações dos alunos com o apoio de parceiros empregadores	DSE	AM
	OE 10 - Criar um programa estruturado de ofertas de educação para adultos com o apoio de parceiros empregadores, do IEFP e Ensino Superior	DSE	AE
	OE 11 - Melhorar o programa de atividades de ocupação de tempos livres para crianças dos 0 aos 5 anos tornando-o acessível às famílias de todas as freguesias do concelho com o apoio de parceiros e com famílias	DSE, PTE	AE
	OE 12 - Criar um programa de ocupação de tempos livres durante as interrupções letivas e parte das férias escolares para jovens dos 10 aos 14 anos com o apoio de empregadores, entidades de ensino superior, com famílias e outros parceiros locais	DSE, PTE	AE
Eixo 4	OE 13 - Firmar parcerias com empregadores e com entidades do ensino superior com o objetivo de melhorar o sistema educativo concelhio	PE_AEE, PE_ESRSI	AE

Eixos	OE	Documentos Municipais	Nível de Articulação
- Promoção do sucesso escolar	OE 14 - Conceber um programa estruturado de orientação vocacional para desenvolver junto dos alunos do 3º ciclo (7º, 8º e 9.º anos) com o apoio de empregadores, entidades do ensino superior e famílias	PTE	AE
	OE 15 - Preparar o acolhimento dos novos profissionais com o objetivo de promover a sustentabilidades dos projetos em desenvolvimento ou a desenvolver no futuro	-	-
	OE 16 - Construir um programa de formação profissional para os profissionais escolares (docentes, assistentes administrativos, assistentes operacionais e técnicos especializados) com o apoio do centro de formação de professores e as entidades de ensino superior	PE_AEE, PE_ESRSI	AE
	OE 17 - Implementar projetos para a promoção do sucesso escolar nas disciplinas com maior insucesso escolar – com prioridade atual para Matemática, Física e Química e Inglês – com o apoio de entidades do ensino superior ou outras	PTE, PE_AEE, PE_ESRSI	AE
	OE 18 - Incentivar a participação das famílias nas atividades escolares e/ou previstas no Plano Educativo Municipal	DSE, PE_AEE, PE_ESRSI	AE

Legenda: **AR** - Articulação Reduzida; **AM** – Articulação Média; **AE** – Articulação Elevada.

Convergência com política regional

Ao nível regional – do distrito de Évora, mas também da região do Alentejo – analisaram-se o Relatório sobre o Insucesso e Abandono Escolar – Diagnóstico da situação de referência no Alentejo Central de 2019 (IAE 2019) e a Revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2020 (EDTAA 2030), e identificaram-se níveis de articulação elevada com a Carta Educativa de Estremoz.

Tabela 89: Articulação entre Objetivos Estratégicos da Carta Educativa e política regional

Eixos	OE	Documentos Regionais	Nível de Articulação
Eixo 1 - Edificado, Equipamentos e Identidade	OE 1 - Requalificar todos os estabelecimentos escolares do AE de Estremoz	IAE 2019, EDTAA 2030	AE
	OE 2 - Renovar os equipamentos digitais, tecnológicos, artísticos, desportivos e outros de cariz pedagógico-didático consoante as necessidades prementes	IAE 2019, EDTAA 2030	AE
	OE 3 - Garantir uma maior equidade de espaços para atividades variadas e equipamentos entre os estabelecimentos escolares com educação Pré-escolar e/ou 1º Ciclo	IAE 2019, EDTAA 2030	AE
	OE 4 - Criar um Plano Educativo Municipal	IAE 2019, EDTAA 2030	AE
Eixo 2 - Integração	OE 5 - Criar um projeto de promoção da plena integração da comunidade cigana	IAE 2019, EDTAA 2030	AE
	OE 6 - Criar um programa de promoção da autonomia das pessoas com deficiência ou incapacidade com o apoio de parceiros locais	IAE 2019, EDTAA 2030	AE
	OE 7 - Elaborar um programa de integração e acolhimento de Migrantes	IAE 2019, EDTAA 2030	AE
Eixo 3 - Ofertas educativas e formativas	OE 8 - Reorganizar a rede de 1ª infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) de acordo com as necessidades identificadas em parceria com as entidades da rede privada	IAE 2019	AE
	OE 9 - Aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho e aspirações dos alunos com o apoio de parceiros empregadores	, EDTAA 2030	AE
	OE 10 - Criar um programa estruturado de ofertas de educação para adultos com o apoio de parceiros empregadores, do IEFPP e Ensino Superior	, EDTAA 2030	AE
	OE 11 - Melhorar o programa de atividades de ocupação de tempos livres para crianças dos 0 aos 5 anos tornando-o acessível às famílias de todas as freguesias do concelho com o apoio de parceiros e com famílias	IAE 2019	AE
	OE 12 - Criar um programa de ocupação de tempos livres durante as interrupções letivas e parte das férias escolares para jovens dos 10 aos 14 anos com o apoio de empregadores, entidades de ensino superior, com famílias e outros parceiros locais	IAE 2019	AE
Eixo 4 - Promoção do sucesso escolar	OE 13 - Firmar parcerias com empregadores e com entidades do ensino superior com o objetivo de melhorar o sistema educativo concelhio	, EDTAA 2030	AE
	OE 14 - Conceber um programa estruturado de orientação vocacional para desenvolver junto dos alunos do 3º ciclo (7º, 8º e 9º anos) com o apoio de empregadores, entidades do ensino superior e famílias	, EDTAA 2030	AE
	OE 15 - Preparar o acolhimento dos novos profissionais com o objetivo de promover a sustentabilidades dos projetos em desenvolvimento ou a desenvolver no futuro	-	AE
	OE 16 - Construir um programa de formação profissional para os profissionais escolares (docentes, assistentes administrativos, assistentes operacionais e técnicos especializados) com o apoio do centro de formação de professores e as entidades de ensino superior	IAE 2019, EDTAA 2030	AE
	OE 17 - Implementar projetos para a promoção do sucesso escolar nas disciplinas com maior insucesso escolar – com prioridade atual para Matemática, Física e Química e Inglês – com o apoio de entidades do ensino superior ou outras	IAE 2019, EDTAA 2030	AE
	OE 18 - Incentivar a participação das famílias nas atividades escolares e/ou previstas no Plano Educativo Municipal	IAE 2019, EDTAA 2030	AE

Legenda: **AR** - Articulação Reduzida; **AM** – Articulação Média; **AE** – Articulação Elevada.

Convergência com política nacional e europeia

Por último, importa aferir o nível de articulação com alguns documentos que podem ser considerados como orientadores na concretização das ações de melhoria e ou recursos a ser mobilizados para a obtenção de possíveis financiamentos. Analisaram-se os seguintes: Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Plano 21|23 | Escola + (Plano 21|23), Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), Rede de Clubes de Ciência Viva nas Escolas (RCCVE), a Agenda 2030 (A2030), mas outros podem e devem ser considerados ao longo dos próximos 10 anos. Na maioria, os OE da Carta Educativa de Estremoz articulam-se bastante com os documentos nacionais e europeus considerados.

Tabela 90: Articulação entre Objetivos Estratégicos da Carta Educativa e política nacional e europeia

Eixos	OE	Documentos Nacionais e Europeus	Nível de Articulação
Eixo 1 - Edificado, Equipamentos e Identidade	OE 1 - Requalificar todos os estabelecimentos escolares do AE de Estremoz	PRR, A2030	AE
	OE 2 - Renovar os equipamentos digitais, tecnológicos, artísticos, desportivos e outros de cariz pedagógico-didático consoante as necessidades prementes	PRR, A2030	AE
	OE 3 - Garantir uma maior equidade de espaços para atividades variadas e equipamentos entre os estabelecimentos escolares com educação Pré-escolar e/ou 1º Ciclo	PRR, RVCCE	AE
	OE 4 - Criar um Plano Educativo Municipal	Plano 21 23	AE
Eixo 2 - Integração	OE 5 - Criar um projeto de promoção da plena integração da comunidade cigana	PRR, Plano 21 23, AFC	AE
	OE 6 - Criar um programa de promoção da autonomia das pessoas com deficiência ou incapacidade com o apoio de parceiros locais	PRR, Plano 21 23, AFC	AE
	OE 7 - Elaborar um programa de integração e acolhimento de Migrantes	PRR, Plano 21 23, AFC	AE
Eixo 3 - Ofertas educativas e formativas	OE 8 - Reorganizar a rede de 1ª infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) de acordo com as necessidades identificadas em parceria com as entidades da rede privada	PRR, A2030	AE
	OE 9 - Aproximar o leque de cursos profissionais às necessidades do concelho e aspirações dos alunos com o apoio de parceiros empregadores	PRR, A2030	AE
	OE 10 - Criar um programa estruturado de ofertas de educação para adultos com o apoio de parceiros empregadores, do IEFP e Ensino Superior	PRR, A2030	AE
	OE 11 - Melhorar o programa de atividades de ocupação de tempos livres para crianças dos 0 aos 5 anos tornando-o acessível às famílias de todas as freguesias do concelho com o apoio de parceiros e com famílias	A2030	AE
	OE 12 - Criar um programa de ocupação de tempos livres durante as interrupções letivas e parte das férias escolares para jovens dos 10 aos 14 anos com o apoio de empregadores, entidades de ensino superior, com famílias e outros parceiros locais	A2030	AE
Eixo 4 - Promoção do sucesso escolar	OE 13 - Firmar parcerias com empregadores e com entidades do ensino superior com o objetivo de melhorar o sistema educativo concelhio	Plano 21 23, AFC	AE
	OE 14 - Conceber um programa estruturado de orientação vocacional para desenvolver junto dos alunos do 3º ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos) com o apoio de empregadores, entidades do ensino superior e famílias	Plano 21 23, AFC, A2030	AE
	OE 15 - Preparar o acolhimento dos novos profissionais com o objetivo de promover a sustentabilidades dos projetos em desenvolvimento ou a desenvolver no futuro	,A2030	AM
	OE 16 - Construir um programa de formação profissional para os profissionais escolares (docentes, assistentes administrativos, assistentes operacionais e técnicos especializados) com o apoio do centro de	Plano 21 23, AFC, A2030	AE

Eixos	OE	Documentos Nacionais e Europeus	Nível de Articulação
	formação de professores e as entidades de ensino superior		
	OE 17 - Implementar projetos para a promoção do sucesso escolar nas disciplinas com maior insucesso escolar – com prioridade atual para Matemática, Física e Química e Inglês – com o apoio de entidades do ensino superior ou outras	Plano 21 23, AFC, A2030	AE
	OE 18 - Incentivar a participação das famílias nas atividades escolares e/ou previstas no Plano Educativo Municipal	Plano 21 23, AFC, A2030	AE

Legenda: **AR** - Articulação Reduzida; **AM** – Articulação Média; **AE** – Articulação Elevada.

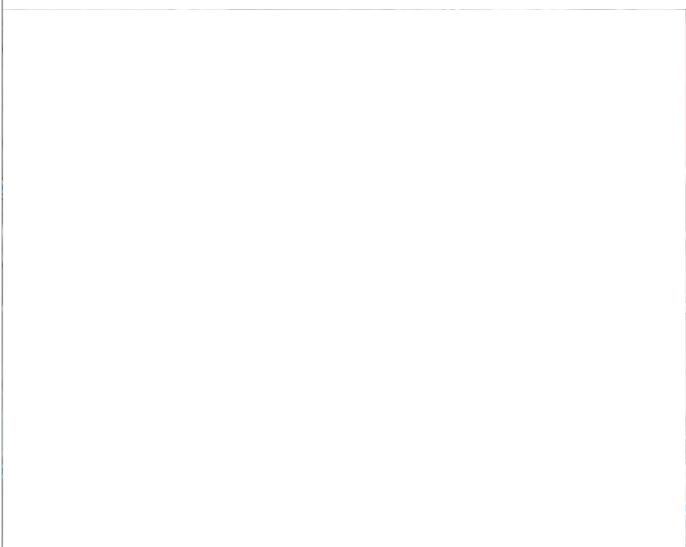
Anexos

Anexo A – Requalificações a edifícios escolares

[Regressar Eixo 1](#)

Intervenção na Escola Básica de Glória	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: candidatura
Data de Início:	Data de fim:
Freguesia: Glória	
Fundamentação: Melhoria do conforto térmico (portas, janelas, pavimentos e cobertura). Reparação da cobertura que está a provocar infiltrações na área do refeitório escolar. Remodelação das instalações elétricas. Intervenção de recuperação do espaço de recreio com relva e sombreiro. Colocação de painéis solares para produção de energia fotovoltaica	
Estimativa de custos: em fase de cálculo	
Morada: Aldeia de Mourinhos – 7100-041 Glória	
Tipologia: Escola Básica da Glória (1º CEB + JI)	Nº de salas: 2 (1º CEB) + 1 (JI)
Nº alunos: 47 (1º CEB) + 25 (JI)	Nº de turmas: 3

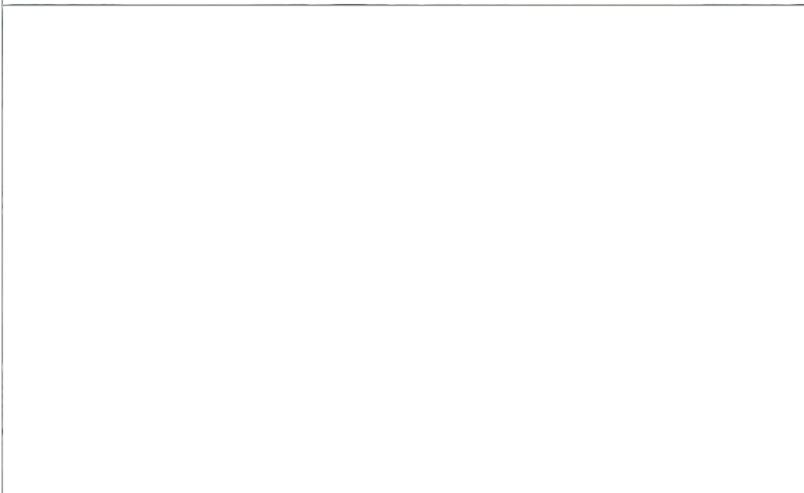
Agrupamento de Escolas de Estremoz	
Intervenção na Escola Básica da Mata	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: candidatura
Data de Início:	Data de fim:
Freguesia: União das Freguesias de Estremoz (antiga freguesia de Santa Maria)	
<p>Fundamentação: edifício do 1º ciclo- Requalificação do campo de jogos exterior, parque infantil, estores das salas de aula e reparação da área da cobertura que está a provocar infiltrações. Colocação de painéis solares para produção de energia fotovoltaica.</p> <p>Edifício do refeitório- Necessidade de intervenção no edifício do refeitório escolar, a nível de conforto térmico e criação de melhores condições na área da copa.</p> <p>Edifício do JI- Necessidade de intervenção nos pisos das salas do JI. Instalação de palas de abrigo no acesso ao edifício do refeitório bem como ao edifício da Educação Pré-escolar. Intervenção de melhoramento das condições do espaço de recreio exterior, bem como do pátio coberto. Colocação de painéis solares para produção de energia fotovoltaica</p>	
Estimativa de custos: em fase de cálculo	
Morada: Avenida Dr. Marques Crespo, 7100-101 Estremoz	
	
Tipologia: Escola Básica da Mata	Nº de salas:6 (1º CEB) + 4 (JI)
Nº alunos: 131 (1º CEB) + 93 (JI)	Nº de turmas: 10
Agrupamento de Escolas de Estremoz	

Intervenção na Escola Básica de Arcos	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: candidatura
Data de Início:	Data de fim:
Freguesia: Junta de Freguesia de Arcos	
Fundamentação: Melhoria do conforto térmico (portas, janelas), substituição total de pavimento em duas salas de aula. Substituição do equipamento do Parque Infantil. Melhoramentos nas instalações do refeitório. Colocação de painéis solares para produção de energia fotovoltaica.	
Estimativa de custos: em fase de cálculo	
Morada: Rua da Estação, 7100-011 Arcos	
	
Tipologia: Escola Básica de Arcos (1º CEB + JI)	Nº de salas: 2 (1º CEB) + 1 (JI) + 2 (apoio)
Nº alunos: 38 (1ºCEB) + 17 (JI)	Nº de turmas: 3
Agrupamento de Escolas de Estremoz	

Intervenção na Escola Básica de Évora Monte	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: candidatura
Data de Início:	Data de fim:
Freguesia: Junta de Freguesia de Évora Monte	
Fundamentação: Requalificação dos pátios, substituição do piso das 2 salas de aula e arranjo do espaço exterior de recreio. Colocação de painéis solares para produção de energia fotovoltaica.	
Estimativa de custos: em fase de cálculo	
Morada: Rua Correias – 7100-312 Évora Monte	
Tipologia: Escola Básica de Évora Monte (1º CEB + JI)	Nº de salas: 2 (1ºCEB) + 1 (JI) + 1 (Polivalente)
Nº alunos: 11 (1ºCEB) + 11 (JI)	Nº de turmas: 2
Agrupamento de Escolas de Estremoz	

Intervenção na Escola Básica de São Domingos de Ana Loura	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: candidatura
Data de Início:	Data de fim:
Freguesia: São Domingos de Ana Loura	
Fundamentação: Criação de área de apoio à prática desportiva (polidesportivo pré-fabricado), instalação de equipamentos lúdicos de parque infantil e reabilitação do espaço de recreio. Ligação águas residuais à rede de saneamento. Melhoria do conforto térmico (portas, janelas, pavimento e cobertura). Colocação de painéis solares para produção de energia fotovoltaica	
Estimativa de custos: em fase de cálculo	
Morada: São Domingos de Ana Loura – 7100 Estremoz	
Tipologia: Escola Básica de S. Domingos de Ana Loura (1.º CEB)	Nº de salas:1
Nº alunos:14 (1ºCEB)	Nº de turmas: 1
Agrupamento de Escolas de Estremoz	

Intervenção na Escola Básica de Veiros	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: candidatura
Data de Início:	Data de fim:
Freguesia: Veiros	
Fundamentação: Necessidade de intervenção no piso exterior, reabilitação do espaço de recreio e recuperação de equipamentos lúdicos do parque infantil. Criação de área de apoio à prática desportiva (polidesportivo pré-fabricado). Melhoria do conforto térmico (portas, janelas, pavimento e cobertura). Colocação de painéis solares para produção de energia fotovoltaica	
Estimativa de custos: em fase de cálculo	
Morada: Rua Nossa Senhora do Mileu – 7100-697 Estremoz	
Tipologia: Escola Básica de Veiros (1.º CEB e JI)	Nº de salas: 2 (1º CEB) + 1 (JI) + 1 (refeitório)
Nº alunos: 19 (1ºCEB) + 13 (JI)	Nº de turmas: 3
Agrupamento de Escolas de Estremoz	

Intervenção na Escola Básica do Caldeiro	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: em execução
Data de Início:	Data de fim:
Freguesia: União das Freguesias de Estremoz	
Fundamentação: Intervenção nos pavimentos de 4 salas de aula, reparação total da cobertura, requalificação do espaço de recreio e do polidesportivo. Criação de EJR no edifício Nascente e aumento do existente. Instalação de palas de abrigo no acesso aos edifícios a partir de tardoz. Execução de portaria a tardoz. Melhoria do conforto térmico (portas, janelas, pavimento e cobertura). Colocação de painéis solares para produção de energia fotovoltaica	
Estimativa de custos: em fase de cálculo	
Morada: Estrada Nacional ao Caldeiro, 7100-069 Estremoz	
	
Tipologia: Escola Básica do Caldeiro (1º CEB + JI)	Nº de salas: 7 (1ºCEB) + 1 (JI) + 2 (cantina e refeitório)
Nº alunos: 151 (1º CEB) + 24 (JI)	Nº de turmas: 8
Agrupamento de Escolas de Estremoz	

Intervenção no Jardim de Infância de Santa Maria	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: candidatura
Data de Início:	Data de fim:
Freguesia: União das Freguesias de Estremoz	
Fundamentação: Requalificação das casas de banho e espaço de recreio. Melhoria do conforto térmico e colocação de painéis solares para produção de energia fotovoltaica.	
Estimativa de custos: em fase de cálculo	
Morada: Rua António José de Almeida, 7100-456 Estremoz	
	
Tipologia: Jardim de Infância	Nº de salas: 2 + 1 (polivalente)
Nº alunos: 45	Nº de turmas: 2
Agrupamento de Escolas de Estremoz	

Intervenção na Escola Básica de São Bento do Cortiço	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: candidatura
Data de Início:	Data de fim:
Freguesia: União das Freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão	
Fundamentação: Necessidade de intervenção na melhoria das condições das casas de banho, pátio escolar e recreio. Melhoria do conforto térmico (portas, janelas, pavimento e cobertura). Colocação de painéis solares para produção de energia fotovoltaica	
Estimativa de custos: em fase de cálculo	
Morada: Rua Feitor 1 São Bento do Cortiço, 7100-630 São Bento do Cortiço	
Tipologia: Escola Básica S. Bento do Cortiço (1ºCEB e JI)	Nº de salas: 3
Nº alunos: 41 (1º CEB) + 17 (JI)	Nº de turmas: 3
Agrupamento de Escolas de Estremoz	



Carta Educativa do Concelho de Estremoz.

© Iscte – Instituto Universitário de Lisboa | CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Sítio CIES: <http://www.cies.iscte-iul.pt>